



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

LUCILVANA FERREIRA DOS SANTOS BARROS

ENTRE A NAÇÃO E A REGIÃO:
OS INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DO PARÁ E DO AMAZONAS
NA ESCRITA DA HISTÓRIA DO BRASIL, A PARTIR DA AMAZÔNIA
(1917-1953)

BELÉM, PARÁ
2023

LUCILVANA FERREIRA DOS SANTOS BARROS

**ENTRE A NAÇÃO E A REGIÃO:
OS INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DO PARÁ E DO AMAZONAS NA
ESCRITA DA HISTÓRIA DO BRASIL, A PARTIR DA AMAZÔNIA
(1917-1953)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História.

Linha de pesquisa: Arte, Cultura, Religião e Linguagens

Orientador: Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Magda Maria de Oliveira Ricci

**BELÉM, PARÁ
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B277e BARROS, Lucilvana Ferreira dos Santos.
Entre a nação e a região: os institutos históricos e geográficos do
Pará e do Amazonas na escrita da História do Brasil, a partir da
Amazônia (1917-1953) / Lucilvana Ferreira dos Santos BARROS.
— 2023.
302 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo
Coorientação: Prof^a. Dra. Magda Maria de Oliveira Ricci
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
História, Belém, 2023.

1. Institutos Históricos e Geográficos. 2. Região. 3. Nação.
4. Campo Historiográfico Regional. 5. Amazônia. I. Título.

CDD 981

LUCILVANA FERREIRA DOS SANTOS BARROS

**ENTRE A NAÇÃO E A REGIÃO:
OS INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DO PARÁ E DO AMAZONAS
NA ESCRITA DA HISTÓRIA DO BRASIL, A PARTIR DA AMAZÔNIA (1917-1953)**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutora em História, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST), da Universidade Federal do Pará.

Belém, 15 de dezembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo (Orientador/ Presidente)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof.^a Dr.^a Magda Maria de Oliveira Ricci (Coorientadora)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr. Antônio Maurício Dias Costa
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Profa. Dra. Iza Vanesa Pedroso de Freitas Guimarães
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Prof. Dr. Silvio Ferreira Rodrigues (Suplente)
Escola de Aplicação da UFPA

Dedico esta tese de doutorado às pessoas mais importantes da minha vida. Ao meu amor e companheiro de todos os momentos, Roberg Januário dos Santos, pelo apoio, incentivo, e companheirismo ao longo da vida e desta jornada acadêmica. À nossa filha Sofia Gabriele por iluminar os nossos caminhos trazendo luz e sabedoria para nossas vidas. À minha mãe Rita de Cácia, pelas muitas orações em prol do meu sucesso pessoal, acadêmico e profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me permitido chegar até aqui, e por ter me guiado e me dado forças para vencer todos os obstáculos que surgiram ao longo destes últimos anos. Não posso deixar de registrar a batalha que enfrentei ao lado de meu esposo, Roberg Santos, para cursar doutorado na Amazônia, especialmente por lecionar na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), em Xinguara, e ter que viajar toda semana para cursar as disciplinas do doutorado em Belém, em 2018. Foram muitas viagens de ônibus, barco e avião. Quantas madrugadas de voos entre Belém e Marabá para, somente depois de cinco ou seis horas de viagem de ônibus, chegar a Xinguara; quantas vezes atravessamos o rio Moju em balsas que conduziam os ônibus em que viajamos; quantas noites em rodoviárias e aeroportos; foram meses perfazendo um total de 30 horas semanais de viagem; quantas vezes a estrada estava interrompida por diversos motivos e as chuvas interditaram as rodovias, de modo que passávamos em torno de 10 a 15 horas esperando o conserto... Hoje, ao lembrar de tudo isso, ciente de que a vida é um sopro, só nos resta a agradecer a Deus por estarmos vivos!

Ao meu amor e companheiro Roberg Santos por estar sempre ao meu lado, me incentivando e me apoiando nos momentos mais difíceis. Em meio a tantas batalhas que atravessamos juntos nos últimos anos, Deus nos presenteou com nossa filha Sofia, que nasceu durante a escrita desta tese, selando a nossa união, e trazendo luz, esperança e sabedoria para nossas vidas, nos dando forças para seguir em frente! Eu os amo, sem o amor, a paciência e o incentivo de vocês, eu não teria conseguido!

Aos meus familiares pelo apoio e incentivo dados até aqui, especialmente à minha mãe, Rita de Cácia, pelas palavras carinhosas e orações sempre prontas a me encorajar, lembrando a raiz forte de onde venho e os lugares aos quais posso chegar. Agradeço aos meus irmãos, Lucélio e Lussandro, pelo incentivo, mesmo que à distância foram muito importantes em minha jornada.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo pelas dicas e conselhos valiosos para a tese, especialmente na disciplina Seminário de Linha de Pesquisa I, bem como pela liberdade intelectual concedida. Agradeço, igualmente, à Prof.^a Dr.^a Magda Maria de Oliveira Ricci pela orientação do trabalho, além do carinho e sensibilidade demonstrados ao longo dos anos.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará, em especial aos docentes, técnicos e servidores pelo acolhimento e oportunidade de qualificação, sem dúvida muito importantes para o meu crescimento acadêmico e profissional.

Aos Professores e Professoras que aceitaram participar da banca de defesa da tese: Doutores Antônio Maurício Dias Costa, Paulo Knauss de Mendonça, Iranilson Buriti de Oliveira, Iza Vanesa Pedroso de Freitas Guimarães e Silvio Ferreira Rodrigues.

Aos Professores doutores Décio Alencar Guzmam, e Mauro César Coelho, além dos orientadores, pelas críticas, contribuições e apontamentos feitas durante o exame de qualificação.

À Unifesspa, pelo acolhimento profissional e pela concessão de afastamento profissional, mesmo que a partir do segundo ano de doutorado, pois foi fundamental para a escrita da tese.

Agradeço aos colegas e servidores do Instituto de Estudos do Trópico Úmido, favoráveis ao meu afastamento para cursar o doutorado. Agradeço, em especial, ao Prof. Dr. Maurílio de Abreu Monteiro pelo apoio, concedendo professores substitutos para assumirem as minhas disciplinas enquanto eu estive afastada.

Aos colegas da turma 2018 de doutorado, pelo apoio, acolhimento e diálogos estabelecidos nos últimos quatro anos. Vocês foram muito importantes nesta jornada!

A todas as pessoas e instituições que contribuíram para a realização da pesquisa e a concretização da tese de doutorado, com especial menção ao Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP); Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA); Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); Arquivo Público do Pará; Arquivo de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna; Arquivo Guilherme de La Penha – Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG); Arquivo de Obras Raras da Biblioteca da UFPA; Centro Cultural dos Povos da Amazônia, em especial ao Centro de Documentação e Memória da Amazônia, bem como as Bibliotecas Arthur Reis e Mario Ypiranga Monteiro (Manaus, AM); Divisão de Pesquisa e Documentação Histórica do Museu da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Arquivo de Obras Raras da Biblioteca Prof. Inocêncio Machado Coelho, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam); Acervo da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (Belém, PA); Acervo de Obras Raras do Fórum Landi – UFPA; Biblioteca Pública do Amazonas; Arquivo Público do Amazonas; Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro, RJ); Arquivo da Fundação Joaquim Nabuco (Recife, PE).

BARROS, Lucilvana Ferreira dos Santos. **Entre a nação e a região**: os institutos históricos e geográficos do Pará e do Amazonas na escrita da História do Brasil, a partir da Amazônia (1917-1953). 2023. 302 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, UFPA, Belém, 2023.

RESUMO

Esta tese de doutorado busca analisar a atuação dos Institutos Históricos e Geográficos do Pará e Amazonas e de seus membros na construção do campo historiográfico da Amazônia e sua integração à História do Brasil no contexto de 1917 a 1953, com vistas a compreender as intenções, estratégias e o contexto histórico em que esse campo funcionou, sobretudo na relação região e nação. Investigamos, a partir das revistas dos Institutos Históricos, estatutos, atas, cartas, correspondências, artigos de jornais, relatórios e os anais dos Congressos de História Nacional realizados pelo IHGB, obras, capítulos e artigos, a atuação dos institutos históricos e seus historiadores na construção do campo historiográfico regional. Teórico-metodologicamente, esta tese se baseia na teoria dos campos de Pierre Bourdieu, especialmente o conceito de Campo Intelectual e sua articulação com o Campo do Poder. A leitura inicial dos documentos e o aparato teórico e metodológico nos possibilitaram compreender a construção de um regionalismo histórico, disseminado por meio das publicações, do envio e recebimento de correspondências, participações em eventos, entre outros mecanismos, que privilegiavam acontecimentos, personagens e narrativas da história da Amazônia, especialmente as origens da região, as efemérides locais, regionais e nacionais, a biografia de nomes considerados exemplares, a economia amazônica, a história das cidades e dos estados, a cultura e a terra da Amazônia, dentre outros. A argumentação principal desta tese volta-se para demonstrar que a partir da formação de um campo historiográfico regional não ocorreu um processo de fechamento desse campo em torno da história da Amazônia, mas sim um processo de escrita da História do Brasil a partir da Amazônia. Assim, esta tese busca demonstrar que a História do Brasil não foi escrita unicamente sobre os desígnios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), mas foi também escrita a partir dos espaços regionais a partir da zona de contato entre a instituição matriz e suas congêneres, sobretudo em função das lutas de representações e negociações da intrincada relação entre região e nação, vista a partir da historiografia.

Palavras-chave: Institutos Históricos e Geográficos; Região; Nação; Campo Historiográfico Regional; Amazônia.

ABSTRACT

This doctoral dissertation aims to analyze the role of the Historical Geography Institutes of the states of Pará and Amazonas, as well as their members, in the construction of the historiographical field of the Amazon and its inclusion into the history of Brazil between 1917 and 1953. The objective of this research is to understand the intentions, strategies, and historical context in which this field operated, especially in the relations between region and nation. In order to assess the activities of the institutions and their historians in the creation of the regional historiographical field, an investigation was carried out based on those institutes' journals, charters, minutes, letters, correspondence, newspaper articles, reports and proceedings of the National History Congresses held by the Brazilian Historic and Geographic Institute (IHGB), books, book chapters, and articles. This dissertation was founded – theoretically and methodologically – on Pierre Bourdieu's notion of Fields, especially that of Intellectual Field and its connection with the Field of Power. The initial reading of the documents, as well as the theoretical and methodological framework used in this analysis, allowed for the understanding of the construction of a regional historiographical field. This was disseminated through publications, sent and received correspondence, participation in events, among other mechanisms, that emphasized Amazonian events, characters and narratives in dialogue with the Brazilian history, especially those of founding narratives, both regional and national, the biography of the great names in the history of Brazil and the Amazon, the regional economy, the history of cities and states, the culture, the land and the man of the Amazon, among other themes. The main argument aims to demonstrate that from the formation of a regional historiographical field there was not a process of closing this field around the history of the Amazon, but, rather, a process of writing the History of Brazil starting in the Amazon. Therefore, it is argued that the History of Brazil was not written solely by the IHGB. It was also written from regional spaces, the contact zones among those institutions, in particular due to the struggles seen in historiography in the representations and negotiations of the intricate relations between region and nation.

KEYWORDS: Historical geography institutes; Region; Nation; Regional historiography; Amazon.

RÉSUMÉ

Cette thèse de doctorat cherche à analyser le rôle des Instituts historiques et géographiques du Pará et de l'Amazonas, ainsi que de leurs membres, dans la construction du champ historiographique de l'Amazonie et dans son intégration à l'Histoire du Brésil, dans le contexte de 1917 à 1953. L'objectif est de comprendre les intentions, les stratégies et le contexte historique dans lesquels ce domaine s'est développé, en particulier les relations entre la région et la nation. À partir des périodiques des instituts, de ses statuts et comptes-rendus, de lettres et correspondances, d'articles de journaux, de rapports et annales des Congrès nationaux d'histoire tenus par l'IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), des œuvres, chapitres et articles, est étudiée ici l'activité des institutions et de leurs historiens dans la construction du champ historiographique régional. Théoriquement et méthodologiquement, cette thèse s'appuie sur les notions de « Champs » de Pierre Bourdieu, en particulier celle de « Champ intellectuel » et son articulation avec le « Champ de pouvoir ». La première lecture des documents et de l'appareil théorique et méthodologique a permis de comprendre la construction d'un champ historiographique régional diffusé grâce aux publications, à l'envoi et la réception de correspondances, à la participation à des affaires, entre autres mécanismes, qui ont privilégié les événements, personnages et récits de l'histoire amazonienne en dialogue avec l'Histoire du Brésil, notamment les récits fondateurs, les jours de fête régionaux et nationaux, la biographie de grands noms de l'Histoire du Brésil et de l'Amazonie, l'économie régionale, l'histoire des villes et des États, la culture, la terre et l'homme de l'Amazonie, entre autres thèmes. L'argument principal est de démontrer que, à la suite de la formation d'un champ historiographique régional, il n'y a pas eu de processus de clôture de ce champ autour de l'histoire de l'Amazonie, mais plutôt un processus d'écriture de l'histoire du Brésil à partir de l'Amazonie. Ainsi, on cherche à démontrer que l'Histoire du Brésil n'a pas été écrite uniquement selon les plans de l'IHGB, mais qu'elle a également été écrite à partir des espaces régionaux, des zones de contact entre l'institution-mère et ses similaires, en particulier en raison des luttes de représentations et de négociations des complexes relations entre la région et la nation, vues à partir de l'historiographie.

MOTS-CLÉS : Instituts historiques et géographiques; Région; Nation; Domaine historiographique régional; Amazonie.

LISTA DE SIGLAS

AAL	Academia Amazonense de Letras
APL	Academia Paraense de Letras
IGHA	Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico do Pará
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
RIGHA	Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
RIHGP	Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará
SPEVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Categorias temáticas das revistas do IHGP 1917-1951.....	129
Gráfico 2 – Categorias temáticas das revistas do IGHA 1917-1948.....	133

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1** – Bandeira oficial do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, aprovada em sessão de 08 de abril de 1917 92
- Imagem 2** – Escudo oficial do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, aprovado em sessão de 08 de abril de 1917 92
- Imagem 3** – Escudo oficial do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, desenhado por Theodoro Braga em 1917. 94
- Imagem 4** – Capa da Revista do IHGP, Vol. I, 1900 122
- Imagem 5** – Capa da Revista do IGHA, Vol. I, 1917 122

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: HISTÓRIA E HISTORIADORES DA AMAZÔNIA: A EMERGÊNCIA DE UM CAMPO HISTORIOGRÁFICO REGIONAL	38
1.1- Historiografia do Grão-Pará e Amazônia: a escrita da história amazônica entre o Império e a República	39
1.2- IGHA e IHGP: A institucionalização do conhecimento histórico na Amazônia	49
1.3- Historiadores amazônicos: um ensaio de prosopografia	59
1.4- Paulo Eleutério e a busca pela definição do método historiográfico: um historiador na fronteira	78
CAPÍTULO 2: ENTRE A NAÇÃO E A REGIÃO: REGISTROS E DIÁLOGOS DE UMA HISTORIOGRAFIA OFICIAL	90
2.1- Entre a nação e a região: a construção de uma a historiografia celebrativa.....	91
2.2- Traçando uma geografia dos limites	105
2.3- Redes de sociabilidade intelectual: os Institutos Históricos da Amazônia em correspondências	110
CAPÍTULO 3: A AMAZÔNIA EM (RE)VISTA: OS INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DA AMAZÔNIA E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO HISTORIOGRÁFICO REGIONAL	119
3.1- Imprimindo a História regional.	120
3.2- Folheando as revistas	127
3.3 O IHGP e a comemoração das efemérides: entre o regional e o nacional.....	135
3.4. Narrativas de fundação: a busca pelas origens da Amazônia.....	146
CAPÍTULO 4: HISTORIADORES AMAZÔNICOS NOS CONGRESSOS DE HISTÓRIA NACIONAL: SOCIABILIDADE INTELLECTUAL E INTEGRAÇÃO DA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA À HISTÓRIA DO BRASIL	156
4.1- Primeiro Congresso de História Nacional: Henrique Santa Rosa e a construção de uma geografia-histórica	160

4.2- Segundo Congresso de História Nacional: Theodoro Braga e a educação artística e patriótica do povo brasileiro	167
4.3- Terceiro Congresso de História Nacional: uma história tripartite do Brasil a partir da Amazônia	179
4.3.1- Jorge Hurley: a integração do indígena amazônico à nação	182
4.3.2- Arthur Cézár Ferreira Reis: o Segundo Reinado a partir da Amazônia.....	191
4.3.3 Lauro Sodré e a defesa pelo sistema republicano	197
4.4- IV Congresso de História Nacional: a revisão da história colonial brasileira a partir da Amazônia	204
4.4.1- Ernesto Cruz: O Pará nos séculos XVII e XVIII	209
4.4.2- Arthur Cézár Ferreira Reis: Estado do Maranhão e Grão-Pará no século XVII.....	219
4.4.3- Mário Ypiranga Monteiro: um lusotropicalista na Amazônia	229
CAPÍTULO 5: A TERRA E O HOMEM NA HISTORIOGRAFIA AMAZÔNICA: A CONSTRUÇÃO DE UMA MATRIZ REGIONAL PARA A NACIONALIDADE BRASILEIRA	235
5.1- Henrique Jorge Hurley: a defesa do homem e da cultura amazônica	237
5.2 A Amazônia, a terra e o Homem: Araújo Lima reinterpretando o sertão amazônico	246
5.3 - Arthur Cézár Ferreira Reis: a terra e o homem dos seringais da Amazônia	256
CONCLUSÃO.....	270
FONTES	276
REFERÊNCIAS	289

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 1904 o escritor Euclides da Cunha chegava à Amazônia a bordo do vapor Alagoas, vindo para a região como integrante da Comissão Mista Brasileiro-Peruana para o reconhecimento do Alto Purus, cujo objetivo era fazer o levantamento geográfico e econômico da região e delimitar as fronteiras entre Brasil e Peru. O encontro do escritor com a Amazônia causou-lhe uma imensa admiração e espanto, além de vários receios e impressões. Entre tais impressões, aquela de que “a Amazônia é talvez a terra mais nova do mundo”¹, como pode ser observada nas inúmeras cartas enviadas a familiares, políticos e escritores com os quais se correspondeu no período em que esteve na região, a exemplo de José Veríssimo, Barão do Rio Branco, Oliveira Lima, Machado de Assis. Mas, de todas as considerações feitas por Cunha sobre a terra amazônica, a que mais chama a atenção é a ideia de que a Amazônia seria uma terra sem história.²

O autor de *Os Sertões*, nas primeiras décadas do século XX, construiu uma tese definidora do espaço amazônico a partir de um olhar evolucionista, eurocentrado e colonialista, que compreendia a Amazônia como uma terra que ainda estava por se fazer e onde se vivia em constante dualidade com a natureza. Para Euclides da Cunha, “a Amazônia era a terra moça, a terra infante, a terra em ser, a terra que ainda está crescendo”³. Nesse ambiente a se fazer, a se constituir, “entre as magias daqueles cenários vivos, há um ator agonizante, o homem”⁴, que era, ali, um intruso impertinente. Assim, tomando como atores da história amazônica a terra, a natureza e os rios, Cunha pensava sobre uma terra sem história, pois enquanto a terra se movia lentamente, os rios e seus movimentos fortes e dinâmicos praticamente inscreviam e apagavam a terra, logo fazia sentido para ele a ideia que procurou traduzir sobre a Amazônia.

Na esteira dessas considerações euclidianas surgiram outras posturas sobre a região, considerando-a como uma “Terra Imatura” (Alfredo Ladislau)⁵ e um “Inferno Verde” (Alberto Rangel)⁶, prismas que juntos acabaram denotando a imagem de uma região com pouca experiência e sem história, pautada pela pouca participação humana e pela grande

¹ CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido**: reunião de ensaios amazônicos / Euclides da Cunha; seleção e coordenação de Hildon Rocha. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, p.117.

² CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: editora Lello Brasileira, 1967.

³ CUNHA, Euclides. Preâmbulo. In. RANGEL, A. **Inferno Verde**. Manaus: Editora Valer. 6ª ed. 2008, pp. 21-31.

⁴ CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido**: reunião de ensaios amazônicos / Euclides da Cunha; seleção e coordenação de Hildon Rocha. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, p.347.

⁵ LADISLAU, Alfredo. **Terra Imatura**. Manaus: Editora Valer, 2008.

⁶ RANGEL, Alberto. **Inferno Verde**: cenas e cenários do Amazonas. 5ª ed. Revista- Manaus: Editora Valer, Governo do Estado do Amazonas, 2001.

preponderância da terra, lenta, sem controle humano e infernal. Esses olhares, juntamente com tantas outras interpretações produzidas por viajantes, naturalistas e autoridades públicas nacionais e internacionais na mesma linha de raciocínio, acabaram ainda tendo eco no tempo presente, visto que muito do processo exploratório da atual região amazônica também é fruto das ideias de terra distante e vazia, “um espaço a revelar, vazio, misterioso, desconhecido, sinônimo de fantástico e incompreensível”⁷, uma terra a ser ocupada e colonizada, para o progresso da nação, vista metaforicamente como uma folha em branco à espera da escrita de sua história.⁸

Considerando todas as contribuições da escrita euclidiana para o conhecimento da Amazônia, observa-se que o movimento regional de escritores e intelectuais, especialmente a partir da criação de instituições voltadas para a produção da História e da Geografia, foi justamente para construir e demonstrar que *a Amazônia é uma terra com história*, pois, mesmo sem chamá-lo ao debate ou invocarem seu nome, a intelectualidade regional amazônica parece ter batalhado ao longo da primeira metade do século XX para desconstruir essa imagem da “terra sem história”, alavancada por Euclides da Cunha. Mesmo aqueles que teceram elogios ao citado escritor, trabalharam pelo reconhecimento da Amazônia como uma terra inserida em dinâmicas históricas próprias e possuindo conexões intelectuais no campo histórico.

As formas interpretativas sobre a região feitas por Euclides da Cunha não foram as únicas sobre essa área. Lembra-se que as interpretações mais conhecidas do Norte/ Amazônia possuem dois momentos-chave de produção: primeiro, ao longo de séculos, os viajantes internacionais e nacionais elaboraram narrativas sobre a região, traduzidos nos chamados relatos de viagem, a exemplo das obras dos naturalistas alemães Johan Baptist Von Spix e Carl Friedrich Philip Von Martius; os ingleses, Henry Walter Bates, o naturalista Alfred Russel Wallace; August François Biard; o alemão Robert Avé-Lallemant; o zoólogo e geógrafo suíço, Jean Louis Rodolphe Agassiz. Destaca-se, também, nesse conjunto os trabalhos dos intelectuais Antônio Ladislau Monteiro Baena, *Compêndio das Eras da Província do Pará 1615-1823* (1838) e *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará* (1839), além de Domingos Antônio

⁷ CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido**: reunião de ensaios amazônicos / Euclides da Cunha; seleção e coordenação de Hildon Rocha. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, p.346.

⁸ Michel de Certeau em sua obra “A Escrita da História” apresenta a cena inaugural representada por Theodor Galle, baseada no desenho de Jan van der Straet (1575), em sua famosa tela *América*, 1580, assim descrevendo metaforicamente o encontro entre o colonizador e a nova terra como uma escrita colonizadora: Américo Vespúcio, o Descobridor, vem do mar. De pé, vestido, encouraçado, cruzado, trazendo as armas europeias do sentido e tendo por detrás dele os navios que trarão para o Ocidente os tesouros de um paraíso. Diante dele a América Índia, mulher estendida, nua, presença não nomeada da diferença, corpo que desperta num espaço de vegetações e animais exóticos. Cena inaugural. Após um momento de espanto neste limiar marcado por uma colunata de árvores, o conquistador irá escrever o corpo do outro e nele traçar a sua própria história. Ver: CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2.ed, - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 9.

Raiol, o Barão de Guajará *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, escrita entre 1865 e 1890.

O segundo momento diz respeito aos vários intelectuais, pintores e articulistas que confeccionaram interpretações sobre a Amazônia em um período tido, ainda, como “áureo”, notadamente durante a economia da borracha e na *belle époque* amazônica, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a exemplo do próprio Euclides da Cunha, Alberto Rangel, Alfredo Ladislau, Arthur Vianna e Theodoro Braga. Esses dois últimos estarão, inclusive, na base da primeira fundação do IHGP, em 1900. A criação de uma Sociedade de Estudos Paraenses no final do século XIX e a criação dos Institutos Históricos e Geográficos do Pará e do Amazonas, nas primeiras décadas do século XX, gestaram as condições para a produção de narrativas históricas e trabalhos geográficos que apontavam na direção de uma história regional amazônica e sua integração à História do Brasil.

Assim, a presente tese de doutorado busca analisar a atuação dos Institutos Históricos e Geográficos do Pará e do Amazonas e de seus membros na construção do campo historiográfico da Amazônia e sua integração à História do Brasil no contexto de 1917 a 1953, com vistas a compreender as intenções, as estratégias e o contexto histórico em que esse campo funcionou, sobretudo na relação região e nação. Logo, a tese vislumbra que a partir da formação de um campo historiográfico regional não ocorreu um processo de fechamento desse campo em torno da história da Amazônia, mas, sim, um processo de escrita da História do Brasil a partir da Amazônia. Dessa forma, busca-se também demonstrar que a História do Brasil não foi escrita unicamente sob os desígnios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), mas a partir dos espaços regionais, das zonas de contato entre a instituição matriz e suas congêneres, sobretudo em função das lutas de representações e negociações da intrincada relação entre região e nação, vistas a partir da historiografia.

A relação entre região e nação no Brasil sempre foi complexa, especialmente considerando a condição do Brasil após a independência. A experiência do período regencial, durante o Império brasileiro, demonstrou o forte choque entre as tendências federalistas, liberais e até regionalistas – com o registro de várias revoltas provinciais e regionais – e as tendências conservadoras, voltadas para a centralização do poder no país. A partir do Segundo Reinado, é possível vislumbrar um movimento de criação da nação brasileira na esteira desse processo centralizador nas mãos do Imperador e geograficamente situado nas províncias da área Sul do Brasil, com predominância de grupos políticos fluminenses. A partir desse novo momento político, observa-se o trabalho do Império brasileiro em duas frentes: primeiro, foi buscada uma estabilidade política e institucional no país sob o comando imperial; segundo, a ideia de criar a

nação, ou seja, foi o momento em que se forjou todo um conjunto de símbolos e discursos em prol das ideias de pátria e nação. Nesse sentido, foram desencadeadas formas de despertar o amor pelo país e o sentimento de compartilhamento em comum de um povo, portanto, uma nação, contando, inclusive, com instituições para a criação de um passado nacional e a delimitação das fronteiras, como foi o caso do IHGB.

A partir desse contexto, é necessário compreender que o estabelecimento do Estado nacional não ocorreu de forma pacífica e sem contrastes. A história da construção nacional no Brasil – assim como em outros países – foi marcada por processos generalizadores e pela resistência a esses processos. A literatura sobre a construção dos Estados nacionais tem demonstrado que quanto mais centralizado o Estado, mais contestações aparecem, a exemplo dos regionalismos e federalismos contrapostos à centralização. O antropólogo Roberto DaMatta chegou a considerar que a relação entre a nação e as regiões no contexto brasileiro constitui uma permanente dualidade por se revelar como um tema histórico e complexo.⁹

Entre o Segundo Reinado e a Primeira República registram-se vários embates entre as elites regionais e as elites que se pretendiam nacionais, ancoradas no Império brasileiro. Da dualidade Norte *versus* Sul é possível deduzir a dimensão das relações entre a nação e as regiões, pois, historicamente, o Norte do Brasil reclamou de certa marginalização junto ao Império, cujo argumento central era de que concedia maior atenção ao Sul em detrimento do Norte do país. A historiadora Rosa Godoy (1984) estudou o regionalismo nordestino e identificou que ainda na segunda metade do século XIX ocorreu, por parte da classe política e agrária da área, sob a liderança de Pernambuco, a criação do chamado Norte, área diferenciada da Amazônia, por exemplo, e que possuía demandas próprias, especialmente ligadas à defesa da economia do açúcar em contraposição à economia sulista do café.¹⁰

Nas primeiras décadas do século XX, segundo o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011), ocorreu uma nova construção regionalista nessa área, daquilo que o autor denominou de “invenção do Nordeste”, cuja tese principal foi a de que o declínio da economia açucareira teria levado as elites dessa região a tentarem conservar seus antigos poderes senhoriais na saudade e na cultura passada, criando um espaço de semelhança com os tempos de riqueza e mando, denominado Nordeste. Esse espaço também foi fundado tendo

⁹ DaMATTA, Roberto. Nação e região: em torno do significado cultural de uma permanente dualidade brasileira. Fernando Luís Schüller e Maria da Glória Bordini. **Cultura e Identidade Regional**. Porto Alegre, 2004.

¹⁰ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino: Existência e consciência da desigualdade regional**. São Paulo: Moderna, 1984.

como obstáculo o Sul do país, derivado também do confronto entre tradição e modernidade.¹¹

No caso da Amazônia, alguns estudos já demonstraram a intrincada relação entre a nação e a região. Citam-se dois estudos, somente, a título de exemplos. Primeiro, menciona-se a tese de doutorado em História de Mário Médice Barbosa, intitulada *Entre a filha enjeitada e o paraensismo: as narrativas das identidades regionais na Amazônia paraense*, defendida em 2010. Nessa tese, o autor abordou as diversas narrativas das identidades regionais na Amazônia paraense, em grande medida aquelas em confronto com o Estado nacional. Além disso, buscou mostrar a ação de movimentos regionalistas no âmbito da cultura, que visavam defender a Amazônia e, particularmente, o Pará de um processo tido como de marginalização diante da nação, observando, assim, os processos de valorização cultural paraenses, inclusive capturados pelas elites locais. De todo modo, os paraenses gestaram um sentimento de que a Amazônia era um tipo de filha enjeitada pelo Brasil.¹²

O segundo estudo recente sobre a relação entre a nação e a região, a partir do ângulo da Amazônia, foi a tese de doutorado de Roberg Santos, defendida em 2023, cujo título expressa o problema em tela e a temporalidade escolhida pelo autor: *Do Grão-Pará à Amazônia: a invenção da região amazônica frente à centralização do Império brasileiro*. Santos defende a tese de que a invenção da região amazônica, como uma região diferenciada em termos territoriais, políticos e culturais no cenário brasileiro, ocorreu na segunda metade do século XIX em decorrência dos embates entre as elites amazônicas e o Império brasileiro, entendido não somente como o Governo Central, mas, também, pelas elites de províncias tidas como de maior peso político no Império. O autor ainda demonstra que desde o processo de Independência do Brasil e da Cabanagem, as elites do Pará e do Amazonas reivindicaram um melhor lugar no Estado nacional, pois em que pese o discurso das demandas públicas, existiam interesses políticos e econômicos dessas elites em participarem mais ativamente do Império. Em resumo, a tensa relação com a nação gerou no Norte amazônico um regionalismo político com um discurso pró-Amazônia em detrimento de um Império, considerado pelo ângulo nortista como centralizado no Sul.¹³

¹¹ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

¹² BARBOSA, Mário Médice. **Entre a filha enjeitada e o paraensismo: as narrativas das identidades regionais na Amazônia paraense**. 2010. 477 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12615>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

¹³ SANTOS, Roberg Januário dos. **Do Grão-Pará à Amazônia: a invenção da região amazônica frente à centralização do império brasileiro**. Orientador: Nelson Rodrigues Sanjad. 2023. 395 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/15886>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

Assim, as tensões referentes à relação entre a nação e a região também perpassam o campo historiográfico em variados lugares. Um exemplo pode ser verificado nas produções da historiadora argentina Maria Silvia Leoni, que estudou a construção de identidades no território nacional do Chaco e da região Nordeste na Argentina. Leoni, a partir dessas áreas, observa o problema das histórias nacionais contrapostas às histórias regionais:

Las obras elaboradas en Buenos Aires, muchas de ellas referidas exclusivamente al espacio rioplatense, se presentaban como “historias nacionales”, aunque existía en las provincias un consenso generalizado acerca de las limitaciones de esta historia *nacional*. Este es un fenómeno que se observa en los distintos países latinoamericanos, donde los procesos de construcción de los estados nacionales y de consecuente centralización, irían acompañados perspectiva del “centro” y que constituían relatos fundadores de la identidad nacional.

Por su parte, las historiografías provinciales fueron evaluadas negativamente por quienes hacían “historia nacional”, ya que las consideraban simples crónicas, alejadas de la cientificidad requerida y cargadas de una impronta localista, lo que generalmente fue así.¹⁴

Ou seja, o debate sobre a História do Brasil *versus* a História Regional sempre esteve na órbita das instituições e dos historiadores de cada espaço nacional ou regional. Em determinados momentos, como no Brasil, os historiadores regionais e suas instituições pautaram a questão não mais a partir apenas da rivalidade, mas da própria ideia de estarem escrevendo a História Nacional. Assim, os Institutos Históricos e Geográficos, na República, em muitos casos, buscaram superar a sensação de distância e marginalização da nação a partir de uma escrita da História do Brasil, em um duplo movimento de projetarem a região nativa e ao mesmo tempo integrarem a História estadual ou Regional à História Nacional. A instituição matriz da produção historiográfica brasileira foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cuja matriz da produção histórica foi a História Nacional.

De acordo com Manoel Luiz Salgado Guimarães, os Institutos Históricos e Geográficos se consolidaram ao longo do século XIX e inícios do século XX no Brasil como instituições por excelência de onde os discursos historiográficos eram produzidos, desempenhando um papel decisivo na construção de uma historiografia e das visões e interpretações da questão nacional¹⁵. O IHGB foi criado em 1838 por um projeto imperial que buscava forjar a nação

¹⁴ LEONI, María Silvia Las relaciones historia regional/historia nacional en la historiografía del Nordeste argentino del siglo XX. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/99754521/Leoni-pdf> Acesso em: 20 out. 2023.

¹⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 1, 1988, p. 5-27.

brasileira em termos históricos e geográficos, e pretendia desde a sua origem “*colligir e methodisar os documentos historicos e geographicos interessantes à história do Brasil*”¹⁶. Consolidando-se como uma importante instituição na escrita da história nacional, buscou construir e legitimar o projeto de nação que se almejava, desejando concretizar “um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a, contudo, numa tradição de civilização e progresso”¹⁷. Essa produção historiográfica permaneceu ao longo do século XIX e inícios do século XX caracterizada por uma marca elitista, resultante de uma tradição iluminista de pensamento acerca da História e do povo brasileiro, construindo, assim, como retrato para a nação brasileira, “o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia”, o que tornava inviável a consolidação do projeto, “devido à realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo”¹⁸.

Ao buscar construir uma nação no Brasil a partir dos ideais de “civilização” presentes no Novo Mundo, a historiografia definiu aqueles que internamente foram excluídos de tal projeto, por não serem considerados “portadores da noção de civilização: índios e negros”¹⁹. Portanto, segundo Guimarães, o conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu, conforme indicam Coelho e Queiroz (2001), não é muito difícil imaginar o lugar destinado à Amazônia em um projeto que definia as bases para a nação brasileira a partir de princípios elitistas, excludentes e centralizadores.²⁰

A fundação do IHGB, contudo, representou naquele momento a criação de uma instituição moderna que possuía claros interesses não só intelectuais, mas, também, políticos e sociais. Além dos objetivos intelectuais ligados à História e a Geografia da jovem nação, as elites e o próprio Império buscavam construir narrativas que convergissem para a unidade nacional, tendo em vista que essa instituição ainda foi criada em uma década marcada pelas revoltas regenciais que abalavam a confiança na vitalidade do Império. Logo, com o Instituto, tinha-se o início da formação do campo historiográfico brasileiro, que passaria a congregar

¹⁶ Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil**. Tomo I – 1º Trimestre de 1839 – n .1. p.6.

¹⁷ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, n. 1, pp. 4-27, 1988. p.8.

¹⁸ Idem, p. 8.

¹⁹ Idem.

²⁰ COELHO, Mauro Cezar; QUEIROZ, Jonas Marçal de. Fronteiras da História, Limites do Saber: A Amazônia e seus Intérpretes. In: _____(Org.). **Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX)**. 1ª ed. Belém; Macapá: Núcleo de Altos Estudos da Amazônia/UFPA; Universidade Federal do Amapá, 2001. p. 162.

historiadores ao seu redor e fundaria no futuro as instituições filiais, criadas em sua maioria já no período republicano, portanto, estaduais.

Importa dizer que a exemplo dos objetivos que foram movidos para a criação do IHGB, no âmbito da região amazônica, observa-se que um campo historiográfico nessa área do país somente foi delineado a partir da criação dos institutos históricos e geográficos do Pará e do Amazonas, pois, apesar da presença de cronistas e sócios correspondentes do IHGB na Amazônia, ainda no século XIX, foi somente com essas filiais em âmbito estadual que se iniciou a constituição de um campo historiográfico, entendido aqui como um âmbito autônomo de pesquisa e produção historiográfica em permanente atividade e agenciado por sujeitos (historiadores) e instituições (institutos históricos) que exerciam suas práticas em consonância com teorias da História, práticas de investigação e maneiras de comunicar próprias do ofício, no caso dessa tese, relacionadas à Amazônia.

Em âmbito nacional, os estudos sobre o IHGB, em grande parte, cessaram a partir do recorte temporal da Primeira República, ou seja, a historiografia brasileira transparece que entendeu ser essa instituição importante até 1930. Tudo isso em função de os historiadores do presente considerarem que a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, com a formação de profissionais na área de História ter “automaticamente” descredenciado o IHGB, e na sua esteira os institutos estaduais, do papel de produtores da História no cenário brasileiro e nas várias regiões do Brasil, o que é, em certo sentido, um equívoco, visto que o IHGB, mesmo com certo descrédito de não ser mais o centro da produção histórica, continuou ativo e produzindo. Basta perceber que, de 1930 a 1954, o número de cursos de História nas universidades públicas era baixo no Brasil, face ao tamanho do país. Em 1950, apenas 28 cursos de História existiam no território nacional, conforme dados apresentados pelas historiadoras Norma Lucia da Silva e Marieta de Moraes Ferreira.²¹

Deve-se lembrar que as historiografias estaduais, alavancadas com os cursos de licenciatura e pós-graduação em História, por meio das universidades, parecem ter acompanhado a historiografia nacional naquilo que diz respeito ao entendimento de que o papel dos institutos históricos e geográficos decresce vertiginosamente com a década de 1930. No entanto, é preciso ponderar que em algumas regiões do Brasil, essas instituições continuaram, após esse período, com forte presença nos campos da escrita e do ensino de História, pois no caso do Norte do país, por exemplo, o primeiro curso de História, em universidade pública, data de 1954, vinculado à atual Universidade Federal do Pará.

²¹ SILVA, Norma Lucia da; FERREIRA, Marieta de Moraes. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História. **História & Ensino**, Londrina, v. 2, n. 17, p. 283-306, jul./dez. 2011.

Além do curso de História da UFPA, o segundo curso de História da região Norte, em universidade pública, foi criado no Estado do Acre, em 1976, o que implica pensar que, na Amazônia, em suas principais capitais, notadamente Belém e Manaus, a produção de narrativas históricas advinha de academias, instituições educacionais, espaços de memória e, sobretudo, do lugar oficial de produção da História, notadamente os Institutos Históricos e Geográficos, pois ainda conforme Silva e Ferreira:

Somente na década de 80 foram criados os primeiros cursos de História nas universidades dos estados do Amazonas (1981), de Rondônia (1983) e do Tocantins (1985), que na época ainda fazia parte do estado de Goiás.²²

Ainda conforme aponta o historiador José Roberto do Amaral Lapa, citado em Lobato (2009), “mesmo em 1985, a situação de grandes disparidades regionais no campo da pesquisa histórica era evidente, pois havia no Brasil dezesseis cursos de pós-graduação em história, dos quais nove se localizavam na Região Sudeste, quatro na Região Sul, dois no Nordeste, dois no Centro-Oeste e nenhum no Norte”²³. Colabora para a compreensão desse quadro, que demonstra a atuação dos institutos históricos e geográficos estaduais para além da década de 1930, as ponderações do historiador amazônico Geraldo Mártires Coelho, que enfatizou o fato de que o modelo de história e ensaísmo, advindo do IHGB, somente ter começado a ser superado na Amazônia a partir da década de 1970²⁴. Nesse caso, ocorreu a “introdução de disciplinas antropológicas no curso de história da Universidade Federal do Pará. Antes disto, os historiadores teriam seguido o modelo historiográfico do IHGB”²⁵, passando-se a partir daquele momento “a visitar o passado com instrumentos teóricos adequados à compreensão do sentido processual da cultura, vale dizer, da história”²⁶, abandonando-se uma fase predominantemente ideológica e início da produção de discursos a partir da “complexa representação da identidade cultural amazônica”²⁷. Esse autor reforça sua argumentação, evidenciando que:

Até à altura da década de 1960, o preponderante da historiografia produzida no Brasil, com as poucas exceções verificadas em São Paulo e

²² Idem, p.301.

²³ LAPA, José Roberto do Amaral (LAPA, 1985, p. 39-40). Apud: LOBATO, Sidney da Silva. Estado, Nação e Região na obra de Arthur César Ferreira Reis. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 13, n. 3, p. 625-642, 2009, p. 627.

²⁴ COELHO, Geraldo Mártires. **História e Identidade Cultural na Amazônia**. In: D’ÍNCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel (orgs). Amazônia e a crise da modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, p. 183. Apud: LOBATO, Sidney da Silva. Estado, Nação e Região na obra de Arthur César Ferreira Reis. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 13, n. 3, p. 625-642, 2009, p. 627.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

no Rio de Janeiro, era uma atividade intelectual desenvolvida em associações culturais nascidas ao abrigo do centenário e operoso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: os institutos existentes nas principais cidades brasileiras. Essas associações foram responsáveis pelo que o Brasil construiu como organização e explicação de sua história, na forma de um saber que, à falta de historiadores especializados, era realizado por uma legião de historiadores autodidatas e de intelectuais tradicionais que chamaram a si, com as virtudes e os defeitos proporcionais à envergadura da empresa, a tarefa de produzir o patrimônio historiográfico brasileiro²⁸.

Em que pese a criação dos ambientes universitários, os Institutos Históricos e Geográficos estaduais continuaram, principalmente aqueles mais distantes do Centro-Sul (SP e RJ), atuando como espaços oficiais da produção da História e da Geografia, como é o caso de boa parte dos institutos dos estados do Norte e Nordeste. Nesse caso, foi somente com os institutos históricos e geográficos do Pará e do Amazonas, especialmente a partir de 1917, que o campo historiográfico amazônico passou a funcionar, criando uma ambiência própria para o exercício de práticas e pensamentos históricos que respondiam, em grande medida, a dois objetivos maiores: primeiro, escrever a própria história da Amazônia e comunicá-la de forma profissional e reconhecida; segundo, tratar a região amazônica como região distinta e merecedora de atenção diante da nação brasileira. Logo adveio a perspectiva de chamar a atenção nacional para essa área do país, especialmente demonstrando sua integração à História do Brasil.

Emergia, assim, um campo historiográfico regional que diferia dos historiadores que escreveram sobre a região amazônica antes da criação dos institutos estaduais nessa região, sobretudo no século XIX, tendo em vista que esses historiadores – o que podemos chamar de uma “proto-história” do campo intelectual regional, cujas principais questões e os historiadores destacaremos no início da tese, com o objetivo de apresentar esse momento anterior à criação dos Institutos Históricos e Geográficos –, apesar de escreverem sobre essa parte do país, não estavam situados nesse âmbito autônomo de pesquisa e produção histórica em permanente atividade e agenciado por sujeitos (historiadores) e instituições (institutos históricos) voltados para construir uma historiografia regional amazônica e integrá-la à História do Brasil a partir de demandas regionais e da historiografia nativa. Os objetivos dentro do campo historiográfico são mais bem definidos e a ambiência do campo cria lógicas próprias de produção histórica e de correlação de forças que resultam em lutas de representação historiográfica dentro do campo

²⁸ COELHO, Geraldo Mártires. Apresentação. In. CRUZ, Ernesto. **Procissão dos Séculos**: Vultos e Episódios da História do Pará. Belém. Imprensa Oficial do Estado. 1999.

regional e fora dele, bem como esse mesmo campo recepcionava influências externas que demandavam posturas e posicionamentos de seus membros.

Nesse cenário, no que diz respeito às influências externas que provocaram a emergência de um campo intelectual, observa-se que os Institutos Históricos e Geográficos da Amazônia (Pará e Amazonas) inicialmente foram criados por demandas históricas e geográficas, a exemplo do Instituto do Pará que foi fundado pela primeira vez em 1900 para realizar estudos relacionados à História, à Geografia e à Etnografia do Brasil e do vale amazônico no contexto da comemoração do 4.º Centenário do Descobrimento do Brasil, sendo que se traduziu em uma instituição que faria parte de um projeto político educacional republicano no Pará, visando dotar o Estado de instituições que colaborassem em um projeto de educação e civilização da população; por outro lado, a refundação desse Instituto histórico em 1917, atribuiu novos significados ao IHGP, diante do novo cenário político, econômico e social, vivenciado na Amazônia. Assim, a refundação do IHGP, entre outros objetivos, almejava criar mais uma instituição que colaborasse na definição dos limites do Estado, bem como na construção de narrativas históricas e geográficas de reafirmação da regionalidade frente aos desafios da época, como a crise da borracha e a demanda por investimentos do Estado brasileiro nessa parte do país e, portanto, convinha escrever a história da Amazônia integrada à História do Brasil.

Registra-se de antemão que o campo historiográfico regional amazônico possuiu permanente relação com o campo intelectual e historiográfico brasileiro, coordenado pelo IHGB, e considerando as relações de força dentro do campo ou fora dele, observa-se que os historiadores amazônicos buscaram, sempre que possível, demarcar uma posição na historiografia brasileira, a saber: o lugar da região amazônica na História do Brasil. Transparece que pelo fato de o vale amazônico por certo período da história colonial ter sido um Estado a parte do Estado do Brasil, os amazônicos se preocuparam em escrever sobre a região nativa, reafirmando a sua condição de pertencimento ao Brasil, bem como demonstrar, em dados momentos, que a matriz regional brasileira poderia ser pensada a partir da Amazônia e, dessa forma, as distâncias entre a região e a nação seriam rapidamente superadas.

Outra busca de posição do campo historiográfico regional amazônico ocorreu frente à relação com a sociedade brasileira e suas elites intelectuais, visto que os historiadores desse campo perspectivaram elevar o perfil do homem e das condições de vida amazônica, pois, por muito tempo, agentes externos atribuíram à região o aspecto de “selvagem”, “clima inapropriado” e “deserto”. Por fim, e não menos importante, outro combate encampado pelo campo historiográfico amazônico foi chamar a atenção do Governo brasileiro para as necessidades de crescimento e desenvolvimento regional da Amazônia. Assim, busca-se na

presente tese de doutorado analisar a atuação dos Institutos Históricos e Geográficos do Pará e do Amazonas na construção do campo historiográfico da Amazônia e a busca por sua integração à História do Brasil, no contexto de 1917 a 1953.

A tese procura justamente demonstrar que os Institutos Históricos e Geográficos estaduais, a partir do caso específico do Pará e do Amazonas, tiveram um papel fundamental na escrita da história da região amazônica e do Brasil, tornando-se veículos oficiais de produção histórica na primeira metade do século XX. E mais, se faz necessário lembrar que esses institutos são fundamentais para se pensar as relações entre as regiões brasileiras e a nação, visto também que essas instituições devem ser tomadas como espaços onde se manifestaram práticas e discursos dessa relação, sobretudo as demandas regionais por inserção e reconhecimento nacional e os processos de nacionalização da cultura histórica das regiões, capitaneados pelo IHGB.

Ademais, estudar a historiografia amazônica, a partir dos Institutos do Pará e do Amazonas, é também analisar como a escrita da História do Brasil foi realizada a partir de institutos estaduais, sem contudo imaginar que esse processo tenha sido sem contrastes e demandas próprias, ou seja, ao modo dos próprios institutos, com seus vínculos locais e nativos, ocorreu também uma escrita da história do Brasil, pensada mediante a inserção das personagens, das narrativas e dos acontecimentos regionais como demarcadores, também, da História Nacional.

Existe um conjunto de autores e obras da historiografia brasileira que concedeu importância aos Institutos Históricos e Geográficos e aos seus arquivos e documentos como objetos de pesquisa. Menciona-se aqui o trabalho *A Cultura Brasileira*, 1943, de Fernando de Azevedo²⁹, que analisa a importância do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo como *locus* da cientificidade, realizando uma interpretação histórico-sociológica dos problemas do país, citando autores como Capistrano de Abreu e Afonso Taunay.

Menciona-se, além disso, as contribuições de Max Fleiuss e José Honório Rodrigues. Fleiuss, em sua obra *O Instituto Histórico através de sua Revista*³⁰, publicado em 1938, no Terceiro Congresso de História Nacional, apresentou um catálogo dos títulos de toda a produção e seus autores até então veiculada nas revistas do IHGB, ao longo dos cem anos de existência da RIHGB. Já o historiador José Honório Rodrigues apresenta em suas obras *A pesquisa histórica no Brasil*, 1952, e *Teoria da História do Brasil*, 1949 a importância dos arquivos dos

²⁹ AZEVEDO, F. *A Cultura Brasileira*. Brasília: UnB, 1963.

³⁰ FLEIUSS, Max. *O Instituto Histórico através de sua Revista*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

Institutos Históricos e o conjunto de seus acervos para a pesquisa histórica, chamando atenção para a desvalorização e desconhecimento dos pesquisadores sobre estes acervos.

Cita-se, também, o trabalho de Lilia Moritz Schwarcz *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. Nele, a autora discute acerca da importância do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano (IAGP) e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) para a elaboração das identidades regionais e o debate com a nação. De acordo com a autora, os Institutos Históricos que foram surgindo no país, apesar de se inspirarem no modelo carioca, guardavam suas especificidades e interesses regionais, pois, se o IHGB era um estabelecimento voltado para a produção de uma História Nacional, estabelecendo personagens, eventos e uma cronologia para a história oficial do país, o IAGP, por sua vez, era representativo dos interesses regionais, em que a “história local ocupava quase a totalidade dos trabalhos e atividades empreendidas pelo estabelecimento”³¹, defendendo os interesses de Pernambuco e do Nordeste, buscando legitimar as elites decadentes que destacavam um passado glorioso, mas viviam um presente de crise econômica e ostracismo.

Ainda conforme Schwarcz, nesse jogo e disputas de interesses, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo autoproclamava-se como representante da história do país, tendo à frente o percurso e o exemplo dos paulistas. Assim, o fenômeno do bandeirantismo esteve presente nas reuniões, nas publicações dos autores e nas revistas do Instituto, bem como os debates e as preocupações do IHGSP estiveram centradas em temas estaduais e regionais.

No que se refere a esse debate entre região e nação e a importância dos Institutos Históricos e Geográficos estaduais, cita-se, também, o trabalho de Antônio Celso Ferreira *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. Nessa obra, Antônio Celso analisou a atuação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo para a construção de uma pretensa identidade paulista. De acordo com o autor, o contexto que vai dos anos 1870 a 1940 “põe em relevo os esforços iniciais de elaboração histórica e literária da intelectualidade regional, dos quais resultou a criação do modelo da epopeia bandeirante”³², sendo contemporâneas desse movimento “as iniciativas percussoras de agremiação da elite letrada regional, das quais nasceriam o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894) e a Academia Paulista de Letras (1909)”³³.

³¹SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 156.

³²FERREIRA, Antônio Celso. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 25.

³³ Idem.

Os trabalhos de Arno Wehling e Manoel Luiz Salgado Guimarães também são representativos da importância que o IHGB recebeu ao longo do século XX. Em seu texto “As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasil” Wehling apresenta o processo de criação do IHGB como um projeto de inspiração historicista, pautado no modelo romântico-nacionalista de finais do século XIX e encabeçado por lideranças políticas ligadas ao partido liberal moderado, que buscavam a reinstitucionalização do país.

O historiador Manoel Luiz Salgado Guimarães em seus trabalhos “Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857”³⁴ e “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”³⁵ apresenta um quadro geral do IHGB e de sua produção historiográfica entre os anos de 1838 e 1857, investigando como a escrita da história participou do processo de afirmação do Estado nacional e de construção da nação brasileira. Assim, realiza um paralelo entre a cenário historiográfico europeu e a realidade brasileira, abordando a influência do *Institut Historique de Paris* sobre a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, afirmando que enquanto na Europa a consolidação da História como ciência e a construção da identidade nacional realizava-se no âmbito das universidades, no Brasil esse processo desenhou-se no interior do IHGB, herdeiro direto do Iluminismo, tendo como missão construir uma civilização branca e europeia no novo mundo.

Mencionam-se, também, os trabalhos de Lucia Maria Paschoal Guimarães³⁶ *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889); Da Escola Palatina ao Silogeu: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Nessas obras, Lucia Guimarães analisa a história do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro durante os anos de 1838 a 1889, a fundação da entidade à queda do Imperador Protetor, e os anos posteriores, 1889 a 1938, contexto em que a instituição passou inúmeras mudanças sob novas administrações e o mecenato de Getúlio Vargas. Assim, a autora disserta sobre “as principais iniciativas acadêmicas tomadas pela Trindade do Silogeu”, como o Primeiro Congresso de História Nacional, 1914, o Dicionário Histórico, Etnográfico e Geográfico do Brasil, 1915-1922, e a Faculdade de Filosofia e Letras, 1916-1921.

³⁴GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

³⁵GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 1, 1988, p. 5-27.

³⁶GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1997; GUIMARÃES, Lúcia M. P. **Da Escola Palatina ao Silogeu: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, 248p.

Interessa, particularmente, o trabalho realizado por Lucia Guimarães com a documentação oficial do instituto, as atas das sessões ordinárias, os relatórios, as correspondências com órgãos do governo, as Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os Anais dos Congressos de História (três nacionais e um internacional), o que lhe possibilitou compreender o cenário político, social e intelectual estudado, bem como a importância da instituição para a construção de uma história e memória nacionais.

No conjunto dessa historiografia acerca dos Institutos Históricos e Geográficos no Brasil, cita-se os trabalhos de Paulo Knauss de Mendonça: *A força da tradição: a História Fluminense e suas variações historiográficas*³⁷ e *Clio em terras cariocas e Fluminenses: o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e sua Revista*³⁸. Nesses trabalhos, Knauss discorre acerca da escrita da história fluminense, compreendida como a história regional do Rio de Janeiro, apresentando um panorama com base em um inventário bibliográfico sobre a história fluminense empreendido no âmbito das atividades do IHGRJ. Assim, analisa as “possibilidades de interpretação histórica a partir desse recorte regional, considerando que história fluminense elabora diferentes representações do espaço regional reunidas numa historiografia construída pela força da tradição”³⁹, bem como analisa a história do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, investigando sua atividade editorial e publicações. Analisa, ainda, o “conjunto de publicações promovidas pelo IHGRJ ao longo de suas décadas de existência, situando o lugar que assumiu na história institucional a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro”⁴⁰, apresentando os principais temas e tendências da revista, afirmando que “a revista foi um espaço de textos de opinião e notas de pesquisa”⁴¹, bem como um veículo do debate historiográfico e da pesquisa sistemática de fontes realizadas pela instituição.

Por fim, cita-se a coletânea organizada por Antônio Celso Ferreira e Marcelo Lapuente Mahl *Os Institutos Históricos e Geográficos: Nação e Região na Historiografia Brasileira*⁴², em que buscam “compreender o fenômeno de formação e consolidação dos Institutos Históricos

³⁷ KNAUSS, Paulo. A força da tradição: a História Fluminense e suas variações historiográficas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro** a. 27, n.27, p. 15-42- 2020.

³⁸ ALMEIDA, Roberto Schmidt; KNAUSS, Paulo. Clio em terras cariocas e Fluminenses: o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e sua Revista. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. n° 43, 2013.

³⁹ KNAUSS, Paulo. A força da tradição: a História Fluminense e suas variações historiográficas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro** a. 27, n.27, p. 15-42- 2020.

⁴⁰ ALMEIDA, Roberto Schmidt; KNAUSS, Paulo. Clio em terras cariocas e Fluminenses: o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e sua Revista. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. n° 43, 2013. p. 22.

⁴¹ Ibidem, p. 21.

⁴² FERREIRA, Antônio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente. (Orgs). **Os Institutos Históricos e Geográficos: nação e região na historiografia brasileira**, Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

no Brasil”⁴³, dissertando acerca dos Institutos de diversos Estados do país, como Pernambuco, Bahia, Sergipe, Paraíba, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e o IHGB. Segundo seus organizadores, o objeto em comum entre os institutos desses vários estados é “a preocupação em definir esses lugares institucionais, analisar sua composição social e compreender o papel que estas instituições desempenharam na construção das identidades regionais em sua relação com a identidade nacional”⁴⁴.

Acerca desse último trabalho, destaca-se o fato de que entre a relação dos principais institutos do país não existir menção aos Institutos Históricos e Geográficos da Região Norte, mais especificamente da região amazônica, é como se houvesse a compreensão de que a historiografia produzida pelos intelectuais dos institutos históricos e geográficos dessa região estivesse “à margem da historiografia oficial”, não tendo importância no quadro geral da historiografia brasileira. Assim, a presente tese é uma contribuição para as historiografias brasileira e amazônica e tem como objetivo analisar a construção do campo historiográfico da Amazônia na primeira metade do século XX, buscando investigar a partir da análise dos discursos dos intelectuais do Pará e Amazonas qual o papel dos institutos históricos e geográficos da Amazônia e de seus historiadores na elaboração de uma história regional, e qual a relação entre a região (amazônica) e a nação (brasileira) a partir da historiografia produzida angularmente a partir da Amazônia.

Como fontes para a referida pesquisa, foram utilizadas as revistas dos Institutos Históricos do Pará e do Amazonas, estatutos, atas, cartas, correspondências, artigos de jornais, relatórios, os anais dos Congressos de História Nacional realizados pelo IHGB, especialmente as teses apresentadas pelos intelectuais do Pará e do Amazonas, obras, capítulos e artigos produzidos pelos intelectuais amazônicos, analisando a atuação dos institutos históricos e geográficos da região na construção do campo historiográfico regional, refletindo acerca do perfil dos historiadores e das narrativas históricas que circularam na região Amazônica na primeira metade do século XX.

As reflexões foram fundamentadas na cultura historiográfica brasileira⁴⁵, verificando-se a cultura historiográfica que demarcou a primeira metade do século XX no Brasil e a sua influência na elite letrada do país, principalmente intelectuais amazonenses e paraenses.

⁴³ Ibidem, p. 12.

⁴⁴ Ibidem, p. 13.

⁴⁵ DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 19-20; DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970**. Passo Fundo: UPF EDITORA, 1999.

A República, a História e o IHGB⁴⁶, foram três instâncias fundamentais de compreensão para a pesquisa, pois a tese toma como eixo de análise o perfil do conhecimento histórico produzido nos Institutos Históricos e Geográficos do Pará e do Amazonas e, para além da Amazônia, no IHGB, a partir dos contatos estabelecidos entre intelectuais amazonenses/paraenses e aquela instituição. Na obra *A República, a História e o IHGB*, a historiadora Ângela de Castro Gomes afirma que os avanços da profissionalização e da institucionalização do conhecimento histórico gerou no Brasil no contexto dos anos 30 e 40 do século XX o que Sérgio Miceli chama de intelectuais “polígrafos”⁴⁷, podendo esses desempenhar ao mesmo tempo várias funções, estando encarnado no mesmo indivíduo “o historiador, o divulgador e o educador”, todos com uma função muito bem definida: “a pedagogia da nacionalidade”, para a construção de uma cultura política republicana, que precisava ser produzida com destaque para um passado histórico exemplar, devendo ser ensinada por meio de uma narrativa acessível que mobilizasse meios capazes de atingir um grande público, “a pedagogia de uma história pátria”.⁴⁸

A importância de se investigar a relação entre texto e discurso e a inscrição desses no contexto histórico social, impulsionou a analisar mais de perto o universo social e intelectual a que pertenciam os intelectuais, buscando-se compreender a natureza das representações elaboradas por eles em suas narrativas e o lugar sociocultural em que se inseriam, as redes de poder e saber nas quais estavam imersos para a construção dos discursos. Para tais reflexões foram importantes os trabalhos *Intelectuais à brasileira*, de Sérgio Miceli, e *Os Intelectuais*, de Jean-François Sirinelli, pois, segundo esse último, é fundamental a análise das relações estabelecidas entre as ideologias produzidas ou veiculadas pelos intelectuais e a “cultura política” de sua época⁴⁹. Interessou, em particular, a análise realizada por Sérgio Miceli acerca das elites intelectuais brasileiras no contexto da Primeira República e o período modernista, em que aborda os trajetos familiares, profissionais e sociais, os círculos/ grupos intelectuais e suas atuações políticas junto aos grupos dirigentes do país, investigando o impacto das biografias

⁴⁶ GOMES, Ângela Maria de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2009.

⁴⁷ Sérgio Miceli utiliza o termo “polígrafo” para descrever o intelectual que desempenhava diversas tarefas ao mesmo tempo e dedicava-se, também, a atividades ligadas ao mundo das letras, produzindo obras históricas, literárias, jornalísticas etc. Ver: MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁴⁸ GOMES, Ângela Maria de Castro. Op. Cit, 2009, p. 88-89.

⁴⁹ MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p.261. Sobre intelectuais e pesquisa histórica ver: IGLÉSIAS, F. **História e literatura**. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte, MG: CedeplarFace-UFGM, 2009; ORTIZ, R. **Cultura brasileira & identidade nacional**. 5ª ed. 10ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 2009; PECAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**. Entre o povo e a nação. Tradução de M. J. Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990; SEVCENKO, N. **Literatura como missão**. Tensões sociais e criação cultural na primeira República. 2ª ed. rev. e ampli. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; LUCA, T. R. de. **A revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

peçoais dos sujeitos analisados e suas dinâmicas político-culturais na produção de suas obras. É necessário conhecer, portanto, conforme afirma Michel de Certeau, “o lugar social de produção destas narrativas, o universo institucional a que pertenceram seus autores, o processo de produção (prática de escrita) das mesmas e a natureza de suas escritas”.⁵⁰

Menciona-se, ainda, como aporte teórico utilizado na presente tese, a teoria dos campos, de Pierre Bourdieu, especialmente o conceito de Campo Intelectual e sua articulação com o Campo do Poder, para compreender as relações entre os intelectuais analisados e os poderes políticos e institucionais. A concepção de campo historiográfico utilizada serve para designar um espaço relativamente autônomo, um microcosmo dotado de suas leis próprias, formado por sujeitos e instituições que estão envoltas em uma zona de forças e lutas, cujas disputas por lugares e saberes encontra-se nessa zona⁵¹.

Questiona-se, a partir desse diálogo, de que maneira os historiadores oriundos dos institutos históricos e geográficos da região amazônica construíram e pensaram a sua própria história, em que a região vivia uma grande crise econômica entre os anos de 1917 e 1953? Por quais articulações e meandros de ideias os intelectuais do IGHA e IHGP caminhavam? Quais matrizes teórico-metodológicas orientavam suas ideias ajudando a sedimentar o campo historiográfico regional? Qual o fio condutor que entrelaça os vários autores analisados e as características de suas obras, que as transformam em padrões de pensamento por meio das quais a historiografia amazônica foi sendo concebida? Como a atuação dos intelectuais amazônicos pode ser pensada não na perspectiva do isolamento, mas como parte integrante do que pode ser entendido como a constituição de um campo historiográfico específico na Amazônia e da Amazônia, ao mesmo tempo em que buscava a integração desse mesmo campo historiográfico com o Centro-Sul do país, os círculos intelectuais e a História nacional?

Metodologicamente, realizou-se uma análise dos discursos de cunho histórico elaborados pelos intelectuais paraenses e amazonenses que surgiram no período de 1917 a 1953, e que se tornaram padrões de pensamento no campo da História na Amazônia. Assim, os discursos de cunho histórico que circularam em Manaus e Belém não passaram apenas pelo “lugar de produção”, pelas instituições que os produziram, pelas redes de poder/ saber nas quais os discursos estavam entrelaçados, os tipos de interesses que havia, etc.

⁵⁰CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 65-106

⁵¹BOURDIEU, Pierre. O Poder. Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001; BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007.

No que se refere à metodologia utilizada, deve-se considerar que a grande quantidade de fontes coletadas especialmente nos Institutos Históricos de Belém e Manaus e Centro Cultural dos Povos da Amazônia, em Manaus, bem como no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro: atas de reuniões do IHGP e IGHA, obras, artigos, revistas, relatórios dos presidentes dos institutos, revistas, acervo de correspondências enviadas e recebidas, cartas, estatutos, artigos de jornais, relatórios institucionais, dentre outros, obrigou a buscar um percurso metodológico que melhor desse a ler sobre os intelectuais e as produções historiográficas de ambos os estados.

Trabalhar com um arsenal de discursos que emergia de dois lugares distintos, muitas vezes aproximando-se, outras distanciando-se em seus interesses e posições intelectuais, somente seria possível se colocados em alegoria. Desse modo, optou-se pela elaboração de gráficos, especialmente no capítulo três, pois possibilitou a elaboração de um mapa que permitiu enxergar ao mesmo tempo quem eram os sujeitos que escreviam, sobre quais temas dissertavam em suas revistas, sobre quais temas dialogavam em suas reuniões e com quais sujeitos e instituições correspondiam.

A opção por analisar a escrita História na Amazônia, no contexto entre 1917 a 1953, decorreu da compreensão de que a emergência dos Institutos Históricos do Pará e do Amazonas desencadeou a formação de um campo historiográfico na região, pautado na construção de um regionalismo histórico que foi disseminado a partir de correspondências, obras, artigos, revistas, e demais tipos de publicações que se consolidaram como a historiografia oficial da região neste contexto, elaboradas por historiadores, associados as principais instituições de saber oficial da região: os Institutos Históricos e as Academias de Letras. Compreende-se que até a segunda metade do século XX, essas instituições eram os espaços oficiais de fala acerca da história da Amazônia, portanto, foram os intelectuais ligados ao IGHA e IHGP que escreveram a História da região, sendo as vozes institucionalizadas de fala sobre os acontecimentos, personagens e narrativas amazônicas.

A partir da década de 1950 surgiram outras instituições científicas na Amazônia voltadas para pensar a História, a Geografia e aspectos da natureza, como a fauna, a flora, além das questões políticas, econômicas e sociais da região, a exemplo do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, criado em 1952; a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada em 1953, e a Universidade Federal do Pará, criada em 1955, com o curso de graduação em História e Geografia. Por esse motivo, decidiu-se concluir o recorte temporal desta tese em 1953, pois considera-se que mediante essas novas instituições, a região amazônica passou a ser pensada a partir de outros espaços, e não apenas

a partir dos institutos históricos, apesar de alguns intelectuais e membros dos institutos terem sido bastante atuantes nestas novas instituições, a exemplo de Arthur Cezar Ferreira Reis que esteve à frente da SPVEA entre 1953 a 1955 e do INPA entre 1956 a 1959, tendo lançado a sua obra de interpretação acerca da vida rural no interior dos seringais na Amazônia “*O seringal e o seringueiro*” justamente no ano de 1953. Contudo, apesar da emergência destes novos espaços de pesquisa sobre a Amazônia, os institutos históricos da região continuaram ativos, produzindo e publicando sobre a região, atuando com essas novas instituições e outras já antigas, a exemplo do Museu Paraense Emílio Goeldi, para a compreensão da Amazônia neste novo contexto.

Em relação ao aporte teórico oriundo da região amazônica, especificamente do Estado do Pará, citam-se inicialmente os trabalhos de Aldrin Moura de Figueiredo, *Eternos Modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*⁵²; *Os novos e o centenário: arte, literatura e efeméride no Pará dos anos 20*⁵³; *Flechas com pontas de aço: imagem, política e historiografia indigenista na Amazônia nas primeiras décadas do século XX*⁵⁴; *A tela e o fato: a invenção moderna e a fundação do Brasil na Amazônia*⁵⁵; *Panteão da História, Oratório da Nação: o simbolismo religioso na construção dos vultos pátrios amazônicos*⁵⁶; *O índio como metáfora: política, modernismo e historiografia na Amazônia nas primeiras décadas do século XX*⁵⁷; *O museu como patrimônio, a república como memória: arte e colecionismo em Belém do Pará (1890-1940)*⁵⁸. No conjunto dessas obras, o autor elabora um mapa do cenário intelectual amazônico das primeiras décadas do século XX, dissertando acerca dos literatos paraenses que habitavam a capital do Estado nos anos 1920 e que construíram uma nova visão da identidade nacional, a partir da qual a Amazônia passava a ser o centro do país. Suas obras também possibilitam a compreensão dos manifestos literários e visuais construídos

⁵² FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **Eternos Modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929**. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001.

⁵³ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Os novos e o centenário: arte, literatura e efeméride no Pará dos anos 20. **Revista de Estudos Amazônicos**, v. 3, 2008, p. 167-172.

⁵⁴ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Flechas com pontas de aço: imagem, política e historiografia indigenista na Amazônia nas primeiras décadas do século XX. **Muiraquitã**, PPGLI-UFAC, v.2, n.1, Jul/Dez, 2013.

⁵⁵ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. A TELA E O FATO: a invenção moderna e a fundação do Brasil na Amazônia. In: FORLINE, Louis; MURRIETA, Rui; VIEIRA, Ima. **Amazônia além dos 500 Anos**. Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005.

⁵⁶ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Panteão da História, Oratório da Nação: o simbolismo religioso na construção dos vultos pátrios amazônicos. In: NEVES, Fernando A. de F.; LIMA, Maria Roseane Pinto. **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006. p. 546.

⁵⁷ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. O índio como metáfora: política, modernismo e historiografia na Amazônia nas primeiras décadas do século XX. **Projeto História**, São Paulo, nº 41. Dezembro de 2010.

⁵⁸ FIGUEIREDO, Aldrin de Moura. O museu como patrimônio, a república como memória: arte e colecionismo em Belém do Pará (1890-1940). **Antíteses** [en línea]. 2014, 7(14), 20-42. ISSN: 1984-3356. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193332875003>

pelo modernismo amazônico na década de 20, investigando diferentes modernismos brasileiros, em especial a atuação de grupos de intelectuais e artistas paraenses na produção literária e pictórica como integrante do “repertório político de declaração de identidade nacional brasileira”.⁵⁹

É válido mencionar, também, os trabalhos *A Engenharia da História: natureza, Geografia e Historiografia na Amazônia*, de Tarcisio Cardoso Moraes⁶⁰, e *O Patronato das Letras: Cultura e Política no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1930 – 1937)*, de Iza Vanesa Pedroso de Freitas⁶¹, pois possibilitaram, respectivamente, a compreensão da relação entre a geografia e a produção histórica paraense no final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, observando como os engenheiros estiveram entre os principais nomes da produção da historiografia no Estado do Pará, a exemplo de João de Palma Muniz, Henrique Santa Rosa e Ignácio Baptista de Moura, além da importância da atuação desses geógrafos e engenheiros na elaboração dos discursos históricos. O trabalho de Iza Freitas permite a compreensão dos significados atribuídos à interventoria de Magalhães Barata e à Amazônia. Tomando como fontes de pesquisa a Revista do IHGP e os artigos do Jornal Folha do Norte, no sentido de compreender a relação entre o Instituto Histórico e o Estado e como se definia a ideia de Amazônia em pleno contexto da Revolução de 1930. Em seu trabalho a autora analisa os discursos provenientes do IHGP no contexto de 1930 a 1937, estudando as publicações dos intelectuais do Estado do Pará.

No que se refere aos referenciais pertinentes ao Estado do Amazonas, menciona-se o trabalho de Marco Aurélio de Paiva, *A Conquista Intelectual do Amazonas*⁶², em que o autor analisa as obras escritas pelos intelectuais do IHGA no contexto de 1900 a 1920, observando a relação entre o Instituto Histórico e o Estado e as percepções destes para a Amazônia nas primeiras décadas do século XX para a construção de um projeto político e intelectual para a Amazônia. Em seu trabalho o autor traz ênfase para os círculos intelectuais amazônicos nas duas primeiras décadas do século XX, especificamente no Amazonas.

Ademais, cita-se os trabalhos de Charles Maciel Falcão, *O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e os itinerários da construção de um campo intelectual em Manaus-*

⁵⁹ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Flami-n’-assú: manifesto e perspectivismo amazônico no Modernismo brasileiro na década de 1920. **Revista de História**, [S. l.], n. 181, p. 1-22, 2022; FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. De pinças e letras: os manifestos literários e visuais no modernismo amazônico na década de 20. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 9, n.2, jul.-dez., 2016.

⁶⁰MORAES, Tarcisio Cardoso. **A Engenharia da História: natureza, Geografia e Historiografia na Amazônia**. PPGH/UFPA, Belém – Pará, 2009.

⁶¹ FREITAS, Iza Vanesa Pedroso de. **O Patronato das Letras: Cultura e Política no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1930 – 1937)**, PPGH/UFPA, Belém – Pará, 2007.

⁶² PAIVA, Marco Aurélio de. **A Conquista Intelectual do Amazonas**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2000.

AM, onde o autor analisa o processo de fundação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, os jogos de interesse, e as “redes de relações estabelecidas ao longo de sua história” e o papel que este instituto assumiu no “processo de desenvolvimento de um campo intelectual na cidade de Manaus e no Amazonas, desde a sua fundação até a década de 1950”⁶³; e *Mário Ypiranga Monteiro e os estudos de Folclore: 1940/1950*⁶⁴, obra em que o autor analisa o movimento regionalista no Amazonas nas décadas de 1940 e 1950 concretizado no folclore amazônico, por meio do qual os intelectuais do Amazonas passaram a dar visibilidade aos elementos regionais. Assim, o autor realiza uma abordagem do movimento folclórico no Amazonas e a sua relação com o processo de institucionalização das ciências sociais, demonstrando o processo pelo qual a produção intelectual de Monteiro foi responsável por promover a invenção da região pelo estabelecimento de confronto/ associação com o conjunto da regionalidade brasileira.

Menciona-se também os trabalhos de Lademe Correia de Souza e Hélio Dantas⁶⁵, ambos sobre o intelectual amazonense Arthur César Ferreira Reis, sua trajetória intelectual, obra historiográfica e a importância deste intelectual para a compreensão da história da Amazônia. Bem como a importância das obras de Arthur Reis para a construção de representações históricas “em que Portugal atua como um Estado forte e intervencionista, traçando uma eficiente política econômica para a região e defendendo-a da cobiça estrangeira”.⁶⁶

Por fim, destaca-se o trabalho de Décio Alencar Guzmán *Histórias de Brancos: memória, historiografia dos índios Manao do rio Negro (sécs. XVIII-XX)*⁶⁷, em que o autor analisa “as diferentes representações dos índios Manao nas narrativas coloniais e na historiografia amazonense da primeira metade século XX”⁶⁸, em especial o capítulo III, em que realiza uma “crítica e a contextualização das representações historiográficas produzidas pelos intelectuais amazonenses nos anos 30 e 40 sobre os personagens e o episódio do conflito

⁶³ FALCÃO, Charles Maciel. **O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e os itinerários da construção de um campo intelectual em Manaus-AM**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) Universidade Federal do Amazonas. 2019.

⁶⁴ FALCÃO, Charles Maciel. **Mário Ypiranga Monteiro e os estudos de Folclore: 1940-1950**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Amazonas. Instituto de Ciências Humanas e Letras, Coari, Amazonas, 2010.

⁶⁵ DANTAS, Hélio. **Arthur César Ferreira Reis: trajetória intelectual e escrita da história**. Jundiá: Paco, 2014, 152 p.

⁶⁶ SOUSA, Lademe Correia de. **A Amazônia de Arthur Reis: entre as experiências do tempo e as intenções do agir**. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em História, 2020, p. 37.

⁶⁷ GUZMÁN, Décio Marco Antônio de Alencar. **História de Brancos: memória, história e etno-história dos índios Manao do Rio Negro (Sécs. XVIII- XIX)** Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP. SP, 1997.

⁶⁸ Idem, p. 02.

colonial”⁶⁹, constituindo-se, deste modo, em uma importante referência para se pensar a historiografia amazonense no contexto investigado.

Assim, para efeitos de organização, a presente tese de doutorado encontra-se estruturada em cinco capítulos:

No primeiro capítulo “História e Historiadores da Amazônia: a emergência de um Campo Historiográfico Regional”, investiga-se a historiografia do Grão-Pará e Amazônia ao longo do século XIX e na transição entre o Império e a República, apresentando um panorama da historiografia amazônica, os principais autores e obras que se destacaram na escrita da História da Amazônia. Disserta-se, também, acerca da institucionalização do conhecimento histórico na Amazônia a partir da fundação dos Institutos Históricos e Geográficos do Pará e do Amazonas, analisando, a partir de um ensaio de prosopografia, o perfil dos historiadores amazônicos que se destacaram no campo historiográfico regional na Amazônia no contexto de 1917 a 1953. Investiga-se, ainda, a atuação do historiador Paulo Eleutério Alvares da Silva na historiografia amazônica a partir de sua obra *Fontes da História* (1920), trabalho considerado representativo do processo de institucionalização do conhecimento histórico na região, a partir de sua busca pela definição de um método historiográfico na Amazônia, na década de 1920.

No segundo capítulo, “Entre a Nação e a Região: registros e diálogos de uma Historiografia Oficial”, investiga-se, a partir de documentos (atas de reuniões, de livros de ofícios, de circulares, de telegramas e cartas, de relatórios, de boletins etc.), presentes nos arquivos dos Institutos Históricos e Geográficos do Pará e do Amazonas, os principais temas discutidos, os embates e preocupações, o cotidiano dessas instituições e as redes de relações estabelecidas entre os historiadores amazônicos e os círculos intelectuais nacionais vivenciados.

No terceiro capítulo, “A Amazônia em (Re)vista: os Institutos Históricos e Geográficos da Amazônia e a legitimação do discurso historiográfico regional”, são analisados, a partir das revistas dos Institutos Históricos e Geográficos do Pará e do Amazonas, o perfil dos historiadores e das narrativas históricas que circularam na região amazônica na primeira metade do século XX, os principais temas e abordagens historiográficas, pois como principal veículo de divulgação das ideias científicas nos campos da história e da geografia amazônicas, as revistas do IGHA e IHGP construíram uma tradição de pensamento sobre a/ na Amazônia, visto que as narrativas dos intelectuais a elas vinculadas buscavam elaborar um campo historiográfico regional e a associação entre as narrativas locais e nacional, instituindo-as como fundamental para o conhecimento da região.

⁶⁹ Idem, p. 18

No quarto capítulo, “Historiadores amazônicos nos Congressos de História Nacional: sociabilidade intelectual e integração da História da Amazônia à História do Brasil”, são analisadas de que maneiras a participação dos historiadores amazônicos nos Congressos de História Nacional, realizados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na primeira metade do século XX, propiciou a integração desses historiadores nos círculos intelectuais do Centro-Sul do país, e como estes, por meio das teses publicadas e elaboração de pareceres, se inseriram nas redes de comunicação científica da historiografia brasileira da primeira metade do século XX.

No quinto capítulo e último capítulo, “A terra e o homem na Historiografia Amazônica: a construção de uma Matriz Regional para a Nacionalidade Brasileira”, são investigadas de que maneiras os historiadores Henrique Jorge Hurley, Francisco de Araújo Lima e Arthur Cezar Ferreira Reis ajudaram a construir uma matriz regional para a Nacionalidade Brasileira a partir da Amazônia, analisando-se, a partir de suas obras como esses autores construíram ou buscaram desconstruir visões e interpretações sobre a região amazônica, especialmente sobre a terra e o homem, ajudando a sedimentar um campo historiográfico regional e trazer visibilidade para a História da Amazônia na perspectiva de integrá-la à nação brasileira.

Esta tese de doutorado pretende contribuir para ampliar a compreensão do processo de produção e circulação do conhecimento histórico na Amazônia, colaborando com outras produções que pensaram a ação de sujeitos produtores de uma história profissional, bem como trabalhos sobre escritores nativos e estudos sobre a interferência política nos institutos históricos. Dessa feita, a tese contribui para o conhecimento das práticas e discursos das instituições e dos historiadores encarregados da função historiadora na Amazônia no recorte já apresentado, particularmente apresentando movimentos e modos de escrita da História da Amazônia ainda pouco analisados, como a dinâmica interna dos Institutos Históricos e Geográficos, a presença dos historiadores amazônicos nos Congressos de História Nacionais promovidos pelo IHGB, o diálogo dos historiadores amazônicos com os círculos intelectuais nacionais e internacionais, além da atenção dos historiadores paraenses e amazonenses com a história pátria nacional e regional, a exemplo das efemérides, as narrativas de fundação, as fronteiras, a cultura regional, o folclore, a terra e as gentes da Amazônia.

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA E HISTORIADORES DA AMAZÔNIA: A EMERGÊNCIA DE UM CAMPO HISTORIOGRÁFICO REGIONAL

Introdução

O presente capítulo tem como objetivo apresentar um panorama acerca da historiografia amazônica no século XIX, observando os principais autores e obras dos intelectuais do campo no período. Desse modo, tomaremos como objeto de investigação autores como Antônio Ladislau Monteiro Baena e Domingos Antônio Raiol, o Barão de Guajará, intelectuais polígrafos que se destacaram como homens de letras na produção de narrativas históricas acerca da Amazônia, no século XIX, bem como os principais nomes da historiografia da região e as instituições de saber histórico no início do século XX. Embora ligeiro, o panorama pretende servir como parâmetro para o entendimento de como foi constituído o campo historiográfico regional na Amazônia na primeira metade do século XX, visto que se faz necessário que o leitor entenda melhor sobre permanências, transformações e nuances que a historiografia da região apresentou a partir de 1917, quando ocorreu a fundação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e a refundação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Tal questão justifica o recuo feito em relação ao recorte temporal da pesquisa.

Serão analisadas obras conhecidas acerca da História da Amazônia, tais como *Compêndio das Eras da Província do Pará (1838)*⁷⁰, de autoria de Antônio Baena e “*Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*”⁷¹, composta por Domingos Raiol, observando o perfil das narrativas históricas acerca da região amazônica presentes nessas obras e a importância das publicações para a historiografia do Grão-Pará e da Amazônia, no século XIX. Considera-se a existência de uma historiografia do Grão-Pará e amazônica, visto que a própria ideia e o conceito de Amazônia foram sendo elaborados ao longo do século XIX e as narrativas que visavam fazer a história da região nesse período precisem ser mais bem situadas espacialmente. Acreditamos

⁷⁰ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das eras da província do Pará**. Belém: UFPA, 1969. 395 p.

⁷¹ RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. Vol.2. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo).

que Antônio Baena e Domingo Raiol sejam nomes de destaque para a escrita da história do Grão-Pará, iniciando uma transição para a Amazônia.

Analisa-se também, ao longo deste capítulo, o processo de institucionalização do conhecimento histórico na Amazônia a partir da fundação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, IGHA, em 1917, e a refundação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em 1917, compreendendo a organização e funcionamentos destes espaços como profissionalização do conhecimento histórico na região, a partir da produção de obras, discursos, artigos e a fundação de uma revista para divulgação e legitimação do campo historiográfico regional. Analisa-se também, a partir de um ensaio de prosopografia, os principais autores da historiografia amazônica deste contexto, realizando uma análise histórico-sociológica dos seus perfis: trajetórias biográficas e intelectuais, lugares de fala, filiações políticas e redes de sociabilidade intelectual. Por fim, realizamos a análise da obra *Fontes da História* (1920) de Paulo Eleutério Alvares da Silva, buscando compreender a atuação deste intelectual para a historiografia amazônica, compreendendo a sua obra como um marco neste processo de institucionalização do conhecimento histórico na região.

1.1 Historiografia do Grão-Pará e Amazônia: a escrita da história amazônica entre o Império e a República

Arthur Cezar Ferreira Reis, ao prefaciá-lo *Compêndios das Eras da Província do Pará*, fornece importante pista para se pensar a ideia de uma historiografia do Grão-Pará e amazônica durante o fim do Império português e a formatação do Império brasileiro, pois indica que durante o domínio colonial sobre o Grão-Pará existiram aqueles sujeitos responsáveis pelos registros dos fatos do passado, citando o exemplo dos cronistas. Todavia, para Reis (1968), com a proximidade do fim do período de domínio luso na região, a identificação da terra e da gente não estava somente a cargo do reinol, mas, sim, dos filhos da terra, o que pode-se compreender como um conjunto de escritas da história do Grão-Pará que já possuíam autores portugueses radicados no Brasil, além de brasileiros, a exemplo de *Anais Históricos do Maranhão* (1749), de autoria de Bernardo Pereira de Berredo; a obra do paraense Leonardo Ferreira Peres, *Mapa cronológico-histórico dos governadores e capitães-generais, dos governadores e capitães-mores que têm governado o Estado do Grão-Pará* (1812-1820); *Anais da Província do Pará* (1820), do paulista José Ricardo da Costa, mas com passagem profissional pelo Pará; *Corografia paraense, ou descrição física, histórica, e política, da Provincia do Gram-Pará*,

do português Ignacio Accioly Cerqueira e Silva; por fim, no Pará, Antônio Ladislau Monteiro Baena. Ainda conforme Reis, Baena situa-se nos quadros do projeto imperial de dignificar o Estado e de fundar um pensamento nacional após o fim da dominação portuguesa e o início do Brasil, na busca por realizar:

[...] um inventário do passado, uma história que fornecesse o conteúdo cívico, essencial à estruturação da unidade, do pensamento nacional e da vontade nacionais. Essa história não apenas elaborada como síntese de toda epopeia e a dramática da formação brasileira, mas também nos aspectos regionais que compunham geográfica, social e culturalmente o Império.⁷²

Publicado originalmente em 1838, *Compêndios das Eras da Província do Pará* apresentou aspectos regionais da Amazônia e, desse modo, Antônio Ladislau Monteiro Baena tratou do que ele chamava de “Gram-Pará”, a região, concedendo atenção ao Rio Negro. Baena foi um português, nascido em Lisboa, chegado em 1802 ao Pará, acompanhando uma comitiva governamental. Foi professor da escola militar e Sargento-Mor do Corpo de Artilharia, recebendo, ainda na década de 1820, a incumbência do Governo paraense para organizar dados sobre a Província. Tal trabalho rendeu-lhe a nomeação, em 1832, para uma comissão de estatística do Pará, o que resultou na obra *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, de 1839, em que o autor realizou a descrição física da província do Pará nas primeiras décadas do século XIX. A obra tornou-se tão importante quanto outra, também de sua autoria: o *Compêndio das Eras da Província do Pará*.

Compêndio... foi escrito conjuntamente com *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará* e posteriormente separado, referindo-se à parte histórica e narrando o contexto de domínio político de Portugal a partir do início da colonização do Pará, em 1616, até a independência da província em 1823. Organizando de forma cronológica o registro dos acontecimentos considerados mais importantes da história local, descreve a administração dos capitães-generais e governadores que se sucederam à frente do comando do Grão Pará. Ao analisar a presença dos jesuítas na colonização da Amazônia brasileira, Baena, tanto em *Compêndio das Eras da Província do Pará* como em *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, avalia de forma negativa a atuação missionária nessa região, afirmando ter sido um obstáculo para o desenvolvimento da colônia:

O domínio e monopólio dos antigos frutos das terras arrogado e sustentado sob vários pretextos por quase todos os religiosos, que dirigiam os índios,

⁷² Idem.

foram nesses antigos tempos o gravíssimo estorvo da prosperidade do comércio do Pará. Se os habitantes desta Província tivessem corrido parelhas com esses religiosos nas vantagens, que a sua astuta prepotência usurpara; quero dizer, se os paraenses não fossem detidos pelo temor de afrontar a ambição daqueles padres de certo não os veriam regurgitar no seio da abundância, e ao mesmo tempo a triste e mui saliente diferença entre os seus haveres, e os deles: diferença que se patenteava no paralelo dos edifícios dos ditos Cenobitas com os dos outros moradores: os destes debaixo de toda aparência de pobreza, e os daqueles traçados com amplidão, e ornados ricamente, e tudo à custa dos gêneros boscarejos só por eles no mor parte coligidos, e para a Europa exportados.⁷³

A produção de Baena situa-se como uma das mais importantes da chamada historiografia do Grão-Pará e Amazônia, sendo o autor, ao lado de Accioly Cerqueira e Silva, considerado “cronista do império”. A época de sua publicação, sob custeio da tesouraria provincial do Pará, a obra de Baena foi considerada uma importante publicação para a província, como podemos observar no ofício assinado pelo Presidente da Província do Pará, Bernardo de Souza Franco, ao autor da obra:

São estas obras as, que mais interessão qualquer Paiz, pondo patentes os seus meios de riqueza, e comunicação interior, e consignando aos presentes e vindouros hum numero de factos reaes de que as Sciencias se podem aproveitar em prol do mesmo, e eu me congratulo com V.S^a pela honra, que lhe cabe da publicação desta interessante obra, assim como da outra – Eras do Pará – com que ainda este anno enriqueceu nossa literatura Provincial.⁷⁴

De acordo com Figueiredo (2000), Antônio Baena estava em um atento diálogo com as discussões mais atuais, de então, “tanto na Europa, como entre os círculos letrados do Brasil e da América do Norte”⁷⁵, realizando a leitura de autores como Guillaume-Thomas François Raynal, Diderot, Alexandre Rodrigues Ferreira, Humboldt, La Condamine, Montaigne, Edward Gibbon, Bernardo Pereira de Berredo, dentre outros. Suas produções provinciais e suas relações com a elite paraense à época o projetaram à condição de historiador da província, antes da segunda metade do século XIX, de modo que as obras já citadas na década de 1830 o fizeram ingressar como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB),

⁷³ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Pará: Typographia de Santos & Menor, 1839. p. 213.

⁷⁴ Offício do Presidente da Província do Pará dirigido ao autor da presente obra acerca da impressão dela. In: BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Pará: Typographia de Santos & Menor, 1839. [s. p].

⁷⁵ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Teias de memória: A companhia de Jesus e a historiografia da Amazônia no século XIX. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 23, p. 77-96, jun. 2000. p. 85.

em 19 de janeiro de 1839. Baena, segundo Arthur Vianna, “enviou diversos trabalhos seus a esta corporação do quais a maior parte foi publicada”.⁷⁶

A região amazônica antes de 1850, quando os debates sobre a navegação e a economia da borracha raramente estavam na pauta, era pouco conhecida para o Sul do país, visto que ainda se alimentavam na Corte certos mitos e desinformações acerca das províncias do Norte mais ao Ocidente, uma vez que as distâncias eram consideráveis, a se compreender a partir do fato de que a província do Amazonas, por exemplo, até 1882, ainda não possuía ligação direta via navegação a vapor com a Corte, quando mercadorias e pessoas passavam pelo porto de Belém. Destaca-se que existia no âmbito do IHGB certa recusa pelos trabalhos de cronistas e viajantes estrangeiros, visto que eram tidos como pouco precisos nas informações ou que falseavam impressões sobre a região, de modo que Baena passava a ser consultado ao escrever para o Instituto acerca de temas dessa parte do país. Em 21 de maio de 1840, Baena escreveu um texto para o IHGB sobre “A intrusão dos franceses em Cayena nas terras do Cabo Norte”, relatando sobre as pretensões da nação estrangeira em terras do Império, fazendo um balanço das incursões francesas na região hoje de Macapá, evidenciando a situação da fronteira, terminando seu relato na condição de patriótico a serviço da Nação.⁷⁷

Em 1848 Antônio Baena produziu novamente um texto a serviço do IHGB, dessa feita escrevendo sobre a comunicação mercantil entre o Pará e a província de Goiás. No texto, fruto de um relatório inicialmente entregue ao Governo do Pará, contestou os achados e parte dos estudos realizados na região amazônica na expedição do naturalista francês de origem inglesa o conde de Castelnau, entre 1843 e 1847. Importante dizer que a contestação foi sobre o principal resultado da expedição à época: um achado arqueológico encontrado por Castelnau, pois o viajante julgava ter encontrado um ídolo das amazonas, ou seja, um objeto de adoração das mulheres guerreiras que, na visão europeia pautada no mundo mítico grego, teriam habitado às margens do rio Amazonas. Para Baena, o objeto era uma simples pedra esculpida⁷⁸ e seu texto foi apropriado pelo IHGB para desautorizar alguns estudos estrangeiros sobre o Brasil, o que se explica pelo movimento de valorização da ciência nacional à época.

Já na segunda metade do século XIX a historiografia mais propriamente amazônica teve

⁷⁶ VIANNA, Arthur. **Biografia**. Extraído dos anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Tomo II, Belém, 1902.

⁷⁷ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Discurso ou memória sobre a intrusão dos francezes de Cayena no cabo do Norte em 1836**. – Escripto para ser apresentado ao Instituto Histórico e Geográfico do Brazil. Typ. Temperança. Impresso por Manoel Pereira Ramos. Rua Formosa, n. 2. Maranhão. 1846. vol. I, 121p.

⁷⁸ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Resposta dada em 1847 ao Exm. Presidente da Província do Pará pelo Sr. Tenente-coronel Antonio Ladislao Monteiro Baena, membro correspondente do Instituto, sobre a comunicação mercantil entre a dita província e a de Goyaz. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Typ. de João Ignacio da Silva. Rio de Janeiro, tomo X, 1870.

em Domingos Antônio Raiol, o Barão de Guajará, a partir de 1883, o seu nome mais conhecido no cenário nacional. Raiol, natural de Vigia, Pará, além de intelectual e jurista, foi político e chegou ao Parlamento na condição de deputado pelo Partido Liberal, na década de 1860, tomando parte em discussões como a abertura do rio Amazonas às nações estrangeiras e acerca do desenvolvimento econômico da região. O Barão de Guajará, título recebido do Imperador na década de 1880, produziu a sua obra mais conhecida entre 1865-1890, intitulada: *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Nela, buscava não apenas narrar uma série de acontecimentos sobre a História do Pará, mas divulgar um conhecimento mais sistemático sobre a Província, uma vez que “tôdas as províncias do império já têm a sua história [...] o Pará, entretanto, nada têm”, pois, entre os “próprios escritores nacionais se nota a ignorância em que geralmente se está acerca dos acontecimentos desta província”.⁷⁹

Em um contexto histórico em que não havia ainda os Institutos Históricos estaduais e o IHGB se destacava como o “guardião da história nacional”⁸⁰, a obra de Raiol torna-se fundamental para a compreensão histórica de uma das regiões mais distantes da capital do Império, a região amazônica. O Estado monárquico brasileiro visava, conforme Manoel Luiz Salgado Guimarães, “fazer do IHGB o local em que se concentrava a totalidade dos conhecimentos disponíveis a respeito do Brasil”⁸¹, interesse que ficou evidente em 1842 no projeto de construção de uma biblioteca do IHGB, que tinha como propósito se tornar um lugar obrigatório de todas as obras publicadas no Brasil. Assim, o próprio IHGB solicitava que os presidentes das províncias enviassem anualmente ao instituto um exemplar de seus relatórios com dados referentes às províncias, a exemplo da prestação de contas, fornecendo informações acerca das distintas regiões, a exemplo da Amazônia, para a área de atuação do Arquivo Nacional, fundado em 1838⁸². A centralidade não apenas política e econômica, mas, também, científica fazia com que intelectuais a exemplo de Raiol desejassem fazer parte do círculo de privilegiados, ou, como classificou José Murilo de Carvalho, a “ilha de letrados num mar de

⁷⁹ RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. Vol. 2. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. p. 414. (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo).

⁸⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Os Institutos Históricos e Geográficos: Guardiões da história oficial. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 129-184.

⁸¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p. 127.

⁸² Idem.

analfabetos”⁸³, pois as obras históricas tornavam-se um passaporte para o distinto grupo dirigente.

Domingos Antonio Raiol pertenceu à geração “formada no limiar da segunda metade do século XIX, fruto das tradições intelectuais da Faculdade de Direito do Recife – de onde saíra também Tobias Barreto”⁸⁴, escrevendo, contudo, “duas décadas antes da geração de 1870, a qual se liga Capistrano de Abreu, José Veríssimo e Sílvio Romero”, localizando-se intelectualmente no “entremeio da obra de Francisco Varnhagem e da obra posterior de Capistrano de Abreu e José Veríssimo”⁸⁵. Autor de várias obras e textos importantes para a História do Brasil e da Amazônia, a exemplo de *O Brasil Político* (1858)⁸⁶ *Abertura do Amazonas* (1867)⁸⁷, *Juízo Crítico sobre as obras literárias de Felipe Patroni* (1900)⁸⁸, *Um Capítulo de História Colonial do Pará* (1894)⁸⁹, *Visões do Crepúsculo* (1898)⁹⁰, *Catechese de índios no Pará*⁹¹. Foi, com *Motins Políticos*, contudo, que esse autor angariou reconhecimento para adentrar como sócio correspondente no IHGB, em 1866, sendo a sua obra considerada um marco fundador dos estudos sobre a Cabanagem.

Motins Políticos, de acordo com Raiol, foi organizada em três partes:

A primeira compreende os sucessos ocorridos desde a convocação das Côrtes gerais em Portugal até a proclamação da Independência do Brasil; a segunda compreende os sucessos ocorridos desta época em diante até a abdicação de D. Pedro I. E a terceira investiga os sucessos que tiveram lugar desde a revolução de 7 de abril de 1835.⁹²

Desse modo, Raiol analisou o momento que considerava “mais importante da história política da província do Pará, quando nela se tornaram mais frequentes as convulsões

⁸³ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

⁸⁴ RICCI, Magda. O Império lê a Colônia: Um barão e a história da civilização na Amazônia. In: BEZERRA NETO, José Maria; GUZMÁN, Décio de Alencar (orgs.). **Terra Matura**: historiografia e história social na Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 33.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ RAIOL, Domingos Antônio. **O Brasil político**. Belém: Tip. do Diário do Comércio, 1858.

⁸⁷ Idem. **Abertura do Amazonas**. Belém: Tip. do Jornal do Amazonas, 1867.

⁸⁸ Idem. Juízo Crítico sobre as obras literárias de Felipe Patroni. **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará**, Belém, v. 1, 3. fasc., Imprensa Oficial, 1900. p. 221-257.

⁸⁹ Idem. Um Capítulo de História Colonial do Pará. **Revista de Estudos Paraenses**, Belém: Tip. do Diário Oficial. 1894.

⁹⁰ Idem. Visões do Crepúsculo. **A Revista** – Magazine ilustrado, Belém: Alfredo Silva & Cia. 1898.

⁹¹ Idem. Catechese de índios no Pará. **Annaes da Bibliotheca e archivo publico do Pará**, Belém, Tomo II, Imprensa Official, p. 117-183, 1902.

⁹² RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. Vol. 2. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. p.7. (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo).

populares”⁹³, durante o Primeiro Reinado e a fase regencial. Em um contexto político de forte convulsão social, nacional e internacional, a exemplo da Guerra do Paraguai (1864-1870), Raiol se deteve a investigar as revoltas sociais ocorridas na região que ameaçavam a estabilidade política local e indicavam um quadro de perigo às instituições da nação, além de fragmentação territorial do país.

De acordo com José Murilo de Carvalho as revoltas ocorridas nesse primeiro momento do século XIX podem ser divididas em dois grandes grupos: “O primeiro seguiu-se imediatamente à abdicação de Pedro I e perdurou até 1835, um ano depois da morte deste príncipe e da promulgação do Ato Adicional”⁹⁴, e caracterizou-se durante os anos de 1831 a 1835 pela ocorrência de seis rebeliões na Corte, a Setembrizada, Novembrada, a Abrilada em Pernambuco, a de Pinto Madeira no Ceará e a dos Cabanos em Pernambuco e Alagoas, bem como a Crise Federalista em Salvador, a Sedição de Ouro Preto em Ouro Preto, a Carneirada em Recife e a Revolta dos Malês em Salvador. O segundo grupo de revoltas ocorreu no período de 1835 a 1840, sendo, portanto, “posterior ao Ato Adicional e só terminou no Segundo Reinado”⁹⁵, caracterizando-se pela ocorrência da Cabanagem no Pará, a Farroupilha no Rio Grande do Sul, a Sabinada em Salvador, a Balaiada no Maranhão, a Revolução Liberal em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e, por fim a Praieira, em Pernambuco.

Para Domingos Antônio Raiol esse foi o período que considerava o “mais importante da história política da província do Pará, quando nela se tornaram mais frequentes as convulsões populares”⁹⁶. Desse modo, buscava em sua obra, segundo Magda Ricci, “compreender – a partir dos jogos da política e dos políticos imperiais – os erros e acertos que teriam levado a Amazônia, em especial o Pará, a querer separar-se do Brasil e depois se associar a ele novamente”⁹⁷. A Cabanagem, segundo Patrícia Melo de Sampaio, caracterizou-se como uma das mais violentas rebeliões do período regencial, tendo ocorrido entre 1835 e 1840, “[...] iniciada em Belém atravessou rapidamente todo o vale. Envolvendo grupos indígenas autônomos, os índios aldeados, os tapuias, mestiços e negros”⁹⁸, ameaçando a manutenção do

⁹³ Ibidem.

⁹⁴ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 250.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ RAIOL, Domingos Antônio. Op. Cit. p. 7.

⁹⁷ RICCI, Magda. Op. Cit. p. 30.

⁹⁸ SAMPAIO, Patrícia Melo. **Os fios de Ariadne**: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX. 2. ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014. p. 44. Para mais informações sobre a Cabanagem ver: HURLEY, Henrique Jorge. **A Cabanagem**. Belém: Livraria Clássica, 1936; CRUZ, Ernesto. **Nos Bastidores da Cabanagem**. Oficina Gráfica da Revista de Veterinária, 1942; ROCQUE, Carlos. **Cabanagem**: epopéia de um povo. Belém: Imprensa Oficial, 1984; CHIAVENATO, José Júlio. **Cabanagem**: o povo no poder. São Paulo: Brasiliense, 1984; DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem**: a revolução popular da Amazônia. 2. ed. Belém: Cejup,

poder imposto pelo governo regencial sobre a região. Os resultados deste movimento, segundo Sampaio:

Foram devastadores para a economia da região e estenderam-se por longo espaço de tempo. Sem contar com os problemas de abastecimento, a paralisação do comércio e a queda das produções agrícolas, as questões relativas à disponibilidade de mão-de-obra serão ainda mais agudizadas, devido às quebras sofridas na população.⁹⁹

Assim, diante do cenário de tensões e conflitos vividos no país, Raiol considerava que era “dever de todo cidadão concorrer para a prosperidade de seu país com sacrifício mesmo de seus cômodos”¹⁰⁰, por meio do fortalecimento dos ideais patrióticos e monarquistas que estavam “ameaçados” pelos vários conflitos e pela guerra. Como um adepto do sistema monárquico, acreditava no trabalho e no papel das autoridades, em especial de algumas autoridades imperiais, nos rumos da civilização, destacando-se sua obra como um livro patriótico, que deveria ser prestado tanto pelos cidadãos pertencentes as “altas cumeadas do poder como nos últimos degraus da escala social”.¹⁰¹

No processo de escrita dos primeiros tomos de *Motins Políticos*, o Barão de Guajará deixou transparecer um importante debate daquele contexto: as rivalidades entre liberais e conservadores no parlamento e nos ministérios imperiais, externando nas páginas da obra sua admiração em relação ao pensamento liberal. Muitas dessas ideias norteavam as atitudes tomadas por Raiol, quando presidente provincial, diante das adversidades vivenciadas no Grão-Pará durante o final do Primeiro Reinado e início da Regência. Assim, as relações entre produção histórica e atividades políticas não podem de forma alguma ser dissociadas no conjunto da obra, pois representam o universo histórico, político, social e intelectual do autor.

1990; SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem**: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Belém: Cejup, 1992; RICCI, Magda. O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo Império (1808-1840). In: DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Os Senhores dos rios**. Amazônia, margens e história, Rio de Janeiro, 2003, p. 165-193; RICCI, Magda. História amotinada: memórias da cabanagem. **Cadernos do CFCH**, Belém: Universidade Federal do Pará, v. 12, n. 1-2, p. 13-28, 1993; RICCI, Magda. Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos. **Anais do Arquivo Público do Pará**, Belém, v. 4, t. I, p. 241-274, 2001; RICCI, Magda. Llagas de guerra y atos de fé política: la Cabanagem en la narrativa historiográfica y antropológica. **Boletín Americanista**, v. 1, p. 33-57, 2012; RICCI, Magda. As batalhas da memória ou a Cabanagem para além da guerra. In: SARGES Maria de Nazaré dos Santos; RICCI, Magda Maria de Oliveira (orgs.). **Os oitocentos na Amazônia**: política, trabalho e cultura. Belém, Açai, 2013, v. 1, p. 45-80; SILVEIRA, Ítala Bezerra da. **Cabanagem**: uma luta perdida. Belém: Secult, 1994; PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Visões da Cabanagem**. Manaus: Editora Valer, 2001.

⁹⁹ SAMPAIO, Patrícia Melo. **Os fios de Ariadne**. Op. Cit. p. 45.

¹⁰⁰ RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos**..., Op. Cit. v. 2. p. 413.

¹⁰¹ RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos**..., Op. Cit. v. 2. p. 412.

Baena e Raiol, foram, portanto, os dois nomes mais conhecidos da historiografia do Grão-Pará e da Amazônia no século XIX; seus textos e reconhecimento à época e *a posteriori* apontam nessa direção. Contudo, embora não existissem, ainda, os institutos históricos do Pará e do Amazonas, outros textos e autores também gravitavam na órbita da historiografia amazônica, a exemplo de Domingos Soares Ferreira Penna e José Veríssimo Dias de Matos. Ambos compunham os quadros da *Revista Amazônica*, em 1883, de conotações amplas em termos de estudos acerca da região. Ferreira Penna (1818-1888), mineiro radicado em Belém, desempenhou papel crucial para o que se pode chamar o grande campo dos estudos amazônicos no século XIX, pois, assumindo a condição de naturalista e arqueólogo, realizou várias expedições e estudos pelo interior do Pará, sendo o primeiro diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi. Seu vínculo com a história pode ser visto a partir dos estudos das manufaturas indígenas, visto que também possuía real atenção às questões relacionadas à floresta amazônica.

José Veríssimo, por sua vez, chegou a resenhar e fazer comentários sobre a produção histórica de Raiol, oportunidade que, em um dos capítulos do livro *Estudos Brasileiros* (1889), debateu os motins políticos no Pará, fazendo um balanço da historiografia internacional e inserindo a obra de Raiol como uma produção importante para a historiografia da independência. Ele ainda participou de eventos relacionados à área de História, como o Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, em Paris (1889). Foi, também, quem indicou outro nome da história paraense do século XIX para o IHGB, a saber: João Lúcio de Azevedo, um cidadão português domiciliado em Belém na segunda metade do século XIX que ingressou no Instituto por meio da obra *Estudos de História Paraense* (1894).

Destacamos a criação da Sociedade de Estudos Paraenses, em 1893, na qual surgiu uma revista para a divulgação da produção dos membros da referida instituição. O Governador do Estado à época, Lauro Sodré, ao lado de Américo Henrique Santa Rosa e Barroso Rabelo, convidou cidadãos para a criação da Sociedade e estiveram presentes no primeiro encontro: Alvares da Costa, Dr. Tocantins e Bertino Miranda, que ressaltaram a vantagem de criação da Sociedade naquele momento, tendo no horizonte o aproveitamento do recém organizado Arquivo da Secretaria de Governo, hoje Arquivo Público do Pará, como a “fonte mais copiosa de documentos sobre a história do Pará”.¹⁰²

A instalação da Sociedade ocorreu um dia após a sessão preparatória e contou com um maior número de participantes, dentre eles Vilhena Alves, Ignácio Moura, Gentil Bittencourt, Antônio Passos de Miranda, Manoel Nina Ribeiro, Bertino Miranda, além dos citados presentes

¹⁰² Ata da sessão preparatória para a fundação da Sociedade de Estudos Paraenses. **Revista da Sociedade de Estudos Paraenses**. Belém, 1894.

à reunião de preparação. Uma vez fundada, a Sociedade de Estudos Paraenses destinava-se a estudar os fatos ligados ao desenvolvimento do Pará e que interessassem, também, ao Brasil, visando “preparar os elementos completos para a história completa do nosso passado, despertar o sentimento cívico pelo culto à memória e os feitos de nossos grandes homens [...]”¹⁰³, além do desenvolvimento espiritual do povo e material do Estado. Fica evidente o caráter de uma Sociedade voltada para o estudo da História, a base para a criação de um futuro instituto histórico no Pará. Os fascículos I e II da revista da Sociedade apresentaram artigos de nomes conhecidos do campo intelectual paraense, com temas históricos, tais como o Barão do Marajó, que dissertou sobre a exposição universal, o Barão do Guajará (Raiol) com um texto sobre história colonial do Pará. Cyriaco da Cunha escreveu sobre o Padre Antônio Vieira no Pará e o Dr. Tocantins apresentou documentos para a história do Pará.

Com a passagem do Império para a República, intelectuais e políticos, a exemplo de Lauro Nina Sodré, investiram na criação e remodelação de várias instituições ligadas à produção de saberes paraenses e amazônicos. No início do período republicano aflorou ainda mais a questão do local e regional e a relação com o nacional, pois a ideia de Federação de Estados projetou ainda mais a vontade de autonomia e de certo “estadualismo” nas unidades federadas. Assim, vários intelectuais, pintores e articulistas construíram narrativas sobre a Amazônia, a exemplo de Theodoro Braga, Arthur Vianna, e Euclides da Cunha, durante a economia da borracha entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Observa-se o exemplo do historiador paraense e um dos fundadores do IHGP, Arthur Vianna¹⁰⁴: sua produção, em grande parte atendeu ao Pará, quando escreveu os textos e obras: *Pontos de história do Pará* (1919)¹⁰⁵, *Estudos sobre o Pará: limites do estado (1899-1901)*¹⁰⁶, *O Instituto Gentil Bittencourt: esboço histórico* (1906)¹⁰⁷, *A Santa Casa da Misericórdia Paraense: notícia histórica 1650-1902* (1902)¹⁰⁸. É bem verdade que o apego ao estadual não anulava a atenção

¹⁰³ Ata da sessão preparatória para a fundação da Sociedade de Estudos Paraenses. **Revista da Sociedade de Estudos Paraenses**. Belém, 1894, p. V.

¹⁰⁴ Arthur Otavio Nobre Vianna, nasceu em Belém do Pará em 11 de novembro de 1873, e faleceu no Rio de Janeiro em 11 de setembro de 1911. Formou-se em Farmácia pela Escola de Farmácia do Pará, e atuou como jornalista, professor do Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant, e no governo de Paes de Carvalho foi nomeado diretor da Biblioteca Pública, permanecendo nesse cargo durante nove anos. Para mais informações sobre este autor, ver: Arthur Vianna: apontamentos biográficos. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Anno XXVII, 1913, p. 220-224.

¹⁰⁵ VIANNA, Arthur. **Pontos de história do Pará**. Belém: Empreza Graphica Amazônia, 1919. 76 p.

¹⁰⁶ VIANNA, Arthur. **Estudos sobre o Pará: limites do estado**. Belém: Imprensa do Diário Oficial, 1899-1901. Pt. 1 e 3, il. 2 mapas.

¹⁰⁷ VIANNA, Arthur. **O Instituto Gentil Bittencourt: esboço histórico**. Pará: Typ. E Encadernação da Instituição Lauro Sodré, 1906. 115 p. il. 4 plantas.

¹⁰⁸ VIANNA, Arthur. **A Santa Casa da Misericórdia Paraense: notícia histórica 1650-1902**. Pará: Typographia de A. A. Silva, 1902. ii, 338 p. il.. retr.

ao regional e ao nacional; daí o autor ter escrito *Pontos de História do Brasil e do Pará* (1900)¹⁰⁹, e “*Os exploradores da Amazônia* (IHGP,1900)”.

A preocupação com a esfera estadual aumentou, logo o discurso paraense ganhou espaço, quando instituições e narrativas passaram a remeter a importância do próprio Pará, inclusive o campo construtor de certo conhecimento sobre o Estado, pois o Arquivo Público do Pará para subsidiar pesquisas e a formação do território estadual foi criado, em 1901, justamente nesse momento, além da revitalização do Museu Paraense, como já citado, a Sociedade de Estudos Paraenses e a fundação, em 03 de maio de 1900, do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Pará (posteriormente Instituto Histórico e Geográficos Pará – IHGP), época em que a borracha ainda fornecia grandes dividendos à Amazônia. Além disso, no campo político e intelectual vivia-se um momento no Pará em que os governos republicanos criaram um projeto de reforma da sociedade que estava intrinsecamente ligado à educação, à cultura e à valorização da memória e da história paraenses. A elite letrada que estava à frente desse projeto estava convencida dos “profícuos resultados que tal instituição poderia prestar á história, geographia e ethnographia do Brasil em geral, e do valle do Amazonas em particular”¹¹⁰. Esse foi um panorama da historiografia amazônica do século XIX, com o intuito de conhecer as principais obras e autores do período.

1.2 IGHA e IHGP: A institucionalização do conhecimento histórico na Amazônia

A virada do século XIX para o século XX na Amazônia representou a profissionalização do conhecimento histórico na região, sobretudo após a criação dos institutos históricos e geográficos nas duas principais capitais amazônicas daquele momento: Belém e Manaus. Os institutos históricos e geográficos da Amazônia surgiram no alvorecer do século XX e tiveram como princípio dois movimentos a saber: o movimento nacionalista emergente no país e a crise da borracha na Amazônia. O movimento nacionalista, desde a segunda metade do século XIX, buscava coletar, organizar e divulgar documentos e publicações concernentes à história e a geografia da nação. Em âmbito regional, os Institutos Históricos que foram surgindo buscavam colaborar para a elaboração da história nacional, coletando informações de caráter regional e destacando a importância da história de seus estados para o cenário maior da nação.

¹⁰⁹VIANNA, Arthur (org). **Pontos de História do Brasil e do Pará**. Belém, Editores Pinto e Barbosa, 1900. 125p.

¹¹⁰ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, Belém, Tipografia: Imprensa Official, Vol. I, 1900, p. 3.

Na região amazônica as transformações políticas, econômicas e sociais também foram preponderantes para a fundação de associações como os Institutos Históricos e Geográficos e as Academias de Letras estaduais. Após o fausto período vivido entre as décadas finais do século XIX e as primeiras do século XX¹¹¹, face os lucros advindos da produção da borracha, cidades como Belém e Manaus entraram em crise, como bem analisou Barbara Weinstein:

Por ser o hábitat da *Hevea brasiliensis*, a Amazônia foi virtualmente o único fornecedor de borracha até a década de 1880; e ainda na virada do século, a produção amazônica de borracha de alta qualidade excedia de muito a de seu concorrente mais próximo, a África Ocidental. Apenas depois de 1912, com a aclimação bem-sucedida da hévea, é que as plantações asiáticas de borracha arrebatarem da Amazônia a posição de primeiro produtor mundial. Assim, por mais de sessenta anos, a indústria de produtos de borracha, setor chave do crescimento econômico das nações industrializadas, recebia toda ou a maior parte de sua matéria-prima da região amazônica.¹¹²

Contudo, os “anos dourados da Amazônia” duraram pouco, aproximadamente, de acordo com Weinstein, de 1880 a 1910¹¹³, pois as sucessivas baixas no preço do produto no comércio internacional trouxeram um cenário de declínio para as oligarquias locais, visto que para a Amazônia a borracha representava o principal produto econômico desde a segunda metade do século XIX. Os Institutos Históricos de Belém e Manaus são originários desse contexto, como afirmou Lilia Moritz Schwarcz ao analisar a emergência das instituições na região Nordeste, mencionando o caso do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP), lembrando que esse instituto, a exemplo do que acontecia na Amazônia, era “fruto de uma elite rural tradicional, porém decadente, e que em face da insegurança da nova situação econômica, desejava através de seus romantismos culturais preservar o passado como um escudo contra um futuro incerto”.¹¹⁴

Foi nesse cenário de crise econômica em Manaus que se deu a criação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), fundado em 1917, além da reinstalação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, após dezesseis anos de inatividade desde a sua criação, em 1900. Assim, se seguia alguns princípios do pioneiro Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), tendo como objetivo estudar e divulgar a Geografia, a História e as ciências

¹¹¹ DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**: Manaus 1890-1920. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2019, p. 20.

¹¹² WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência, 1850-1920. São Paulo: Hucitec/ Editora da Universidade de São Paulo, 1993, p. 23.

¹¹³ Ibidem, p. 55.

¹¹⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 155.

a elas relacionadas, organizando documentos e publicações sobre a História e a Geografia do Brasil e da região amazônica.

O IHGP, fundado em 1900 e refundado em 1917¹¹⁵, juntamente com a Academia Paraense de Letras, desenvolveu nesse período um tipo de regionalismo histórico na Amazônia, buscando elaborar “uma nova interpretação da Amazônia na história do Brasil”¹¹⁶, pois ao mesmo tempo em que se colocava como seu par nacional, o IHGB, na condição de intérprete e “guardião do passado”, cultuando as narrativas históricas e biográficas de engrandecimento dos grandes vultos e heróis nacionais, não deixava de enfatizar as narrativas e personagens locais e regionais da Amazônia, destacando-se na produção de narrativas cívico-patrióticas na capital paraense. Tal característica pode-se observar no discurso de fundação do IHGP do primeiro vice-presidente da instituição, Henrique Americo Santa Rosa, em homenagem ao IV Centenário do Descobrimento do Brasil:

Assim, como nós hoje, solemnisando a passagem do 4 ° centenário de um dos grandes feitos da armada portuguesa, aqui nos vemos reunidos assentando as bases de duas sociedades – o Instituto Historico, Geográfico e Ethnographico e a Academia Paraense, cujo objeto exatamente se refere ao estudo dos nossos feitos e do nosso passado, da nossa origem e da nossa civilização, á systematização histórica do nosso desenvolvimento litterario e scientifico, á coedificação das leis sociológicas que tem obedecido o nosso progresso [...].¹¹⁷

Os intelectuais do IHGP e do IGHA, imbuídos de ideias civilizatórias, enxergavam a História como uma das vias de ensinamentos cívico-patrióticos, em favor do projeto político de “constituição de um povo e nação na Amazônia e no Brasil”¹¹⁸, dedicando-se, contudo, a produção de uma História Pátria regional, veiculada por meio de livros, artigos, revistas e manuais didáticos que circularam nos mais diversos espaços nas primeiras décadas do século XX na Amazônia. Nesse período o sonho de construir uma ponte cultural entre a Europa e Amazônia foi sendo revisto com o próprio fim da *belle-époque* e a decadência da exploração

¹¹⁵ É importante considerar que o IHGP tem sua história de fundação e refundação ligada a um projeto de sociedade republicano, quando compreendendo a necessidade de formar um novo perfil de cidadão nacional e regional, os republicanos no Pará, por exemplo, fundam uma série de instituições educadoras voltadas para esse projeto e nesse conjunto estava o IHGP, como instituição de ciência histórica do Pará e da Amazônia.

¹¹⁶ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Os novos e o centenário: arte, literatura e efeméride no Pará dos anos 20. *Revista de Estudos Amazônicos*, v. 3, 2008. p. 167.

¹¹⁷ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, Belém, Tipografia: Imprensa Official, Vol. I, 1900, p. 10.

¹¹⁸ RICCI, Magda. Folclore, literatura e história: a trajetória de Henrique Jorge Hurley. FONTES, Edilza Joana de Oliveira; NETO, José Maia Bezerra (Org.) *Diálogos entre história, literatura & memória*. Belém: PakaTatu, 2007. p. 313.

da goma elástica, em fins da década de 1910, tornando-se as temáticas regionais cada vez mais presentes. Desse modo, além de certo “estadualismo”, a virada do século XIX para o século XX na Amazônia representou a emergência de uma ampla gama de narrativas sobre a região. Durante a década de 1920, por exemplo, os intelectuais paraenses realizaram uma estreita aproximação com o restante do Brasil, almejando, conforme Figueiredo (2008), “a construção de uma nova identidade nacional enquadrada sob o ângulo do Norte”. Assim, “regional, regionalismo e regionalista serão a partir daí expressões polissêmicas, manipuladas com múltiplos significados, mas que guardavam um sentido comum quando se queria definir uma certa autenticidade à produção literária local”.¹¹⁹

Se em âmbito nacional o conhecimento histórico realizava um forte culto à nacionalidade, com a celebração das efemérides nacionais, a exemplo do IV Centenário do Descobrimento do Brasil, em terras paraenses ganhava destaque a comemoração do Tricentenário da Fundação de Belém, em 1915 e 1916, evento que teve grande influência para a reinstalação do IHGP. As comemorações cívicas de 1916 trouxeram à baila, conforme Iza Freitas, a “necessidade de se criar uma instituição que estivesse empenhada no estudo dos aspectos peculiares da história do Estado do Pará e da Amazônia”¹²⁰, e o IHGP, principalmente a partir de 1917, se tornou uma das mais importantes instituições para a vida intelectual do Estado, atuando como uma das porta vozes da elite letrada da Amazônia, tendo como missão:

[...] Estimular o estudo chorographico de todo o Valle Amazonico; Analyzar devidamente o movimento histórico do nosso Estado, biografando a atividade social dos seus maiores homens, em qualquer posição civil, militar ou religiosa, para que tivessem trabalhado; Publicar mensalmente uma Revista, em que venham exarados trabalhos inéditos sobre esses assuntos; Instituir em local próprio o “Museu Historico e Geographico da Amazonia”, para onde sejam recolhidas as relíquias de homens notáveis nas sciencias, letras e artes, que aqui tenham moirejado ou contribuísem, por outro modo, para a nossa evolução; mappas estatísticos e geographicos da nossa região ou referentes às nossas indústrias e lavoura, e tudo quanto possa representar o nosso passado.¹²¹

Como marco histórico e cívico para a reinstalação do Instituto em 1917, foi utilizado pelos intelectuais do IHGP o Centenário da Revolução Pernambucana, ligando os ideais

¹¹⁹ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Os novos e o centenário: arte, literatura e efeméride no Pará dos anos 20. **Revista de Estudos Amazônicos**, v. 3, 2008, p. 167-172.

¹²⁰ FREITAS, Iza Vanesa Pedroso de. **O Patronato das Letras: Cultura e Política no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1930-1937)**. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, UFPA, Belém, 2007, p. 31.

¹²¹ Jornal **Estado do Pará**: Propriedade de uma Associação Anonyma (PA), 24 de fevereiro de 1917.

libertadores dos revolucionários de 1817 aos interesses republicanos dos letrados do IHGP de 1917, como afirmou Ignácio Moura no discurso de fundação:

A intelectualidade amazônica age, neste momento, sob o impulso do patriotismo para comemorar a data centenária da Revolução pernambucana, que nos trouxe as alvoradas da Independência e da República, fundando nesta Capital o Instituto Histórico e Geográfico do Pará [...] o brado dos patriotas pernambucanos de 6 de março de 1817, no campo do Erário, constituiu a verdadeira interpretação do thema democrático: Emancipação com a República.¹²²

Para os intelectuais do IHGP era necessário fundar as bases dessa associação, atrelando-a aos ideais republicanos. Assim, celebrou-se na noite de 06 de março de 1917 no Theatro da Paz, um verdadeiro culto cívico aos heróis nacionais, em que “os patriotas veneravam a memória sagrada dos primeiros martyres da República”¹²³, como podemos observar nas palavras do orador oficial do instituto, Luiz Estévam de Oliveira, durante a comemoração do primeiro aniversário do IHGP, em 06 de março de 1918:

O Instituto nasceu sob bons auspícios. A data que elle escolheu para a sua inauguração é uma das mais consagradas, uma data que pelo seu valor só pode servir de estímulo. Referia-se à data comemorativa da revolução de 1817, em Pernambuco, data essa que o Brasil comemorou certo de que não era uma data regional, porque o pendão do arco-iris que acompanhou os exercitos republicanos não era signo de um partido ou de interesses regionais, mas sim, como disse Nabuco, o estandarte da nacionalidade brasileira que duzentos anos antes havia pela primeira vez [...] os montes Guararapes, em cujo centro agora o sangue dos martyres tinha desenhado os emblemas americanos da Independência e da República.¹²⁴

Era necessário a reconstrução de um passado positivo para o país, e os Institutos Históricos e Geográficos cumpriam bem essa função. De acordo com Moraes (2009), “se a República direcionava os ângulos de leituras do passado amazônico, trouxe consigo também uma nova legislação que conferia mais autonomia aos estados, cuja reformulação no aparelho burocrático abria uma nova possibilidade de desenvolvimento”¹²⁵ e, portanto, uma maior

¹²² **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. 1917, p. 3.

¹²³ **Jornal Estado do Pará**: Propriedade de uma Associação Anonyma (PA), 08 de março de 1917.

¹²⁴ Ata da sessão da assembléia geral do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, sediado em 06 de março de 1918 para comemorar o 1º aniversário desse instituto. IHGP, Livro de atas, Assembléia Geral, 06 de março de 1917 a 06 de março de 1931, p. 7.

¹²⁵ MORAES, Tarcísio Cardoso. **A Engenharia da História**: natureza, Geografia e Historiografia na Amazônia. PPGH/UFPA, Belém – Pará, 2009. p. 47.

possibilidade de crescimento econômico e político para o Estado do Pará e a região amazônica no cenário nacional.

Muitos intelectuais ganharam destaque na Amazônia nesse momento, a exemplo da tríade dos “Engenheiros da História” João de Palma Muniz, Henrique Américo Santa Rosa e Ignácio Baptista de Moura, além de Arthur Vianna, Theodoro Braga, Ernesto Horácio da Cruz, Paulo Eleuterio Alvares da Silva, Arthur Cezar Ferreira Reis, Anísio Jobim, José Francisco de Araújo Lima, Agnello Bittencourt e Mário Ypiranga Monteiro. Tratava-se de homens de letras, membros da elite que ocupavam postos privilegiados na burocracia estatal ou políticos de renome. Eram, ainda, literatos, advogados, religiosos, médicos, militares, engenheiros etc., carreiras, então, de praxe a serem seguidas pelos filhos da elite brasileira. Essa geração de intelectuais amazônicos, contrariando as gerações precedentes – de 1890 a 1910 e suas utopias baseadas na riqueza da goma elástica –, deram projeção ao regionalismo amazônico, “contrariando uma velha premissa do século XIX, de que a história surgia sempre a partir do centro do poder, das gestas palacianas, do cotidiano da corte”.¹²⁶

No que se refere à vasta produção historiográfica elaborada por estes intelectuais, muitas obras ganharam destaque nas capitais paraense e amazonense, além da produção de “mapas, catálogos, pesquisa em história, relatórios, levantamentos estatísticos, cartas geográficas e apontamentos bibliográficos” etc., Palma Muniz, por exemplo, compôs uma produção “ligada à vida do Instituto Histórico e Geográfico; às efemérides pátrias que ajudou a organizar, ao lado de Santa Rosa e Ignácio Moura; e às pesquisas que pôde fazer, de maneira especial quando foi Diretor do Arquivo Público do Pará e ao tempo em que esteve à frente da diretoria da Repartição de Obras Públicas, órgão da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação”.¹²⁷

No outro polo da Amazônia, o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA foi difusor de um arsenal de práticas e discursos acerca da História e da Geografia locais, criando e legitimando narrativas sobre a região, indicando desde o seu início o papel da história como referencial, pois para os intelectuais desta instituição “a história é a testemunha do tempo, a luz da verdade, a escola da vida”¹²⁸. A crise da borracha no Amazonas fez com que a elite manauara se mobilizasse no sentido de buscar alternativas eficazes para o estancamento da crise em curso, criando instituições como o IGHA, a Academia Amazonense de Letras – AAL e a Universidade Livre de Manaus. A imagem da cidade moderna e ostentosa, equiparada a Paris

¹²⁶ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **Os Vândalos do Apocalipse e outras histórias: Arte e literatura no Pará dos anos 20**. Belém: IAP, 2012, p. 19.

¹²⁷ MORAES, Tarcisio Cardoso. Op. Cit. p. 25.

¹²⁸ **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**, Manaus: Imprensa Pública do Amazonas, ano I, v. I, 1917, p. 64.

no meio da Amazônia, contrastava neste momento entre o passado da *belle époque* e um presente em situação de crise em que vivia boa parte da população. Assim, a crise no sistema extrativista da borracha tornou-se uma “área de investigação privilegiada para boa parte do círculo restrito de intelectuais regionais, aspirantes a ocupar uma posição consagrada no âmbito do campo de produção cultural manauara”.¹²⁹

Nesse ínterim, as referências escriturísticas deixavam de ser a desgastada ideologia da *belle époque* em troca de novos parâmetros intelectuais e temáticos. Os escritores de Manaus passaram a almejar, a partir de suas publicações, a conquista de uma posição destacada no contexto intelectual nacional¹³⁰. Tal diálogo entre os intelectuais do IGHA e as instituições de saber do Sul do País (IHGB, por exemplo) tornaram possível “a reunião e a visibilidade de um conjunto de intelectuais, nativos”, responsáveis pela emergência de uma tradição de pensamento social regional no Amazonas¹³¹, chamando a atenção das principais capitais do país para a Amazônia. Assim, de acordo com Marco Aurélio Paiva, a criação do IGHA e a Academia Amazonense de Letras respectivamente em 1917 e 1918, tardiamente se comparadas a outras instituições no restante do país, caracterizou-se como uma estratégia “para as oligarquias, locais firmarem-se de alguma forma no âmbito extra-regional”, visto a pouca influência política que exerciam no contexto nacional¹³², acrescida com o declínio da borracha, na busca por “vislumbrar uma nova alternativa não só econômica mas também política e cultural para a região em crise, e para a cidade de Manaus em particular, e, com isso, recolocá-la e readaptá-la no âmbito de um novo contexto nacional e internacional”.¹³³

Assistia-se, portanto, o “processo de fabricação de um novo conjunto de representações sobre a região¹³⁴”, buscando por meio das instituições que congregavam os intelectuais chamar a atenção da nação para a região, tida aos olhos amazônicos como desprivilegiada administrativamente pelo Governo Federal. Dessa forma,

As elites desenvolvem um pensamento glebarista, de exaltação ao regionalismo, expresso na literatura da caboclitude de Álvaro Maia, na sociologia Humanista de André Araújo, nos estudos do Folclore amazonense de Mário Ypiranga Monteiro e na etnologia de Nunes Pereira, estudiosos da

¹²⁹ PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. **A conquista intelectual do Amazonas (1900-1930)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo (USP), 2000. p. 52.

¹³⁰ Idem, p. 126.

¹³¹ Idem, p. 128.

¹³² Idem, p. 49.

¹³³ Idem, p. 48.

¹³⁴ Idem, p. 48.

cultura cabocla, cultura da mestiçagem que se implanta no Brasil a partir dos anos 30.¹³⁵

Foi nesse período que se assistiu a intensas disputas intelectuais acerca da definição da identidade regional amazônica e, em especial, “da década de 1930 em diante, cresce no Amazonas a produção de textos que buscam construir um cânone de autores e obras ‘essenciais’ para compreender-se a Amazônia¹³⁶, obras a exemplo de: *A intelectualidade no Extremo Norte* (1934)¹³⁷, de Anísio Jobim, *Intérpretes da Amazônia* (1935)¹³⁸, de Péricles Moraes, *Letras da Amazônia* (1938)¹³⁹, de Djalma Batista.

É válido mencionar, contudo, que mesmo o IGHA tendo se espelhado nos princípios teóricos do IHGB, não recepcionou por completo as suas doutrinas. Afinal, conforme Lilia Moritz Schwarcz, “mesmo que o IHGB tenha pretendido confeccionar uma história “unificadora” da nação brasileira, a problemática regional acabou por converter-se em um elemento de entrave para a consolidação desse projeto homogeneizador”¹⁴⁰. Caracterizando-se a emergência dos institutos estaduais, a exemplo do IGHA, como imperativo de “demonstração das especificidades regionais existentes dentro do quadro mais amplo de “confeção” de uma “história nacional”, tendo em vista que a região carecia de ter sistematizada a sua história, “solidificando seus mitos de fundação”, ordenando os fatos, buscando homogeneidades em heróis e eventos até então dispersos”.¹⁴¹

Assim, se em âmbito nacional, assistia-se à configuração de um conhecimento histórico e geográfico voltados para a missão de fazer conhecer o “passado comum” de uma nação, despertando o amor à pátria de seus cidadãos. No Pará e Amazonas esses saberes não se constituíram de formas muito diferentes, na medida em que se tornaram vitais para a construção de uma identidade regional ou amazônica, tal qual ocorria em Manaus, calcada em uma memória positiva de seu povo e seus heróis, situando-se o IGHA e IHGP como lócus

¹³⁵COSTA, Selda Vale. Movimento Teatral em Manaus e identidade regional. **Somanlu**: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Manaus, ano 5, n. 2, jul./ dez. 2005. p. 94.

¹³⁶ DANTAS, Hélio. **Arthur César Ferreira Reis**: trajetória intelectual e escrita da história. Jundiá: Paco Editorial, 2014. p. 36.

¹³⁷ JOBIM, Anísio. **A intelectualidade do extremo norte**; contribuição para a história da literatura no Amazonas. Manaus: Livraria Classica, 1934.

¹³⁸ MORAES, Péricles. **Os intérpretes da Amazônia**. Manaus: Valer, 2001, p. 15-65.

¹³⁹ BATISTA, Djalma. *Letras da Amazônia*. In. BATISTA, Djalma. **Amazônia – cultura e sociedade**. Manaus: Valer, 2002, p. 11-66.

¹⁴⁰SCHWARCZ, Lilia K. M. **Os Guardiões da Nossa História Oficial**: os institutos históricos e geográficos brasileiros. São Paulo, Idesp, 1989.

¹⁴¹ SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Os museus etnográficos brasileiros: Polvo é povo, molusco também é gente. In: SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **Espetáculos das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 67-98.

privilegiados da *intelligentsia* paraense e amazonense, atuando para que não se perdessem “da tradições e dos antigos costumes regionais, os traços que, do tempo e do espírito da época podem ser coligidos e conservados, para recordar, com desperta emoção nacional, a vida característica da população do extremo norte do Brasil”.¹⁴²

O IGHA foi fundado em 25 de março de 1917 no prédio do Conselho Municipal de Manaus, e teve como primeiro presidente Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, Agnello Bittencourt como primeiro secretário, Henrique Rubim como segundo secretário, Vivaldo Palma Lima como orador e Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt como tesoureiro. O IGHA surgiu, a exemplo do IHGP, como uma “instituição criada e mantida sob os auspícios do Estado”¹⁴³, pois boa parte das arrecadações do instituto advinham de seu patrocínio, seguindo a tradição do IHGB, à época de sua fundação no Rio de Janeiro em 1839, com a presença de Dom Pedro II financiando e participando das reuniões, além de ceder 75% do orçamento para o funcionamento da instituição¹⁴⁴. No IGHA a presença do governador Pedro de Alcântara Bacellar ocorria por meio do seu apoio logístico, cedendo um prédio público para o funcionamento das reuniões, financiando suas atividades, e indicando o corpo administrativo e as comissões para o seu funcionamento.¹⁴⁵

É válido mencionar, também, que estavam entre os seus fundadores, “um ex-governador, um secretário geral do Estado, um ex-prefeito de Manaus, um promotor de justiça, um vereador, um bispo, um deputado, dentre outras personalidades ligadas a cargos públicos e a vida política local”¹⁴⁶. Assim, o IGHA estava desde o seu início intimamente ligado aos círculos políticos locais, apoio necessário para que pudesse existir e desempenhar suas funções, bem como desempenhar seu projeto de engrandecimento de uma região em situação de crise no cenário maior da nação, destacando-se, dessa forma, no ato de fundação do IGHA “o papel central do Estado e sua vinculação ao círculo ilustrado [...] formando um conjunto que mais se assemelhava a uma sociedade de corte [...] uma fala oficial em meio a outros discursos apenas parciais”.¹⁴⁷

No que se refere às áreas e gêneros de produção científica a serem privilegiadas pelo

¹⁴² **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará-** RIHGP, 1931, p. 11.

¹⁴³ **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.** 1917, p. 45.

¹⁴⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Os Institutos Históricos e Geográficos: Guardiões da história oficial. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças:** cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 134.

¹⁴⁵ **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas,** 1917.

¹⁴⁶ BRAGA, Robério. Quase posfácio. In: **Edição Comemorativa da Primeira Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.** Anno I, Volume I, Num. I, 1917. Manaus: IGHA, 2017, p. 227.

¹⁴⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 133-134.

IGHA, foram organizadas a partir das quinze comissões dispostas no estatuto da instituição¹⁴⁸, e possibilitavam compreender a forma como as várias disciplinas eram percebidas pelo círculo intelectual regional, de acordo com os critérios científicos predominantes na época. As comissões, compostas por três membros cada, representavam uma estratégia política e cultural de valorização dos diversos aspectos da região amazônica até então ofuscados pelo esplendor da *belle époque* amazônica durante a economia da borracha. Assim, cabia à comissão de História “*cooperar para que se escreva a História do Amazonas desde a descoberta do Brazil, e nella collaboarar, empregando os meios de serem reeditados todos os trabalhos importantes e raros da nossa Historia*”¹⁴⁹. Os intelectuais do IGHA assumiram uma missão: pensar a cidade e a região buscando novos caminhos e representações para a região amazônica no cenário nacional e internacional. O Instituto tinha uma função especial nesse processo: “promover o desenvolvimento das riquezas econômicas do Estado, trabalhar pelo seu progresso e defender os seus direitos e interesses, auxiliando por tal forma a acção dos Poderes Públicos”.¹⁵⁰

A busca por reconhecimento e legitimidade profissional por parte dos intelectuais do IGHA era uma realidade e fazer parte da instituição representava a abertura para um novo campo de possibilidades, visto que na Amazônia das primeiras décadas republicanas as oportunidades profissionais restringiam-se, sobretudo, à imprensa, à docência ou à carreira

¹⁴⁸ Os estatutos do IGHA foram avaliados e aprovados pelo Governo do Estado por meio do decreto n.º 1.190, de 17 de abril de 1917. Além das Comissões de Sindicância, redação de estatutos, regimentos e regulamentos; Comissão de Finanças; Comissão de redação da Revista do Instituto; Comissão de agricultura e zootecnia; Comissão de commercio, indústria e navegação; Comissão de numismática, tombamento, pesquisa de documentos, obras e manuscritos antigos e raros, cabia as comissões a seguir: *Comissão de geografia*- [...] Promover os meios de escrever-se a geographia do Amazonas e auxiliar os respectivos estudos e trabalhos; *Comissão de observações astronômicas, limites e levantamentos das cartas do Estado* [...] Precisar os limites do Estado em todas as suas fronteiras, empregando os possíveis esforços na defesa dos seus legítimos direitos; Fazer ou corrigir os levantamentos cartográficos de todos os rios do Estado; cooperar no levantamento das cartas geral e cadastral do Estado; *Comissão de arqueologia* Investigar e decifrar todos os objetos, documentos, inscrições e monumentos que forem encontrados, de época anterior á descoberta do Brasil; colaborar ou escrever os fatos e acontecimentos da pré-historia amazonense; *Comissão de ethnographia* Fazer estudos sobre as raças que povoaram o Estado desde os tempos pre-historicos; estudar detidamente os elementos ethnicos que concorreram e concorrem para a formação das raças atuais do Estado e do paiz, e determina-los com precisão; Demonstrar os motivos da degeneração dos nossos elementos ethnicos e estabelecer os meios de faze-los evoluir- *Comissão de anthropologia*- Colaborar ou escrever sobre a organização das tribos indígenas que existiram e existem entre nós; Estudar a organização social da nossa população civilisada desde os tempos da descoberta do Brasil; Fazer estudos sobre o homem anormal e o criminoso- *Comissão de botânica e zoologia*- Estudar e coleccionar todos os exemplares da flora e da fauna amazonense, que façam parte do museu; Fazer estudos de investigações detidas sobre especies novas que possam ser encontradas, determiná-las e classificá-las- *Comissão de geologia e mineralogia*- [...] Estudar e classificar a natureza do solo e do subsolo do Amazonas; Classificar e colleccionar os mineraes existentes no Estado- *Comissão de filologia*- [...] Estudar as línguas que se falaram dentro do paiz e principalmente neste Estado, nos tempos pre-historicos e nos históricos[...] Colleccionar as lendas amazonicas, os contos e anedotas dos civilisados e dos indígenas. Ver: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Manaus, 1917, p. 24-27.

¹⁴⁹ **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Manaus, 1917, p. 24-25.

¹⁵⁰ Decreto n.º 1.191, de 18 de abril de 1917. Governo do Estado, Manaus, 1917.

política. O esforço da intelectualidade amazônica, portanto, significava a construção de um campo intelectual e simbólico capaz de lhe dar voz e elaborar no plano da cultura e das letras uma nova imagem para a região, traçando novos discursos e caminhos para a região amazônica em todos os seus aspectos. Assim, ao criarem o IGHA e o IHGP os historiadores e geógrafos amazônicos fundaram um espaço de fala oficial, reconhecido como entidade de utilidade pública¹⁵¹, “destinado não somente ao estudo e delimitação geográfica da [...] região como também ao pesquisamente metucioso e sério de todos os assuntos que se relacionam ao momento histórico do Amazonas”.¹⁵²

1.3 Historiadores amazônicos: um ensaio de prosopografia

Dialogar acerca do perfil dos historiadores amazônicos na primeira metade do século XX não é uma tarefa fácil. Contudo, compreende como parte primordial dos objetivos dessa pesquisa analisar o que estava sendo identificado como trabalho historiográfico na Amazônia desse período e, portanto, quem eram seus principais autores e quais as obras que integravam uma bibliografia “clássica” de história na Amazônia. Levando em consideração o importante papel desempenhado pelos institutos históricos e geográficos da região nesse período, é válido perguntar qual o papel desempenhado pelos institutos históricos do Pará e Amazonas na construção de um campo historiográfico regional na Amazônia no contexto de 1917 a 1953. Inicia-se pela análise do círculo intelectual de historiadores que emergiu na Amazônia, buscando investigar seus lugares sociais de fala, redes de sociabilidade, filiações políticas e itinerários possíveis.¹⁵³

Nesse sentido, optou-se por realizar um estudo prosopográfico acerca da geração de historiadores que atuou na região amazônica nas décadas de 1917 a 1953, compreendendo-se que é importante analisar até que ponto os historiadores paraenses e amazonenses estabeleceram entre si laços de cooperação e como suas trajetórias biográficas se encontraram, se cruzaram. Articulando suas trajetórias individuais, fez-se emergir entre eles, para além da vida singular de cada indivíduo e de suas ações isoladas, observa-se, também, que suas articulações sociais,

¹⁵¹ De acordo com a Lei n.º 897, de 24 de agosto de 1917, o IGHA foi considerado uma entidade de utilidade pública.

¹⁵² Trecho do discurso de Hamilton Mourão na sessão solene de instalação do IGHA, em 13 de maio de 1917. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. 1917, p. 58.

¹⁵³ SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora FGV, 1996.

políticas e sociais, suas atitudes e trajetórias individuais configuram uma ação coletiva¹⁵⁴. Ao “cruzarmos suas trajetórias individuais encontramos regularidades entre elas que denunciam os aspectos do contexto histórico em que estes historiadores viveram e produziram suas obras”¹⁵⁵. Desse modo, considera-se fundamental para essa pesquisa investigar alguns traços biográficos de historiadores, realizando um trabalho de cruzamento de dados individualizados para que se analise a “imagem de conjunto”, o perfil coletivo. Assim, serão privilegiadas as seguintes informações:

Local e data de nascimento (o que configura o que seria ou não uma geração e o pertencimento a uma dado espaço), a origem social (profissão a que se dedicavam os pais, famílias a que pertenciam, posição que elas ocupavam na hierarquia social), formação escolar e profissional (que formação escolar tiveram e voltada para que profissão), articulações sociais e políticas (instituições de que faziam parte, em que trabalharam ou estudaram, vinculação ou a atividades partidárias, políticas ou ao exercício de cargos públicos), redes intelectuais (instituições culturais ou artísticos-literárias de que faziam parte, contatos intelectuais e, principalmente, o contato que estabeleciam entre si).¹⁵⁶

Inicia-se esta reflexão trazendo algumas informações fundamentais: eram brasileiros, homens, polígrafos, alguns intelectuais a serviço do Estado, homens cuja maturidade intelectual foi alcançada nas primeiras décadas do século XX. Trata-se, assim, de examinar uma produção sobre a Amazônia realizada por intelectuais amazônicos a partir de uma “ótica” interna, regional: “são historiadores, em tese, todos aqueles que produziram na área dos “estudos históricos”¹⁵⁷, caracterizando-se por uma multifacetada área de formação, podendo dessa forma serem poetas, romancistas, jornalistas, professores, políticos, militares, médicos, religiosos, engenheiros, juristas etc.

Assim, os historiadores possuem perfis bem distintos em termos de formação, o que obriga a procurar examiná-los enquanto intelectuais de seu tempo, pois, como analisa Gomes (1996) acerca dos historiadores do centro Sul do país no contexto dos anos 30 e 40:

O conjunto de historiadores não é grande [...], e seu perfil não poderia ter marcas muito especiais, até porque não havia distinções disciplinares mais nítidas no Brasil até os anos 30, inclusive pelo fato de não existirem faculdades dedicadas à formação de profissionais nessa área de saber. O ofício de

¹⁵⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos**: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste 1920 – 1950). São Paulo: Intermeios, 2013. p. 120.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Op. Cit. p. 121.

¹⁵⁷ GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

historiador era executado por uma categoria mais abrangente de intelectuais: a dos “homens de letras”.¹⁵⁸

Traçando um perfil sociológico, observamos que formava o quadro dos historiadores paraenses uma elite intelectual de homens pertencentes à aristocracia política e econômica estadual e/ou regional. Apesar de instituições como o IHGP, por exemplo, trazerem em seu estatuto uma possível abertura para outras categorias de sócios como está exposto em seus estatutos: “o Instituto Histórico e Geográfico do Pará compõe-se de número ilimitado de sócios, sem distinção de sexo, nacionalidade, crenças e opiniões”¹⁵⁹, o quadro de historiadores era majoritariamente masculino. Verificando os pontos de interseção na busca de estabelecer um perfil conjunto de alguns intelectuais, observamos que todos eles pertencem a uma mesma geração, ou seja, em sua maioria nasceram na segunda metade do século XIX.

Todos viveram o importante período em que se dá a substituição da Monarquia pela República, o fim do trabalho escravo com a Abolição, a emergência de uma classe média, da classe trabalhadora industrial e a chegada entre nós do que se passou a chamar de “modernidade”¹⁶⁰. Em relação ao contexto amazônico, tais homens cresceram em uma época em que a região viveu uma fase de mudanças substanciais, a partir do crescimento da economia da borracha, da abertura do rio Amazonas à navegação internacional, a migração nordestina para a região, ocasionando uma modificação importante na colonização e demografia desse espaço, além do crescimento da oferta de mão de obra. É também o momento de fortalecimento político da região, haja vista que além da criação da Província do Amazonas, em 1850, os grupos políticos se movimentavam em torno da reorganização da região após a Cabanagem.

No que se refere ao universo profissional, podemos afirmar que havia uma estreita relação destes intelectuais com a política local e regional, pois, como afirma Freitas (2007, p.80):

Os intelectuais do IHGP formavam a “elite letrada” do Estado do Pará na época e se mantinham vinculados à associação, em sua maioria, muito mais por conta de sua atuação no âmbito da política do que mesmo por conta de sua atuação intelectual, artística ou literária.¹⁶¹

¹⁵⁸ Ibidem, p. 38.

¹⁵⁹ Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém, Imprensa Oficial do Estado, 1917. Art. 4º, p. 4.

¹⁶⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920 – 1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

¹⁶¹ FREITAS, Iza Vanesa Pedroso de. **O Patronato das Letras: Cultura e Política no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1930-1937)**, PPGH/UFPA, Belém – Pará, 2007. p. 80.

Outra característica importante é que muitos desses intelectuais ocuparam cargos públicos, tendo seus familiares ligados, quer por laços familiares, quer por laços de compadrio, ao grupo oligárquico dominante em seus estados. Para o presente estudo, inicia-se pela análise da tríade dos engenheiros historiadores João de Palma Muniz, Henrique Santa Rosa e Ignácio Batista de Moura, paraenses responsáveis pelo cerne da primeira diretoria do IHGP quando de sua reinstalação em 1917.

Ignacio Moura, professor e engenheiro civil, natural de Cametá, Estado do Pará, membro-fundador da Academia Paraense de Letras e um dos presidentes do IHGP, publicou uma série de obras neste contexto: *A Exposição artística e industrial do Lyceu Benjamin Constant e os expositores em 1895* (Belém, 1895); *Vultos e descobrimentos do Brazil e da Amazônia* (Belém, 1900); *De Belém a São João do Araguaia Valle do Tocantins* (Rio de Janeiro, 1910). Durante os anos 20, *A Luz de outrora: contos e ligeiros estudos* (Belém, 1920); *Um Grande Brasileiro* (Belém, 1925), *A Amazônia do Futuro* (Pará, 1926); *Ensaio de Educação Moral e Cívica*, Belém, 1928, dentre outros.

João de Palma Muniz – geógrafo, historiador, jornalista e professor, natural da cidade de Vigia, Estado do Pará – coordenou a seção da Repartição de Obras Públicas do Pará, foi diretor da Biblioteca e Arquivo Públicos do Estado e membro fundador, ao lado de Domingos Antônio Raiol, Ignácio Moura e Henrique Santa Rosa do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará, em 1900. Foi um intelectual polígrafo, atuante na vida política, responsável pela autoria de várias obras de cunho histórico e geográfico sobre o Estado do Pará, menciona-se: *Patrimônios dos Conselhos Municipaes do Estado do Pará*, 1904; *Carta Geográfica do Município de Belém*, 1905; *O Município de Itaituba*, 1906; *Carta geográfica da zona da estrada de ferro de Bragança e da colonização do Estado do Pará*, 1908; *Mapa do Estado do Pará, com delimitação municipal*, 1912; *O Instituto Santo Antonio do Prada: notícia histórica de sua fundação de desenvolvimento*, 1913; *O Instituto Santo Antonio do Pará: município de Igarapé-Assú*, 1913; *Imigração e colonização do Estado do Grão-Pará – dados históricos e estatísticos de 1616 a 1916*, 1916; *História da Instrução Pública no Pará*, 1922; *Legislação de terras: dados estatísticos*, 1924; *Grenfell na história do Pará 1823-1824*, 1927, dentre outras, além de vários textos e artigos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará¹⁶².

Henrique Santa Rosa, belenense, formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, geógrafo, político e historiador. Intelectual abolicionista foi um dos

¹⁶² Biblioteca Pública Arthur Vianna. **Catálogo de Obras Raras ou Valiosas da Biblioteca Pública Arthur Vianna**. Belém: Fundação Cultural do Pará, 2020, p. 57.

fundadores do Clube Republicano do Pará, trazendo uma série de contribuições para a história e a Geografia amazônicas, com a publicações de textos e obras de caráter regional. Atuou como diretor-geral das Obras Públicas e Colonização do Pará, além da chefia da Comissão de Saneamento de Belém. Dentre as obras publicadas, cita-se aqui: *Mapa Geral do Pará, Belém e a sua tipografia*, 1924; *História do Pará*; *Descrição física do Pará*; *Limites do Amazonas e Pará*; *História do rio Amazonas* (1926, Belém), dentre outras.

Filhos de uma elite política e econômica da região, se formaram em Engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, uma das melhores do país a época. Graduados por uma cultura politécnica, baseada nos princípios positivistas reinantes no Brasil à época, João de Palma Muniz, Henrique Santa Rosa e Ignácio Batista de Moura constituíram no Pará uma elite científica de intelectuais responsáveis pela integração da região amazônica à nação brasileira, forjando por meio das narrativas históricas e geográficas, uma tradição de modernidade, progresso e civilização, pois de acordo com Ignácio Moura: “o estudo da história e da geographia confraternizados, quasi em uma só sciência, vae se tornando necessário e imprescindível para a análise social de um povo, estabelecendo os coefficients necessários para seu desenvolvimento e para a sua elevação futura”¹⁶³. A análise prosopográfica desses três historiadores permite encontrar as regularidades culturais, sociais, econômicas, políticas, ideológicas que atravessam suas vidas, propiciando uma análise de conjunto acerca das contribuições que trouxeram para a história e a geografia amazônica. Segundo Albuquerque Júnior,

Inventariar e descrever esses traços comuns que se encontram nas vidas dos personagens, constitui a operação historiográfica propriamente dita, pois significa encontrar para além do episódico e do singular que supõe cada existência individual as regularidades discursivas e práticas, os rituais, os costumes, os hábitos, os códigos culturais e linguísticos, que seriam comuns a cada uma dessas existências, as permitiriam, definiriam e delimitariam.¹⁶⁴

Ao colocarmos em relação esses três indivíduos encontramos em suas trajetórias de vidas vários elementos de regularidades e singularidades importantes para a compreensão da historiografia amazônica desse período, suas vidas, suas ações, suas falas e suas obras. Conforme Moraes, são “três homens, três engenheiros, geógrafos e historiadores. Três

¹⁶³ MOURA, Ignácio. Alocução pronunciada na inauguração do Instituto Histórico e Geográfico do Pará em 06 de março de 1917 no Theatro da Paz. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. Ano I, fasc. I. Belém, 1917, p. 4-5.

¹⁶⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História**. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 121.

polígrafos com trajetórias pessoais semelhantes que se cruzaram em pontos específicos”¹⁶⁵. Estiveram juntos nas reuniões preparatórias para a fundação do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará e fundação da instituição em 1900; integraram o Comitê Patriótico para a celebração do Tricentenário de Belém em 1915 e 1916; organizaram, sob a coordenação de Ignácio Moura, o Anuário de Belém em comemoração ao seu tricentenário 1616-1916: histórico, artístico e comercial; lideraram os trabalhos para a reinstalação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em 1917. São homens de letras de seu tempo, que tomaram para si a tarefa de repensar a Amazônia, na busca por inseri-la nas trilhas do progresso e da “civilização”, utilizando-se de um regionalismo histórico disseminado nas publicações, eventos e ações realizadas pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará na primeira metade do século XX.

Outro nome da historiografia amazônica desse contexto é Theodoro José da Silva Braga, também um dos maiores expoentes das artes amazônicas da primeira metade do século XX. Braga estudou na Faculdade de Direito do Recife, formando-se em 1893; logo depois, frequentou a Escola Nacional de Belas-Artes, sendo premiado para estudar na Europa, em 1899, chegando a especializar-se em Paris, na França, regressando ao Brasil em 1905. Além de uma arte aproximada com questões da natureza, Braga dedicou-se a estudos sobre artes indígenas, com trabalho sobre a arte cerâmica das sociedades da ilha do Marajó. Theodoro Braga escreveu vários trabalhos sobre o Pará, sendo os mais conhecidos: *Guia do Estado do Pará, História do Pará: resumo didactico; O Municipio de Breves (1738-1910): monographia organizada com o estudo feito sobre documentos Officiaes e obras vulgarisadas; Noções de chorographia do Estado do Pará e A Fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará: estudos e documentos para a execução da grande téla historica pintada pelo autor e encomendada pelo benemerito intendente municipal de Belém Exmo. Sr. Senador Antonio J. de Lemos (1908)*¹⁶⁶

A grande inserção de Braga na história amazônica veio com *A Fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará...* A obra de Braga versa sobre o movimento da intelectualidade paraense, que, desde a década de 1890, ampliou o debate sobre a história americana e o descobrimento do Brasil. Segundo Figueiredo (2005), o campo letrado da Amazônia, nas primeiras décadas do século XX, demonstrou interesse em definir uma nova interpretação da história do Brasil, de modo que o Norte passasse a ocupar lugar de destaque

¹⁶⁵ MORAES, Tarcisio Cardoso. **A Engenharia da História:** natureza, Geografia e Historiografia na Amazônia. PPGH/UFGA, Belém – Pará, 2009, p. 38.

¹⁶⁶ Para mais informações acerca de Theodoro José da Silva Braga e a sua contribuição para a pintura histórica na Amazônia ver: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **Eternos Modernos:** uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2001.

nos debates e na fundação da Nação¹⁶⁷. A tela e o estudo serviram como um manifesto da fundação da Amazônia, a cena da chegada dos portugueses a Belém revela a “grande epopeia originária da Amazônia”¹⁶⁸. Além de uma expressa contribuição à história social da arte, a obra buscou fundar não só a história da cidade de Belém, mas a própria história do Brasil na Amazônia.

Essa operação historiográfica de atrelar a história do Brasil à história da Amazônia também foi amplamente realizada por outro historiador paraense do período, responsável pela publicação de inúmeros textos e obras importantes para a história do Pará e da Amazônia: Henrique Jorge Hurley. Nasceu na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, em 19 de dezembro de 1883, era filho do engenheiro norte-americano Henry George Hurley e da natalense Maria de Oliveira Hurley. Coursou a faculdade de Direito do Pará entre os anos 1905-1910 e foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, vice-presidente no período 1930-1932 e presidente nos períodos de 1932-1935, 1935-1937 e 1937-1939, transformando a instituição em um lugar de memória para suas pesquisas e publicações.¹⁶⁹

De acordo com Ricci (2007), Jorge Hurley destacou-se enquanto intelectual como “um misto de antropólogo interessado em expedições sertanistas e como historiador, sagrou-se como presidente do IHGP, onde dedicou atenção especial ao estudo do movimento cabano, ocorrido no Pará em 1835”¹⁷⁰. Escrevendo no contexto do primeiro governo do interventor Magalhães Barata, Hurley transitou pela política do governo varguista e do Estado Novo, debatendo uma série de conceitos comuns à época, como os de identidade nacional *versus* raça, educação e civilização no Brasil e o papel do homem no espaço amazônico.¹⁷¹

Situando-se se como um dos renovadores da historiografia amazônica na década de 1930, “pelo uso da pesquisa histórica e a redescoberta do povo brasileiro nos acontecimentos”¹⁷², Jorge Hurley tornou-se um dos interlocutores dos ideais do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e da Academia Paraense de Letras. Além do IHGP, foi sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, São Paulo e Bahia. Dentre os seus textos e obras publicadas menciona-se: *Nos sertões do Gurupy*, 1928; *A Amazônia*

¹⁶⁷ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. A tela e o fato: a invenção moderna e a fundação do Brasil na Amazônia. In: FORLINE, Louis; MURRIETA, Rui; VIEIRA, Ima (orgs.). **Amazônia além dos 500 Anos**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2005.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p. 155.

¹⁶⁹ Biblioteca Pública Arthur Vianna. **Catálogo de Obras Raras ou Valiosas da Biblioteca Pública Arthur Vianna**. Belém: Fundação Cultural do Pará, 2020. p. 40.

¹⁷⁰ RICCI, Magda. Folclore, literatura e história: a trajetória de Henrique Jorge Hurley. In: FONTES, Edilza Joana de Oliveira; BEZERRA NETO, José Maia (org.). **Diálogos entre história, literatura & memória**. Belém: Paka-Tatu, 2007. p. 310.

¹⁷¹ *Idem*.

¹⁷² *Ibidem*, p. 313.

Cyclopica, 1931; *Prehistória Americana*, 1931; *Itarãna (pedra falsa): lendas, mythos, itarãnas e “folk-lore” amazônicos*, 1934; *A Cabanagem*, 1936; *Traços cabanos: 13 de maio (1836-1936)*, 1936; *Noções de história do Brasil e do Pará: do acordo com o programma de ensino primário do Estado do Pará*, 1938; *Belém do Pará sob o domínio português 1616 a 1823*, 1940.

Ernesto Horácio da Cruz destaca-se também como historiador na capital paraense, elaborando uma bibliografia de cunho regionalista histórico. Cruz nasceu em Belém, em 20 de novembro de 1898. Historiador e folclorista, uniu em sua biografia a escrita da história paraense e a atuação pública e política local, pois ao longo de sua vida assumiu vários cargos públicos, como secretário geral da municipalidade de Belém (1946); diretor geral da Biblioteca e Arquivo Público do Pará (1947-1950); Sócio e diretor do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Na década de 1930 foi apoiador do Governo de Magalhães Barata, fazendo discursos saudosistas *a posteriori*, como assim o fez quando de sua posse como Diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, ressaltando que a biblioteca vinha sendo restaurada pelo “amor e carinho do governo Magalhães Barata, de quem se honrara de ter sido também colaborador”¹⁷³.

Foi um tipo intelectual polígrafo, para utilizar a definição de Sérgio Miceli (2001), pois realizava várias atividades em seu cotidiano, como delegado no Pará do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e redator de jornais (*Província do Pará* e *Estado do Pará*). Além da política, algumas de suas filiações junto a determinadas agremiações apontam para a sua postura historiográfica, como ter sido membro do Instituto Brasileiro de Genealogia e do Instituto de Estudos Genealógicos de São Paulo¹⁷⁴, credenciando-se para, na década de 1950, alçar voos internacionais como pesquisador da história do Pará e da Amazônia em arquivos localizados na Espanha e em Portugal, com patrocínio do Governo do Estado.

Considerado “historiador da cidade de Belém”¹⁷⁵, Ernesto Cruz caracteriza-se no IHGP como historiador da geração ensaísta da capital, pois em várias de suas obras¹⁷⁶ encontram-se descritas as paisagens e principais acontecimentos históricos de Belém, escrevendo até os 65 anos de idade “um conjunto de vinte e dois títulos, voltados para os estudos monográficos sobre

¹⁷³ **O LIBERAL**. A posse do novo diretor da Biblioteca e Arquivo Público. N.º 98. Ano I, Belém, 13 de março de 1947, p.1.

¹⁷⁴ **O LIBERAL**. O novo Diretor da Biblioteca e Arquivo Público. N.º 97. Ano I, Belém, 12 de março de 1947.

¹⁷⁵ CRUZ, Ernesto. **História de Belém**: edição comemorativa do sesquicentenário da adesão a independência política do Brasil. Belém, Universidade Federal do Pará, 1973.

¹⁷⁶ **Belém**: aspectos geo-sociais do município, 1945; **Igarapé-Miry**: fases da sua formação histórica, 1945; **Monumentos de Belém**, 1945; **Na Terra das igaçabas**: ethnologia indígena-contos, mythos e folk-lore da Amazônia, 1935; **Noções de história do Pará**: da conquista e colonização á independência, 1937; **Nos bastidores da Cabanagem**, 1942; **Procissão dos séculos**: vultos e episódios da história do Pará, 1952; **O Romance histórico**: aspectos e revelações da história do Brasil, entre outras.

temáticas ora peculiares à memória de Belém, ora pertinentes à história do Pará”.¹⁷⁷

Em várias de suas obras, a exemplo de *Procissão dos Séculos* (1952), Ernesto Cruz demonstra um caráter de escrita positivista, revestido de tom coloquial e ao mesmo tempo pedagógico, “tratando-se de um modo de explicação histórica amparado no que seria a chamada história dos acontecimentos, essencialmente narrativa, marcada pela forma e pelo ritmo da crônica de feições novecentistas¹⁷⁸, preocupando-se apenas “em destacar vultos e episódios, que permaneciam injustamente esquecidos, respeitando, honestamente, o texto dos documentos”¹⁷⁹. Este historiador, portanto, destacou-se na historiografia paraense escrevendo ao longo do século XX sobre os mais variados aspectos dos acontecimentos da capital, buscando “apresentar o passado de Belém em seus mínimos aspectos, numa espécie de integração de tudo quanto tem estudado a respeito da formação e do desenvolvimento histórico da “metrópole da Amazônia”¹⁸⁰.

Foi reconhecido pela Câmara Municipal de Belém, por meio da Resolução n.º 30/ 57, de 19 de setembro de 1957, com o cargo honorífico de Historiador da Cidade atribuído a um historiador paraense¹⁸¹, honraria que irá receber até o início da década de 1970, quando, ao lado do historiador Arthur Reis, terá as suas obras reconhecidas não apenas no campo da historiografia paraense, mas na historiografia amazônica, como pode-se observar no fragmento do jornal *Folha do Norte*:

Acadêmicos vão receber diplomas

No vindouro dia 15 a Câmara Municipal de Belém concederá diplomas do “Mérito 15 de Agosto” aos srs. Fernando José Bahia, e historiadores Ernesto Cruz, Augusto Meira, e Arthur Cesar Ferreira Reis, em face das atividades diferentes que desenvolvem, mesmo assim trazem efetiva e inestimável ajuda ao desenvolvimento sócio-cultural da região. A honraria será concedida em sinal dos festejos alusivos ao sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência do Brasil.⁴⁹

¹⁷⁷ COELHO, Geraldo Mártires. Apresentação. In: CRUZ, Ernesto. **Procissão dos Séculos: Vultos e Episódios da História do Pará**. Belém. Imprensa Oficial do Estado. 1999. [s. p.].

¹⁷⁸ COELHO, Geraldo Mártires. Apresentação. In: CRUZ, Ernesto. **Procissão dos Séculos: Vultos e Episódios da História do Pará**. Belém. Imprensa Oficial do Estado. 1999.

¹⁷⁹ CRUZ, Ernesto. **Procissão dos Séculos: Vultos e Episódios da História do Pará**. Belém. Imprensa Oficial do Estado. 1999. p. 21.

¹⁸⁰ CRUZ, Ernesto. **História de Belém: edição comemorativa do sesquicentenário da adesão a independência política do Brasil**. Belém, Universidade Federal do Pará, 1973.

¹⁸¹ BELÉM, Câmara Municipal. Resolução N.º 30/ 57, de 19 de setembro de 1957. Institui o cargo honorífico de Historiador da Cidade, atribui o título a um historiador paraense e dá outras providências. ⁴⁹ **JORNAL FOLHA DO NORTE**. Acadêmicos vão receber diplomas. 02/08/1973.

É interessante situar que a projeção de Ernesto Cruz enquanto historiador da Amazônia inicia-se ainda na década de 1940, quando a intelectualidade paraense e a imprensa começam a ecoar seu nome como historiador de renome, a exemplo de sua ascensão à Academia de Letras Paraense. Nela, assumiu uma cadeira de grande responsabilidade, a do Barão do Guajará, notadamente Domingos Antônio Raiol, tido como historiador e político do Norte durante o Império, a quem é atribuída a criação da própria Academia de Letras e do Instituto Histórico do Pará. Segundo matéria de *O Liberal*, de 19 de novembro de 1946:

A Academia de Letras reunirá, às 20,30 horas, para recepcionar o historiador conterrâneo Ernesto Cruz, que ali vai ocupar a cadeira do Barão do Guajará. O ilustre escritor, cujo nome já transpôs as nossas fronteiras, será saudado pela palavra culta e fluente do acadêmico Paulo Eleutério [...].¹⁸²

Ernesto Cruz se fez presente aos vários eventos e solenidades da sociedade paraense como representante de um lugar de intelectual e de historiador do Pará e da Amazônia. Nesses termos, por exemplo, quando de uma reunião promovida pelos membros da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, com o tema “Movimentam-se os intelectuais Paraenses em Torno da Valorização da Amazônia”, Cruz se fez presente, sendo recepcionado como pertencente a um grupo de “estudiosos dos assuntos amazônicos”¹⁸³.

A função de delegado no Pará do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) o levou a se tornar um tipo de conhecedor das artes e das formas de arquitetura, daí sua escrita acerca da arte de capelas, como o artigo publicado em *O Liberal*, intitulado “Os azulejos da Igreja de Santo Antônio”, quando demonstrou suas viagens para conhecimento do patrimônio brasileiro em capitais como Salvador e Rio de Janeiro. Fruto das suas funções no SPHAN, Cruz remeteu relatório fotográfico à diretoria do órgão acerca dos azulejos da Igreja de Santo Antônio, em Belém, evidenciando que mesmo que as dimensões dos azulejos da igreja paraense não se iguallassem aos dos conventos que visitou no Rio e na Bahia, a igreja mereceria atenção dos estudiosos nacionais. Cruz apresenta-se como defensor da arte regional, manipulando história e arte em nome da cultura regional e remetendo as faianças da igreja citada para os tempos do século XVIII, sendo marcados pela influência do estilo rococó. A noção de patrimônio, após 1937, foi atrelada ainda mais ao soerguimento dos símbolos e da identidade da nação na esteira do Governo Vargas. Todavia, Ernesto Cruz trabalhava tal

¹⁸² **O LIBERAL**. Ernesto Cruz na Academia. N.º 2. Ano I, Belém, 16 de novembro de 1946.

¹⁸³ **O LIBERAL**. Movimentam-se os intelectuais Paraenses em Torno da Valorização da Amazônia. N.º 2. Ano I, Belém, 23 de novembro de 1946.

questão valorizando a arte regional. Além disso, revelou-se admirador dos estilos portugueses, convidando as pessoas para conhecerem na Igreja de Santo Antônio a “autêntica” arte portuguesa que, na visão do autor, era de gosto dos brasileiros desde a colônia¹⁸⁴. Tal postura pode fornecer pistas de certo apreço ao português colonizador na escrita da história de Cruz. O campo das artes transparece seu interesse. Inclusive a arte literária e sua relação com a história foi tema de um curso que ministrou na Academia de Letras Paraense, em 1957, com o tema “Literatura Histórica”.

É importante destacar, também, a atuação do intelectual Paulo Eleutério Alvares da Silva, nascido em Paudalho, Pernambuco, a 04 de setembro de 1886, e falecido em Belém, em 11 de setembro de 1959¹⁸⁵. Atuou tanto em Manaus, onde iniciou a carreira profissional, quanto em Belém, onde radicou-se, como professor, jornalista, político e historiador. Dentre as suas principais colaborações para a História da Amazônia destacam-se: *Fontes da história* (tese), 1920; *A Amazônia do futuro* (em colaboração com Ignácio Moura), 1926; *Pela Guiana brasileira: O Futuro Ministério da Economia Nacional; O Pará e o Planalto Central do Brasil*.

Palma Muniz, Ignácio Moura, Henrique Santa Rosa, Jorge Hurley, Ernesto Cruz, e Paulo Eleutério foram historiadores que circulavam na capital paraense da primeira metade do século XX e possivelmente frequentavam os mesmos cafés, bibliotecas, arquivos e livrarias, publicando textos, livros e artigos em jornais e revistas. Trouxeram uma grande contribuição para a historiografia paraense, formando uma “elite intelectual” no Estado do Pará, e possuíam, conforme os dados apresentados nas folhas bio-bibliográficas do Instituto¹⁸⁶, uma formação eclética, em sua maioria bacharelesca, (médicos, engenheiros, juízes, advogados, professores, jornalistas, etc.), atuando, em alguns casos, nos quadros da política paraense e em instituições públicas vinculadas ao Estado. O estudo dos intelectuais, portanto, como afirma Jean Sirinelli:

É complexo, e passa obrigatoriamente pela pesquisa, longa e ingrata, e pela exegese de textos, e particularmente de textos impressos[...] em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo; e sua história social exige a análise sistemática de elementos dispersos, com finalidades prosopográficas¹⁸⁷.

¹⁸⁴ **O LIBERAL**. Os azulejos da Igreja de Santo Antônio. N.º 301. Ano II, Belém, 18 de novembro de 1947.

¹⁸⁵ Biblioteca Pública Arthur Vianna. **Catálogo de Obras Raras ou Valiosas da Biblioteca Pública Arthur Vianna**. Belém: Fundação Cultural do Pará, 2020, p. 32.

¹⁸⁶ Folhas Bio-bibliográficas do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Anos 1930-1940.

¹⁸⁷ SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996. p. 245.

A historiografia manauara, por sua vez, era formada em sua maioria, assim como o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, por uma elite política e intelectual de formação bacharelesca. Ligados ao funcionalismo público, eram vinculados à política local e regional, pois também desenvolviam a profissão de professores e jornalistas, publicando obras que contemplavam em sua maioria um regionalismo de caráter histórico abordando a Amazônia, o seu meio geográfico e sua história.

Dentre os intelectuais manauaras, para o contexto analisado, menciona-se as contribuições de Agnello Bittencourt, Manuel Anísio Jobim, José Francisco de Araújo Lima, Mário Ypiranga Monteiro e Arthur César Ferreira Reis. Todos pertenceram as principais instituições de saber dos “homens de letras” do Amazonas: o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), além da Academia Amazonense de Letras (AAL). Alguns desses intelectuais participaram ativamente da vida político-partidária de seus Estados ou cidades natais, embora quase sempre por um curto período, como se pode observar nas trajetórias de alguns desses intelectuais.

Agnello Bittencourt nasceu no Amazonas em 14 de dezembro de 1876, filho do ex-prefeito e ex-governador do Estado do Amazonas Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt. Geógrafo, historiador e jornalista, foi professor do Ginásio Amazonense Dom Pedro II, sócio fundador e Presidente do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (1931-1950); membro da Academia Amazonense de Letras; sócio correspondente dos Institutos Históricos e Geográficos do Pará, Ceará, Alagoas, Bahia e Rio de Janeiro; membro da Sociedade Brasileira de Geografia; secretário de Educação do Estado do Amazonas, e prefeito de Manaus entre anos de 1909-1910¹⁸⁸. Dentre as suas contribuições para a história do Amazonas destacam-se as seguintes publicações: *Tese de Concurso*, 1905; *Corografia do Estado do Amazonas*, 1925; *A Instrução Pública no Quatriênio Ephygenio de Salles*, 1929; *Discurso de posse na Acad. Amazonense de Letras*, 1932; *Perfil do homem da Amazônia*, 1944; *Bacia Amazônica: vias de comunicação e meios de transporte*, 1957; *Navegação do Amazonas e Portos da Amazônia*, 1957; *Eduardo Gonçalves Ribeiro*, 1962; *Mosaicos do Amazonas*, 1966; *Plantas e Animais Bizarros do Amazonas*, *Reminiscências do Ayapuá. Monografia sobre uma sociedade rural*, 1966; *Dicionário Amazonense de Biografias. Vultos do passado*, 1973; *O Homem Amazonense e o Espaço*, 1969; *Fundação de Manaus. Pródromos e sequências*, 1969.

Manuel Anísio Jobim nasceu na cidade de Anadia, Alagoas, em 27 de março de 1877. Formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Recife em 1902. Foi

¹⁸⁸ BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**. Vultos do passado, RJ Conquista/ Gov. do Est./ Acad. Amaz. de Letras, 1973.

desembargador do Tribunal de Apelação do Amazonas; exerceu a Procuradoria Geral do Estado do Amazonas e a Chefia de Polícia no mesmo Estado. Assumiu a presidência do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) interinamente em 1946; membro da Academia Amazonense de Letras e da Academia Carioca de Letras; sócio correspondente da Sociedade Brasileira de Geografia. De acordo com Agnello Bittencourt, Anísio Jobim “aproveitava as horas vagas da sua judicatura para colher subsídios geográficos, históricos e sociais das regiões do interior, a fim de organizar e publicar informações úteis ao Estado do Amazonas”¹⁸⁹. A partir de suas pesquisas organizou as seguintes contribuições para a história e geografia da Amazonas: *Manacapuru* (1933); *Codajás* (1933); *A intelectualidade no extremo Norte — contribuição para a história da literatura no Amazonas* (1934); *Tefé* (1937); *Moura* (1938); *São Paulo de Olivença* (1940); *Benjamim Constant* (1944); *Itacoatiara* (1948); *Monografia geográfica do estado do Amazonas — fisiogeografia* (1949); *Três municípios amazonenses* (1967); *O Amazonas na sua história (ensaio antropogeográfico e político)*, 1957.

José Francisco de Araújo Lima nasceu na Vila de Mauná (Ilha de Marajó), Pará em 9 de maio de 1884, e faleceu no Rio de Janeiro em 11 de junho de 1945. Seu pai José Francisco de Araújo Lima foi, de acordo com Agnello Bittencourt “Juiz de Direito da Capital amazonense, e sua mãe proprietária regente do Colégio Santa Catarina”¹⁹⁰. Formou-se em Farmácia na Faculdade de Medicina da Bahia em 1902, e em Medicina tropical pela Universidade de Paris em 1912. Foi membro da Academia Amazonense de Letras e do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Atuou em Manaus como médico, professor do Ginásio Amazonense Dom Pedro II, inspetor do Ensino Primário do Estado do Amazonas entre 1909-1910, e diretor da Instrução Pública do Amazonas entre 1917-1919. Foi prefeito de Manaus durante os anos de 1924 e 1926-1929, além de Deputado Federal pelo Amazonas, em 1930. Dentre as suas principais obras destacam-se: *Falsa demência* (1912); *Só a educação transforma os povos* (1933); *Amazônia: a terra e o homem* (1933).

Dentre os homens de letras da capital amazonense do mesmo período destaca-se, também, Mário Ypiranga Monteiro. Ganhou visibilidade no Estado do Amazonas pelos estudos de folclore amazônico, realizados nas décadas de 1940 e 1950, analisando o Brasil a partir da região amazônica, em especial as suas particularidades, possuindo uma formação estreitamente vinculada ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, a Academia Amazonense de Letras

¹⁸⁹ BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**. Vultos do passado, RJ Conquista/ Gov. do Est./ Acad. Amaz. de Letras, 1973. p. 72.

¹⁹⁰ BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**. Vultos do passado, RJ Conquista/ Gov. do Est./ Acad. Amaz. de Letras, 1973. p. 99.

e a Faculdade de Direito, destacando-se como “um estudioso de história social”, descrevendo “os diferentes tipos sociais ligados à história da cidade de Manaus, e um estudioso do folclore regional, que o coloca como um dos participantes mais ativos do movimento encampado pela Comissão Nacional de Folclore (CNFL) na década de 1950.¹⁹¹

Monteiro nasceu em Manaus, em 1909, e morreu na mesma capital em 2004. A partir da análise de seus trabalhos pode ser considerado um intelectual polígrafo, escrevendo não apenas a partir das inúmeras instituições das quais fazia parte: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Universidade do Amazonas, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), *National Geographic*, Academia Amazonense de Letras (AAL), IGHA, mas, também, a partir das diversas áreas de saber: sociologia, história, antropologia, folclore, teatro, novelas de rádio, romances e até artes plásticas, trazendo para a dimensão de sua obra, de acordo com Marco Aurélio de Paiva, a identidade nacional amazônica¹⁹². Essas representações estavam presentes nos diferentes livros, revistas, e jornais para os quais escrevia, a exemplo dos Jornais “O Estudante”, “Correio de Manaus”, “Voz do Operário”, “Doze de Agosto”, “A Nação”, “Jornal do Comércio”, “O Jornal”, “A Luta Social” e “Diário Oficial”, bem como as revistas “Vitória Régia”, “Fon-Fon” e “O Malho” com contos regionais ilustrados. Dentre as suas principais obras citam-se: *O estado social do índio brasileiro* (1946); *O Aguadeiro* (1947); *Quarta orbis pars* (1951); *Fundação de Manaus* (1952); *A Capitania de São José do Rio Negro* (1955); *O regatão* (1957); *Roteiro do folclore amazônico* (1964/1974); *O sacado* (1964); *Antropogeografia do guaraná* (1965); *Teatro Amazonas* (1965/1997); *Folclore da maconha* (1966); *História da Literatura amazonense* (1977); *Danças folclóricas e singulares do Amazonas* (1979); *Elogio sentimental dos bichos amazônicos* (1982); *Carros e carroças de bois* (1982); *Cultos de santos e festas profano-religiosas* (1983); *Negritude e modernidade* (1990); *Cobra grande* (1996); *História da Cultura Amazonense* (1998), dentre outras.

Arthur César Ferreira Reis também foi um desses intelectuais que uniu a vida intelectual e política na produção de suas obras, escrevendo para tornar a região mais conhecida, construindo e divulgando um conjunto de imagens e discursos sobre sua terra natal (Manaus) e a região amazônica, buscando instituir na memória da população a história oficial sobre estes espaços. Tornando-se conhecido na historiografia amazônica em pleno auge da crise da borracha vivida na região, Reis, assim como outros representantes das elites letradas,

¹⁹¹ FALCÃO, Charles Maciel. **Mário Ypiranga Monteiro e os estudos de Folclore, 1940/1950**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Manaus, 2010.

¹⁹² De acordo com Falcão (2010), Mário Ypiranga Monteiro costumava pintar quadros com temáticas regionais e presentear aos amigos que lhe visitavam.

comerciais e políticas de Manaus e Belém, passou a refletir e a agir na busca de soluções para a crise vivida. Assim, no âmbito da historiografia, vários intelectuais da região estiveram entre a “nação e região” em um discurso de reconhecimento do papel da nação e seu poder, bem como dos desafios regionais.

A década de 1930 possui a marca de uma historiografia que percebe no Estado o organizador da nação, em função dos preceitos varguistas em vigor à época. *História do Amazonas*, de Arthur Cesar Ferreira Reis, publicada em 1931, tornou-se uma das obras representantes dos princípios do IGHA, escrita com base em alguns pressupostos metodológicos do IHGB, especialmente ao que confere ao patriotismo e civismo defendendo, contudo, ardentemente a pátria subscrita na História da região, porque é, de acordo com Leandro Tocantins:

um típico representante do brasileiro amazônico: na sua vocação regionalista, sem deixar de ser nacional, na sua compreensão brasileira autêntica, sem deixar de ser universal”, sendo esta a “sua vocação regionalista, castiçamente representativa da Amazônia”, a ponto de Gilberto Freyre, dando-lhe apoio aos seus rasgos administrativos no governo do Amazonas e suas audaciosas atitudes na defesa da região contra interesses estrangeiros escusos, chamar-lhe de “Capitão-General das Amazôniaas”.¹⁹³

Ao analisar-se a escrita da História desse intelectual encontra-se alguém perpassado pelo pensamento nacionalista de sua época, presente nas obras de intelectuais como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Alberto Torres, dentre outros, influências que, conforme Lobato (2009), estarão na “base intelectual de sua escrita regional, bem como na base das apropriações dos discursos historiográficos divergentes”¹⁹⁴. Sua ligação com a produção historiográfica e os problemas sociais e políticos de seu tempo indicam um “historiador que, embora perseguisse a verdade objetiva, não pôde fugir às interferências da sua subjetividade socialmente construída”¹⁹⁵, destacando-se na Amazônia como uma representação da intelectualidade típica dos anos 1930 e 1940, ou seja a junção do “homem de letras e o homem político”.¹⁹⁶

¹⁹³ TOCANTINS, Leandro. Apresentação. REIS, Arthur Cesar Ferreira. **História do Amazonas**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989, p. 16-17.

¹⁹⁴ LOBATO, Sidney da Silva. Estado, Nação e Região na obra de Arthur César Ferreira Reis. **Diálogos**, v. 13, n. 3, p. 625-642, 2009.

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ VELOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, J; NEVES, Lucila de Almeida (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 154.

Tais características tornaram-se presentes em seus discursos de cunho patrióticos e aparecem na escrita de diversos historiadores do país neste momento, devendo as novas gerações do Amazonas, por exemplo, de acordo com Reis (1935) ter “Fé nas gerações que se estão formando, Esperança no desdobramento de ação desses moços [...] na busca pelo amanhã radioso que sonhamos”¹⁹⁷, algo também característico dos princípios do Instituto Histórico e Geográfico do Pará- IHGP desta mesma década, conforme podemos observar na narrativa abaixo:

[...] ao Instituto Histórico, evocando o passado e fixando o presente, compete encaminhar criteriosamente a mocidade e o povo no estudo do civismo, [...], incentivando, pela emulação e pelo exemplo, a mocidade ao culto dos nossos heróis e mártires, cuja abnegação fortalece as novas gerações.¹⁹⁸

Considerado um “historiographo” amazonense¹⁹⁹, Arthur Reis foi membro do IGHA, do IHGB, e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, além de redator do *Jornal do Comércio* e da *Revista Amazonense de Professores* em Manaus, em uma coluna sobre História do Amazonas, bem como professor de História do Brasil e História da Civilização na escola Sólton de Lucena e na Faculdade de Direito do Amazonas, lecionando também, quando da sua estadia em Belém, entre 1938-1945, a disciplina História do Brasil, escrevendo para vários jornais daquela capital, a exemplo de *O Estado do Pará* e *Folha do Norte*. Pesquisador do Arquivo Público e da Biblioteca do Pará, esse intelectual expressaria a importância de tais espaços para a sua formação sobre a História da Amazônia: “Posso dizer que o que eu sei sobre a Amazônia, aprendi nos anos que vivi em Belém, entre 1938-1945, graças ao Arquivo do Pará”.²⁰⁰

Foi um historiador preocupado com o “atraso” da região amazônica, justificando, por meio de sua escrita, a intervenção técnica do Estado na região, face ao “desnível socioeconômico da região amazônica em relação às demais regiões do Brasil”²⁰¹. Caracterizando-se como intelectual da fase dita ensaísta na historiografia amazônica, evidencia os diálogos estabelecidos entre a nação e a região amazônica, representando, assim,

¹⁹⁷ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Por Deus e pela Pátria**. Manaus: Tipografia Fênix, 1935.

¹⁹⁸ Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará- RIHGP, 1931. p. V-VI.

¹⁹⁹ **JORNAL DO COMÉRCIO**, Manaus, 1940.

²⁰⁰ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A política de Portugal no vale amazônico**. 2 ed. Belém: SECULT, 1993a. p. VII-VIII.

²⁰¹ LOBATO, Sidney da Silva. Estado, Nação e Região na obra de Arthur Cezar Ferreira Reis. **Diálogos**, Maringá, v. 13, n. 3, p. 625-642, 2009. p. 631.

as inúmeras vertentes historiográficas em curso no Brasil naquele contexto e com as quais dialogava para a escrita da História na/ da Amazônia, entre as décadas de 1930 a 1950.

Assim, realizando uma análise das trajetórias de Ernesto Cruz e Arthur Reis, bem como dos demais intelectuais apresentados, observa-se as características comuns, tanto aos historiadores da capital paraense quanto aos historiadores manauaras: são nascidos no seio de famílias pertencentes às elites sociais e políticas de seus Estados, embora tenham vivenciado as consequências do declínio econômico da produção e comercialização da borracha na Amazônia; estão articulados por vínculos de compadrio com as oligarquias regionais dominantes, de quem recebem benesses e a quem servem por meio do exercício de funções públicas e de suas escritas; frequentaram as melhores instituições de ensino primário e secundário, e tiveram acesso ao restrito mercado de diplomas em cursos superiores, assumindo, como afirma Albuquerque Júnior (2013), “lugares de destaque na sociedade local e nacional que suas famílias vinham perdendo, desde a geração do seus pais”.²⁰²

Esses intelectuais também foram membros das principais instituições voltadas para a consagração dos homens de letras, seja em âmbitos estadual, regional e/ ou nacional, pois participavam de Institutos Históricos, Academias de Letras, associações científicas e literárias em geral. Eram, “lugares de memória”, como afirma Nora (1993)²⁰³, de nomes que teriam contribuído para as letras e para a história dos Estados e do país, lugares que demarcam prestígio social e político e caracterizam-se como “estratégias de monumentalização de seus nomes e de seus familiares diante do caráter corrosivo e destrutivo da história”, como afirma Albuquerque Júnior (2013):

Instituições que continuam a se reger, em grande medida, por códigos de distinção e renome que remetem a uma sociedade aristocrática, a uma ordem social estamental e se constituem, em grande medida, a partir da escolha, indicação e eleição de nomes através da prevalência das relações e apoios pessoais, sendo fundamentais para a candidatura e para a escolha as relações de apadrinhamento, as relações pessoais e de troca de favores entre aqueles que compõem a instituição. Estas instituições se encarregam de tornar a vida e o nome destes homens em semióforos, ou seja, em vidas e nomes que seriam signos de poder e prestígio, que encarnariam valores e qualidades excepcionais, homens preciosos que funcionariam como faróis, como guias para a sociedade de que foram membros, que para eles deveriam olhar e neles se espelharem.²⁰⁴

²⁰² ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920 – 1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

²⁰³ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. p. 13-14.

²⁰⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920 – 1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 133.

Além das instituições, os homens de letras também estavam vinculados às atividades jornalísticas da época. De acordo com Ângela de Castro Gomes “os jornais e as revistas constituíam os ‘novos e amplos’ salões, exibindo homens de letras a um público inusitado, e permitindo uma nada desprezível fonte de renda. Os jornais representavam, assim, uma forma de ingresso no mercado de trabalho intelectual, uma profissionalização que expandia contatos, sendo em alguns casos um passaporte para mundos políticos e sociais maiores”²⁰⁵. A imprensa também representava um importante espaço de lutas e representações políticas e ideológicas divulgando os interesses dos redatores e círculos políticos e intelectuais a eles vinculados.

De acordo com Pierre Bourdieu “los discursos no son unicamente signos destinados a ser comprendidos, decifrados; son también signos de riqueza destinados a ser cridos y obedecidos”²⁰⁶, ou seja, os discursos representam um estrato social e um objeto de luta simbólica pelo poder. Assim, a presença nos jornais representava para essa geração a possibilidade da utilização do capital cultural que possuíam para construir uma reputação de homens de letras, alcançando reconhecimento para alcançarem os novos postos que surgiam com a crescente complexidade da burocracia do Estado, especialmente no período posterior a 1930. Arthur Reis iniciou sua carreira de intelectual como redator-chefe (1928-1934) do *Jornal do Comércio*, em Manaus, periódico que pertencia ao seu pai, Vicente Reis. Esse jornal foi o espaço para divulgação de seus primeiros textos sobre a História da Amazônia, informando sobre eventos locais, notícias sobre política, o cotidiano do Instituto Histórico²⁰⁷, bem como debates intelectuais acerca da existência de uma ciência regional, a “Amazonologia”, como podemos observar na citação a seguir:

Já podemos falar com segurança numa sciencia regional: a amazonologia. Porque o thema amazonico apresenta-se hoje com tal riqueza de aspectos, penetrando de tal sorte este e aquele setores da curiosidade humana[...] temos de dar rythmo, unidade, para o corpo de theorias, de doutrinas, de conquistas scientificas que vem constituindo. Podemos assignalar a existência da amazonologia, que deixou de ser assumpto lyrico, de phantasistas de espíritos imaginosos, a certo modo creadores, para constituir preocupação do ethnologo, do historiador, do sociologo, do naturalista, do geographo [...] O amazonologo, todavia, não surgiu agora. Desde o século XVII que ele existe, confundido, apressadamente [...] Amazonologo foi um La Condamine, foi um Alexandre Rodrigues Ferreira, um Lobo d’Almada, um Francisco Innocencio de Souza

²⁰⁵ GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 45.

²⁰⁶ BOURDIEU, Pierre. **Qué significa hablar? Economía de los intercambios lingüísticos**. Madri: Akal, 2001, p. 40.

²⁰⁷ REIS, Arthur Cezar Ferreira. Valiosas ofertas para o museu do Instituto Histórico do Amazonas. **Jornal do Comércio**, Manaus, quarta-feira, 15 de Janeiro de 1930.

Coutinho, um Conde dos Arcos, um Bates, um Wallace, um Condreau, um Martius, um Arthur Vianna, um Monteiro Baena, um Silva Coutinho, um Barão do Marajó, um Torquato Tapajós. Como amazonólogo são joje os Alfredo da Mata, os Araujo Lima, os Agnello Bittencourt, os Gilberto Ozorio de Andrade, os Paul Le Cointe, os Cart Winuendaju, os Carlos Estevão, os Nunes Pereira, os Manoel Anísio Jobim.²⁰⁸

Encontram-se também textos, resenhas e artigos escritos por Artur Reis, ou artigos de outros intelectuais de sua geração acerca das obras recém-publicadas pelo autor, como observamos na coluna “Acta diurna” o artigo do escritor potiguar Luiz da Camara Cascudo “*ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS: A Política de Portugal no Vale Amazônico. Belém, 1940*”, e reproduzido por Arthur Reis no *Jornal do Comércio* em 22 de setembro de 1940²⁰⁹.

Ou seja, havia uma estratégia de reconhecimento por parte da elite intelectual que atuava nos Estados brasileiros, pois Câmara Cascudo, assim como Arthur Reis, pertencia a uma elite econômica e política de sua cidade de origem, nomeado historiador oficial da cidade de Natal, publicou inúmeros textos e obras acerca do folclore nordestino, história do Rio Grande do Norte, e cultura brasileira. Assim, como Arthur Reis também teve formação jurídica, ocupou cargos públicos e por um curto período participou da vida político-partidária do Rio Grande do Norte. Pertenceu às principais instituições histórico-literárias do país, foi membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e da Academia Norte-rio-grandense de Letras, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de ser sócio correspondente de vários Institutos Históricos e Academias de Letras de diversos estados brasileiros. Semelhante a Arthur Reis, também iniciou sua carreira intelectual como jornalista “dirigindo e escrevendo no jornal *A Imprensa*, de propriedade de seu pai, assinando crônicas e colunas diárias nos jornais *A República* e *Diário de Natal*, colaborando também com vários outros órgãos de imprensa do Recife e de outras capitais”.²¹⁰

Destarte, os jornais caracterizavam-se como um importante espaço de reconhecimento e ascensão profissional para o mundo dos letrados naquele contexto, atuar nesses veículos de comunicação e “participar de núcleos menores e mais seletos, como o das revistas, era fundamental, não só porque fazia parte de qualquer estratégia de ascensão intelectual, mas, também, porque os periódicos eram a base da circulação de ideias da época”²¹¹. Os jornais e as

²⁰⁸ REIS, Arthur Cezar Ferreira. Panoramas Amazonicos. **Jornal do Comércio**, Manaus, domingo, 8 de setembro de 1940.

²⁰⁹ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Política de Portugal no Vale Amazônico**. Belém, 1940. *Jornal do Comercio*, domingo, 22 de setembro de 1940.

²¹⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920 – 1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

²¹¹ GOMES, Ângela de Castro. Op. Cit. p. 46.

revistas “são os principais canais de divulgação, não só de notícias, mas de estilos como a crônica e o ensaio, envolvendo textos de conteúdo literário, histórico, antropológico etc.

Henrique Jorge Hurley, além de escrever inúmeros textos e artigos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, também foi revisor do jornal *A Província do Pará*. Ernesto Cruz, que escreveu para a RIHGP, colaborou em muitos jornais e revistas do Estado do Pará, deixando sua marca na imprensa diária local. Assim, o universo da escrita por meio do qual esses intelectuais tornaram-se conhecidos, caracterizou-se como um lugar polifônico, um caleidoscópio que deve ser analisado em suas especificidades, observando as vinculações dos intelectuais amazônicos nesses espaços e suas colaborações para a construção do campo historiográfico regional e institucionalização do conhecimento histórico na Amazônia.

1.4 Paulo Eleutério e a busca pela definição do método historiográfico: um historiador na fronteira

*Não ha rios sem nascentes, nem ha mananciaes sem florestas, sem fontes verdadeiras não póde haver História.*²¹²

Pode-se destacar como uma das obras representativas do processo de institucionalização do conhecimento histórico na Amazônia nas primeiras décadas republicanas, o trabalho *Fontes da História* (1920), do historiador Paulo Eleutério Alvares da Silva (1886-1959). Pernambucano radicado na Amazônia, foi um intelectual atuante nos Institutos Históricos da região amazônica, principalmente os Institutos de Belém e Manaus, tornando-se secretário perpétuo do IHGP. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1920, e em Engenharia Agrônoma pela Universidade de Manaus, Paulo Eleutério foi professor do magistério primário, secundário e superior no Amazonas e em outros estados, além de redator do *Jornal do Comércio* em Manaus, da *Folha do Norte* e *O Liberal*, de Belém, e membro da Associação Brasileira de Imprensa e de vários institutos históricos do país. Em 1918 foi um dos fundadores da Escola de Agronomia do Pará, e, em 1931, em colaboração com José Coutinho de Oliveira, ajudou a fundar a Escola de Engenharia do Pará.

Sua obra *Fontes da História*, originalmente elaborada como uma These de concurso para a cadeira de História Universal e do Brasil do Gymnasio Amazonense, posteriormente denominado Gymnasio Amazonense Pedro II, foi apresentada em julho de 1920, e publicada

²¹² SILVA, Paulo Eleutério Alvares da. **Fontes da história**. Sessão de obras da imprensa pública de Manaus. Manaus, 1920. p. 9.

no mesmo ano pela sessão de obras da imprensa pública de Manaus. O Gymnasio amazonsense, criado pelo Decreto n.º 34, de 13/10/1893, foi uma das mais importantes instituições de ensino de Manaus na Primeira República, voltada especificamente para o ensino secundário, substituindo no cenário educacional manauara, o Liceu Provincial Amazonense.

Essa obra permite a compreensão do universo teórico e metodológico do campo historiográfico apresentado por parte de alguns historiadores amazônicos. A partir de sua análise podemos considerar Paulo Eleutério um historiador que transita nas fronteiras historiográficas existentes em âmbito nacional, internacional, e na Amazônia, pois ao mesmo tempo que buscava superar aquilo que Peter Burke chamou de “Antigo Regime na Historiografia”²¹³, buscando elaborar um modelo de História que estivesse para além da narrativa dos acontecimentos políticos e militares, caminhava na direção de uma história científica e sociopsicológica, a partir de um método interdisciplinar, considerando fundamental o apego às fontes e à busca pela verdade histórica, afirmando que o conhecimento histórico dependia de um processo de “preparação intellectual methodisada e solida”, devendo a História ser compreendida como uma:

Sciencia em pleno e fecundo periodo de systematização philosophica, arrastando consigo uma extensa ordem de outras formas de conhecimento, “mestra da Vida”, destinada a narrar os sucessos de todo o mundo, é a História depositaria fiel das origens de tudo o que nos cerca e emociona, orientadora dos povos e inspiradora dos homens, fonte real de toda evolução e progresso.²¹⁴

Na primeira metade do século XIX na Europa, especialmente na Alemanha e França realizou-se o movimento de profissionalização do conhecimento histórico, de modo que a historiografia passou a ser vista como uma atividade intelectual autônoma, com normas próprias e profissionais de funcionamento. No contexto de formação dos Estados Nacionais, na busca pela construção da grande história das nações, a História passou a ser uma matéria de estudo obrigatório nas universidades, sendo dotada de cientificidade e um método próprio de trabalho. Podemos citar na Alemanha o trabalho do historiador Leopold von Ranke (1795-1886) *História dos povos românicos e germânicos* (1824), e na França a *Revue Historique* (1876), organizada por Gabriel Monod como marcos de um processo de construção de uma história crítica, alicerçada em uma “ciência da História”, baseada em um método específico, com

²¹³ BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. 2. Ed. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

²¹⁴ SILVA, Paulo Eleutério Alvares da. **Fontes da história**. Sessão de obras da imprensa pública de Manaus. Manaus, 1920.

fundamentação “metódico-documental”, resultando na profissionalização da historiografia²¹⁵. O século XIX, portanto, é o século do nascimento da ciência da História, lançando, inclusive, influência nas demais ciências em processo de consolidação (linguística, direito, ciências políticas e sociais), tornando-as ciências históricas.

Uma herança deste contexto são os grandes manuais de metodologia histórica, a exemplo da enciclopédia *Vorlesungen Uber Enzyklopadie und Methodologie der Geschichte*²¹⁶, de autoria de Johann Gustav Droysen, que apresentava, segundo Júlio Aróstegui, um “conjunto de conhecimentos e prescrições ordenadas sobre a forma de se escrever a História”²¹⁷, além das revistas profissionais fundadas no final do século XIX, a exemplo de *Historische Zeitschrift* (1865) e *English Historical Review* (1886), que concentravam-se na história dos eventos políticos. Na Alemanha, o historicismo ganha amplitude sob a liderança de um grupo de historiadores, que além de buscar transmitir os fatos “como realmente aconteceram”, sob as bases da hermenêutica, apostavam no emprego das fontes históricas como basilares para a escrita da História.

Na França, a História científica popularizou-se por meio de debates liderados por Fustel de Coulanges (1830-1889), que compreendia a história a partir de uma postura racionalista e crítica, estabelecendo leis para o desenvolvimento histórico. Assim, defendia a ideia de que a pesquisa deveria ser baseada em fatos históricos, e que a História só poderia ser escrita a partir de documentos. A historiografia metódico-documental, contudo, ganhou uma maior visibilidade a partir da fundação da *Revue Historique*, em 1876, agregando nomes de distintas gerações que haviam estudado na Alemanha e ensinavam na França a história científica alemã²¹⁸, a exemplo de Renan, Taine, Fustel de Coulanges, Gabriel Monod, Lavissee e Bémont, responsáveis por definir as regras da disciplina histórica a partir do método científico de investigação e aplicar segundo Bourdê e Martin a “objetividade absoluta no domínio da história, as técnicas rígidas ao inventário das fontes, a crítica aos documentos, e a sistematização do trabalho historiográfico”²¹⁹.

A partir desses nomes assistiu-se à fundamentação metódico-documental do conhecimento histórico, disseminando-se seus ideais na Alemanha, na França, em outros países da Europa e nas Américas, a partir da denominação de historiografia positivista, ou positivismo.

²¹⁵ ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, SP: Edusc, 2006, p. 103.

²¹⁶ História: Palestras sobre a enciclopédia e metodologia da História.

²¹⁷ ARÓSTEGUI, Júlio. *Ibidem*, p. 108.

²¹⁸ REIS, J. Carlos. **A História: entre a Filosofia e a ciência**. 1996. p. 15.

²¹⁹ BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Tradução de Ana Rabaça. Lisboa: Publicações Europa/ América, 1983. [s. p.].

A obra que melhor incorporou o novo paradigma do conhecimento histórico foi o tratado de metodologia histórica *Introduction aux Études Historiques*, 1898, de Langlois e Seignobos, situando-se como uma obra basilar para a compreensão do processo de fundamentação disciplinar da historiografia, que tinha como paradigma as seguintes máximas: “a história se faz com documentos”, “a história não é outra coisa senão o aproveitamento dos documentos”.²²⁰

Alguns historiadores, contudo, mesmo no contexto do século XIX, foram vozes discordantes do radicalismo temático e metodológico proposto pelos historiadores historicistas e positivistas, propondo um modelo de narrativa que se preocupava com a história da sociedade e dos povos. Michelet e Burckhardt, segundo Burke, compreendiam a história “como um campo em que interagiam três forças: o Estado, a Religião e a Cultura, enquanto Michelet defendia o que hoje pode-se descrever como uma história da perspectiva das classes subalternas”.²²¹ Os historiadores econômicos e os cientistas sociais também foram fundamentais nesse contexto para a superação da história política. Os estudos de Gustav Schmoller, Henri Hauser, Augusto Comte, Herbert Spencer e Durkheim redirecionavam os interesses da história política para a história econômica e social, construindo as bases para a transformação da história em uma ciência sociopsicológica.

Na virada do XIX para o século XX, especialmente na França e nos EUA, são lançados os fundamentos para a Nova História. É desse contexto a crítica do economista francês François Simiand acerca dos “ídolos da tribo dos historiadores”: a história política, a ênfase nos grandes homens, a história das origens. A *Revue de Synthèse Historique*, fundada por Henri Berr em 1900, incentivava os historiadores franceses para um trabalho interdisciplinar e o investimento em uma psicologia histórica. Lucien Febvre e Marc Bloch são os herdeiros diretos dessas novas tendências historiográficas. Sob a nomenclatura de escola/ movimento dos *Annales* os historiadores franceses adeptos das novas tendências de escrita da história passaram a desprezar os acontecimentos e insistir na longa duração, redirecionando a atenção dos aspectos políticos para as atividades econômicas, a organização social e a psicologia coletiva, além de se esforçarem para aproximar a história das outras Ciências Humanas. Essas novas tendências influenciaram a maior parte dos historiadores da França, da Europa Ocidental, dos Estados Unidos e da América Latina.²²²

²²⁰ ARÓSTEGUI, Júlio. *Ibidem*, p. 118.

²²¹ BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. 2. Ed. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 19.

²²² BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Tradução de Ana Rabaça. Lisboa: Publicações Europa/ América, 1983. [s. p.].

Fontes da História segue os modelos dos tratados de metodologia histórica de finais do século XIX e orienta os historiadores amazônicos sobre as regras para a escrita da história na região, compreendendo o método científico como uma bússola para a operação historiográfica e a importância das fontes como essenciais para o estudo dos acontecimentos. Entretanto, apesar de incorporar os preceitos da historiografia positivista, demonstrava uma adesão às novas tendências do campo historiográfico emergentes nas décadas finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, ao considerar como objeto da história não apenas as “narrativas genealógicas de personagens célebres, descrição de batalhas, e exames de instituições”, mas o estudo dos costumes das gerações passadas, das “classes superiores, médias e ínfimas” atribuindo espaço às camadas normalmente desconsideradas pela História tradicional, como pode-se observar na epígrafe destacada pelo autor a seguir:

Alargaram-se infinitamente os horizontes da Historia no correr do século XIX. Não se satisfazem hoje os leitores com as narrativas dos factos, noticias genealógicas, menção de datas, descrição de conflitos, batalhas e revoltas, apontamentos de trabalhos diplomáticos, traços de personagens celebres, exames de instituições e leis e conceitos philosophicos semeados em phrases elegantes. Exigem informação minuciosa dos costumes, do viver, do sentir, do pensar e do crer das gerações passadas; conhecimento cabal da existência simultânea e das relações reciprocas das classes superiores, médias e ínfimas, em que as sociedades se dividiam; painel exato e colorido do que foram, com seus matizes, suas condições, suas paixões e seus uzos peculiares.²²³

Contudo, ao analisar o papel dos historiadores no processo de escrita da História, compara-o à figura de um juiz, que por meio de um processo judicial realizaria uma investigação, um inquérito na busca de pistas e indícios que atestassem a verdade sobre o acontecido. Albuquerque Junior ao analisar a obra *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*, de Lucien Febvre, publicada originalmente em 1942, destaca a semelhança apresentada entre os procedimentos de análise jurídica e os procedimentos historiográficos empregados por Febvre na construção de sua obra, especialmente nos métodos de investigação, análise e argumentação²²⁴. Segundo Albuquerque Júnior, a prática historiográfica utilizaria uma série de procedimentos que lembraria a atuação de um juiz em um

²²³ SILVA, João Manuel Pereira da. Quadros da Historia Colonial do Brasil. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1895, p. VII. In: SILVA, Paulo Eleutério Alvares da. **Fontes da história**. Sessão de obras da imprensa pública de Manaus. Manaus, 1920. [s. p.].

²²⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. A história tem juízo: o juiz e o inquérito como modelos de autoria e procedimento analítico na escrita historiográfica. **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto, v. 13, n. 34, p. 17-40, set.-dez. 2000. p. 17.

processo judicial ou de investigação policial e judiciária²²⁵. Tomando de empréstimo o questionamento apresentado por esse autor, pergunta-se acerca da obra de Paulo Eleutério: “seria o historiador um juiz dos tempos, dos eventos, submetendo os personagens históricos a um julgamento?”²²⁶, encontramos a resposta para esta pergunta no trecho a seguir:

[...] A História seria, a nosso vêr, não um promotor que accusasse ou um advogado que defendesse, mas um juiz, que basearia a integridade do seu julgamento no depoimento verdadeiro de suas testemunhas, em nosso caso, as fontes, transformadas em peças essenciais e indispensáveis do processo a que responde o homem, como autor e réo.²²⁷

A História para Paulo Eleutério seria a juíza dos eventos que, baseada no “depoimento verdadeiro dos acontecimentos”, ou seja, as fontes históricas, conheceria os fatos como realmente aconteceram. É no universo jurídico, portanto, que o autor buscará o arcabouço teórico e prático para a elaboração de seu método histórico, tornando a busca e análise das fontes como atitudes legítimas para evidenciar o caráter científico do seu ofício. Foi exatamente no século XIX que o Direito se tornou uma das matrizes disciplinares da historiografia moderna, e, de acordo com Albuquerque Junior, “serviu de modelo de normatividade e cientificidade quando a historiografia estava reivindicando o estatuto de ciência”²²⁸, definindo o seu método de análise, tornando-se ambas as disciplinas (História e Direito) semelhantes nos procedimentos de investigação e na busca da verdade. Afinal,

Assim como no campo jurídico, na historiografia científica também se trata de fazer uma investigação, de realizar um inquérito, sobre dados eventos e personagens. Assim como na atividade do investigador criminal, o historiador deve buscar pistas, indícios, elementos comprobatórios dos eventos ocorridos. Recuperar as circunstâncias em que ocorreram os fatos, restaurar, minimamente, a sua trama, levantar nomes de personagens, de agentes, de atores, ouvir testemunhos, seriam atividades que irmanariam historiadores e agentes do campo das atividades jurisdicionais²²⁹.

Esse intelectual, assim como outros de sua geração, fazia parte de uma *intelligensia* local formada para buscar soluções para os problemas amazônicos. O curso de Direito representava, de acordo com Lilia Schwarcz, sinônimo de prestígio social e marca de poder político”, em face

²²⁵ Idem.

²²⁶ Idem.

²²⁷ SILVA, Paulo Eleutério Alvares da. **Fontes da história**. Sessão de obras da imprensa pública de Manaus. Manaus, 1920, p. 13.

²²⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Op. Cit. p. 21.

²²⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Op. Cit. p. 22.

de um país que buscava “criar elites próprias de pensamento e direção política”.²³⁰ Um dos sintomas desse processo de cientificação e disciplinarização do saber histórico regional foi a gradativa distinção entre História e Literatura, implementada nas publicações dos intelectuais amazônicos nas décadas iniciais do século XX, além da valorização da História como um “gênero” intelectual cada vez mais metódico e sistematizado, de modo que a imaginação livre e fecunda pertencia ao mundo dos romancistas, enquanto a História seria a “consequência positiva das fontes exatas”, como afirma o autor a seguir:

O romancista e o poeta são escriptores de imaginação independente, de factos e conceitos autônomos e voluntarios, que apenas se diferenciam quando pretendem acomodar ao meio aquilo que porventura lhes sobeja dos meandros da idealização. A História, porém, não é um produto mais ou menos fecundo da simples capacidade do espirito humano; é, antes de tudo, a testemunha multi secular das civilizações; narra com fidelidade, commenta com factos, expõe sob dados preciosos e veridicos, faz a eloquente psychologia dos povos, enaltece as suas glórias, ilumina os seus méritos, como evidencia os seus defeitos, sendo como justamente deve ser, a consequencia positiva das fontes exatas.²³¹

O debate apresentado por Paulo Eleutério sobre a diferenciação entre história literatura e a natureza da narrativa histórica, remete ao século XIX na Europa, especialmente no que se refere à valorização das fontes e à objetividade da narrativa histórica. O método de investigação, portanto, apresentado pelo historiador paraense nos anos 20 é uma herança dos debates apresentados pela historiografia europeia da segunda metade do século XIX e inícios do XX, especialmente sobre as regras da escrita e a análise das fontes, oriunda da escola metódica, mais conhecida como positivista para a elaboração de um método histórico, e estará presente em textos e publicações nas revistas dos institutos históricos do Pará e Amazonas, nos jornais da região, em suas aulas de História e nos discursos e atuações nas sessões do IGHA e IHGP. Assim, seu método histórico está em estreito diálogo com o ofício do historiador que se delinea no Brasil e ganhará contornos mais rígidos ao longo dos anos 30 e 40.

Segundo Ângela de Castro Gomes, são enquadrados como trabalho de historiador:

Tanto a narrativa que resulta da pesquisa documental, de localização e edição de documentos e ensaios históricos, de redação de compêndios voltados para um público escolar, e até mesmo a elaboração dos verdadeiros e bons

²³⁰ SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. As faculdades de direito ou os eleitos da nação. In: SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **O espetáculo das raças, cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 186.

²³¹ SILVA, Paulo Eleutério Alvares da. **Fontes da história**. Sessão de obras da imprensa pública de Manaus. Manaus, 1920. p. 11-12.

romances históricos. Obras com finalidades distintas, a pesquisa, o ensino e a divulgação mais ampla, constituem um conjunto no qual não se sente hierarquizações maiores. [...]. O que distinguiria fundamentalmente o trabalho historiográfico daquele realizado por outros intelectuais seria essa relação da pesquisa, da crítica e da interpretação de fontes, que exigia a identificação, a classificação e o uso dos documentos.²³²

Realizando uma análise da bibliografia utilizada pelo autor ao longo dos capítulos, encontramos autores como Alexandre Herculano, Jules Michelet, João Manuel Pereira da Silva, Cesare Cantú, Theophilo Braga, Emilio Faguet, Georg Wilhelm Oncken, Karl Otfried Müller, Gabriel Gottofredo Bredow, Rocha Pombo, dentre outros, historiadores, críticos literários, e filósofos franceses, italianos e, principalmente, alemães. Paulo Eleutério bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Amazonas em 1920, e, assim como muitos intelectuais amazônicos de sua geração, compreendia a História como uma ciência baseada em fontes “reaes e meticolosas”²³³, em que a subjetividade humana não pudesse contaminar a narrativa histórica, pois, “escrever a história não é apenas ordenar e relacionar os fatos, pol-los em determinada seriação chronologica, commental-los ao sabor pessoal [...] revistindo-os de seductoras roupagens enganosas”²³⁴, mas, sobretudo, tratava-se de uma narrativa real e objetiva, baseada em documentos:

[...] As fontes representam para a História a mesma função orgânica que as raízes para uma planta, sendo aliás, em sua extranha e singular physiologia, ao mesmo tempo sede de nutrição e de força mecânica, produzindo uma energia vitalizadora e permanente, em desafio á acção coercitiva dos elementos. [...] Não ha rios sem nascentes, nem ha mananciaes sem florestas, sem fontes verdadeiras não póde haver História que mereça dignamente esse nome e aspire á situação moral que lhe está reservada nos mananciaes do saber humano. A primeira cogitação, pois, que deve orientar o espirito de quem escreve a História é a da pesquisa das fontes que venham elucidar e esclarecer a narração, dando-lhe suas justas origens e possíveis razões de seu desdobraimento e influencia moral entre os homens, como assim o compreendem as modernas tendencias da sociologia.²³⁵

A escrita de Paulo Eleutério estava tomada pelo “bando de ideias novas” que aportou nos cursos de Direito do Brasil no final do século XIX: positivismo, evolucionismo, darwinismo, naturalismo, cientificismo, etc., e representava uma nova concepção de Direito que estava em

²³² GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e Historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 99.

²³³ SILVA, Paulo Eleutério Alvares da. **Fontes da história**. Sessão de obras da imprensa pública de Manaus. Manaus, 1920. p. 9.

²³⁴ Ibidem, p. 8.

²³⁵ Ibidem, p. 9.

expansão no país: “a noção científica em que a disciplina surge aliada à biologia evolutiva, às ciências naturais e a uma antropologia física e determinista [...], longe da metafísica, e distante do subjetivismo”²³⁶. Por meio dessas matrizes de pensamento, olhava para a Amazônia a partir de uma nova perspectiva, buscando uma saída científica para a região.

Além disso, *Fontes da história* dialogava intimamente com a matriz de pensamento positivista, considerando como fundamental a crítica erudita das fontes para a escrita da História. Para Paulo Eleutério no *métier* do historiador existia uma única verdade, aquela inserida no objeto do conhecimento: o fato histórico. Ao historiador caberia recuperar do passado os fatos históricos de forma passiva, compreendendo a História como uma ciência positiva, utilizando critérios pertinentes às ciências da observação e da experimentação. Nesse caso, a função do historiador seria “interpretar e esclarecer os acontecimentos á luz da verdade, sem adornal-os com os falazes ouropéis da imaginação, sempre apaixonada e tendenciosa”.²³⁷

Para Paulo Eleutério o homem é o “objeto da História”²³⁸. Assim, influenciado pela leitura das obras do psicólogo francês Gustave Le Bon, considerava importante o estudo da psicologia das massas, seus comportamentos, atitudes e formas de expressão, compreendendo que “a evolução das sociedades humanas é que forma a syntese das civilizações”²³⁹. Ainda segundo o autor, era indispensável “perquirir as fontes da constituição psychologica do povo, as suas crenças e os seus costumes, as suas tendências e intelectualidade, o seu cosmo subjectivo”²⁴⁰. Sob a influência do evolucionismo darwinista, Paulo Eleutério defendia que a História era uma ciência em evolução e adiantada perante a “civilização”. Para ele, o historiador deveria agir imparcialmente e de forma meticulosa para melhor selecionar e trabalhar as fontes históricas, sobretudo porque “só as boas fontes produzem as histórias que se eternizam nas memórias dos povos, consagrando o nome de seus autores”²⁴¹.

Aparecem nesse trecho traços denotadores da recepção da teoria evolucionista de Charles Darwin, publicada em 1859 e posteriormente recepcionada em vários campos científicos, inclusive na História. É importante notar originariamente que essa teoria apontava que era o ambiente, por meio da seleção natural, que determinava as características e as variações das

²³⁶ SCHWARCZ, Lilia K Moritz. As faculdades de direito ou os eleitos da nação. In. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças, cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 196.

²³⁷ SILVA, Paulo Eleutério Alvares da. **Fontes da história**. Sessão de obras da imprensa pública de Manaus. Manaus, 1920, p. 13.

²³⁸ Ibidem, p. 14.

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ SILVA, Paulo Eleutério Alvares da. **Fontes da história**. Sessão de obras da imprensa pública de Manaus. Manaus, 1920. p.

espécies, incidindo ainda na evolução delas, pois, os seres vivos que melhor se adaptassem ao meio seriam selecionados. Assim, através das gerações, os organismos vivos passavam por um tipo de seleção natural do meio evoluindo na adaptação, ampliando a sua presença e crescimento. Para Paulo Eleutério, era a sociedade e principalmente os historiadores que faziam o papel do meio ao selecionarem as melhores fontes históricas para as suas histórias.

Cada vez mais especializado e metódico fosse o historiador, mais bem selecionadas eram as fontes e não importava a quantidade, mas, sim, a qualidade, o que revela a ideia de seleção dos poucos mais fortes em detrimento dos maiores contingentes mais fracos. Paulo Eleutério ainda analisa, em sua obra, as ideias de origem e espécie conforme o campo da História, assim passa a organizar as fontes por categorias evidenciando os critérios de escolha, conforme a origem e a espécie:

[...] Há a considerar duas interessantes feições sobre que deve incidir a escolha das fontes: a origem e a espécie. A origem, conforme os autores, próximos ou remotos; a espécie, conforme a classe de estudos a que pertençam. Historiadores há, por exemplo, que seguem o critério da espécie e adoptam integralmente aquilo que melhor lhes parece útil; outros, nem sempre mais felizes, buscam firmar-se apenas na autoridade de nomes, deslembados da falibilidade humana. A uns e a outros impõe-se o critério do exame, como orientação dominante e incontestavelmente superior.²⁴²

Paulo Eleutério preocupava-se com as origens das fontes, de onde provinham, a qualidade e densidade; já a espécie não era o fundamental para ele, pois poderiam ser fontes de espécies fracas. As melhores fontes seriam as responsáveis pelas melhores histórias das sociedades, cabendo ao historiador a crítica bem-feita para selecioná-las, especialmente pela boa origem. Esse historiador vinha acompanhando os debates internacionais no campo da historiografia e mencionava que no patamar da evolução da História como uma ciência o que concedia essa evolução era a superioridade das fontes históricas selecionadas nos últimos tempos, divididas em dois grupos: primeiro, as fontes históricas propriamente ditas, àquelas selecionadas pelo historiador nos arquivos; segundo, as fontes científicas, colhidas ou advindas das ciências auxiliares à História.²⁴³

Se para a escola metódica, dita positivista “a história seria produzida por um sujeito que se neutralizava enquanto sujeito para fazer aparecer o seu objeto”²⁴⁴, para Paulo Eleutério cabia ao historiador “possuir um espírito de observador metuculoso e de analysta imparcial dos factos,

²⁴² Ibidem, p. 18.

²⁴³ SILVA, Paulo Eleutério Alvares da. **Fontes da história**. Sessão de obras da imprensa pública de Manaus. Manaus, 1920. pp. 21-22.

²⁴⁴ REIS, J. Carlos. **A História**: entre a Filosofia e a ciência. 1996. p.13.

com a indispensável cultura para discernir e edificar sobre verdades, que assim devem ser as fontes exactas da História”²⁴⁵. Assim, Paulo Eleutério exemplifica quais os tipos de fontes antigas e modernas mereciam credibilidade para o trabalho do historiador. Para a primeira categoria de fontes destaca os manuscritos, os monumentos, numismática, inscrições em materiais perenes e mármore. A segunda grande categoria de fontes, as modernas, eram consideradas nobres pela sua origem, ou seja, provinham do meio científico, citando as ciências de onde teriam derivado as modernas fontes da história, a exemplo da Geografia, Filosofia, Pré-história, Antropologia, Etnografia, entre outras.

Assim, classifica os tipos de fontes consideradas principais e auxiliares para o trabalho do historiador:

[...] A história contemporânea não pode dispensar o que se tem escripto sobre os costumes, hábitos, tendências e mais característicos principaes ou secundarios da natureza intima das sociedades, em obras litterarias que formam a bibliographia mais abundante e variada dos nossos dias. Essas obras, quando não corporificam apenas produtos da imaginação expontanea, registram poesias, cânticos, himnos, canções, o folk-lore, emfim, particular a cada povo, servindo então de preciosas fontes auxiliares da História.²⁴⁶

As fontes, portanto, deveriam ser objetivas, não permitindo margem para interpretações errôneas ou imprecisas dos acontecimentos. Nesse caso, o uso de testemunhos orais seria improvável, pois não representava a exatidão e a veracidade necessárias para a análise dos acontecimentos, pois, segundo o autor: [...] “a tradição oral é enganosa e omissa, tem o vicio de origem da falibilidade própria do homem. Ao ter de aproveitar essa espécie de fontes, a História fica em face de um problema que só a Logica resolveria com a imparcialidade.”²⁴⁷

Paulo Eleutério a partir desta percepção sobre as fontes históricas e a metodologia da História caracteriza-se como um historiador nas fronteiras historiográficas, entre a busca de um moderno método de escrita e análise da história, considerando a importância dos sujeitos na narrativa histórica e a existência de outras fontes para além dos documentos escritos, contudo ainda demonstrava um apego a verdade histórica e as fontes como prova acerca da verdade dos acontecimentos, desconsiderando a possibilidade de trabalho com fontes orais, ou classificando as narrativas de caráter literário como fontes secundárias. Considera-se, portanto, Paulo Eleutério como um historiador representativo das transformações historiográficas vivenciadas na região

²⁴⁵ SILVA, Paulo Eleutério Alvares da. **Fontes da história**. Sessão de obras da imprensa pública de Manaus. Manaus, 1920. p. 16.

²⁴⁶ SILVA, Paulo Eleutério Alvares da. **Fontes da história**. Sessão de obras da imprensa pública de Manaus. Manaus, 1920. p. 30.

²⁴⁷ Ibidem, p. 31.

Amazônica deste momento, onde buscava-se novas interpretações para a História da região, ao mesmo tempo em que se buscava a institucionalização do conhecimento histórico a partir de associações como o IGHA e o IHGP, demonstrando a sua participação na construção e legitimação do campo historiográfico regional amazônico na primeira metade do século XX.

CAPÍTULO 2

ENTRE A NAÇÃO E A REGIÃO:

REGISTROS E DIÁLOGOS DE UMA HISTORIOGRAFIA OFICIAL

Introdução

De acordo com Michel de Certeau, em História tudo começa com gesto de separar, de reunir de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira²⁴⁸. Certeau se reporta, em grande medida, à função dos arquivos, quando esses separam, reúnem e transformam objetos em documentos históricos. Ainda segundo o mesmo historiador, “as origens de nossos arquivos modernos já implicam, com efeito, na combinação de um grupo (os “eruditos”), de *lugares* (as “bibliotecas”) e de *práticas* (de cópia, de impressão, de comunicação, de classificação etc.)”. Os arquivos são lugares de memória e devem ser pensados também enquanto estruturas de saber e poder, visto que a constituição de espaços de guarda e conservação revela os interesses de grupos e sujeitos em relação à memória e a história dos lugares.

O presente capítulo tem como objetivo analisar, a partir dos documentos presentes nos arquivos dos Institutos Históricos e Geográficos do Pará e Amazonas, o perfil das narrativas dos historiadores do IGHA e IHGP, bem como o cotidiano dos intelectuais dessas instituições e as redes de relações estabelecidas entre os historiadores amazônicos e os círculos intelectuais extrarregionais realizados, então. O cotidiano dos institutos pode ser acessado por meio de uma série de atas de reuniões, de livros de ofícios, circulares, telegramas, cartas, relatórios, boletins etc., que permitem conhecer um pouco da rotina das instituições, a exemplo das sessões, dos eventos realizados, eleição e posse das diretorias, envio e recebimento de revistas, solicitação e recebimento de fontes para pesquisas, repasse de documentos oficiais etc.

Os arquivos guardam uma série de documentos essenciais para a história e memória dos principais acontecimentos da região amazônica. Além das atas, os arquivos de correspondências do IGHA e IHGP permitem um mergulho nas redes de relações constituídas ao longo da história dos órgãos e demonstram a busca dos historiadores amazônicos pela consolidação de um campo historiográfico regional, além da formação de um campo intelectual com a autonomia

²⁴⁸ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 81.

necessária para o reconhecimento de posições e a autorização de seus discursos. Assim, buscase ao longo deste capítulo, analisar os discursos de cunho histórico presente nas atas dos Institutos Históricos da Amazônia, observando as temáticas apresentadas, as narrativas no que se refere às historiografias nacional, regional e local, os diálogos sobre os autores de obras de caráter histórico, buscando analisar a importância destas instituições para construção do campo historiográfico amazônico neste contexto, a partir das seguintes indagações: os Institutos Históricos do Pará e Amazonas eram compreendidos como espaços autorizados para a elaboração das narrativas históricas e geográficas da região? Sobre quais temáticas os historiadores desses institutos dialogavam em suas sessões? Quais eram os principais temas no campo da História regional, nacional e local? Quais autores, obras e narrativas de cunho histórico eram enfatizados em seus discursos? Quais temáticas eram consideradas históricas no contexto analisado etc.?

2.1 Entre a nação e a região: a construção de uma a historiografia celebrativa

O acervo de documentos presente nos institutos, a exemplo dos livros de atas, correspondências, publicações, e demais documentos possibilitam enxergar o cotidiano das instituições e suas regras de funcionamento. Os rituais de celebração de memórias de personagens da História do Brasil e da Amazônia foram uma prática frequente nas reuniões dos institutos históricos tanto no Pará quanto do Amazonas. As quase trezentas atas das reuniões do IGHA, bem como as atas das reuniões do IHGP registram inúmeros momentos de rememoração sejam de personagens da história nacional, regional ou local. Havia frequentemente reuniões do IHGP, por exemplo, para a leitura das efemérides do dia, e no Amazonas o planejamento de reuniões específicas para a celebração das “datas magnas”.

Tal processo de valorização dos elementos regionais ou locais associados à busca pela integração da região amazônica à nação brasileira pôde ser observado na escolha dos símbolos oficiais dos institutos, a exemplo dos escudos, das bandeiras e dos diplomas dos sócios. O IGHA, por exemplo, realizou a escolha dos seus símbolos oficiais em sessão de 08 de abril de 1917, antes da instalação oficial do instituto, realizada em 13 de maio de 1917, elegendo “a partir da análise de três modelos apresentados por Vivaldo Palma Lima, orador oficial do instituto”²⁴⁹, os símbolos da instituição que caracterizavam, tanto na escolha das cores quanto

²⁴⁹ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, sessão de 8 de abril de 1917. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**, 1917, p. 54.

nos aspectos representados, a integração entre o Estado do Amazonas e a nação brasileira, o papel do IGHA na construção da historiografia oficial na região amazônica.



Imagem 1 – Bandeira oficial do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, aprovada em sessão de 08 de abril de 1917. Fonte: Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, 1917.



Imagem 2 – Escudo oficial do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, aprovado em sessão de 08 de abril de 1917. Fonte: Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, 1917.

A bandeira e o hino, são de acordo com José Murilo de Carvalho, “tradicionalmente os símbolos nacionais mais evidentes, de uso quase obrigatório”²⁵⁰, a bandeira e o escudo, no caso do IGHA, representam a consolidação da nova instituição de cunho patriótico, que seria capaz de “auxiliar os poderes públicos estaduais ou municipais na pesquisa de novos caminhos que melhor satisfizessem as aspirações do povo e tornassem mais feliz esta vastíssima região”.²⁵¹

A seleção dos símbolos inspirados no brasão oficial do Estado do Amazonas, contendo os elementos típicos do lugar, como a confluência dos rios Negro e Solimões, formando o rio Amazonas, o azul representando o céu do Brasil e a estrela representando a paz e o progresso, o barrete frígio simbolizando a lealdade do Amazonas à República, apesar de a bandeira oficial do instituto ser bastante semelhante à bandeira do Brasil Império, o verde representando as florestas, com duas setas e duas penas entrelaçadas representando a civilização moderna, os emblemas da navegação, ligados por um laço verde com duas pontas dobradas contendo as datas de 22 de junho de 1832, data em que a antiga comarca do Amazonas tornou-se

²⁵⁰ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 104.

²⁵¹ Livro de Correspondências n.º 19 do IGHA – Circular S/N do Corpo Administrativo do IGHA às Diversas Autoridades e Pessoas Gradadas da Capital e do Interior em 1917.

independente, e a data de 21 de novembro de 1889, quando o Amazonas aderiu à República, ainda pode-se observar no alto do escudo o sol e a águia amazonense representando a grandeza e a força, dos lados direito e esquerdo respectivamente os emblemas da indústria e comércio, e o brasão de armas do Estado do Amazonas, instituído em 24 de novembro de 1897²⁵². Chama atenção, ainda, o fato de os intelectuais do IGHA terem escolhido como bandeira oficial do instituto uma réplica da bandeira nacional, e terem colocado no centro da mesma o escudo da instituição, monumentalizando a integração entre o Amazonas e a nação, colocando o Amazonas e seu círculo de intelectuais no coração do país.

As bandeiras, estandartes, escudos e hinos não são simples representações dos espaços e instituições, pois refletem uma realidade histórica carregada de significados para seus autores. De acordo com José Murilo de Carvalho, os símbolos nacionais têm o potencial de traduzir o sentimento coletivo de um povo e expressar a emoção cívica dos membros da comunidade nacional, construindo um lugar de memória das conquistas e origens dessa comunidade, sua história, seus valores e tradições²⁵³. Os símbolos oficiais dos institutos do Pará e do Amazonas são repletos de ícones representativos da natureza regional, paisagem, lugar, economia, território e marcos históricos fundamentais, demonstrado o compromisso dos institutos históricos e geográficos da Amazônia com a história e geografia do lugar.

O escudo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, por exemplo, elaborado por Theodoro Braga durante o processo de reinstalação do IHGP, em 1917, evidencia de forma ainda mais nítida o desejo dos historiadores amazônicos pela integração entre a região amazônica e a história do Brasil, mesclando os marcos fundadores da história do país (a colonização, 1500; a independência, 1822; a proclamação da República, 1889) com o ano de refundação do IHGP, 1917. Braga, autor da famosa tela *A Fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará*, 1908, tinha experiência em “dar contorno visual aos eventos históricos do passado”²⁵⁴, e no caso do escudo do IHGP, representava uma versão da história nacional, na qual a Amazônia ocuparia um lugar de destaque em sua edificação, por meio da escrita de seus historiadores.

Formado pela Escola Nacional de Belas Artes (1899), uma das principais instituições responsável pela elaboração visual da nacionalidade nas primeiras décadas republicanas, esse

²⁵² BRAGA, Robério (org.). **Símbolos do Amazonas**. Manaus: Editora Valer/ Edições Governo do Estado do Amazonas, 2001, p. 20.

²⁵³ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

²⁵⁴ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **Eternos Modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2001. p. 27.

pintor-historiador juntou em uma única imagem a história do Brasil em três tempos: o Brasil colonial, representado pela esfera armilar contendo em seu centro o globo terrestre, visto que a esfera armilar tornou-se o símbolo do Rei de Portugal e Algarves D. Manuel I (1469-1521), e emblema da tecnologia náutica utilizada durante o período das Grandes Navegações portuguesas, bastante utilizado para representar a conquista das colônias lusitanas, a exemplo da colônia brasileira a partir do século XVI; o Brasil imperial, representado pelo brasão do império que continha sobre o escudo verde uma esfera armilar atravessada pela cruz da Ordem de Cristo circundada por dezoito estrelas de prata em um círculo azul, que representavam as províncias do Brasil imperial, baseada no desenho elaborado pelo pintor Jean-Baptiste Debret sob encomenda do rei Dom João VI em 1820; o Brasil republicano, representado pela esfera azul com vinte e uma estrelas, que simbolizavam os estados brasileiros na passagem do Império para a República, o globo celestial substituía o brasão do império, presente no centro da bandeira imperial, agora republicana, sendo atravessada por uma faixa branca contendo o lema de inspiração positivista “Ordem e Progresso”. Símbolo do governo republicano, esse emblema foi idealizado pelo republicanista Raimundo Teixeira Mendes e desenhado pelo pintor Décio Vilares, aprovado como centro da bandeira nacional pelo Marechal Deodoro da Fonseca em 19 de novembro de 1889, que oficializou também o brasão de armas e o selo nacional.



Imagem 3 – Escudo oficial do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, desenhado por Theodoro Braga em 1917. Fonte: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1939-1951, Vol. XII.

Ao fundo dos três símbolos da Colônia, Império e República encontram-se grandes ramos verdes, representativos da seringueira, conhecida como árvore da borracha, a árvore produtora do látex, responsável pelo desenvolvimento econômico da Amazônia nas décadas finais do século XIX e inícios do XX, que possibilitou a vivência da *belle époque* em suas principais cidades, Belém e Manaus, processo econômico que os historiadores tanto de Manaus,

quanto de Belém viram decrescer a partir da crise econômica desencadeada nas primeiras décadas republicanas, época de fundação do IGHA e do IHGP. Os historiadores dos institutos histórico e geográfico do Pará e do Amazonas enxergavam a importância de seu ofício para o reestabelecimento econômico, social, e cultural de seus estados, e o papel da história nesse processo de integração da região com a nação diante da crise, concedendo um lugar de destaque para a Amazônia na escrita da história oficial da nação.

O trabalho de construção de um campo historiográfico regional na Amazônia e a busca pela integração da História regional com a História do Brasil foram realizados, também, a partir da escolha e a exposição dos vultos pátrios amazônicos, para evidenciar as personagens dignas de figurarem no panteão da história regional. Assim, durante a festa de celebração do primeiro aniversário do IHGP, realizada no mês de março de 1918, Ignácio Moura, intitulado por Rocha Pombo de “patriarca da história paraense”²⁵⁵, juntamente com a comissão de organização dos festejos do tricentenário da fundação de Belém, organizaram uma galeria histórica com setenta personagens consideradas ilustres que formariam, segundo Figueiredo (2006), um panteão amazônico, que “deveria simbolizar o melhor da cultura intelectual e moral, dos tempos recuados do extremo norte da América Luso-Brasileira”.²⁵⁶

Chama atenção o fato de a galeria expor no mesmo lugar nomes da história nacional como D. Pedro II, Barão do Rio Branco e Couto de Magalhães e personagens de destaque da história regional, a exemplo do Barão de Marajó, Arthur Viana, D. Romualdo de Souza Coelho, D. Macedo Costa, Padre Prudêncio, Antônio Baena e o Barão de Guajará. No processo de exposição das personalidades homenageadas, observa-se, a construção cívica e religiosa, buscando “entronizar como santo a imagem dos heróis da pátria”²⁵⁷, como pode-se observar nas palavras de Luiz Estevam de Oliveira, à época, orador oficial do instituto:

A presença da nação basta para transformar um teatro de um circo em uma cathedral, segundo o discípulo egrégio Rui Barbosa. Compatrióticos, exclamou, este salão é a nave de um grande templo. A pátria está aqui na subjetividade das evocações que a data de hoje é sugere e uma representação dos seus grandes vultos, que na eloquente mudez de suas telas nos contemplam severas. A sua presença santificava este recinto sacerdote magno da religião do civismo o Instituto Histórico e Geográfico nos convida a viver, neste

²⁵⁵ Ata da sessão de assembleia geral do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, realizado em 06 de março de 1918 para comemorar o 1º aniversário do Instituto, p. 7. Livro de Atas Assembleia Geral, 6 de março de 1917 a 06 de março de 1931. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém.

²⁵⁶ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Panteão da História, Oratório da Nação: o simbolismo religioso na construção dos vultos pátrios amazônicos. In: NEVES, Fernando A. de F.; LIMA, Maria Roseane Pinto (orgs.). **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006. p. 546.

²⁵⁷ Ibidem, p. 560.

momento de grandes incertezas para a nossa pátria, rezar aqui a grande missa da democracia e do patriotismo.²⁵⁸

A transformação do panteão de heróis em assembleia celeste, de acordo com Figueiredo (2006), fazia parte dos atributos do Instituto Histórico e de suas várias associações congêneres²⁵⁹, na busca pelo engrandecimento da história regional por meio de seus heróis representantes e seus mitos fundadores. O IHGP tinha uma importante missão nesse processo, pois não se tratava apenas de um apreço pelo passado: os historiadores do Instituto buscavam descobrir, registrar e apresentar antigos fatos, nomes, e episódios que consideravam desconhecidos da memória regional, e torná-los conhecidos pela população, reafirmando o compromisso com as memórias nacional e regional, e, por conseguinte, o reconhecimento e o desenvolvimento da região amazônica, como pode-se observar nos discursos de Carlos Estevam de Oliveira, orador oficial do instituto, e Eládio Lima, representante do Governador Lauro Sodré, à época das festividades de celebração do primeiro aniversário do instituto:

O Pará, disse o orador, deu um passo de alentado civismo fundando o seu Instituto Histórico e Geográfico. Neste momento vai entrar na terceira phase heroica da nossa nacionalidade [...]. O Pará, relegado neste canto longícuo da Pátria [...] não se apercebeu das injustiças que no Sul lhe fazem [...]. A data de 06 de março [...] não pertencia somente á história de Pernambuco, ella lembraria [...] a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, organizado por homens de reconhecida cultura intelectual e que virá a prestar relevantes serviços ao desenvolvimento desse Estado.²⁶⁰

O diálogo dos historiadores amazônicos com a história nacional realizava-se também a partir da recepção de obras, e autores do Sul e Sudeste do país. Em reunião do IHGP, por exemplo, de 21 de novembro de 1917, o presidente honorário do IHGP, Lauro Sodré, apresentou as propostas dos historiadores do IHGB Manoel de Oliveira Lima, e Francisco José da Rocha Pombo, que estavam presentes na reunião, e do marechal Cândido da Silva Rondon para comporem o quadro de sócios do instituto, afirmando:

²⁵⁸ Ata da sessão de assembleia geral do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, realizado em 06 de março de 1918 para comemorar o 1º aniversário do Instituto, p. 7. Livro de Atas Assembleia Geral, 6 de março de 1917 a 06 de março de 1931. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém. p. 7-8.

²⁵⁹ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Panteão da História, Oratório da Nação: o simbolismo religioso na construção dos vultos pátrios amazônicos: In. NEVES, Fernando A. de F.; LIMA, Maria Roseane Pinto (orgs.). **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006. p. 561.

²⁶⁰ Ata da sessão de assembleia geral do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, realizado em 06 de março de 1918 para comemorar o 1º aniversário do Instituto. s/p. Livro de Atas Assembleia Geral, 6 de março de 1917 a 06 de março de 1931. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém.

Que se julgava seriamente jubiloso, como presidente desta agremiação e como governador do Estado, vendo incorporar-se ao nosso núcleo de estudiosos, que é o instituto, nomes que se impunham ao respeito, à estima, à admiração nacionais pelos seus serviços, pelos seus estudos, pela sua reconhecida competência, sobretudo estando incluído entre esses nomes queridos e venerados o vulto de Rocha Pombo, que acaba de legar ao país a obra, até agora, mais completa sobre as tradições nacionais.²⁶¹

O IHGP, segundo Lauro Sodré, era “a mais elevada corporação científica do Estado”²⁶², e reconhecia, a importância das obras do historiador Rocha Pombo para a História do país, a exemplo da coleção História do Brasil, publicada em dez volumes, o primeiro volume em 1905, e o último em 1917, ano em que este historiador visitou o IHGP, ficando clara a recepção por parte dos historiadores paraenses da historiografia extrarregional, e o diálogo destes historiadores com os principais debates e círculos intelectuais do centro Sul do país.

A visita do historiador Rocha Pombo ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, por sua vez, foi recepcionada como um evento solene, ocorrida em 12 de novembro de 1917. Na ocasião, o orador do IGHA, Vivaldo Palma Lima, descreveu a importância da presença de historiadores externos à região nos círculos intelectuais da Amazônia, para a desconstrução de visões negativas e estereotipadas acerca deste espaço:

O Instituto se acha estimulado com a presença do maior historiador brasileiro da época actual. Declara estimar que um dos maiores vultos das nossas letras seja testemunha das grandezas e das coisas do Amazonas, tão mal compreendido pelos forasteiros ambiciosos e malsinado pelo despeito dos aventureiros de fortunas rápidas [...] informe aos nossos patrícios do Sul que esta é uma terra malsinada, mas que as riquezas naturais, que contém, merecem pol-a em destaque no seio da Federação Brasileira.²⁶³

A narrativa de Vivaldo Palma Lima representa a vontade dos intelectuais da região por desconstruir as imagens negativas há muito produzidas e publicizadas por viajantes, cronistas, estudiosos, artistas e intelectuais, nacionais e estrangeiros, e divulgar outras representações sobre o espaço, elaborando novas leituras acerca da Amazônia, colaborando para a publicização sobre a terra, as coisas, e os povos da Amazônia, tornando-a conhecida a partir de outros olhares, como ficou expresso nas palavras de Rocha Pombo ao relatar sobre as surpresas experienciadas em sua chegada na capital manauara, afirmando que “não podia pensar que neste

²⁶¹ Ata do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 21 de novembro de 1917, p. 3. Livro de Atas Assembleia Geral, 6 de março de 1917 a 06 de março de 1931. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém.

²⁶² Ibidem, [s. p.].

²⁶³ Ata da sessão solene do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas-IGHA. Manaus, 19/11/1917, Arquivo do IGHA.

canto longínquo do Brasil, pudesse existir tantas coisas preciosas, assinalando a energia inteligente dos seus habitantes”.²⁶⁴

Assim, cabia aos historiadores e geógrafos do IGHA a tarefa de reescrever a história da região, definindo seus limites, exaltando seus marcos, paisagens e personagens principais, valorizando seus documentos, suas etnias, suas línguas e culturas, a flora e a fauna amazônicas. Além disso, apresentariam tais elementos a partir de outros termos, de outras narrativas, por meio da escrita dos intelectuais locais, que assumiriam, também, a missão de elaborar, em função da crise financeira vivenciada na região, alternativas econômicas e culturais, propondo redefinições, buscando repensar o papel da região amazônica na economia nacional, e as possibilidades de ascensão desse espaço. Tudo isso, apesar dos atrasos nos setores produtivos e industriais, como se pode observar no discurso de Vivaldo Palma Lima:

Quanto a nossa história, não tem havido nenhuma preocupação em escrevela, enquanto os documentos e testemunhos vão desaparecendo, impossibilitando de reconstituir-se com acerto os fatos [...]. Sobre as línguas faladas no Estado, raros são os trabalhos [...] e sem a vulgarização precisa [...]. Nossa agricultura ainda não passou da phase embryonaria. A seringueira, que é a mina de ouro do Amazonas, todos a querem encontrar nativa, posto que há muitos anos se recomende a cultura systemática [...]. De nosso commercio, de nossa indústria e de nossa navegação, como me oprime dizeló! Quem compulsar as estatísticas terá de franzir a testa e apertar o coração [...]. E depois de tudo isso, e depois de sofrer a vertigem do abysmo que me atordoia o cérebro, deixae que eu erga minha vista em busca da esperança.²⁶⁵

O IGHA e IHGP realizavam, dessa forma, um esforço de construção de um campo historiográfico regional e de visibilidade para a Amazônia por meio de sua história, suas origens, tradições, personagens, e acontecimentos principais. Nas correspondências trocadas entre essas instituições e os institutos congêneres, como o IHGB, na primeira metade do século XX, pode-se observar a preocupação do instituto paraense na elaboração da historiografia regional, e o seu processo de integração com a historiografia brasileira por meio, por exemplo, da participação dos intelectuais do IHGP na construção do *Diccionario Historico e Geographico do Brasil*, como pode-se acompanhar na narrativa de uma das sessões do instituto paraense:

[...] É lido um telegrama recebido pelo [...] governador, dirigido [por] Ramis Galvão do Rio de Janeiro, no qual este pede urgência na remessa dos subsídios e documentos sobre o Pará para o [...] Diccionario Historico e Geographico

²⁶⁴ Ibidem, [s. p.].

²⁶⁵ Ata da sessão solene de instalação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas- IGHA. Manaus, 13/05/1917, arquivo do IGHA.

do Brasil, declarando [...] Lauro Sodré ter já respondido e encaminhado ao Instituto Histórico do Pará [para] elaboração dos respectivos trabalhos.²⁶⁶

Acerca dos referidos trabalhos, Henrique Santa Rosa afirma que “não tem poupado esforços” diante das dificuldades para responder às mensagens enviadas pelo IHGB para a elaboração do dicionário e requer da diretoria do IHGP que solicitem junto a esse instituto “instruções sobre o melhor modelo de responde-las, esperando, contudo, a vinda anunciada de um especial emissário, encarregado de colher documentos necessários em cada estado”²⁶⁷. Parte do trabalho elaborado por Henrique Santa Rosa para o *Diccionario Historico e Geographico do Brasil*, foi lido na sessão comemorativa do 3.º aniversário do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em 06 de março de 1920. Tratava-se da *História política do Pará*, trabalho esse, de acordo com Theodoro Braga, “cheio de erudição e critério, feito com a competência por todos reconhecida”²⁶⁸. Acerca da elaboração do *Diccionario*, os membros do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas também receberam uma circular do IHGB, solicitando “informações exactas, fidedignas e colhidas in loco para a composição dessa grande obra”²⁶⁹, ficando como encarregados dessa “missão patriótica” a comissão formada pelos membros Vivaldo Palma Lima, o coronel João Baptista de Faria e Souza e Agnello Bittencourt.²⁷⁰

Realizando a análise do conjunto das atas dos anos 1930, tanto do Pará quanto do Amazonas, identificam-se algumas temáticas comuns, inclusive com alguns debates e modelos metodológicos praticados tanto no IHGB, quanto em outros institutos históricos do país. Um debate importante que circulava pelo Brasil era relacionado aos discursos varguistas em torno do nacionalismo, a “revolução de 1930”, as cerimônias cívicas e políticas disciplinares para a formação da nação, o que não ficou de fora dos institutos históricos da região amazônica à época.

Nesse período, os Institutos Históricos do país serviram como uma extensão do governo Vargas, compondo a rede de colaborações responsáveis por legitimar os ideais do governo. A título de exemplo, mencionamos as correspondências enviadas pelo Governo Federal, solicitando ao Instituto do Amazonas que “festeje o dia 7 de setembro, designado por decreto

²⁶⁶ Ata da Assembleia Geral do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1918. p. 10-11.

²⁶⁷ *Ibidem*, p. 11.

²⁶⁸ Ata da sessão solenne comemorativa do 3º aniversário do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém, 06 de março de 1920. Arquivo do IHGP.

²⁶⁹ Ata da reunião ordinária do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas- IGHA, Manaus, 18 de agosto de 1918. Arquivo do IGHA.

²⁷⁰ Ofício da Secretaria Geral do Estado do Amazonas, Manaus, 27 de fevereiro de 1919.

do Governo Federal como o Dia da Pátria”²⁷¹. Era uma prática comum do regime varguista incentivar cerimônias cívicas, que tinham como objetivos, de acordo com Maurício Parada, “realizar uma síntese cultural em monumentais rituais comemorativos de eventos cívicos e históricos importantes, e serviam ao propósito de unificar elites e massas, simbolizando um tempo e um espaço idílico no imaginário político brasileiro”²⁷². Tratando-se de uma solicitação do Governo Federal nesse contexto, o IGHA respondeu com afincamento ao pedido apresentado:

O Sr. Presidente declara que o Instituto foi convidado, pelo Governo do Estado, para fazer parte da Grande Comissão, que deverá promover os festejos de 7 de Setembro, designado o Dia da Pátria. Tal comissão tem-se reunido e deliberado o programma a ser executado, desde o dia 5 até o dia 8 do corrente. Ficou assentado que o Instituto tomaria parte nas comemorações, cabendo-lhe promover, uma sessão magna, no dia 8, às 16 horas. O Instituto aprova tal deliberação do Sr. Presidente, que, então, convida os Dr. Arthur Reis e Vivaldo Lima para se fazerem ouvir na referida solenidade. Diz ainda que convidou a Exma. Sra Professora Maria Ramos Madeira, para proferir uma saudação á Pátria, no que é atendido. Bem assim, outras providências para o brilhantismo da festa. Tudo para attender o empenho dos Governos, Federal e do Estado, conforme se vê do officio recebido directamente, por este Instituto do Gabinete do Exmo. Sr. Presidente da República.²⁷³

A monumentalidade da festa no Amazonas (três dias) representava os ideais do Governo, que se expressavam por meio da “nacionalização do tempo cívico” com elaboração de um novo calendário nacional: “o alargamento do 7 de setembro, transformado em Semana da Pátria, e as festas de novembro, como o Dia da Bandeira e o Aniversário do Estado Novo, foram as novidades acrescentadas a partir de 1937”. Tratava-se de “inaugurar e registrar um novo tempo na forma de um novo calendário, uma nova ordem social” mediante um processo amplo e contínuo de “gerenciamento ritualizado e disciplinado do tempo”²⁷⁴, sendo mudanças que representavam “não somente a abrangência da natureza comemorativa do regime, mas também [...] a politização do tempo cívico levada a cabo pelo regime”²⁷⁵. Na capital amazonense encontram-se essas expressões de nacionalismo em eventos e comemorações

²⁷¹ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas- IGHA, Manaus, 01 de setembro de 1935. Arquivo do IGHA.

²⁷² PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando a nação**: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/ Apicuri, 2009. p. 21.

²⁷³ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas- IGHA, Manaus, 01 de setembro de 1935. Arquivo do IGHA.

²⁷⁴ PARADA, Maurício. Op. Cit.

²⁷⁵ PARADA, Maurício. Op. Cit. p. 21-26.

estaduais, como, por exemplo, a realização de sessão magna em alusão ao dia da Pátria: “com a presença de diversas autoridades, prédio embandeirado e iluminado durante três dias”.²⁷⁶

Outra característica importante desse cenário de ritualizações e celebrações de memórias do regime varguista na Amazônia eram as homenagens realizadas a personagens exemplares, com a comemoração do “aniversário de nascimento ou de morte de uma figura histórica”²⁷⁷. Nesse processo, destacam-se às homenagens a uma série de personagens e eventos históricos representativos da identidade nacional:

Podemos citar o 11 de julho de 1936 (centenário de nascimento de Carlos Gomes), o 6 de abril de 1938 (centenário de morte de José Bonifácio de Andrada e Silva), o 13 de maio de 1938 (cinquentenário da abolição da escravidão) e o 9 de setembro de 1942 (tricentenário da expulsão dos holandeses).²⁷⁸

O centenário de nascimento de Carlos Gomes também foi celebrado na capital manauara, quando o IGHA planejou um “programa a ser executado em comemoração ao maestro [...] a cerimônia deveria constar de uma allocussão da abertura do presidente do instituto [...] bem como de um recital de música de Carlos Gomes e declamação”²⁷⁹.

Outras personagens importantes para a história nacional e regional foram lembradas com frequência nas reuniões dos institutos, pois eram “os grandes homens portadores da alma nacional”²⁸⁰. No Pará, por exemplo, em julho de 1933 realizou-se uma sessão extraordinária em “homenagem e culto á memória do grande historiador brasileiro, professor José Francisco da Rocha Pombo, um preito de veneração á memória de Rocha Pombo, um dos mestres da historiografia americana”²⁸¹. Em março daquele mesmo ano já havia sido realizada “homenagem à memória de Raul Barbosa”²⁸² e, em outros momentos nas sessões, verificava-se um misto de celebração de personagens da memória nacional e regional, como na sessão de 20 de fevereiro de 1939 em que se comemorou “o centenário de Machado de Assis, o primeiro centenário de Tobias Barreto, Tavares Bastos e o aniversário de nascimento do Marechal Floriano Peixoto”.²⁸³

²⁷⁶ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas- IGHA, Manaus, 15 de setembro de 1935. Arquivo do IGHA.

²⁷⁷ PARADA, Maurício. Op. Cit. p. 26.

²⁷⁸ Idem.

²⁷⁹ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas- IGHA, Manaus, 14/06/1936. Arquivo do IGHA.

²⁸⁰ DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 176.

²⁸¹ Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará- IHGP, Belém, 14/07/1933. Arquivo do IHGP.

²⁸² Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará- IHGP, Belém, 01/03/1933. Arquivo do IHGP.

²⁸³ Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará- IHGP, Belém, 20/02/1939. Arquivo do IHGP.

Assim, evidencia-se uma prática comum entre os historiadores da Amazônia: a celebração de personagens e eventos históricos nacionais, regionais e locais, destinando-se sessões específicas nos institutos históricos regionais para a celebração de tais sujeitos e acontecimentos, como pôde-se observar na sessão do Instituto Histórico do Pará de 1.º de dezembro de 1932, em que se realizava uma sessão cívica comemorativa à mesma data em 1640, em homenagem à colônia portuguesa. Na reunião, a banda de música dos bombeiros municipais executou os hinos português e brasileiro. O evento foi registrado em ata do IHGP como uma “reunião cívica e de confraternidade luso-brasileira, aludindo aos sucessos históricos do dia”²⁸⁴. Na ocasião, “Paulo Eleutério, secretário perpétuo do Instituto leu a sua memória histórica denominada “Portugal na Amazônia”, em que fez uma “síntese da ação lusa nesta região, sendo por vezes interrompido por aplausos”²⁸⁵. Foi recitado um poemeto sobre Brasil-Portugal e um soneto sobre ‘Portugueses’”. O cônsul de Portugal Henrique Cardita, presente à reunião, ao tomar as palavras finais definiu as linhas gerais da amizade e tradições luso-brasileiras, elogiando o texto de Paulo Eleutério “ao fazer justiça a obra de Portugal”²⁸⁶.

A reunião acima além de monumentalizar uma data específica, o 1.º de dezembro de 1640, em homenagem à colônia portuguesa, também remonta a uma certa linguagem luso-tropicalista bastante presente nos discursos de alguns sócios do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, especialmente Arthur Reis. Ao enfatizar a “ação lusa nesta região”, tanto Reis como os discursos do IHGP exaltavam a atuação portuguesa na Amazônia quando se referiam a narrativas históricas. Em relação a esta temática, Arthur César Ferreira Reis afirma que o ofício do historiador consistia em analisar os “aspectos da experiência portuguesa na Amazônia”: presença de Portugal, dominação lusitana, dinâmica portuguesa, contribuição portuguesa, expansão portuguesa, ocupação portuguesa²⁸⁷.

Para o autor, os portugueses são os protagonistas do processo de colonização, enquanto os indígenas e caboclos são coadjuvantes na narrativa histórica, pois:

[...] É preciso recordar que nossa civilização não se alicerçou em resíduos africanos ou gentílicos. Esses resíduos não devem ser esquecidos nem desprezados [...], mas a civilização de fundo tropical que realizamos, essa, em suas linhas centrais, em suas forças mais vivas, mais fortes, mais expressivas, é lusitana, ocidental.²⁸⁸

²⁸⁴ Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará- IHGP, Belém, 01/12/1932. Arquivo do IHGP.

²⁸⁵ Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará- IHGP, Belém, 01/12/1932. Arquivo do IHGP.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ REIS, Arthur César Ferreira. **Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

²⁸⁸ REIS, Arthur. **Unidade Histórica**. Conferência realizada no II Congresso de Brasilidade. Belém: [s. e.], [s. d.], p. 4.

Assim, observa-se que tanto na perspectiva de alguns intelectuais do IHGP, quanto do IGHA, mais especificamente Arthur Reis, destaca-se a ação lusa na região, devendo a história “fazer justiça a obra de Portugal”²⁸⁹. Outros temas e eventos históricos que se destacam nas reuniões dos institutos amazônicos eram as datas clássicas da História nacional, regional ou local. O IHGP, por exemplo, destinou uma sessão específica para comemorar o “Descobrimento da América”, reunião realizada em 11 de outubro de 1932, com a presença de visitantes nacionais e internacionais. A reunião dedicava-se à “comemoração do dia 12 de outubro de 1932, data do descobrimento da América pelo navegador Christovam Colombo, há quatrocentos anos”²⁹⁰. Comemorava, também, o “centenário da Revolução de 1835 no Rio Grande do Sul, a República dos Farrapos”.²⁹¹

Em diálogo com o calendário cívico do regime varguista, o IHGP também realizou uma sessão comemorativa as datas de 15 e 16 de novembro de 1889. Nessa sessão, realizou-se uma “leitura de texto sobre a Proclamação da República”, destacando consideração “aos personagens do passado, e o culto aos propagandistas paraenses e elementos que constituíram o 1º governo provisório no Pará Dr. Justo Chermont, capitão de fragata José Maria do Nascimento e tenente-coronel Bento José Fernandes Jr”²⁹². Ainda foram realizadas homenagens ao Barão do Rio Branco e ao coronel Plácido de Castro. O Instituto do Amazonas seguiu o mesmo ritmo das comemorações do Pará, fazendo “menção ao aniversário do descobrimento do Brasil”²⁹³, além de “preparativos para a comemoração da semana da Pátria no Amazonas”²⁹⁴, e “comemoração em homenagem a bandeira no Amazonas”.²⁹⁵

No que se refere aos debates de âmbito regional e local, em muitas sessões dos institutos do Pará e Amazonas identificamos vários debates sobre temas e eventos de natureza amazônica ou estaduais. O instituto do Pará, por exemplo, debatia em reunião de 26 de novembro de 1931, além da reformulação dos estatutos, o movimento de entrada de sócios correspondentes, e a “organização de estantes de autores paraenses e da Região Amazônica”²⁹⁶. Nos dois institutos havia um movimento contínuo de recebimento de doações de obras, folhetos, revistas; na reunião mencionada, o IHGP recebeu a “doação de várias obras sobre a história do Pará e da

²⁸⁹ Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará- IHGP, Belém, 01/12/1932. Arquivo do IHGP.

²⁹⁰ Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará- IHGP, Belém, 11/10/1932. Arquivo do IHGP.

²⁹¹ Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará- IHGP, Belém, 16/11/1932. Arquivo do IHGP.

²⁹² Idem.

²⁹³ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas- IGHA, Manaus, 02/05/1937. Arquivo do IGHA.

²⁹⁴ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas- IGHA, Manaus, 22/08/1937. Arquivo do IGHA.

²⁹⁵ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas- IGHA, Manaus, 21/11/1937. Arquivo do IGHA.

²⁹⁶ Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará- IHGP, Belém, 26/11/1931. Arquivo do IHGP.

Amazônia de livrarias paraenses e demais colaboradores”²⁹⁷. Realizou-se, ainda, um “voto de louvor as obras locais, como a obra de Theodoro Braga, *“História do Pará” em resumo didático, episódios culminantes da história paraense*”²⁹⁸, prática que se repetiu em reunião de 15 de janeiro de 1932 e 20 de janeiro de 1932, ao elogiarem o autor pela publicação de sua obra, e os “seus esforços no Sul do país para exaltação do Pará e da Amazônia”²⁹⁹. Sendo assim, o autor foi indicado pelos membros do instituto “para representar o IHGP em São Paulo no período das festas comemorativas” em alusão à fundação da cidade do Rio de Janeiro e do 4.º centenário da Fundação de São Vicente”.³⁰⁰

Em outras ocasiões discutia-se o cotidiano, o funcionamento e os planejamentos futuros dos institutos, como a forte “campanha cívica da mudança do Instituto do Pará para o forte do castelo, *berço da cidade de Belém e da civilização na Amazônia*”³⁰¹. Uma prática comum, também observada nas reuniões do IHGP, e que se vinculava à busca das raízes regionais como fortalecimento identitário, era o recebimento de objetos/ doações ligados a história do Pará e da Amazônia, e algumas vezes, da História do Brasil e de outros países. Os objetos variavam de artefatos raros – como medalhas, selos, cédulas, como a “cédula com a efígie de Domingos Jorge Velho da emissão paulista Pró-Revolução constitucionalista”³⁰² – à coleção de selos antigos do Estado, doadas por Jorge Hurley para o museu do IHGP³⁰³. Em outras reuniões recebiam-se artefatos de instituições e órgãos internacionais, como os “três exemplares grandes da esfinge de Francisco Pizarro, além de uma memória escrita descrevendo as origens e evolução da capital do Peru”³⁰⁴. Alguns objetos da história local, como “uma urna funerária encontrada com objetos indígenas próximo ao Instituto”³⁰⁵, e “uma coleção de estampilhas municipais e de diversas coleções de jornais”³⁰⁶. Assim, em ambos os institutos, observa-se a valorização dos aspectos regionais e nacionais, e a busca pela preservação da memória e a identidade da Amazônia por meio das narrativas históricas, presentes nos debates cotidianos nas sessões dos institutos, nos eventos regionais, na celebração das efemérides e nas obras publicadas pelos intelectuais, além da construção de uma história pátria regional em estreito diálogo com datas, fatos e personagens da História do Brasil.

²⁹⁷ Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará- IHGP, Belém, 26/11/1931. Arquivo do IHGP. p. 12-13.

²⁹⁸ Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará- IHGP, Belém, 26/11/1931. Arquivo do IHGP.

²⁹⁹ Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará- IHGP, Belém, 15/01/1932. Arquivo do IHGP.

³⁰⁰ Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará- IHGP, Belém, 20/01/1932. Arquivo do IHGP.

³⁰¹ Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará- IHGP, Belém, 15/01/1932. Arquivo do IHGP.

³⁰² Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará- IHGP, Belém, 11/10/1932. Arquivo do IHGP.

³⁰³ Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará- IHGP, Belém, 01/12/1932. Arquivo do IHGP.

³⁰⁴ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas- IGHA, Manaus, 17 de março de 1935. Arquivo do IGHA.

³⁰⁵ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas- IGHA, Manaus, 7 de março de 1937. Arquivo do IGHA.

³⁰⁶ Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará- IHGP, Belém, 21/04/1931. Arquivo do IHGP.

2.2 Traçando uma geografia dos limites

Outra temática comum que aparece frequentemente nas publicações e reuniões dos dois institutos é o debate acerca dos limites e fronteiras da região. Desde o século XIX e décadas iniciais do século XX autores paraenses, como Arthur Vianna, Palma Muniz e Henrique Santa Rosa, preocupavam-se com as discussões em torno da formação territorial do Brasil e, em especial, da Amazônia, apresentando tanto nos artigos publicados nas revistas do IHGP, quanto nas reuniões do instituto, o debate sobre o tema. Ao atuarem como políticos, engenheiros e geógrafos/historiadores, buscavam “defender o Brasil (questão do Acre), e os limites paraenses diante do Estado do Amazonas nas guerras pela expansão e distribuição da borracha amazônica³⁰⁷. Arthur Vianna e Palma Muniz, ao assumirem a direção e os trabalhos junto ao Arquivo Público do Pará, vão buscar, de acordo com Ricci, “no passado paraense, e em seus tênues e conturbados limites coloniais, as provas necessárias para as peijas republicanas do início do século XX”, não esquecendo a missão geo-histórica de expandir o território paraense e brasileiro.³⁰⁸

Nas publicações da revista do IGHA também é possível acompanhar o histórico das disputas envolvendo alguns intelectuais em defesa do território amazônico, a exemplo da primeira edição da RIGHA, com a publicação do artigo do engenheiro Ignácio Moerbeck *A questão de Limites com o Estado de Matto-Grosso*³⁰⁹, e os demais textos, pareceres, relatórios e publicações referentes às questões dos limites amazônicos, como aparece nas seguintes publicações: *Limites inter-Estadues*, de Ricardo Amorim³¹⁰; *A questão do Acre*, de Arthur Cezar Ferreira Reis³¹¹; *Entradas e formação de limites*, de Paulo Eleuterio³¹². Nessa edição ainda se encontra uma *Nota da Comissão Mixta Brasileira- Colombiana Demarcadora de Limites*, na qual foram “inaugurados os marcos recém-construídos que assignalam no terreno, a linha de limites [...] entre os dois paizes”³¹³. Menciona-se, também, o discurso de Agnello Bittencourt,

³⁰⁷ RICCI, Magda. Os primeiros livros didáticos republicanos de História do Pará: o patriotismo e a construção da Memória. In: HENRIQUE, Márcio Couto (org.). **Diálogos entre História e Educação**. Belém: Editora Açafá, 2014. p. 20.

³⁰⁸ Idem.

³⁰⁹ MOERBRCK, Ignácio. A questão de Limites com o Estado de Matto-Grosso. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas*, 1917.

³¹⁰ AMORIM, Ricardo. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas*, 1932, p. 11-34.

³¹¹ REIS, Arthur Cezar Ferreira. A questão do Acre. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas*, 1935-1936, p. 219-240.

³¹² ELEUTHERIO, Paulo. Entradas e formação de limites. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas*, 1935-1936, p. 241-255.

³¹³ Nota da Comissão Mixta Brasileira-Colombiana Demarcadora de Limites. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas*, 1935-1936, p. 203-208.

*Divisão territorial do Amazonas*³¹⁴, e o *Relatório da Comissão encarregada de rever e rectificar os limites dos Municípios do Estado do Amazonas, a apresentado em 12 de Janeiro de 1933*.³¹⁵

A temática dos limites e demarcações também foi um assunto constante nas publicações da revista do IGHA e reuniões desse instituto. Desde o lançamento da primeira revista, em 1917, pode-se observar a quantidade de textos e documentos publicados com o tema e a preocupação dos historiadores e geógrafos do Amazonas com a elaboração definitiva das cartas do Estado. Em sessão de 19 de outubro de 1919, dois anos após o lançamento da primeira edição da RIGHA, os intelectuais do IGHA ainda discutiam a questão dos limites entre os Estado do Amazonas e do Mato Grosso. Na ocasião, o sócio Miranda Simões, aproveitando a presença do sócio Antônio Bittencourt, governador do Estado do Amazonas à época dos trabalhos de demarcação entre os dois estados, realizou uma exposição destacando a maneira como este tema foi tratado pela Assembleia Legislativa, salientando que “espíritos românticos atribuíram erradas intenções”[...], e, aproveitou a oportunidade para “informar o Instituto, como associação científica a quem o assunto interessava, sobre o que effectivamente se deu em prol da liberdade historica dos factos[...].”³¹⁶, Miranda Simões referia-se a uma suposta perda de território amazonense no acordo de demarcação realizado entre os governadores do Estado do Amazonas e do Mato Grosso, em 14 de setembro de 1910.

Por ocasião dos preparativos para a realização do Sexto Congresso Brasileiro de Geografia, agendado para ser realizado em outubro de 1919, os intelectuais do IGHA uniram-se em uma comissão nomeada pelo governador do Estado, Pedro de Alcântara Bacellar, para defender os interesses do território amazônico. O evento, segundo Paulo Eleuterio, tinha como objetivo “tratar das questões de limites entre os diversos Estados do Brasil, no sentido de estarem todas liquidadas, em mil novecentos e vinte e dois no momento da solenização do primeiro centenário da nossa República”³¹⁷ e, assim, dirimir as antigas disputas territoriais que persistiam por décadas na região amazônica, além de finalmente realizar a redefinição político-administrativa do território brasileiro. Nesse sentido, diante da temática do evento, os sócios do IGHA deixaram claro em sessão de 06 de abril de 1919, as suas preocupações com relação ao futuro do território amazonense:

O senhor doutor Paulo Eleutherio comunica que o Club de Engenharia do Amazonas está confeccionando um trabalho sobre os limites do Estado, o qual offerecerá à apreciação deste instituto. Lembra que a comissão que vae

³¹⁴ *Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas*, 1937-1938, p. 357-364.

³¹⁵ *Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas*, 1937-1938, p. 5-20.

³¹⁶ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas- IGHA, Manaus, 19 de outubro de 1919. Arquivo do IGHA

³¹⁷ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas- IGHA, Manaus, 18 de agosto de 1918. Arquivo do IGHA.

representar o Amazonas [...] solicite a codificação das conclusões [...] para maior divulgação e [...] aplicação. O senhor [...] Vivaldo Lima pede que a comissão de geografia do instituto prepare um memorial sobre as questões de limites do Estado, apresentando suas conclusões para serem enviadas àquelle certamem scientifico.³¹⁸

Os debates e preocupações acerca dos limites e fronteiras amazônicas e paraenses não desapareceram depois dos anos 30 do século XX, permanecendo nas memórias e escritas dos historiadores e políticos locais e podendo ser observados, com frequência, após a década de 1930 nas revistas dos institutos regionais, bem como nas reuniões dos institutos estaduais. Em sessão de 1931, por exemplo, realizou-se um debate no IHGP sobre “o decreto do interventor Magalhães Barata para que este instituto organizasse um mapa geográfico do estado”. Para o trabalho deveria ser visitados os estudos de Palma Muniz como referência para a construção do mapa a ser desenhado³¹⁹:

O 1º secretário propôs que o Decreto baixado pelo sr. Cap. Interventor relativamente á organização do mappa geográfico do Estado constasse dos Annaes do Instituto, como uma demonstração do valor do mesmo em face da geografia do Estado e do País. Sobre o mesmo assunto fallaram os consócios Dr. Jorge Hurley e conego Thomaz de Aquino que referiu haver o Estado de Sergipe, adoptado idênticas medidas quanto aos seus limites, com o apoio do Instituto de Aracaju. O consocio Dr. Jorge Hurley diz que o trabalho que se vae iniciar é extraordinário, por isso lembrava que se devia obter da viúva do nosso saudoso consocio Dr. Palma Muniz os estudos geográficos por ele feitos. Pediu que fosse nomeada uma comissão para em nome do Instituto congratular-se com o Sr. Interventor pelo benefício que acabou de decretar com a organização do mappa do Estado. O sr. presidente declara que a Diretoria do Instituto desempenhará essa missão.³²⁰

Para o IHGP significava uma demonstração de reconhecimento e legitimação por parte do Estado no que se referia às questões geográficas e históricas da Amazônia, ao encomendarem o mapa aos intelectuais do IHGP, pois os legitimava como guardiões não apenas da História oficial do Estado e da região, mas da geografia e das fronteiras locais. Esse era um debate que sempre permeava as sessões do IHGP, estando novamente presente, por exemplo, em reunião de 26 de novembro de 1931, quando os intelectuais discutiam o estágio atual (àquela época) da questão:

Limites Pará-Amazonas

³¹⁸ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas- IGHA, Manaus, 6 de abril de 1919. Arquivo do IGHA.

³¹⁹ Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará- IHGP, Belém, 21/04/1931. Arquivo do IHGP. p. 8-9.

³²⁰ Idem.

Levou a plenário o assunto o consocio 1º secretario que, depois de se ocupar da matéria com o seu espirito de cordialidade interamazonica, propoz um voto de congratulação aos governos do Pará e do Amazonas, pelo modo cordial com que voltou ao “statu quo” a pendencia de limites entre os dois Estados, exaltando o principio da fraternidade entre as duas populações, como objeto da harmonia interestadual. Terminou por formular um voto para que a questão seja decidida pelo Supremo Tribunal Federal, a quem os dois Estados entregaram o julgamento final da pendencia. Sobre o assunto se manifestou em judiciosas considerações relativas ao direito paraense, o dr. Remigio Fernandez, que tomou o compromisso de enviar ao Instituto uma Summula de sua opinião a respeito do caso. Os votos de congratulação foram aprovados unanimemente.³²¹

Observa-se nas falas dos membros do IHGP uma suposta harmonia geográfica entre as fronteiras do Pará e Amazonas, reafirmada pelas representações políticas locais, como pode-se observar em uma correspondência enviada pelo presidente do IHGP, Jorge Hurley para o Presidente do IGHA, a bordo do avião PP-PARK, em viagem para Manaus, em 25 de outubro de 1933. Tratava-se de um rádio dirigido, em que Jorge Hurley emitia o seguinte discurso:

Dum pedaço de ceu dá Amazonia Paraense em viagem a Faro limítrofe com o Estado do Amazonas na companhia ilustre patriótica Major Magalhães Barata viagem inaugural linha aérea Panair cabe-me nome instituto Historico para enviar V.Excia essa mensagem de saudações por esse grande acontecimento histórico fruto das deducções administrativas de S.Excia. o snr. Major Barata que como disse o tenente Arnaldo Matta não conhece fronteiras entre Estados irmão em se tratando do bem comum da pátria.³²²

Esse espírito cordial exaltado por Jorge Hurley em seu discurso, e pelos intelectuais do IHGP, deixando a cargo da justiça a decisão acerca dos limites entre o Pará e o Amazonas, exaltando o princípio da fraternidade entre os dois estados e a harmonia interestadual não é tratada da mesma forma pelos intelectuais do IGHA. Analisando os discursos dos intelectuais daquele instituto e a forma como essa questão era tratada nas sessões do IGHA, observa-se que havia uma preocupação por parte desta instituição sobre as possíveis “desvantagens” para o Estado do Amazonas no tratamento da questão. Essa preocupação ficou evidente em sessão do IGHA de 21/03/1937, quando Arthur Reis apontou um erro grave em uma publicação do setor de estatística do Estado (reprodução de uma publicação do Instituto Nacional de Estatística, localizada no Rio de Janeiro), ao serem publicados os limites entre o Amazonas e o Pará. Segundo Reis, esses limites estavam incorretos em desfavor do Amazonas. O Instituto ficou de

³²¹ Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará- IHGP, Belém, 26/11/1931. Arquivo do IHGP.

³²² **Rádio dirigido**, J. Dias Paes. Agente da Panair do Brasil S.A. Manaus, 25 de outubro de 1933.

redigir um protesto endereçado ao governador, comunicando o fato, além da realização de uma palestra sobre o assunto no âmbito do IGHA.

Em reunião seguinte, a 04/04/1937, os intelectuais do IGHA debateram acerca da resposta do governador no que se referia à questão dos limites entre o Amazonas e o Pará, informando que já havia resolvido junto ao Departamento de Estatística do Estado. Contudo, redigiram e registraram em ata a íntegra de um “protesto do instituto contra a publicação tendenciosa e attentoria aos limites do Amazzonas com o Pará, inserta na referida Synopse Estatística”³²³. Nesse protesto fica evidente o descontentamento dos intelectuais do IGHA, em especial Arthur Reis, sobre as “divisas tendenciosas em prol dos interesses paraenses”³²⁴, como podemos observar na narrativa a seguir:

[...] Causou-nos grande surpresa que, num trabalho de caracter official, aquellas divisas apareçam tão tendenciosas em prol dos interesses paraenses e attentorias dos direitos amazonenses sustentadas e mantidas perante a Suprema Corte de Justiça, onde como V. Exa. sabe se acha ainda insolúvel a querella de limites entre os dois alludidos Estados. Para quem lê as paginas em apreço, o Amazonas perdeu o vasto territorio comprehendido entre os paranás do Bomjardim e Cabory ou seja todo o grande delta do rio Nhamundá. [...] Trata-se de uma região insofismavelmente nossa, quer por direito que nos vem da secular demarcação de Mendonça Furtado, quer na jurisdição e domínio territorial do governo amazonense. [...] o nosso Estado, além de ficar amputado, como vimos, na região do Nhamundá, perderia a larga faixa disputada pelo Pará, faixa que vae de Maracá-assu e se estende para o Sul, até as linhas de Matto-Grosso. Isso não pode ser! Agora que os dois querellantes suscitam um entendimento amistoso, para uma solução cordial e pratica do caso, com vantagem para ambos, apparece a citada publicação, como para embaraçar as “demarches” do problema.³²⁵

O protesto apresentado demonstra a reação dos intelectuais do IGHA acerca da publicação do Departamento de Estatística do Estado e deixa evidente a preocupação com a questão histórica dos limites entre os dois estados, além de demonstrar que não existia a cordialidade apresentada pelos intelectuais paraenses. A dita “fraternidade” era, entretanto, uma forma de “maquiar” uma disputa histórica existente e que ficou evidente nas sessões das reuniões dos institutos que tomaram para si a responsabilidade de defender seus estados dos interesses alheios, principalmente o Amazonas. Esse era, portanto, um tema bastante presente nos discursos dos membros dos dois institutos e se tornou representante de parte dos debates que marcaram a historiografia amazônica.

³²³ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas- IGHA, Manaus, 04/04/1937. Arquivo do IGHA. p. 31.

³²⁴ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas- IGHA, Manaus, 04/04/1937. Arquivo do IGHA.

³²⁵ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas- IGHA, Manaus, 04/04/1937, p. 32. Arquivo do IGHA.

Outras temáticas que perpassavam as falas e preocupações dos historiadores locais eram as eleições para representantes dos Institutos Históricos e Geográficos, entrada e saída de sócios correspondentes e efetivos, aniversários do instituto e eventos locais, acordos e patrocínios políticos e financeiros, recepção e apoio a pesquisadores, visitantes e representantes políticos nacionais e internacionais aos institutos, planejamento e organização de festejos cívicos e patrióticos, como apresentado no tópico anterior, recebimento de doações de objetos e relíquias para os museus dos institutos, comemoração das efemérides locais, regionais e nacionais, representações em eventos públicos em nome dos institutos, participação e publicação de obras acerca da história e geografia amazônica e brasileira, envio e recebimento de publicações e correspondências diárias (livros, revistas, jornais, folhetos, etc.), cartas, telegramas de instituições internacionais, nacionais e locais, dentre outras discussões que serão melhor analisadas no tópico a seguir.

2.3 Redes de sociabilidade intelectual: os Institutos Históricos da Amazônia em correspondências

São Paulo, 05 de agosto de 1937, Afonso d’Escragolle Taunay, em correspondência com o historiador amazonense Arthur Cezar Ferreira Reis a partir do Museu Paulista, agradeceu ao mesmo pelo envio de jarros de água do Amazonas provenientes dos rios Madeira e Negro para exposição na galeria monumental do Museu Paulista. Agradeceu, também, pelo envio de uma obra sobre o Acre, bem como especialmente as colaborações desse historiador, por meio de seus relatórios, para a sua obra sobre a história do café.³²⁶

Em outra correspondência enviada ao IGHA pela Embaixada do Peru, convidava-se os intelectuais do instituto para participarem de um *concurso de história sobre os descobridores do Amazonas e sobre a Amazônia Peruana* promovido pelo Governo do Peru, consultando, assim, o Instituto sobre a possibilidade de a instituição enviar um representante para o referido evento. O país comemorava, em 1941, o *IV Centenário de la muerte de Francisco Pizarro y del descubrimiento del Amazonas*³²⁷, evento que teria, segundo a embaixada, culminado “no descobrimento do Peru”. O Ministério das Relações Exteriores peruano convocava um

³²⁶ D’E TAUNAY, Afonso. **Carta enviada a Arthur Reis**. Universidade de São Paulo, Museu Paulista. 05 de agosto de 1937. Biblioteca Arthur Reis, Centro Cultural dos Povos da Amazônia, Manaus.

³²⁷ Carta da Embaixada do Perú sobre **concurso de história sobre os descobridores do Amazonas e sobre a Amazônia Peruana**, governo do Perú, 14 de setembro de 1941. p. 1.

concurso em que fossem apresentados trabalhos inéditos, em que poderiam concorrer escritores da América Espanhola, versando sobre:

Estudio histórico sobre la personalidad de Francisco Pizarro, Descubridor del Perú y Fundador de Lima, iniciador de las expediciones amazónicas"[...], "ensayo histórico sobre el descubrimiento del Amazonas y la obra subsiguiente de exploración y colonización de los ríos amazónicos realizada por el Perú desde el siglo XVI hasta el siglo XX.³²⁸

As normas exigiam que os trabalhos fossem baseados em cronistas e documentos originais, abarcando todas as fases do descobrimento, destacando a biografia de personalidades e heróis da expedição:

El trabajo deberá ser de investigación, basado em los cronistas y em documentos originales y abarcará todas las fases del descubrimiento, desde la partida del Cuzco de la expedición descubridora hasta el hallazgo del Amazonas; esclareciendo al mismo tempo la biografía y haciendo um análisis de los diversos esfuerzos colonizadores originados em el Perú, desde las "entradas" del siglo XVI, el descubrimiento de los "Maynas" por los capitanes del Virrey del Perú, Príncipe de Esquilache y los esfuerzos misioneros hechos al norte y al sur del Amazonas bajo la égida e impulso del Virreynato de Lima hasta su culminación durante la República em la labor científica y de exploración realizada por las autoridades del Perú y los pioneros y marinos peruanos que establecieron la navegación a vapor del Amazonas y sus afluentes, y trazaron las primeras cartas geográficas de esos ríos.

Tanto a carta enviada por Afonso d'E Taunay para Arthur Reis, como a carta recebida pelo IGHA, além de várias outras correspondências de natureza semelhante recebidas pela instituição durante a primeira metade do século XX, revelam um dado importante: a natureza nacional e internacional dos institutos históricos da região amazônica. Não apenas o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, mas a documentação interna do IHGP, cartas, correspondências, telegramas enviados e recebidos demonstram o nível extrarregional dos institutos históricos amazônicos.

Essas redes de sociabilidade podem ser observadas, por exemplo, nas relações de sócios da revista do IHGP, por meio da adesão de sócios fora do Estado, pois encontra-se nas revistas do Pará uma forte presença de sócios correspondentes de várias partes do país e do mundo. Em fins da década de 1930, por exemplo, pode-se realizar um rápido balanço. Do Sul do Brasil, especialmente do eixo Rio-São Paulo encontramos intelectuais a exemplo de Afonso d'E

³²⁸ Carta da Embaixada do Perú sobre **concurso de história sobre os descobridores do Amazonas e sobre a Amazônia Peruana**, Governo do Perú, 14 de setembro de 1941. p. 2.

Taunay, Alcides Bezerra Cavalcante, Alipio Di Primio, Agnello Mendes de Moraes, Benjamin Monteiro, Graça Aranha, Djalma Forjaz e Oswaldo Orico, dentre outros. Nota-se que ocorreu uma maior quantidade de correspondentes dessa parte do país, especialmente do Rio de Janeiro, visto a importância enquanto capital do país e espaço de maior concentração e visibilidade intelectual na geografia brasileira. No ângulo amazônico, os sócios correspondentes advinham de Manaus, do IGHA, como Arthur Cesar Ferreira Reis, Amílcar Salgado, Agnelo Bittencourt e João Batista Oliveira. Do Nordeste observa-se pelo menos um representante de cada Estado. No que se refere às vinculações internacionais, alguns sócios faziam-se presentes: Antonio Ipinza Vargas, do Peru, e Paul Walle, da França.

Desde as suas fundações, no caso do IGHA, e refundação, no caso do IHGP, que se revelam explícitos os desejos de diálogos dos institutos amazônicos com as outras instituições congêneres nacionais e internacionais, bem como a internacionalização das pesquisas sobre a região, como se observa em seus estatutos de criação. No que se referia ao IHGP, por exemplo, competia à instituição:

[...] Manter correspondência assídua com as academias e sociedades nacionais e estrangeiras, de natureza idêntica à do Instituto. Promover a impressão e reimpressão de trabalhos nacionais ou estrangeiros, em original ou traduzidos, que versem especialmente sobre o Pará[...]. Provocar o interesse pelas explorações geográficas e investigações históricas, arqueológicas e etnográficas, de modo a acumular crescentes dados para o estudo dos seus associados e dos homens de ciência.³²⁹

Para o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas a instituição deveria tomar, dentre outros fins, como missão:

Reimprimir trabalhos nacionais e estrangeiros de reconhecido valor científico, ou raros, sobre o Brasil e particularmente sobre o Amazonas, no que for atinente aos seus fins. Quando possível, organizará ou promoverá a organização de comissões científicas destinadas a pontos do Estado, do País, ou do estrangeiro onde possam fazer estudos importantes que interessem aos seus fins.³³⁰

Assim, as trocas de diálogos estabelecidas entre os membros do IGHA e do IHGP e os vários intelectuais e instituições do país e do exterior demonstram as redes de sociabilidades

³²⁹ Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Pará aprovados em sessão de 25 de novembro de 1939, Belém, Instituto Histórico e Geográfico do Pará. p. 4.

³³⁰ Estatutos do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas aprovados pelo Decreto n. 1.190 de 17 de abril de 1917. p. 6. Manaus, Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

existentes entre os intelectuais e Institutos Históricos da Amazônia e o âmbito extrarregional, evidenciando o potencial das correspondências em “detectar as intrincadas redes de relações sociais que reúnem os autores(as) e instituições, expondo as trocas de ideias, elaboração de projetos, pactos estabelecidos, polêmicas e disputas políticas”³³¹, possibilitando esclarecer “a difusão das ideias entre eles, a fixação de certas visões como dominantes numa dada época e seu poder de influir nos acontecimentos”.³³²

A troca de correspondências e informações entre os institutos, portanto, foi uma prática usual quando foram criados, desde o hábito de informar as novas diretorias, o envio de publicações, até a colaboração em atividades que envolvessem pesquisas históricas e arqueológicas. Também era comum alguns membros de um instituto tornaram-se sócios-correspondentes em outros, o que criava certa rede de relações intelectuais e institucionais.

Veja-se, por exemplo, o caso do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, que possuía membros em correspondência com outros institutos, como os do Pará e Alagoas, além do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), esse último fomentador de uma cultura histórica comemorativa junto aos congêneres estaduais, como pode ser observado, por exemplo, o ofício enviado ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, em 20 de janeiro de 1939, orientando acerca da necessidade de comemoração do quarto centenário da Fundação da Companhia de Jesus, evidenciando que:

Guardas vigilantes do patrimônio do passado nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e aos seus congêneres estaduais, e já o disse o Dr. Adroaldo Mesquita da Costa no sodalício sul-riograndense, a iniciativa digna de importância do acontecimento e das suas profundas e variadas influências no desenvolvimento da nossa civilização.³³³

Para além da data comemorativa, o IHGB e os institutos estaduais partilhavam do sentimento de guardiões do passado nacional, de modo a adaptar para o âmbito brasileiro alguns aspectos históricos não nacionais, como a própria Companhia de Jesus, originariamente fundada em Paris, no século XVI. Obviamente que interessava ao IHGB dar continuidade ao programa inicial ainda do século XIX relacionado à construção da nacionalidade brasileira.

O acervo de cartas e correspondências expedidas e recebidas pelos institutos do Pará e Amazonas entre as décadas de 30 e 40 do século XX possibilitam enxergar as redes de relações

³³¹ MALATIAN, Teresa. Cartas. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 195-221.

³³² Idem.

³³³ Ofício. Secretaria Geral. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1939, p. 1.

vivenciadas por estas instituições. Desde os institutos congêneres na região observa-se esse diálogo. O IHGP, por exemplo, em carta enviada em 22 de abril de 1932 ao instituto do Amazonas agradece a esse último pelo envio de um telegrama e ofício referindo-se “a comemoração do centenário do movimento autonomista de 12 de abril de 1832 e do centenário do Dr. José Coelho da Gama e Abreu, Barão de Marajó”³³⁴. Genuino Amazonas de Figueiredo, seu presidente, agradecia ao IGHA pelas pesquisas realizadas por Vivaldo Palma Lima e Arthur Reis, membros do instituto, sobre “a vida e a obra do Barão de Marajó”, e “sobre o movimento autonomista”. Tais pesquisas, segundo Figueiredo “foram páginas de relevo para a chronica e a historia do valle, tão cheias de tradições e de legendas”³³⁵. O movimento epistolar apresentado demonstrava, portanto, o interesse dos historiadores do Amazonas pelas personagens e acontecimentos da história do Pará, bem como o “intercâmbio intelectual e patriótico” vivenciados neste contexto, fortalecendo os laços de “fraternidade interestadual” destas instituições³³⁶.

Observa-se esse mesmo movimento em várias ocasiões e com inúmeros institutos do país. Dentre esses menciona-se, por exemplo, a solicitação do sócio do IGHA Paulo Eleutério para que este “instituto enviasse ao Instituto Histórico do Pernambuco uma menção honrosa acerca da comemoração do 4º centenário da fundação de Pernambuco”³³⁷, bem como a sua correspondência, quando já estava em Belém e vinculado ao IHGP como secretário perpétuo, enviando ao IGHA “um conjunto de reportagens de jornais com matérias sobre a história do Amazonas”³³⁸.

Em outra ocasião, ainda sobre os diálogos com o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), o IGHA respondia a uma correspondência enviada pelo mesmo, que se referia às proibições por parte do estado do Pernambuco “de se designar com os nomes de pessoas vivas, localidades, ruas, escolas, bem assim, a aposição de retratos nas repartições públicas”³³⁹. O IAHGP orientava o IGHA “para que [estes princípios] fossem adotados também nesse estado”³⁴⁰. O instituto do Amazonas respondendo afirmativamente ao IAHGP informava que:

³³⁴ IHGP, correspondência enviada ao IGHA em 22/04/1932. Manaus, Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

³³⁵ Idem.

³³⁶ Idem.

³³⁷ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. IGHA, Manaus, 17 de março de 1935.

³³⁸ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. IGHA, Manaus, 02/05/1937.

³³⁹ Ofício do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, PE, 20/02/1932. Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. IGHA, Manaus.

³⁴⁰ Idem.

Este Instituto aplaude esse gesto, que há de certamente, concorrer para moralizar os nossos costumes políticos, evitando homenagens graciosas, com caráter de perpetuidade, facto que vinha atteentando contra a verdadeira consagração nascida do julgamento sereno e imparcial da História.

Os dois institutos, o de Pernambuco e o do Amazonas, consideravam-se os “guardiões da história oficial”³⁴¹ de seus respectivos estados, compreendendo ser os Institutos Históricos os detentores da história dos lugares e, portanto, as únicas vozes autorizadas para lidar com as personagens, os acontecimentos e as narrativas sobre seus estados e regiões.

Os institutos históricos da Amazônia possuíam certa relação proximal com o IAHGP. Tal aproximação parece repousar em determinada vinculação histórica do Nordeste com a Amazônia, pois desde o período de conquista do Norte amazônico nota-se a participação pernambucana na história da região, a exemplo da famosa fase da reconquista portuguesa do Maranhão, em 1615, com o capitão Alexandre de Moura e a expedição que expulsou os franceses daquele espaço, bem como a expedição ordenada de Pernambuco sob o comando de Francisco Caldeira de Castelo Branco direcionada à conquista das terras margeadas pelo rio Gram-Pará e Amazonas, o que resultou na fundação de Belém, em 1616. Nestes termos, por exemplo, a refundação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em 1917, foi justamente em homenagem a um dos episódios mais conhecidos da história pernambucana, a Revolução de 1817.

Em sessão no Instituto do Pará, por exemplo, em 07 de junho de 1939, lia-se em reunião um ofício advindo do Instituto pernambucano solicitando a identificação na capela do Convento do Carmo, em Belém, da sepultura de Pedro de Albuquerque, um comandante pernambucano que morreu quando exercia a governança no Estado do Maranhão e Grão-Pará, por volta de 1644. Os consócios de Pernambuco solicitam obter informações para um monumento que estava sendo construído naquele Estado, a ser chantado no Rio Formoso. O ofício (n.º11), assinado pelo Presidente do IAHGP, ainda apontava que, na impossibilidade de localização da sepultura, que se fizesse indicar através de uma placa “o lugar de sepultamento de um brasileiro, em fevereiro de 1644”³⁴². O instituto paraense formou uma comissão para realizar escavações na Igreja do Carmo em Belém, sendo o sócio Paulo Eleuterio quem encaminhou as ações e comunicou na reunião de 21 de julho de 1939 que não havia encontrada a sepultura de Pedro

³⁴¹ SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **Os guardiões da nossa história oficial**: os institutos históricos e geográficos brasileiros. São Paulo: Idesp, 1989; SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **Os Institutos Históricos e Geográficos: Guardiões da história oficial**”. In: SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

³⁴² Ata do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 07/06/1939.

de Albuquerque. O instituto deveria, assim, formalizar um encontro com o arcebispo de Belém para a colocação de uma placa comemorativa em relação ao pernambucano.³⁴³

Em 6 de março de 1940 o Instituto Histórico e Geográfico do Pará realizava solenidade no largo da Igreja do Carmo, em Belém, para a inauguração da placa em memória de Pedro de Albuquerque. Na solenidade se fizeram presentes várias autoridades dos meios eclesiástico e militar, sendo a placa uma oferta da Prefeitura Municipal³⁴⁴. A lápide expressava a enfática preocupação com a memória, especialmente relacionada à conquista do Norte brasileiro. A preocupação do IHGP com a fundação do Grão-Pará se faz presente, mas não se deixa de notar que a adesão para a homenagem foi algo intenso, o que pode dizer sobre o próprio momento que o país vivia sob o comando de um militar, bem como o Estado era administrado também por um membro das Forças Armadas, o Major Magalhães Barata. Logo, homenagear um capitão-general reforçava as tradições cívicas e militares do momento vivido.

Constavam na placa os seguintes dizeres:

Nesta igreja foi sepultado o capitão e general Pedro de Albuquerque, governador da Capitania do Maranhão e Grão-Pará. Natural de Pernambuco. Falecido em Belém em 6 de fevereiro de 1644. Herói insigne da resistência do Rio Formoso contra os holandeses em defesa da fé e da integridade do Brasil. Homenagem do Instituto Histórico do Pará e Arqueológico de Pernambuco, sob os auspícios da Prefeitura de Belém.³⁴⁵

Mais uma vez o IHGP buscou relacionar a sua história à pernambucana, pois a sessão, além de destinar-se a homenagear a memória de Pedro de Albuquerque, também era voltada para a comemoração do 23.º aniversário do instituto paraense, ou seja, aniversário da refundação em 1917. O momento reuniu instituições tradicionais como a Igreja, Forças Armadas e o Instituto, além da Prefeitura de Belém. A construção de uma memória heroica para a capital paraense interessava aos atores envolvidos na solenidade e o IHGP possuía papel central nesse processo, visto que era a instituição oficial da história e da memória paraenses. A atenção recebida de governos e instituições, como a Igreja Católica, era devido ao fato de essa última ver na solenidade de colocação da lápide do capitão pernambucano em suas estruturas algo de digno e relevante, representando o lugar que ocupava no campo cultural. Além disso, o estreito vínculo político entre os intelectuais dos institutos e o Estado, tanto no âmbito nacional quanto na Amazônia, propiciou ainda mais um lugar de fala autorizada, especialmente para os

³⁴³ Ata do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 21/06/1939.

³⁴⁴ Ata do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 06/03/1939.

³⁴⁵ Ata do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 06/03/1940.

Estados do Pará e do Amazonas, visto que os interventores Magalhães Barata e Alvaro Maia eram frequentadores e membros assíduos dos dois institutos, propondo temas e ratificando os debates tratados por essas instituições.

Outra característica dos diálogos entre os institutos da Amazônia e a esfera nacional são os frequentes envios e recebimentos de publicações, a exemplo das revistas dos institutos, obras lançadas ou raras, folhetos etc. Nesse caso, tanto as correspondências quanto as atas de reuniões apontam para esse intercâmbio intelectual. Na década de 1930, o IGHA, por exemplo, recebeu com frequência durante o período revistas de outros institutos, como os do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio Grande do Sul, além de outras instituições como a Faculdade de Direito de São Paulo e o Arquivo Nacional³⁴⁶. Arthur Reis, por exemplo, registrou em ata do IGHA do dia 06/10/1935 “as congratulações recebidas por ter representado o Estado do Amazonas na Conferência de Educação, realizada no Rio de Janeiro”, destacando-se como representação intelectual e renome do Instituto, e o informe feito por este “que no Sul visitou vários Institutos, sendo bem recebido”.³⁴⁷

Em âmbito internacional pode-se observar um diálogo tanto do IHGP quanto do IGHA com várias instituições do mundo. Na década de 1930 a Amazônia é cada vez mais conhecida, e considerando-se que não se vivia mais a era da presença de muitos viajantes, embora as expedições ainda continuassem, existia certa demanda de centros de produção de saber pelo mundo na busca por publicações acerca da Amazônia. Para citar alguns exemplos, menciona-se o ofício do Instituto Iberoamericano da Universidade de Porto Rico enviado ao IGHA, pedindo a “remessa de publicações acerca da história e geografia regional”³⁴⁸. Além do mais, os contatos com o mundo exterior aconteciam também pelas possibilidades de participação em eventos, como os convites para a realização do congresso de americanistas a ser realizado em Sevilha (Espanha), em 1935.³⁴⁹

Transparece que à época o Governo Federal possuía algum interesse em melhor conhecer a região. Para isso, buscava conectar os institutos estaduais com centros de pesquisas internacionais, pois o convite para o congresso de americanistas citado acima foi enviado pela Diretoria Geral de Estatística e Informação do Ministério da Educação e Saúde Pública, além de outras ações semelhantes, tais como: o ofício da Diretoria Geral de Estatística do Rio de Janeiro, comunicando a realização na Suíça do Congresso Internacional de História da Arte,

³⁴⁶ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. IGHA, Manaus, 06/10/1935.

³⁴⁷ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. IGHA, Manaus, 06/10/1935.

³⁴⁸ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. IGHA, Manaus, 03/02/1935.

³⁴⁹ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. IGHA, Manaus, 06/10/1935.

prontificando-se a enviar a participação dos interessados³⁵⁰; o ofício do Governador sobre demanda do Ministério das Relações Exteriores a respeito da criação no Amazonas de um núcleo ligado ao centro de cooperação intelectual com sede no Rio de Janeiro e contando com o Instituto Internacional de Cooperação Internacional em Genebra, afim do intercâmbio mental entre o Brasil e outros países³⁵¹. Outros diálogos existiram como pode-se observar por meio do ofício do Departamento de Cooperação Intelectual da União Panamericana, com fim de intensificar as relações entre tais instituições³⁵²; e o ofício da Universidade de Havana solicitando publicações e estatutos do Instituto³⁵³, dentre outras correspondências.

Este movimento intelectual evidencia o diálogo dos institutos, nesse caso mais específico do IGHA, com instituições de várias partes do mundo, estabelecendo parcerias, contatos e vinculações intelectuais com os debates e eventos internacionais, contribuindo para que se compreenda que a historiografia amazônica não dialogava apenas entre si, com seus próprios embates e percepções regionais no que se referia ao conhecimento histórico, mas que os intelectuais amazônicos dialogavam com o Brasil e o mundo, estendendo suas pesquisas, publicações e ideias para o âmbito extrarregional, devendo o campo historiográfico regional da Amazônia ser compreendido em seu caráter, também, nacional e internacional. Esse intercâmbio de ideias e sociabilidades entre os intelectuais amazônicos e os círculos intelectuais regionais, nacionais e internacionais se tornou evidente também por meio do envio e recebimento das revistas dos institutos históricos para várias partes do Brasil e do mundo, construindo o campo historiográfico amazônico e divulgando o discurso historiográfico regional, como podemos observar no capítulo três a seguir.

³⁵⁰ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. IGHA, Manaus, 19/04/1936.

³⁵¹ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. IGHA, Manaus, 07/06/1936.

³⁵² Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. IGHA, Manaus, 04/10/1936.

³⁵³ Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. IGHA, Manaus, 18/04/1937.

CAPÍTULO 3

A AMAZÔNIA EM (RE)VISTA: OS INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DA AMAZÔNIA E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO HISTORIOGRÁFICO REGIONAL

Introdução

A criação dos Institutos Históricos e Geográficos na Amazônia representou a institucionalização do conhecimento histórico na região. Afinal, tanto o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1900/ 1917) como o do Amazonas (1917) construíram espaços de reconhecimento político, social e, principalmente, intelectual para seus sócios, pois essas agremiações, embora imbuídas de construir o campo historiográfico da Amazônia, não surgiram na contramão da intelectualidade do Sul do país, mas em busca de visibilidade/integração a outros movimentos intelectuais. O IHGP e o IGHA foram criados como espaços de difusão do crescente espírito científico na região, congregando uma parcela das elites política, econômica e intelectual de seus estados, surgindo, assim, como instituições modernas, capazes de revitalizar o universo intelectual paraense e amazonense. Tais agremiações, contudo, apesar de se inspirar no modelo do IHGB, elaboraram feições próprias da região, atuando na construção de um campo historiográfico regional na Amazônia no contexto de 1917 a 1951, sistematizando a sua história, escrevendo, publicando e divulgando narrativas sobre as “coisas” desse espaço.

O IHGB serviu como modelo de organização para os novos institutos criados nas várias regiões do Brasil, como se pode observar no perfil dos estatutos e na estrutura das revistas estaduais do Pará e do Amazonas, além de estar previsto nos objetivos da agremiação nacional: “assim como Paris iluminava o mundo, o IHGB iluminava o conjunto das regiões brasileiras”. Entretanto, tal perspectiva iluminista almejada pelo instituto nacional nem sempre se efetivou por completo, especialmente quando se analisa melhor o papel exercido pelos estados na formação histórica do país e na construção da nacionalidade³⁵⁴. O movimento intelectual realizado na região amazônica buscava justamente realçar os aspectos regionais por meio de

³⁵⁴ FERREIRA, Antônio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente (orgs.). Os Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros. In: _____. **Os Institutos Históricos e Geográficos: nação e região na historiografia brasileira**, Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 13.

narrativas históricas e a importância da Amazônia para a história nacional. Assim, esse movimento, demonstrou a busca dos círculos intelectuais do espaço pela construção de um campo historiográfico amazônico e a integração da história regional na história do Brasil, em que historiadores do Pará e do Amazonas elaborariam uma historiografia adequada às necessidades das elites políticas e intelectuais das primeiras décadas do século XX.

O presente capítulo é uma contribuição à historiografia brasileira e amazônica, no que se refere ao cenário intelectual das primeiras décadas do século XX, e pretende analisar o papel dos institutos históricos do Pará e Amazonas na construção de um campo historiográfico na região amazônica no contexto de 1917 a 1953, investigando a partir das revistas, atas, capítulos e artigos produzidos pelos intelectuais amazônicos a atuação dos institutos históricos e geográficos da região como na construção do conhecimento histórico na região, refletindo acerca do perfil dos historiadores e das narrativas históricas que circularam na Amazônia na primeira metade do século XX. A leitura inicial dos documentos e do arsenal teórico e metodológico possibilitou compreender a construção de um regionalismo histórico em diálogo com a História do Brasil, disseminado por meio das publicações que privilegiavam eventos, personagens e narrativas da história da Amazônia, ou seja, a afirmação das particularidades regionais propiciadas pela descentralização política nas décadas iniciais da República, sem contudo, desconsiderar a celebração das datas, fatos e personagens da História do Brasil, espelhando-se no modelo de história elaborado pelo IHGB e construindo um modelo de história regional em diálogo com a história da nação, como podemos observar nos tópicos a seguir.

3.1 Imprimindo a História regional

Ao tomarmos a historiografia amazônica como objeto de investigação é imprescindível a análise dos discursos dos intelectuais amazônicos presentes nas revistas dos Institutos Históricos e Geográficos dos Estados do Pará e do Amazonas na primeira metade do século XX, pois, como principal veículo de divulgação das ideias científicas nos campos da história e da geografia amazônicas, construíram uma tradição de pensamento sobre a/ na Amazônia, visto que as narrativas dos intelectuais a elas vinculadas buscavam elaborar um campo historiográfico regional e a associação entre as narrativas locais e nacional, instituindo-as como fundamental para o conhecimento da região.

Atuando ao lado de outras instituições científicas, como o Museu Paraense Emílio Goeldi, a Universidade Livre de Manaus, as Academias de Letras regionais, museus,

bibliotecas, revistas educacionais etc., as revistas dos institutos históricos operaram a veiculação de um conjunto de representações sobre a Amazônia, fundando um pensamento social e científico, colaborando para construir o campo historiográfico amazônico e, por conseguinte, um ideário oficial acerca do espaço, com o intuito de explicar a realidade social amazônica e as possíveis áreas de intervenção do governo central, culpado historicamente pela situação de abandono da região.

Assim, nesses periódicos, os sócios imprimiam as compreensões acerca da história e da geografia amazônicas, publicando ao longo de suas páginas na primeira metade do século XX diversos materiais, trabalhos considerados importantes para a História e a Geografia da Amazônia; biografias de nomes considerados exemplares; obras raras a serem republicadas ou resenhadas; atas de sessões; relatórios de atividades realizadas pela instituição; relatórios de governo; conferências proferidas por sócios; homenagens cívicas aos grandes nomes da História pátria e amazônica; reprodução de documentos históricos; discursos; palestras; trabalhos históricos; eventos de natureza política e/ou militar etc.

De acordo com Pierre Bourdieu (2012) o discurso regionalista é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada, e está fundamentado na materialidade e no conhecimento do grupo a que ele se dirige, ou seja, no reconhecimento e na crença que lhe atribuem os membros do grupo³⁵⁵. O regionalismo amazônico, contudo, não foi um caso isolado, pois foi na primeira metade do século XX que ocorreu a construção das identidades regionais do Rio Grande do Sul (gauchismo), de Minas Gerais (mineiridade), de São Paulo (bandeirantismo), Paraná (paranismo), e no Nordeste (regionalismo nordestino).³⁵⁶ A história regional, portanto, como resultado de um projeto simbólico-identitário, caracterizou-se como um desdobramento da história nacional e se desenvolveu em várias partes do Brasil, em proporções menores. Ao utilizar o regionalismo como objeto de luta e representação, portanto, os intelectuais paraenses e amazonenses declararam uma disputa por lugares sociais e intelectuais nos âmbitos local e nacional, ou seja, definiram hierarquias, visibilidades e articulações com as instâncias de poder, na busca por desconstruir a imagem de “corpo estranho” à nação que historicamente foi atribuída à região amazônica.

³⁵⁵ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 116.

³⁵⁶ PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo**: cultura e imaginário no Paraná da I República. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. 1996, p. 49-50. Sobre o regionalismo nordestino ver: ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. Recife: FJN/ Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009. p. 49-50.

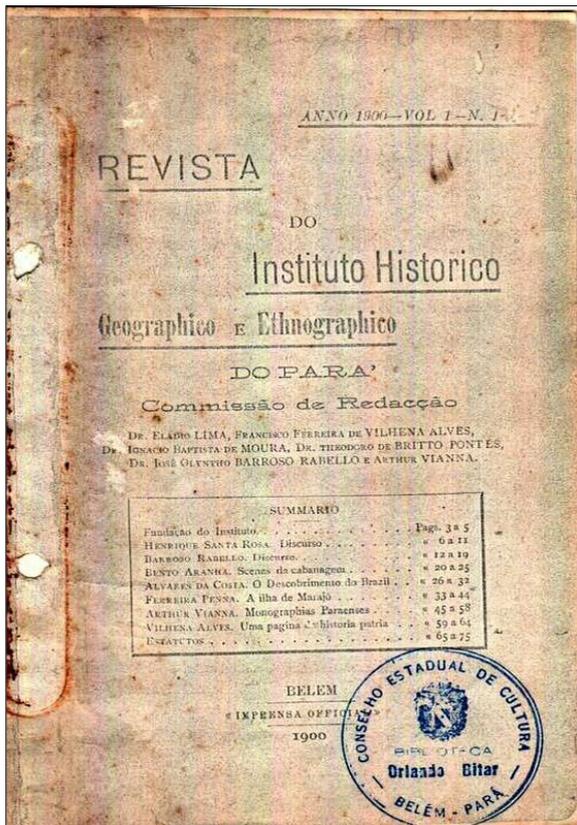


Imagem 4. Fonte: Revista do Instituto Histórico Geográfico do Pará, Belém: Tip. Imprensa Official. Vol. I, 1900. Acervo IHGP.

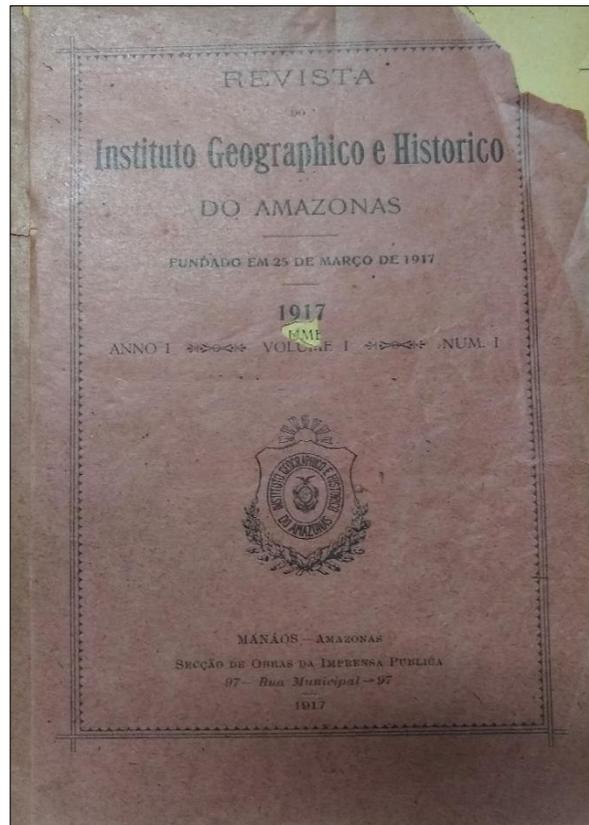


Imagem 5. Fonte: Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Manaus: Tip. Seção de Obras da Imprensa Pública. Vol. I, 1917. Acervo

Assim, com a fundação dos principais institutos históricos da região, as revistas de cada lugar tornaram-se veículos oficiais de divulgação das narrativas históricas e geográficas consideradas legítimas por parte de seus membros. A revista do instituto histórico do Amazonas, por exemplo, tornou-se o “repositório de informes e estudos científicos, de caracter geographico e historico, afferentes ao Brasil, sobretudo a este Estado”³⁵⁷. Apesar de haver obras já publicadas acerca da região amazônica antes das pesquisas realizadas por membros dos institutos históricos desta região, tratavam-se, contudo, de:

Obras esparsas, sem o criterio scientifico dos modernos processos de investigação. O estadista, o medico, o naturalista, todos emfim, sentem-se embaraçados na solução de questões que se ligam ao “habitat” amazonense. Algumas daquellas produções, deficientes n’uns pontos, estão erradas em outros, o que vem argumentar as difficuldades das pesquisas, quando, na mór parte das vezes, não confirmam a calumnia que pesa sobre o nosso clima e o estado da nossa civilização. Demais, a Geographia e a Historia adquiriram definitivamente a expressão especulativa, que não se encontra nessas velhas

³⁵⁷ Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, 1917, p. 3.

narrações de viagens ou nas crônicas dos factos a que se vincularam os nossos antepassados.³⁵⁸

Expressava-se desse modo, a reafirmação de um processo de especialização disciplinar e a construção de um campo historiográfico amazônico, na esteira do processo de institucionalização da História, estabelecida com a criação dos Institutos Históricos do Pará e do Amazonas, os dois mais antigos da região. As publicações nas revistas assumiram um papel fundamental como elemento de divulgação dos discursos dos intelectuais reunidos em torno dos dois institutos, situando-se como principal meio de visibilidade institucional em âmbitos local, regional, nacional e internacional. Os artigos tornavam-se o principal indicador da produção historiográfica amazônica na primeira metade do século XX, dada a importância dos intelectuais que estavam em seus círculos, atestando a legitimidade das narrativas, resguardadas pela aura da cientificidade.

Assim, a condição de região periférica agravava a dependência e a sujeição dos círculos políticos e intelectuais locais aos critérios de legitimidade ditados pelo Centro-Sul do país, a exemplo do nacionalismo, que se destacava, naquele momento, como principal bandeira de luta. É válido destacar nesse processo, o papel social da História e dos historiadores na conjuntura de fundação dos institutos históricos da região, pois, os intelectuais amazônicos, tendo a história como carro chefe, assumiram a responsabilidade de criar uma identidade para a região que tivesse destaque no âmbito extrarregional e, dessa forma, formulava-se uma identidade profissional para intelectuais amazônicos, enfatizando a atuação dos historiadores dessa parte do Brasil.

Foi assim que se assistiu no Brasil ao processo de disciplinarização da História como ciência e a emergência de um gênero literário fundamental, o ensaio sociológico ou histórico. Várias obras de interpretação histórica do Brasil foram publicadas na busca pela compreensão de aspectos formativos da sociedade brasileira e de sua realidade contemporânea. Em um clima de efervescência social e intelectual, questionava-se a posição dos “homens de letras” no país e a importância desses para expor suas ideias e suas interpretações acerca do presente e do futuro do país, frente ao cenário de mudanças estruturais que ocorria. Assim:

Um número cada vez maior de intelectuais, ligados a ciência ou às artes e a literatura, passam a perguntar para que servia afinal a história, que contribuição podia dar para que os homens pudessem construir suas identidades em meio a uma sociedade onde o tempo se acelerava, onde a cultura se mecanizava, onde as antigas hierarquias sociais eram questionadas

³⁵⁸ **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**, 1917, p. 3-4.

pelo surgimento de novos e importantes grupos sociais, como a pequena burguesia urbana formada pelos profissionais liberais, os intelectuais e os funcionários de um Estado em processo de burocratização crescente, e a classe operária.³⁵⁹

A historiografia brasileira das primeiras décadas republicanas estava marcada por um lado pela concepção positivista do método histórico tradicional, herdeiro da segunda metade do século XIX, e, por outro, pela influência de Capistrano de Abreu e sua historiografia revisionista. Contudo, segundo Astor Diehl (1998), a historiografia da década de 1920 assimilou as várias mudanças emergentes dos campos político, social, econômico e cultural vindas do estrangeiro e nacionais, e influenciaram as formas de representação da realidade brasileira³⁶⁰. A produção intelectual e historiográfica estimulava os membros da elite a refletirem sobre a realidade nacional e regional e a se libertarem do viés determinista da segunda metade do século XIX, elaborando “novas perspectivas de análise através da objetividade científica”³⁶¹. Com isso, almejava-se a construção do Estado Nacional, mediante a quebra das antigas oligarquias ainda reinantes da “República Velha”, a serem substituídas por uma nova elite, composta por homens de ciência.

Se no cenário europeu, especialmente na França e Alemanha, a História vinha alcançando *status* de disciplina institucional desde o século XIX, com a criação das universidades europeias, no Brasil esse projeto foi realizado de forma tardia, apenas a partir da década de 1930, com a criação dos cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, a exemplo da Universidade de São Paulo, criada em 1934. É estabelecida nesse contexto uma forte crítica ao papel da História e à função social do historiador, tal qual era produzida, divulgada e ensinada pela escola metódica positivista do século XIX, “que privilegiava o estudo dos eventos políticos e o papel dos grandes homens no exercício do poder, possibilitando a fundação de outra escrita da história”³⁶². As novas teorias historiográficas vindas na década de 30 nas missões culturais francesas, com mestres a exemplo de Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Henri Hauser e Eugène Albertini, construíram novos alicerces teórico-metodológicos no Brasil, criticando as bases do pensamento tradicional positivista e buscando novas interpretações para a história nacional,

³⁵⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Da história detalhe à história problema: o erudito e o intelectual na elaboração e no ensino do saber histórico. *Lócus*: Revista de História, UFJF, v. 10, n. 2, 2004, p. 62.

³⁶⁰ DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira*: do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p. 143.

³⁶¹ *Ibidem*, p. 155.

³⁶² REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e tempo histórico*. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994.

agora fundamentada na procura pelas raízes da cultura brasileira.

A historiografia brasileira dos anos 20 a 40 também foi marcada por uma geração de historiadores e cientistas sociais herdeiros da confluência entre o projeto estético e ideológico do movimento modernista, que resultou na busca por novos temas, novas fontes, revalorização da temática brasileira e do homem brasileiro, a exemplo das pesquisas realizadas por Oliveira Vianna, *Evolução do povo brasileiro*, 1923; Paulo Prado, *Retrato do Brasil*, 1928; Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, 1933; Caio Prado Júnior, *Evolução política do Brasil*, 1933; Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936, dentre outras. Segundo Diehl (2004), a partir da década de 1920, no Brasil, a historiografia posiciona-se em duas diferentes orientações teórico-metodológicas: por um lado a cultura historiográfica é a dos historiadores sociólogos, que influenciados pelas ideias modernistas, vão aos poucos substituir a história factual por uma história interpretativa da nação brasileira, contexto que Diehl intitulou de Fase do redescobrimento do Brasil:

Momento das interpretações dos grandes intelectuais e das grandes sínteses; obras de difícil classificação dentro dos moldes convencionais da ciência histórica; discussão fortemente influenciada pela revolução de 1930. Retorno aos grandes temas historiográficos brasileiros por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Prado Jr.³⁶³

Por outro lado, realizava-se uma história tradicional *événementielle*, onde eram privilegiadas as seguintes temáticas:

A história da ocupação territorial, a história administrativa, a história econômica de determinados produtos, como, por exemplo, o açúcar, café, ouro e diamantes; a história de instituições, como a Companhia de Jesus, o exército; a história dos momentos e tensões, como a vinda da corte, a independência do Brasil, entre outros temas; a abolição da escravatura; as biografias das grandes personalidades do império; as revoluções do século XIX e XX, bem como o processo de urbanização³⁶⁴.

A historiografia amazônica da primeira metade do século XX estava no limiar desses dois modelos de escrita da história, próxima dessa segunda vertente da história tradicional, ainda muito presente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e em seus congêneres estaduais, a exemplo do IGHA e IHGP, e em diálogo com a primeira vertente a partir da busca pela interpretação da região, especialmente na intersecção do diálogo entre a história regional

³⁶³ DIEHL, Astor Antônio. **A cultura Historiográfica Brasileira**: década de 1930 aos anos 1970. Passo Fundo: UPF EDITORA, 1999, p. 26.

³⁶⁴ Ibidem, p. 175.

e nacional. Os historiadores da Amazônia produziram inúmeros trabalhos de cunho sociológico ou histórico, ao modelo produzido por importantes historiadores deste contexto, a exemplo de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, tentando estabelecer novas interpretações sobre a Amazônia e construindo e divulgando uma história oficial da região ainda bastante desconhecida e considerada distante do Centro-Sul do país.

De acordo com Jefferson Teles Martins, a “categoria ensaios compreende todos os trabalhos que não possuem natureza literária de ficção, e seguem ‘rigorosos’ preceitos metódicos de pesquisa, tais como monografias ou estudos históricos, geográficos, sociológicos, genealógicos, folclóricos, biografias, etc”³⁶⁵ e caracteriza-se pelo esforço de interpretação das realidades nacionais ou regionais, ganhando evidência na Amazônia com a fundação dos institutos históricos e geográficos, considerados como “centros de cultura científica” na região³⁶⁶. As revistas do IGHA e do IHGP, enquanto materialização das atividades realizadas pelos intelectuais, tiveram um papel fundamental nesse processo, destacando-se como espaços organizadores e divulgadores das narrativas historiográficas publicadas pelos institutos e solidificando uma história oficial na Amazônia.

Um dos temas que chama atenção na revista do Instituto Histórico do Pará, e que se tornou representativo da RIHGP neste primeiro quinquênio de sua existência, foi o debate acerca da “identidade intelectual amazônica”:

O que interessava aos sócios do IHGP era a consolidação de pressupostos científicos que contemplassem as especificidades da região amazônica. Nesse sentido, a RIHGP tornou possível senão o nascimento, mas pelo menos a difusão da ciência “amazônica”, isto é, a difusão de uma ciência produzida pelos intelectuais da Amazônia, com base em um conhecimento acerca da região e construído a partir das experiências culturais vivenciadas nessa “porção de território pátrio”. Os sócios do IHGP reivindicavam o reconhecimento do Instituto como um órgão representativo da região e não somente do Estado do Pará.³⁶⁷

Assim, os intelectuais do IHGP buscavam construir uma associação que levasse as narrativas amazônicas para os quadros da historiografia nacional, instituindo-as como fundamental para o “conhecimento dos fastos regionais, como contribuição do Pará à

³⁶⁵ MARTINS, Jefferson Teles. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais**: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956). Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2015, p. 87.

³⁶⁶ **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**, Sessão de Obras da Imprensa Pública, Manaus, 1917, p. 59.

³⁶⁷ FREITAS, Iza Vanesa Pedroso de. **O Patronato das Letras**: Cultura e Política no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1930 – 1937), PPGH/UFPA, Belém – Pará, 2007.

Historiografia Brasileira”.³⁶⁸ A demonstração desse interesse em divulgar a ciência histórica amazônica para além das fronteiras regionais expressa-se nas inúmeras correspondências recebidas e enviadas pelo IHGP a diversas instituições de saber do país e exterior, pois a mesma deveria “estabelecer a respectiva permuta com outras publicações congêneres do país e do estrangeiro”, e “manter correspondência assídua com as academias e sociedades nacionais e estrangeiras, de natureza idêntica a do Instituto”.³⁶⁹

Esse intercâmbio de conhecimentos históricos entre instituições congêneres foi expresso, por exemplo, na participação dos institutos históricos da Amazônia nos Congressos de História Nacional organizados pelo IHGB e no envio das revistas do IHGP às várias instituições de produção e divulgação de saberes do país e do exterior³⁷⁰, bem como o envio de obras publicadas pelos sócios do Instituto acerca da história e geografia amazônicas, como ficou registrado em uma ata do IHGB de 14 de maio de 1930, referente a uma “Oferta do sr. Jorge Hurley de artefatos indígenas encontrados no município de Curuçá, no Pará [...], [e as] publicações deste estudioso da nossa ethnographia [...] nos sertões do Gurupi e Prehistória americana”.³⁷¹

3.2 Folheando as revistas

As revistas do IGHA e IHGP foram criadas como suportes de publicação periódica trimestral, semestral ou anual de caráter científico e especializado, como pode-se observar nos estatutos dos institutos do Amazonas e Pará respectivamente: “editada trimensalmente, em brochura, na proporção do material de que dispuser e formará um tomo ou volume em cada ano”³⁷²; “o Instituto publicará semestral ou anualmente uma revista com a denominação de Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará”³⁷³. Contudo, logo após a publicação do

³⁶⁸ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, 1939-1951, v. XII.

³⁶⁹ Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Pará aprovados em sessão de 25 de novembro de 1939, p. 4.

³⁷⁰ O IHGP matinha vida ativa entre as décadas de 1930 a 1950, apesar de a Revista ter ficado sem ser publicada por alguns anos, o Instituto manteve-se ativo com reuniões e cotidiano de trabalhos de secretaria e presidência. Nesses tempos, conforme documentação pesquisada, muitos ofícios foram trocados com várias instituições nacionais e internacionais, inclusive o IHGP procurava acompanhar e se fazer presente nos principais eventos da intelectualidade brasileira à época, em especial os de cunho histórico promovidos pelo IHGB, como os Congressos de História. Ver: Fundo do IHGP: ofícios entre 1930-1950 – Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

³⁷¹ Ata da 2ª sessão ordinária de 14 de maio de 1930 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, 1930, p. 681.

³⁷² Estatutos do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. 1917, p. 29.

³⁷³ **Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. Belém, Imprensa Oficial do Estado, 1917. Art. 76, p. 19.

primeiro número da revista, em junho de 1917, o IGHA levou 15 anos para lançar seu segundo volume, somente em 1932. O IHGP lançou três volumes em 1900 e só lançou os volumes seguintes a partir de 1917, de forma irregular, em função dos poucos recursos que dispunha à época de sua refundação.

Ao todo foram publicadas doze revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e sete revistas do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, no período de 1917 a 1950. No que se refere ao perfil das publicações e os temas mais recorrentes, encontramos uma amplitude de temáticas elaboradas pelos intelectuais de ambos os estados, especialmente publicações voltadas para a história e a geografia da região. Realizando um mapeamento das áreas disciplinares e categorias temáticas contempladas pelos intelectuais do IGHA e IHGP, pode-se observar nos gráficos a seguir que se destacam, por ordem de quantidade, os seguintes tipos de publicações: **1.º**- reprodução de documentos, a exemplo de leis, decretos, estatutos, resoluções, termos de sessão, certidão, atas, cartas, ofícios, relatórios, textos publicados em jornais; **2.º**- Textos da área de História e Geografia, e a reprodução de conferências, discursos e palestras, frequentemente realizadas nos institutos, com temáticas voltadas para as áreas de história ou geografia, a exemplo da conferência “A Explosão Cívica de 1832”, realizada por Arthur Cezar Ferreira Reis, em 12 de abril de 1932³⁷⁴, e o discurso “Divisão Territorial do Amazonas” proferido por Agnello Bittencourt, em 17 de junho de 1938³⁷⁵; **3.º**- Estudos de Etnografia ou folclore amazônicos; **4.º**- Biografias de nomes considerados exemplares.

As revistas de ambos os Estados, ao trazerem destaque para a fundação dos institutos, reproduzindo atas, decretos, estatutos, certidão, discursos de fundação e outros, ao mesmo tempo que se autoafirmavam enquanto instituições legítimas, apresentando seus documentos oficiais, também se tornavam lugares de memória para a própria história da instituição, imortalizando histórias e personagens fundadores da região.

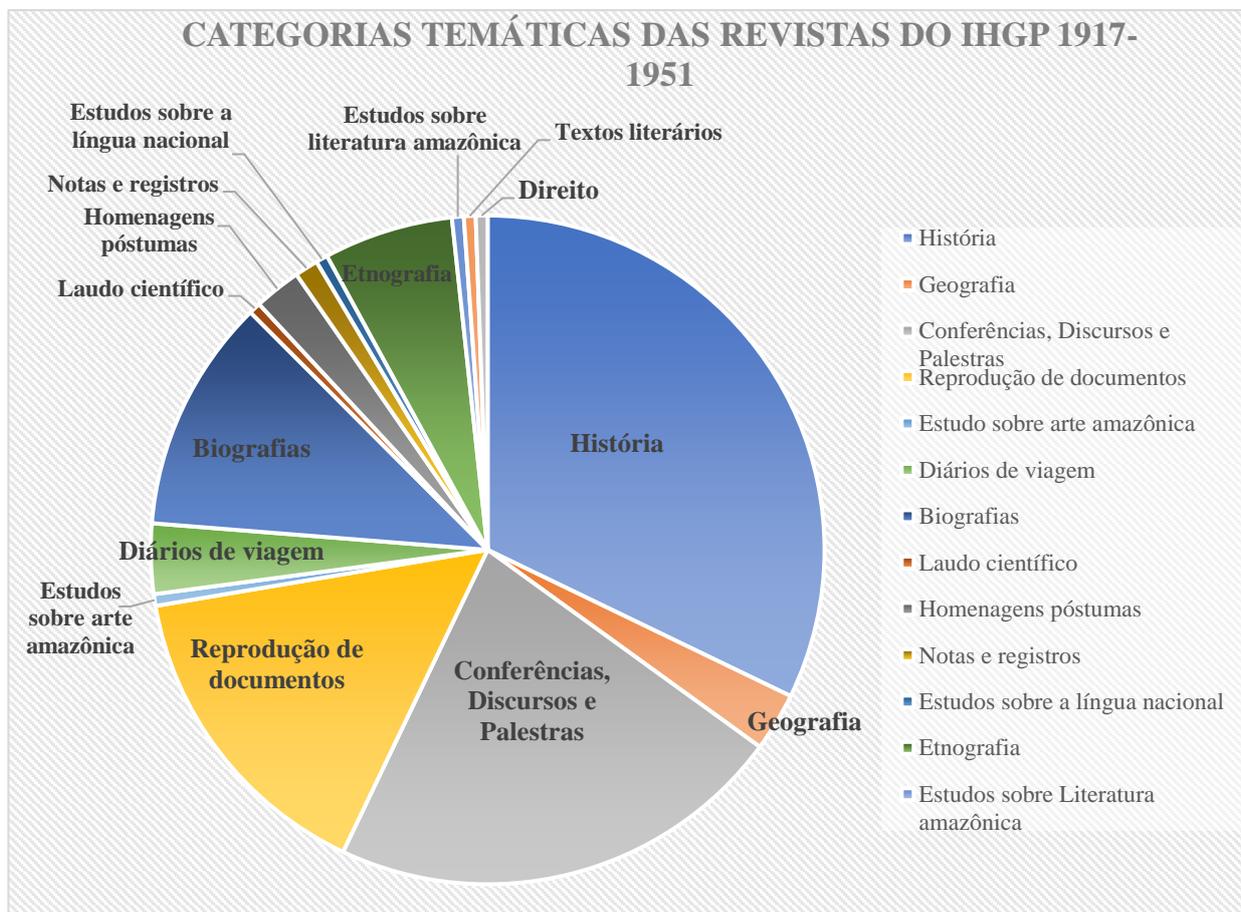
Realizando uma análise comparativa entre as revistas do IGHA e IHGP de 1917, ano da fundação do primeiro instituto e refundação do segundo, observamos que tanto na reprodução de documentos, quanto na publicação de artigos inéditos, certas áreas temáticas eram privilegiadas nas revistas, visto que enquanto o IGHA publicava sobre estatutos, leis, decretos, discursos, formação de limites e demarcações, no IHGP circulava uma edição com questões variadas, sendo que os temas históricos, ao contrário da revista do IGHA, sobressaíam em relação aos temas geográficos. Basta perceber que nessa edição apenas um artigo era nitidamente relacionado à geografia, *Hydrographia paraense*, os demais artigos versavam

³⁷⁴ **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**, 1932, p. 45-63.

³⁷⁵ **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**, 1937-1938, p. 357-364.

sobre questões históricas nacionais ou regionais, como *José Bonifácio e a independência do Brasil*, diários de viagem, reprodução de documentos históricos (*Annaes Históricos do Estado do Maranhão*, *reflexão de Palma Muniz*), *Arte decorativa dos índios amazônicos* e *A origem da ilha de Marajó*, o que demonstra uma preocupação maior por parte dos historiadores paraenses em integrar a história da Amazônia à História do Brasil, trazendo visibilidade para a região por meio de narrativas históricas e legitimar o círculo intelectual de historiadores desse espaço.

Gráfico 1: Categorias temáticas das revistas do IHGP 1917-1951



Fonte: Gráfico elaborado pela autora do trabalho a partir das revistas do IHGP 1917-1951.

Ao longo das edições encontra-se uma grande quantidade de textos relativos à reprodução de documentos históricos. Trata-se, a exemplo das revistas do IHGB, da publicação de fontes “primárias”, consideradas fundamentais para a História do Brasil e da Amazônia. A revista do IHGP, relativa ao ano de 1917, por exemplo, publicada pelas “Officinas Graphicas” do Instituto Lauro Sodré, edição de mil exemplares com cem páginas cada, traz em suas laudas um longo artigo referente aos *Annaes Históricos do Estado do Maranhão*, uma reflexão escrita

pelo primeiro secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Palma Muniz. O historiador paraense realiza uma análise histórica da obra de Bernardo Pereira de Berredo. Ao deparar-se com uma crítica feita pelo poeta Gonçalves Dias à obra de Pereira de Berredo, acusando-o de não ser “um verdadeiro historiador, mas um simples chronista”³⁷⁶, reafirma a importância de compreender o lugar social de fala do intelectual, as condições sociais de produção do texto, e a rede de vinculações que envolve o autor e sua obra³⁷⁷, sem, contudo, desmerecer a importância da obra de Pereira de Berredo para a História do Pará:

Estudando-se Berredo na actualidade, com a luz de novos documentos históricos e sob um ponto de vista da verdadeira teoria da Sciencia da Historia, encontra-se uma justa apreciação nas palavras do maviioso poeta brasileiro. Não é Berredo historiador: narra os fatos pura e simplesmente, sem submettel-os a Analyse e a estudo, como o exigiria a qualidade a que se arroga de – escritor da Historia do Maranhão- E com estas expressões não existe a ideia de tirar-lhe o valor real que possui³⁷⁸.

Ou seja, existia, para Palma Muniz uma verdadeira “teoria da Sciencia da Historia”, onde eram necessários a análise e o estudo da documentação para a construção do texto histórico. O engenheiro-historiador possui boa parte de suas publicações ligadas ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará e, a partir da sua experiência como Diretor do Arquivo Público do Pará, adquirira a preocupação com as fontes históricas para a escrita da história amazônica, reproduzindo nas publicações do IHGP vários documentos relacionados à história paraense. Assim, a experiência no arquivo impulsionou o historiador paraense a pesquisar e a publicar documentos, a exemplo das petições de cartas referentes às doações de terras que pertenceram aos religiosos expulsos pela Lei Pombalina de 1755, afirmando que “a publicação desses documentos certamente[...] interessará os estudiosos das questões de terras de Marajó”³⁷⁹. A publicação de fontes históricas ao longo das revistas representava o interesse dos historiadores paraenses e amazonenses em evidenciar, por meio dos documentos, as narrativas históricas defendidas por eles, bem como os materiais que poderiam servir como incentivo para novas pesquisas sobre a história da região.

Palma Muniz ao mesmo tempo que estava imprimindo a história regional também estava profissionalizando o conhecimento histórico na região, ao dar destaque para as fontes como essenciais para a escrita da História. A publicação de artigos de natureza histórica, pesquisas e

³⁷⁶ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, RIHGP, Belém, 1917, p. 17.

³⁷⁷ WILLIAMS, Raymond. A Fração Bloomsbury. **Plural**, Sociologia, USP, São Paulo, 1999.

³⁷⁸ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, RIHGP, Belém, 1917, p. 17.

³⁷⁹ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, RIHGP, Belém, 1926, p. 71.

documentos voltados para o conhecimento histórico transformava o IHGP na principal instância de produção e legitimação do saber histórico regional, afirmando a identidade profissional dos historiadores paraenses, estabelecendo uma comunidade disciplinar, impondo a História como um saber reconhecido no campo acadêmico e social, capaz de explicar a realidade local.

Assim, encontra-se nas revistas pesquisas históricas sobre os limites e fronteiras paraenses (*Dados para a História dos Limites Paraenses*³⁸⁰); homenagens cívicas (*Centenário do Regresso dos Patriotas de 1823*³⁸¹), biografias de nomes considerados importantes para a História do Pará (*Dr. Renato Brasiliense Santa Rosa; Esboço biográfico*³⁸²; *Apontamentos Biographicos*³⁸³; *D. Romualdo de Souza Coelho*³⁸⁴), reprodução de documentos históricos (*Sesmaria do Senado da Câmara Municipal de Barcelos*³⁸⁵; *Documentos para história do Pará*³⁸⁶; *Documentos para história dos municípios do Pará*³⁸⁷), dentre outros. Identifica-se tanto na revista do IHGP, quanto na revista do IGHA um trabalho de disseminação científica, em que os textos históricos são direcionados a um público específico, ou seja, foram produzidos por historiadores e geógrafos aos seus pares, à *intelligentsia* regional, nacional e internacional. Essas publicações enquanto “estruturas elementares de sociabilidade”, eram ao mesmo tempo um lugar de fermentação intelectual, no qual podia ser vista a produção, o movimento das ideias e, também, um viveiro de sociabilidade de microcosmo intelectual³⁸⁸, caracterizando-se, portanto, como um veículo de comunicação da mais alta importância para o meio intelectual e para as instituições científicas.

Não apenas a história regional, mas a geografia nacional também passou a ser valorizada pelos intelectuais do IGHA, trazendo destaque em seus artigos nas revistas do instituto e nas publicações nos jornais manauaras narrativas acerca do homem, da terra, dos limites e demais aspectos do Estado do Amazonas e da Amazônia. Paulo Eleuterio, à época escrevendo a partir do IGHA, publicou no jornal amazonense “A Capital”, a sua empolgação com relação ao movimento de valorização da geografia nacional realizado na capital do país, e sua possível disseminação nas demais regiões do Brasil, em detrimento ao estudo da geografia geral comumente ensinado nas escolas:

³⁸⁰ Idem, 1926, p. 4-38.

³⁸¹ Idem, 1926, p. 130-134.

³⁸² Idem, 1926, p. 99-105.

³⁸³ Idem, 1926, p. 139-145.

³⁸⁴ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, RIHGP, Belém, 1931.

³⁸⁵ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, RIHGP, Belém, 1918.

³⁸⁶ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, RIHGP, Belém, 1926, p. 150-156.

³⁸⁷ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, RIHGP, Belém, 1932.

³⁸⁸ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 249.

[...] Há nos círculos de responsabilidade da capital do paiz um acentuado movimento de atenção ás coisas profundamente nacionaes, o que nos enche de alentadoras esperanças. Para não referir as associações cívicas de cujo o programma faz parte a divulgação da geographia e da história pátrias, resumimos a nossa admiração e os nossos applausos na Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro que, num gesto de alta visão patriótica, acaba de lançar as bases da nova campanha que tem por objetivo collocar em sua devida condição a Geographia do Brasil. [...] A autoridade reconhecida e meritoria da notável associação scientifica e aos institutos estaduaes de Historia e Geographia devem caber as premissas dessa éra nova de renascimento para a Geographia Nacional que, pelos grandes tesouros que encerra, seria bastante para dar a todo brasileiro a idéa de que se deve empenhar com todas as energias para ser digno dessa herança gloriosa [...].³⁸⁹

As revistas do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas trazem, em detrimento as revistas do Instituto Histórico do Pará, uma grande quantidade de publicações relacionadas a geografia estadual e regional, com ênfase para *A questão de limites com o Estado de Matto-Grosso*³⁹⁰; os *Limites Inter-Estaduaes: Amazonas, Pará e Matto-Grosso*³⁹¹; *o Rio Purús*³⁹²; *a Anthropogeographia da Amazonia*³⁹³; *o Rio Negro*³⁹⁴; *as Aguas do Nhamundá*³⁹⁵; *A questão do Acre*³⁹⁶; *as Entradas e formação de Limites*³⁹⁷; os *Limites Municipaes: introdução ao Relatório da Comissão encarregada de rever e rectificar os limites dos municipios do Estado do Amazonas, apresentado em 12 de Janeiro de 1933*³⁹⁸; *a Divisão territorial do Amazonas*³⁹⁹; os *Aspectos Geo-Sociológicos da Amazônia*⁴⁰⁰. Assim, observa-se uma forte preocupação por parte dos intelectuais do IGHA com a questão de limites e demarcações de fronteiras do Estado do Amazonas com os demais Estados, de modo que as principais áreas temáticas contempladas na revista, a “Reprodução de documentos” e a “História e Geografia” alinhavam-se no que se referia ao tratamento desse tema, e complementavam-se na ênfase da abordagem aos temas relacionados à história e geografia do Estado do Amazonas e região amazônica.

³⁸⁹ **JORNAL A CAPITAL.** A Geographia nacional. 30 de junho de 1918, Manaus, ano II, número 343.

³⁹⁰ **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas,** 1917, p. 77-91.

³⁹¹ **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas,** 1932, p. 11-34.

³⁹² **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas,** 1932, p. 35-43.

³⁹³ **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas,** 1934, p. 135-144.

³⁹⁴ **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas,** 1935-1936, p. 3-67.

³⁹⁵ *Ibidem,* p. 213-217.

³⁹⁶ *Ibidem,* p. 219-240.

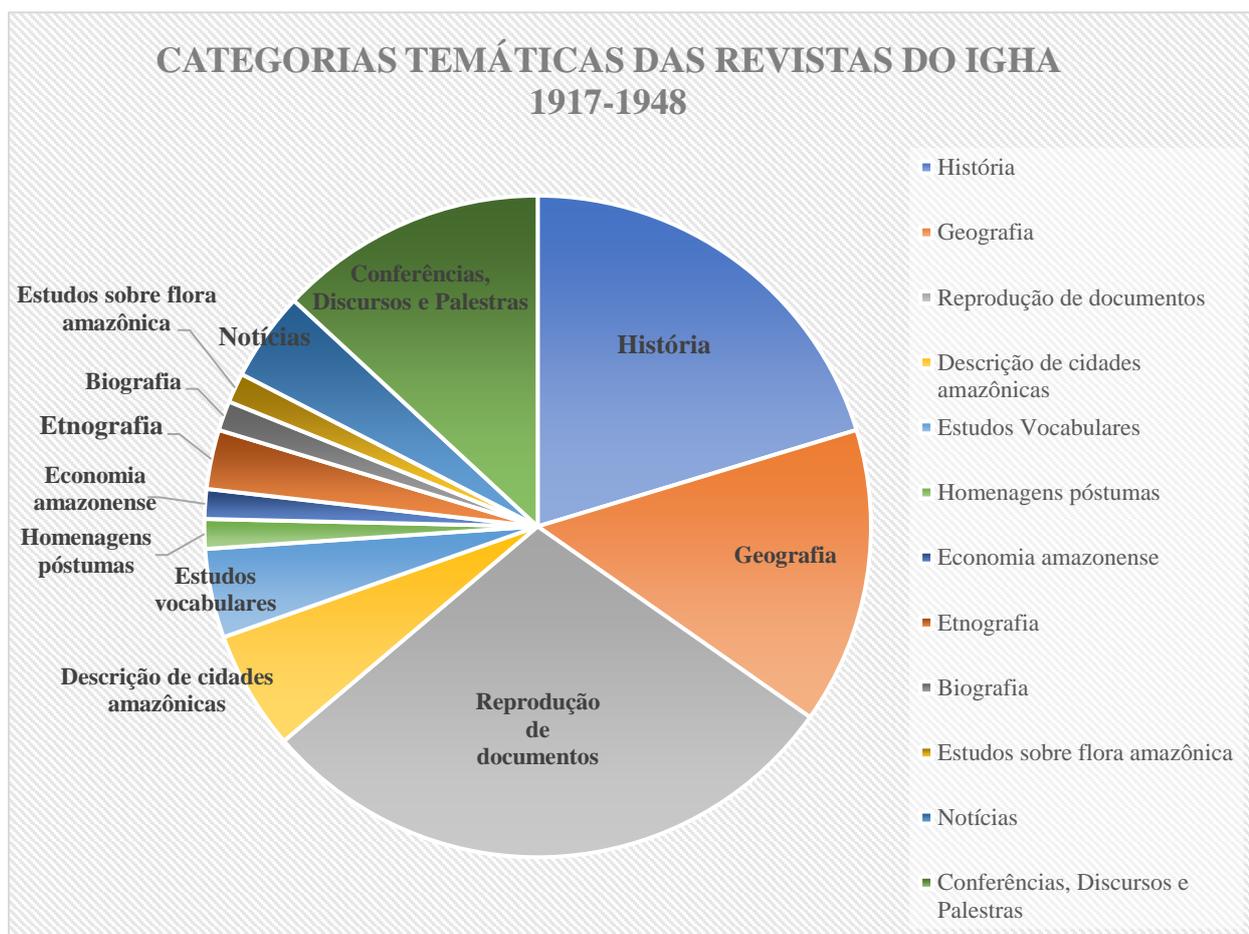
³⁹⁷ *Ibidem,* p. 241-255.

³⁹⁸ **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas,** 1937-1938, p. 5-20.

³⁹⁹ *Ibidem,* p. 357-364.

⁴⁰⁰ **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas,** 1948, p. 57-79.

Gráfico 2: Categorias temáticas das revistas do IGHA 1917-1948



Fonte: Gráfico construído a partir das revistas do IGHA de 1917-1948.

A primeira edição da revista do IGHA trazia um destaque especial para a temática dos limites e demarcações, em especial para as disputas em torno dos limites com o Estado do Mato Grosso. Assim, apresenta vários artigos e documentos referentes a temática, também publicadas nas páginas dos jornais em Manaus, dentre eles o artigo de Ignacio Moerbeck, *A questão de Limites com o Estado de Matto-Grosso*. Em seu artigo, o engenheiro civil realiza uma longa explanação acerca do impasse pela definição dos limites entre os Estados do Amazonas e do Mato Grosso, acusando, a partir da apresentação de um conjunto de documentos, a comissão demarcadora de limites de vitimar o Amazonas a uma redução de seu território:

O processo capcioso empregado pelo coronel chefe e Perito judicial, lente de Geodesia dr. Filinto Alcino Braga Cavalcante, para determinação do ponto de partida do limite entre os dous Estados, sofisma grosseiro com que illudido o então Governador do Estado, illudiu a sentença e o Supremo Tribunal, e victimou o Estado do Amazonas, é a consequência logica do acordo firmado em 14 de setembro de 1910, o qual representa um verdadeiro conto do vigário,

habilmente preparado e pomposamente executado; d'esse facto decorreu ser aquinhoado o Estado de Matto Grosso com as terras da villa de Santo Antonio, fim colimado pelos arranjadores do monstruoso acordo que, ao que nos consta, ainda não mereceu aprovação do Congresso do Estado do Amazonas, e nem merecerá.⁴⁰¹

O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas nasce, dentre outras tarefas, com a missão de defender as fronteiras do Estado e estabelecer os seus limites geográficos e culturais, sua cronologia e sua história, delineando os principais marcos, narrativas e heróis. Dessa forma, o IGHA em sua edição de lançamento, atribui um amplo espaço (metade da revista), para as discussões sobre os limites e fronteiras. Observa-se a preocupação, por parte dos intelectuais do instituto em reproduzir os documentos relativos ao trabalho da comissão demarcadora, leis, decretos, mapas, além das críticas, contestações e análises acerca desses por parte de Ignacio Moerbeck, membro da Comissão do IGHA responsável pelos trabalhos de demarcação e levantamento dos mapas do Estado, no sentido de corrigir os erros de demarcação e defender os limites do Estado do Amazonas frente a outros Estados.

No pouco que respingamos dos documentos que podemos colher até dezembro de 1912, se verifica que nem foi feita a demarcação como determina o Decreto n. 720 de 5 de novembro de 1901, que rege estes serviços, não foram determinados pontos verdadeiros da linha limítrofe, que deverá ser o paralelo do ponto médio da cachoeira de Santo Antonio, e que além do pretendido esbulho aos interesses, extensão territorial e rendimentos do Amazonas, ao governo despendeu em pura perda e em benefício de terceiros a exorbitante quantia de cerca de mil contos de réis (!?) e para que torne real e efetiva a linha de limites ordenada pelo Supremo Tribunal Federal, etrá o Amazonas de mandar proceder á verdadeira demarcação, corrigindo os erros que lhe tem e estão produzindo grande desfalque nos seus rendimentos.⁴⁰²

Após a publicação da documentação oficial, a exemplo da sentença do Supremo Tribunal Federal de 11 de novembro de 1899 e a ata referente ao acordo firmado entre os governadores do Estado do Amazonas e Mato Grosso realizado em 14 de setembro de 1910, e das respostas do perito técnico Filinto Alcino Braga Cavalcante e demais pessoas envolvidas no caso, como o ex-governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, a disputa se encerra na revista com a publicação da Lei Estadual n.º 980, de setembro de 1917, que declara sem nenhum efeito o acordo firmado em 14 de setembro de 1910, “realizado entre os Governos deste e do Estado de Matto Grosso, estabelecendo condições lesivas aos direitos do Amazonas, para a

⁴⁰¹ *Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas*, 1917, p. 86-87.

⁴⁰² *Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas*, 1917, p. 91.

execução da sentença do Supremo Tribunal sobre limites dos dois Estados”⁴⁰³. Desse modo, o IGHA cumpria a sua missão de defender os interesses do Estado, coligindo, metodizando, arquivando e publicando documentos e investigações acerca do território e das tradições pertencentes à história e à geografia do Amazonas.

Outra característica importante de ambas as revistas é a natureza das publicações, voltadas para temas e objetos da história local e regional em diálogo com a historiografia nacional, o que demonstra uma preocupação dos historiadores do IGHA e IHGP em construir um patrimônio historiográfico na/ da Amazônia. A partir de sua segunda edição, publicada em 1932, pela Seção obras da Imprensa Pública em Manaus, observa-se uma proeminência de temas voltados para a história e geografia local, com destaque para a história das cidades do interior do Amazonas. Em um quadro intitulado “Panoramas Amazônicos”, Anísio Jobin apresenta a história das cidades, características da fauna, flora, população, formação política e administrativa, bem como aspectos da economia e religião, dados geográficos, hidrográficos, de higiene etc. Assim, ao longo das edições entre 1932 e 1948, o historiador amazonense apresenta para o leitor a história e a realidade local das cidades de Manacapuru, Codajás, Tefé e Urucará, divulgando para além das fronteiras regionais a paisagem dos municípios amazonenses. Jobin, assim como outros historiadores da região ajudou a difundir uma ciência regional alicerçada nos institutos históricos paraense e amazonense, que tinham como meta demarcar uma identidade amazônica e legitimar os círculos intelectuais do extremo Norte do Brasil.

3.3 O IHGP e a comemoração das efemérides: entre o regional e o nacional

A revista do Instituto Histórico Pará, por seu turno, quase em sua totalidade publicou artigos e documentos voltados para a história regional, de personagens, instituições e efemérides, inclusive, essas últimas temáticas foram bastante exploradas pelos institutos históricos da Amazônia. Tal postura demonstra que havia uma grande preocupação com a memória, visto que as efemérides significam nesse contexto o ato de comemorar, e nesse caso, como adverte Albuquerque Júnior:

⁴⁰³ Lei n. 980 de 14 de setembro de 1917. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, RIHGP, Belém, 1917.

O ato de comemorativo não só se constitui num momento em que se instaura um dever de memória, não só constitui como um momento em que a lembrança é voluntariamente convocada, mas também se constitui como um momento privilegiado para a proliferação de memórias, para a elaboração de versões daquilo ou daquele a que se comemora.⁴⁰⁴

Os atos de comemoração tendem a conter os olhares críticos sobre o que é comemorado e enveredam por caminhos que levam à adesão, à harmonia e à simbologia que despertam sentimentos de apego e pertencimento. A comemoração recai, geralmente, sobre datas tidas como “magnas” e acerca de personagens que são heroificadas em detrimentos de coletivos, embora o ato em si de comemorar seja por definição coletivo. Nesses termos, a celebração, no campo da historiografia, especialmente, busca gestar memórias, solidificar laços e percepções em torno de acontecimentos e sujeitos, que são lembrados como matrizes para o fortalecimento de vínculos memoriais e identitários, geralmente expressos e dimensionados oficialmente, pois esse tipo de memória é construída para se tornar oficial, conhecida e até reproduzida.

Considerando as atribuições aos historiadores das comemorações, sobretudo, para que estejam atentos às construções dos atos comemorativos, suas convergências e divergências, bem como as disputas e alianças, visto que as comemorações devem ser tomadas como momentos importantes para o exame das relações de poder, das contradições e relações sociais e dos projetos de lembrar e esquecer, cabe nesse tópico, em linhas gerais, conhecer as intenções dos institutos históricos da Amazônia como participantes ativos dos processos comemorativos no campo da História na região, concedendo atenção ao papel de suas revistas no processo, sobretudo as revistas selecionadas. Elas representam momentos-chave das comemorações pelos institutos e servem como exemplos para se compreender o papel e as intenções nas comemorações ditas históricas.

Com relação ao Instituto histórico do Pará, nota-se uma tradição comemorativa, conforme já foi discutido no capítulo 2, seguindo a tradição do IHGB, visto que várias datas, acontecimentos e sujeitos passaram a ser tidos como dignos de lembrança nas reuniões ordinárias desse instituto. O Instituto Histórico e Geográfico paraense desde a sua reinstalação, em 1917, parece ter feito das datas comemorativas um dos principais pontos de visibilidade junto à sociedade amazônica e nacional, demonstrando a estratégia historiográfica de inserir a Amazônia na história da nação brasileira, fazendo a operação de conectar o calendário de comemorações cívicas e patrióticas nacionais à Amazônia, a exemplo do próprio momento em

⁴⁰⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História**. São Paulo: **Intermeios**, 2019. p. 179.

que o instituto foi reinstalado, em 1917, por ocasião das comemorações do centenário da Revolução Pernambucana de 1817, que aos olhos dos membros do IHGP à época, teria influenciado diretamente nas proclamações da independência e República, no Brasil, respectivamente. O presidente, Ignácio Moura, em seu discurso buscou evidenciar as históricas ligações entre paraenses e pernambucanos, como a própria fundação do Pará, além do combate aos holandeses pelas duas comunidades.

Deve-se considerar que o IHGP era reinstalado sob influência de uma das maiores lideranças republicanas paraenses, inclusive responsável pela primeira fundação do Instituto em 1900, o militar Lauro Nina Sodré, que ocupava o cargo de governador do Estado, em 1917. Não é trivial que a maioria das comemorações, no âmbito do IHGP, era de conotações militares e, sempre que possível, com algum viés histórico relacionado ao republicanismo, a exemplo da Revolução de 1817, em Pernambuco. Embora a revista do IHGP de 1917 não tenha apresentado artigo específico sobre aquele evento, a comemoração da data já se constituía em significado de forte expressão.

Em 1920 o IHGP passou a comemorar o Jubileu da Paz com o Paraguai, enfatizando mais uma vez um conflito militar, com ações como a inauguração de uma galeria militar a ser organizada pelos sócios Theodoro Braga e Braga Ribeiro⁴⁰⁵, e outras cerimônias. Nos festejos da vitória brasileira na Guerra do Paraguai, ocorreu uma forte mobilização no IHGP no sentido de impulsionar a sociedade local para a comemoração, inclusive contando com expressiva participação de setores militares, oportunidade em que, em meio às festividades, foi inaugurada a estátua do general paraense Hilário Maximiano Antunes Gurjão, morto nos campos de batalha da Guerra. As homenagens ao general foram o ponto auto daquele momento, visto que interessava ao instituto inserir a participação da região na história nacional. Nesse caso, se produzia a memória de um “herói” da Guerra. Nem sempre as comemorações estavam presentes nas páginas da revista do IHGP, algumas hipóteses são levantadas: a importância do acontecimento e as potencialidades históricas relacionadas à Amazônia e ao Pará; membros do instituto com identificação e tempo para escrever sobre determinado assunto em específico, visto que muitos intelectuais atuavam em várias funções além de se dedicarem ao mundo letrado; o próprio tempo da publicação da revista, que nem sempre poderia aguardar o período necessário para autores escreverem seus textos.

Em 1922, ano do centenário da independência brasileira, o IHGP buscou novamente assumir um protagonismo nas comemorações alusivas à data “magna” da nação brasileira.

⁴⁰⁵ ESTADO DO PARÁ. Jubileu da paz com o Paraguai. Belém, 26 de novembro de 1920.

Nessa efeméride foi desenvolvida uma série de ações, como sessões, busca pela publicação de obra específica e um número da revista dedicado à independência do Brasil, a partir da antiga província do Grão-Pará. A estrutura textual desse número da revista do IHGP buscava tematicamente contemplar os momentos antecedentes à independência no Grão-Pará, o processo de independência e a adesão da Província, bem como a sua organização após a independência. Duas linhas de discussão chamarão a atenção: primeiro, a independência do Brasil vista a partir dos municípios do interior paraense: texto de Augusto Côrrea, sobre a cidade de Bragança, outro texto de Palma Muniz sobre Maracanã e o texto a independência nos municípios do interior, de autoria de Luiz Lobo; segundo a história militar realçada nos textos, seguindo a tradição de temas da área militar no instituto.

Cabe ressaltar que essa perspectiva de textos que contemplavam o tema da independência a partir do interior do Estado era resultado de instrução do próprio IHGP, pois o instituto solicitara ao Governo do Estado do Pará que recomendasse a criação de conselhos municipais e que fossem realizadas sessões especiais com o tema do centenário da independência do Brasil. Essa perspectiva reforçava a necessidade do instituto em garantir que a efeméride fosse realmente festejada a partir do Pará, interiorizando a discussão. Nas teses que deveriam ser publicadas na revista do IHGP (número especial sobre a independência), o primeiro secretário do instituto, Palma Muniz, recomendava, entre as demais teses, os seguintes temas: “a adesão dos municípios à independência; a ação do Cônego Batista Campos na independência; manifestações do nativismo antes e depois da independência; relações do Governo do Grão-Pará com as metrópoles portuguesa e brasileira nas lutas pela adesão”.⁴⁰⁶

Entre as teses publicadas na revista do ano de 1922, cita-se a escrita por João de Palma Muniz, com o título *A adesão do Grão-Pará à independência*, na qual o autor analisa a atuação do Grão-Pará no movimento constitucionalista de 1821. Esse artigo chama atenção pela maneira como o autor justificou a citada adesão, tendo em vista que, praticamente, o Pará foi a última província a aderir à independência do Brasil, pois, segundo Ricci, “[...] o antigo Grão-Pará parecia estar à margem da maior parte das mudanças que constituíram o Brasil”. Ainda segundo a autora, “voltando ora para Portugal, ora para o Caribe, ora para Goiás, ora para o Maranhão, construiu, paulatinamente, uma sociabilidade e política interna quase que à revelia da administração de Salvador ou do Rio de Janeiro”⁴⁰⁷. Essa, em resumo, era a situação do

⁴⁰⁶ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.** Ano VI. N.º IV. Belém, 1922. [s. p.].

⁴⁰⁷ RICCI, Magda Maria de Oliveira. O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo Império. In: GOMES, Flávio Santos (Org.). **Os Senhores dos Rios.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003. p. 192.

Grão-Pará na época da independência do Brasil e para amenizar a tardia adesão paraense ao projeto político a partir do Rio de Janeiro, Palma Muniz justificava que:

Apezar de moroso em attender o brado de 7 de Setembro, de difícil audição, pela enorme distancia entre o Ypiranga e as margens [sic] valle do grande rio Amazonas, echo temporizado ainda pela prepotência portuguesa, que tudo assoberbava, pôde, entretanto, orgulhar-se o Grão-Pará de haver dado, por primeiro, no Brasil, o formidável abalo inicial nas multisseculares columnas absolutistas do throno português, levando a efeito a revolução constitucionalista de 1º de janeiro de 1821.⁴⁰⁸

Observa-se nas palavras de Palma Muniz uma argumentação que reforça a pretensão regional de intergrar-se à nação e nota-se uma clara justificativa para que a Amazônia passasse a ocupar um dos primeiros lugares no panteão de eventos-chave para a independência brasileira, como se pode verificar na alusão à causa constitucionalista portuguesa de 1821, movimento que no Pará teve à frente o paraense, com trânsito em Portugal à época, Felipe Alberto Patroni, que traduziu naquele momento o movimento vintista português, cujos liberalismo e crítica ao despotismo apareciam como ideias principais, além da defesa da constituição fundadora de Portugal. Pautar a primazia paraense no movimento vintista ou constitucionalista era, como disse o próprio Palma Muniz, ancorar os paraenses na defesa das liberdades e contrários ao absolutismo. Logo, o tom de exaltação da narrativa histórica não deixava margem para se perceber as lacunas e tensões relacionadas ao movimento vintista. Como bem lembrou Coelho (2009), o liberalismo possui limites e nem sempre carregou o princípio da descontinuidade, pois o vintismo, apesar do seu núcleo progressista, apresentava contradições, tais como:

[...] Alimentava uma máquina de franca identidade colonial no tocante ao comércio com o Brasil. Sem falar, ainda, que a medular dependência da burguesia comercial portuguesa ao Estado reproduzia, modernizado, um discurso mercantilista francamente conflitante com o ordenamento econômico do tempo, o que pode iluminar as contradição que estavam na origem da própria revolução de 1820 [...].⁴⁰⁹

Observa-se, nesse caso, que os discursos comemorativos são feitos para unir e convencer, narrativas celebrativas que dispensam contradições em nome daquilo que gera sentimentos de patriotismo e identidade em determinada sociedade. Todo esse movimento de

⁴⁰⁸ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.** Ano VI. N°. IV. Belém, 1922. [s. p.]

⁴⁰⁹ COELHO, Geraldo Mártires. **O espelho da natureza.** Belém: Paka-tatu, 2009, p. 127.

construção da memória regional voltada para a memória histórica nacional visava não somente incluir a participação paraense no evento do movimento vintista português e seus reflexos na conjuntura brasileira, mas, também, visava construir seus heróis, elevar personalidades, visto que a concepção de história para esses homens de letras dos institutos históricos era pautada na ação de grandes homens. Era preciso, pois, inserir algum nome paraense na galeria de homens importantes do processo de independência do Brasil. Assim, o texto de Palma Muniz buscou conduzir Felipe Patroni a esse lugar. O autor recorreu à historiografia do Grão-Pará do século XIX e à historiografia brasileira para tentar provar que Patroni foi incontestavelmente uma figura importante para o movimento vintista e para o discurso liberal no Pará e, portanto, no Brasil e em Portugal.

Além disso, conforme Palma Muniz, ao consultar os autores regionais (Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva, Antonio Ladislau Monteiro Baena e Domingos Antonio Raiol), somente o primeiro autor desconsiderava o fato de Patroni ter sido um dos mais destacados do movimento insurrecional de 1821, fato que seria confirmado com a consulta a autores nacionais, como Gomes de Carvalho e Francisco Adolfo de Varnhagen. O embasamento historiográfico permitiu a Palma Muniz concluir seu texto posicionando o Pará na condição de criador das condições políticas do movimento de independência do Brasil, pois, ao citar Oliveira Lima, evidenciava que:

Os acontecimentos de Portugal, uma vez divulgados, produziram no Brasil, juntamente com a efervescência liberal, consequência daquele movimento constitucional, um alastramento da tendência emancipadora e separatista.⁴¹⁰

Outro exemplo das comemorações de efemérides e da busca pelo lugar do Pará e da Amazônia na história do Brasil pode ser visto na Revista do IHGP de 1936⁴¹¹, cujo número se destaca por representar vários aspectos da historiografia amazônica. A revista de 1936 foi dedicada ao tema da Cabanagem, tendo como comemoração oficial o centenário desse acontecimento, mas, na verdade, comemorava-se os cem anos do retorno da “volta da legalidade na província do Pará”, ou seja, a retomada da província pelas forças oficiais do governo e o fim do governo dos povos cabanos. Nota-se que a memória da Cabanagem, diante da comemoração centenária, produzia um sentimento nativista elitizado, ou seja, festejava-se a vitória das forças policiais, governamentais em detrimento dos povos cabanos, demonstrando, assim, que o regionalismo histórico proveniente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, compartilhado

⁴¹⁰ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.** 1922, p.17.

⁴¹¹ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.** Vol. X. Belém: Gráficas do Instituto Lauro Sodré. 1936.

por vários outros setores da sociedade paraense como a imprensa e a Igreja Católica, possuía um de viés oficial e até elitista, embora o termo “centenário da Cabanagem” confundisse as mentes menos avisadas sobre os reais interesses na comemoração.

É interessante perceber a complexidade da produção de um tipo de história pátria regional, por parte do Instituto Histórico paraense e demais setores da elite do Estado, visto que à medida em que as comemorações destacaram a figura de Francisco José de Sousa Soares de Andrea, oficial alheio à província que foi enviado pelo governo imperial ao Pará para reestabelecer a ordem, de naturalidade portuguesa e responsável pelo governo da província entre 1836 e 1839, bem como pelo combate violento aos cabanos, já que também ocupou o cargo de Comandante das Armas da Província. Percebe-se que essa pretensa história pátria regional revelava a necessidade, cem anos depois, da reafirmação da visão da elite paraense sobre o movimento cabano, sobretudo, na manutenção da ordem e da deslegitimação do movimento revolucionário, constituído por populações tradicionais da região.

Por outro lado, surgiam celebrações para líderes cabanos, como Eduardo Angelim, denotando a complexidade citada. A evocação tanto do general Andrea, quanto do líder Angelim, representam um tipo de memória e narrativa oficiais que revelam uma historiografia comprometida com a história dos grandes homens, dos sujeitos ditos importantes, pouco atenciosa com os povos, com o popular. Nesse caso, a História é resultado dos “homens importantes” e dos “fatos históricos” decorrentes da presença de tais sujeitos. A data, como elemento importante nesse tipo de historiografia, era 1836, justamente a da retomada dos poderes oficiais no Pará. Logo, a memória e história que se construía possuía a prevalência da ordem oficial.

Ainda com relação à ambiguidade das comemorações da Cabanagem, deve-se notar que o Instituto Histórico do Pará realizou uma sessão, em 1936, para celebrar duas circunstâncias relacionadas à Cabanagem: o centenário da pacificação do Pará e a memória dos cabanos, sobretudo, resumidos na figura do líder Angelim, sublinhando-se que “lutavam pela independência da Amazônia”. Nesse ponto, emergia a outra face das comemorações: o apelo ao sentimento nativo regional, o qual reavivava o patriotismo paraense, a bravura dos homens do Norte em lutarem por uma causa política. Contraditoriamente, o mesmo instituto histórico que avalizou as comemorações do centenário da Cabanagem a partir da data de derrota dos cabanos e o retorno da “legalidade na Província”, passava a exaltar um chefe cabano e os “caboclos paraenses” que lutaram no movimento revolucionário. Nessa sessão, o presidente do instituto, desembargador Jorge Hurley, conduziu o discurso principal exaltando Angelim e os caboclos paraenses. Em dado momento de sua fala, Hurley destacou, ainda, o patriotismo, a

resistência e a bravura dos cabanos frente a uma luta desigual, alçando-os como heróis e frisando que Angelim teria assumido posição semelhante a um dos líderes da Farroupilha, no Rio Grande do Sul.

Essa situação permite aventar que, possivelmente, existiam posições divergentes e/ ou ambíguas dentro do próprio instituto sobre qual versão da Cabanagem deveria ser narrada, pois, na sessão aludida acima, Hurley demonstrou sua interpretação dos acontecimentos a partir de uma aproximação com o campo cabano, mas ao representar o instituto em solenidade no Palácio do Governo, em homenagem aos generais Francisco Soares de Andrea e Couto de Magalhães – o primeiro reconhecidamente condutor do enfretamento contra os cabanos –, Hurley “proferiu eloquente discurso, traçando a biographia de cada uma daquelles homens notáveis”, ou seja, pelo tom da reportagem do jornal *Folha do Norte*, o desembargador adotou outro tom em sua fala.⁴¹² Hurley considerou Andréa um pacifista, probo e justo, colocando-o no panteão dos heróis da Cabanagem no Pará. No Teatro da Paz, o Instituto Histórico do Pará juntamente com a Academia Paraense de Letras e o Instituto Carlos Gomes realizaram, nesse mesmo ano de 1936, a “Noite de Andréa”, uma celebração ao general que, segundo as elites paraenses, teria trazido o Pará novamente à legalidade.

Além disso, ainda no mesmo ano, o Governo do Estado enviou nota à imprensa paraense para convidá-la a tomar parte na festa organizada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará para comemorar o “primeiro centenário do reestabelecimento do governo legal no Estado, então província do Pará [...]”⁴¹³. Ou seja, a ambiguidade marcou a posição do Instituto Histórico do Pará em relação ao centenário da Cabanagem, pois, de um patriotismo brasileiro e de outro o patriotismo paraense, ou seja, as comemorações foram designadas no Pará pelo Governo do Estado e esse adotou a narrativa oficial da retomada da legalidade pelas forças governamentais; por outro lado, apesar de ter sido incumbido pelo mesmo governo para organizar as comemorações e reproduzir as celebrações oficiais, especialmente celebrando a memória do general Andréa, o IHGP, por meio de seu presidente, também ensaiou homenagear os cabanos paraenses, ensejando o patriotismo local.

Não é por acaso que a revista do Instituto Histórico do Pará, do ano de 1936, possui quase trezentas páginas dedicadas à Cabanagem e com a autoria de Hurley. Ainda de sua autoria, encontra-se a reprodução de uma conferência proferida pelo presidente do IHGP no Rio Grande do Sul, em 1935, por ocasião da Guerra dos Farrapos. Hurley intitulou seu discurso de “Farrapos e Cabanos”, buscando a todo tempo, no texto, equiparar gaúchos e paraenses como

⁴¹² **FOLHA DO NORTE**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. 1936, p. 304.

⁴¹³ *Ibidem*, p. 305.

bravos heróis da pátria brasileira, a começar por evidenciar que os gaúchos lançaram, durante a Farroupilha, a ideia de República, que no futuro tão bem foi implantada no Brasil, mas que na época imperial, foi vista de forma negativa pelas autoridades daquele momento; por outro lado, afirmava que os paraenses, com a Cabanagem, participaram do mesmo ciclo de lutas políticas irmãs e que possuíam as mesmas razões dos gaúchos para o estabelecimento da luta. Com isso, projetava os cabanos como importantes para a história do Brasil, pois segundo o historiador, gaúchos e paraenses lutavam, em suas guerras locais, em favor da independência do Brasil e contra os restauradores da ordem colonial. Nesse caso, a versão de Hurley caminhou para restringir o momento cabano no Pará apenas a uma versão independentista, de paraenses em prol da pátria brasileira, não destacando os aspectos separatistas, autonomistas e de conflitos com o governo central à época.⁴¹⁴

Cabe notar no discurso de Hurley, que um dos aspectos ressaltados era justamente a inserção da Cabanagem no panteão de eventos nacionais, pois é pertinente às posturas regionalistas ou das identidades estaduais a busca por fazer a região ou o Estado presente na nação, denotando sua importância, pois, uma luta constante dos regionalismos é contra a invisibilidade que determinada região possui diante do conjunto nacional. Desse modo, por ocasião da inauguração da estátua do general Andréa, na Praça D. Macedo Costa, em Belém, o jornal *Folha do Norte*, ao fazer menção a construção da estátua pela Prefeitura de Belém, noticiava em relação ao prefeito da cidade que:

Elle quis aprovar de maneira insofismável a ideia meritosíssima do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, de levantar o nível de conflito dos cabanos paraenses aos de tantos outros que se celebram e exaltam nos Estados da União Brasileira, e nem elle é menos importante de que a balaiada no Maranhão, a guerra dos Mascates, a Abrilada, a Rebelião Praieira em Pernambuco, a Farroupilha, no Rio Grande do Sul e muitas outras.⁴¹⁵

Observa-se nessa notícia que o planejamento do IHGP era “levantar o nível de conflito dos cabanos paraenses aos de tantos outros que se celebram e exaltam nos Estados da União Brasileira”. Logo, essa ação denota o regionalismo histórico do instituto.

Um dos pontos que se deve destacar no discurso de Hurley, publicado na revista do instituto, de 1936, é a sua visão sobre os sujeitos históricos ainda pouco vistos pela historiografia, como os povos cabanos, especialmente os caboclos e as mulheres, pois justificava que “até hoje, não só nos livros, como na tradição, ainda não fez a devida justiça aos

⁴¹⁴ Ibidem, p. 328.

⁴¹⁵ Ibidem, p. 300.

cabanos”.⁴¹⁶ Em seu texto, citando o historiador Domingos Antonio Raiol, abriu espaço para uma poesia cabana de um popular da cidade de Vigia, bem como destacou a participação de mulheres na Cabanagem, mencionando a criação de uma sociedade de mulheres cabanas, denominada “Novas Amazonas”, que teriam jurado amor à pátria e à liberdade:

Como Annita Garibaldi no Sul nós, no Pará, tivemos também as nossas heroínas, que surgirão illuminadas quando a verdadeira historia da Cabanagem aparecer. Vendo as senhoras paraenses perigar, pela opressão dos governos e commandantes das armas, os direitos e a liberdade de seus concidadãos e bem assim a segurança da Independencia, pela forte propaganda que aqui se fazia do partido *caramuru*, fundaram, em fins de dezembro de 1883, a sociedade das “Novas Amazonas” ou “Illuminadas”.⁴¹⁷

A postura em relação a outros sujeitos da Cabanagem, para além dos “grandes homens”, também foi adotada pelo vice-presidente do instituto, em 1936, Avertano da Rocha, por ocasião de um discurso de sua autoria e transmitido em ondas curtas do rádio. Ao tratar da Cabanagem pelo prisma da participação de sacerdotes no acontecimento, também relacionou o evento à consolidação da independência do Brasil – ligando assim os acontecimentos no Pará à história brasileira – e passou a confrontar a própria historiografia da Cabanagem por não conceder visibilidade aos cabanos, afirmando: “a história da Cabanagem ainda não está entre nós devidamente julgada”⁴¹⁸. Aprofundando a crítica, Rocha mencionava que “dos bravos feitos dos cabanos, aparecem apenas os resultados da anarchia que empolgou a terra paraense [...]”⁴¹⁹. O autor parece incomodado com o destaque dado somente a história dos grandes sujeitos e demonstrava a própria ambiguidade comemorativa do IHGP, esclarecendo que:

É nosso dever, pois, commemorarmos alegremente a volta do Pará ao regime de legalidade, celebrando os heróis que se distinguiram nesta formidável epopeia.
Mas também é um dever de justiça a nossa homenagem ao cabano que tudo soffreu, que tudo affontou em defesa dos ideaes”.⁴²⁰

Essa posição perante a história da Cabanagem, adotada por Avertano da Rocha, conduzia o autor ao encontro do “homem cabano”, que também passou a ser exaltado como forte, bravo, resignado e seguro de suas convicções, conforme o autor (“homem indomável, eu te saúdo”). O tema do homem da Amazônia foi recorrente nas produções dos institutos

⁴¹⁶ Ibidem, p. 329.

⁴¹⁷ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. 1936, p. 330.

⁴¹⁸ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. 1936, p. 353.

⁴¹⁹ Idem.

⁴²⁰ Ibidem, p. 354.

históricos da região e não deixou de aparecer no trato de acontecimentos específicos, como a Cabanagem. Tudo indica que Rocha não falava isoladamente apenas do homem cabano, mas que tratava de realçar a figura do amazônico, haja vista que, no século XX, a intelectualidade da Amazônia buscava ensaiar escritos que contrariavam as antigas representações do homem amazônico, tido como “selvagem, indolente e incivilizado”, imagens estereotipadas que foram produzidas na esteira da vinda de cientistas, naturalistas e viajantes, em sua maioria estrangeiros. Edir Augusto Pereira esclarece sobre esse novo momento de construção das representações amazônicas:

Os ensaístas brasileiros e amazônidas, particularmente, ensaiam um relativo contraponto a essas representações eurocentradas dos povos e do espaço amazônico, a partir do início do século XX, desenhando uma nova cartografia para as representações da Amazônia brasileira, constituindo as primeiras manifestações de um discurso “regional” [...].⁴²¹

A tese de Edir Pereira é que entre o final do século XIX e meados do século XX, a produção ensaística amazônica participou das tensões, conflitos e lutas de representações sobre a Amazônia e embora tenha reproduzido estereótipos colonizadores, operou certa ruptura com as representações “estrangeiras”, muito em função de ter buscado atribuir à Amazônia um “sentido nacional”,⁴²² ou seja, para se definir e representar a dimensão regional se fez necessário relacioná-la com nação brasileira, missão, inclusive, claramente levada adiante pelo IHGP, como se pode ver nos exemplos citados das produções de intelectuais como Jorge Hurley e Avertano da Rocha.

Além do mais, essa relação com a nação foi buscada pela historiografia amazônica dado um fator importante: o território que hoje é a Amazônia nem sempre foi pertencente ao Brasil, visto que por muito tempo foi uma colônia portuguesa diretamente subordinada à Lisboa, sendo que somente após 1822 viria a se tornar oficialmente uma província brasileira. Assim, a fundação de uma História da Amazônia ligada a História nacional necessitava de uma questão fundamental: a tentativa de atrelar as origens da região à fundação do Brasil, como se verá adiante.

⁴²¹ PEREIRA, Edir Augusto Dias. **Ensaio de Amazônia**: representações espaciais da região no ensaísmo brasileiro. Niterói: Eduff, 2016. p. 33

⁴²² Idem.

3.4 Narrativas de fundação: a busca pelas origens da Amazônia

As três primeiras edições da revista do IHGP, publicadas em 1900, trazem, ao lado dos discursos comemorativos do quarto centenário do descobrimento do Brasil, um quadro intitulado *Monographias Paraenses: os exploradores da Amazônia*. Nele, Arthur Vianna, um dos membros fundadores do IHGP e da Academia Paraense de Letras, publicou um longo artigo, durante as três edições (volumes I, II e III), intitulado *Os exploradores da Amazônia*, em que buscou fundar as bases da História da Amazônia, analisando as principais teorias acerca do processo de colonização e descoberta do rio Amazonas. Assim, realizando uma análise histórica das várias teorias apresentadas pelos historiadores franceses sobre a possível presença greco-fenícia no Vale do Amazonas, Vianna inclina-se pela via da documentação, afirmando que “a história exige, para subsistir, dados mais sólidos”⁴²³:

Das presumidas viagens dos phenicius aos fins do século XV, não há para todo o valle do Amazonas um resquício de historia a lampear na profunda noite d’esse passado insondavel⁴²⁴.

Des Marquetz confessa que se baseou em documentos privados, que até hoje permanecem desconhecidos. Como, pois, assentar a narração sobre a frágil base de um único testemunho? Perdidos os documentos a que se refere o historiador normando, a inconsistência da descoberta francesa é manifesta; todos os requisitos históricos faltam por completo.⁴²⁵

Esse autor trouxe uma série de colaborações para a História do Pará, publicando um conjunto de obras que ajudaram a solidificar nas primeiras décadas republicanas o campo historiográfico da região. Como um assíduo leitor dos teóricos europeus, e à frente da Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará, Arthur Vianna, organizou, segundo Ricci (2014), um dos maiores acervos de livros e documentos da região amazônica, sendo um autor fundamental, ao lado de João de Palma Muniz e Henrique Santa Rosa, para a nova “guinada historiográfica republicana no Pará”.⁴²⁶

Assim, ao longo das obras, ao dissertar sobre a formação histórica da Amazônia, Arthur Vianna delineia um novo lugar para a região na história do Brasil, tornando-a central, em especial o Pará, no processo de exploração do território. Contrariando, portanto, as teorias

⁴²³ VIANNA, Arthur. *Monographias Paraenses: os exploradores da Amazônia*. **Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Pará**, Tipografia: Imprensa Official, Belém, v. 1, p. 48.

⁴²⁴ Idem.

⁴²⁵ Idem.

⁴²⁶ RICCI, Magda. Os primeiros livros didáticos republicanos de história do Pará: o patriotismo e a construção da memória. In: HENRIQUE, Marcio Couto. (org.). **Diálogos entre História e Educação**. Belém: Editora Açafá, 2014. p. 19.

francesas de colonização da Amazônia, Vianna atribui em suas obras e no artigo já mencionado, um lugar de destaque para os espanhóis, dedicando, de forma inovadora a esses, e não aos portugueses, o título de primeiros descobridores da Amazônia, e por conseguinte do Brasil:

A flotilha navegou sempre á vista de terra e chegou em 5 de Abril de 1500, a um cabo que Pinson denominou São Vicente [...] sendo esta a ultima terra do Brasil descoberta pelo denodado marinheiro. Eis, em resumo, a descoberta das terras do Pará, que a tradição registrou; Vicente Pinson obteve d'este modo a dupla gloria de figurar nos fastos geraes do Brasil e na historia particular do Pará, como seu verdadeiro descobridor; em face da chronologia, a sua viagem fórma o primeiro marco da historia brasileira⁴²⁷.

A busca pelas origens da Amazônia tornou-se uma prática frequente entre os historiadores amazônicos e as narrativas históricas, com seu teor científico, tornaram-se essenciais para a construção de um passado comum que unisse em um único lugar as efemérides amazônicas. Além do que, a busca pelas origens revela a intenção de forjar a própria História da Amazônia, pois, era preciso buscar os fatos e mitos de origem para poder garantir sua presença marcante na história do Brasil, pois, por muito tempo a área amazônica não fez parte da história do país, pois era separada do Brasil e ligada diretamente a Portugal, como já citado nessa tese.

As narrativas fundadoras e os mitos de origem serviam como balizas para a institucionalização de um sistema de valores que buscava forjar uma história oficial amazônica com um passado na nação e ao mesmo tempo uma identidade para a região. Nesse caso, a identidade em construção estava fortemente atrelada aos valores europeus, e, por mais que os portugueses não tivessem sido os primeiros a pisarem em solo amazônico, foram, segundo Vianna, os responsáveis pela “civilização” dos povos indígenas locais, por meio da catequização jesuítica, havendo, de acordo com o autor, exploração e tensões no processo de colonização, o que demonstrava uma nova leitura das narrativas luso-tropicalistas referentes à colonização amazônica.

As narrativas, pautadas no método positivista buscavam construir um imaginário épico de aventuras, recriando para o leitor as imagens das expedições e dos “atos de heroísmos e bravuras” desempenhados pelos personagens. Assim, ao descrever as cenas da colonização do Pará, por exemplo, Vianna disserta com detalhes os passos dos acontecimentos, como podemos observar na citação a seguir, que embora seja longa, se faz necessária:

⁴²⁷ VIANNA, Arthur. Os exploradores da Amazônia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, RIHGP, Belém, 1900, v. 1, p.51.

[...] Conquistando o Maranhão aos franceses, organizou Alexandre de Moura a expedição destinada á conquista e colonização do Pará, e deu-lhe para chefe o capitão Francisco Caldeira Castello Branco. O contingente contava duzentos homens pouco mais ou menos, dos quais cento e cinquenta eram soldados afeitos ás guerras com os índios, e os restantes officiaes, interpretes indígenas, etc. Embarcou-se a tropa expedicionária no dia 25 de dezembro de 1615, em uma caravela, um patacho e um lanchão [...] seguindo sempre a costa, [...] depois de transporta a bahia de Santo Antonio, entraram na bahia do Guajará. Mostraram-se os tupinambás pacíficos e decididos a auxiliar os portugueses, pois ás salvas de artilharia, com que Castello Branco annunciára a sua chegada e seu poder nas armas, tinham respondido com uma linguagem cambalistica e amigável, convidando os viajantes a desembarcarem. Effectuando sem contratempo o desembarque, em fins de janeiro ou princípios de fevereiro de 1616 [...] deliberou aproveitar as disposições favoráveis do terreno, construindo um forte, que devia servir de abrigo aos colonos, em caso de ataque. Sem recursos para levantar uma bôa fortificação, limitou se a fazer de madeira o forte, que recebeu o nome de Presepio, em recordação do dia da sahida dos expedicionários para a sua honrosa empresa. Francisco Caldeira tratou então de erguer abarracamento para a sua gente, lançando d'este modo as humildes bases da povoação de Nossa Senhora de Belém, que colocou sob o patronato de Nossa Senhora da Graça, venerada em uma pequena capella, erguida dentro do forte.⁴²⁸

Assim, a história da fundação de Belém elaborada por Vianna, caracteriza-se como uma descrição, uma narrativa sequenciada, cronológica e engrandecedora dos acontecimentos presentes na documentação. Colocando em evidência os “heróis” da colonização, destaca os “feitos”, de personagens como Francisco Caldeira Castelo Branco e Pedro Teixeira, evidenciando as atitudes desses frente ao projeto colonizador. Ao narrar as expedições comandadas por Pedro Teixeira, por exemplo, expõe os fatos de forma a monumentalizar essa personagem, afirmando que “este mesmo Teixeira, que tão relevantes serviços havia já prestado e que tantos prestaria ainda, de modo a fazer jús ao posto de heróe mais saliente na conquista do Pará, teve a glória de ser o primeiro a penetrar no bello Tapajós”.⁴²⁹

Manuel Braga Ribeiro, historiador do IHGP, também destaca em seu discurso de celebração da morte de Pedro Teixeira publicado na revista do IHGP⁴³⁰, as aventuras dessa personagem, que, segundo ele, “atravessou os cinco primeiros lustros de nossa história colonial sempre aorelado pela nobreza de suas acções e pela gloria de suas façanhas”⁴³¹. Desse modo,

⁴²⁸ VIANNA, Arthur. *Monographias Paraenses: os exploradores da Amazônia*. **Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Pará**, Tipografia: Imprensa Official, Belém, v. III, p. 289-291.

⁴²⁹ VIANNA, Arthur. *Monographias Paraenses: os exploradores da Amazônia*. **Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Pará**, Tipografia: Imprensa Official, Belém, v. III, p. 299.

⁴³⁰ RIBEIRO, Manuel Braga. **Pedro Teixeira**: esboço biográfico, 1920, p. 263. Discurso lido em sessão solene do IHGP em 04 de junho de 1919 e publicado na revista do IHGP em 1920.

⁴³¹ Idem.

Pedro Teixeira personificava o lugar de herói, representando um personagem mítico da expedição colonizadora na Amazônia, lembrando-nos o apego dos historiadores amazônicos à *história magistra vitae*, devendo a História imortalizar os sujeitos que pudessem servir como “fonte de exemplos para a vida”.⁴³²

A escrita da História elaborada pelos membros do IHGP, portanto, ao mesmo tempo que instituíam um marco zero para a história da região, fundando as datas, os fatos e as personagens principais da história amazônica, também instituíam sua própria história, como historiadores oficiais das narrativas locais, estabelecendo o instituto como espaço autorizado a falar sobre a fundação da região. A História da Amazônia elaborada por esses historiadores, contudo, era realizada segundo os métodos historicistas, privilegiando a história política e militar presente em documentos oficiais, fruto de um passado glorioso repleto de grandes homens, fabricando, desta forma, os heróis da história local, na busca por instituir os exemplos para seus leitores.

Outras narrativas colonizadoras estão amplamente presentes nas revistas do IHGP na primeira metade do século XX. Theodoro Braga, por exemplo, em artigo publicado na edição de 1932⁴³³, intitulado *Assuntos da história do Pará*, busca esclarecer alguns “pontos ainda obscuros em torno do início histórico da Cidade de Nossa Senhora de Belém do Grão Pará”⁴³⁴:

O primeiro diz respeito á data da chegada da expedição portuguesa ao rio Pará, sob o commando do capitão-mor Francisco Caldeira de Castello Branco, com o fim predeterminado da imediata e eficaz fundação do núcleo para a sede e Capitania do Grão Pará. O segundo refere-se á vinda de elementos religiosos fazendo parte integralmente da referida expedição em carácter official, com o fim de socorrer as almas dos expedicionários e de catechisar os selvícolas da região a que vinha a expedição colonizadora.⁴³⁵

No artigo, o historiador paraense, membro fundador do IHGP, busca defender a tese de que teria ocorrido a fundação de Belém a 12 de abril de 1616, buscando reafirmar, a partir da apresentação de um documento que, segundo ele, colocaria por terra todas as teorias especulativas acerca da fundação da “cidade guajarina, capital do Pará”⁴³⁶. O documento referia-se a uma “carta datada de Lisbôa de 4 de setembro de 1616 e escrita pelo acerbispo de Lisbôa, então no governo do vice-reinado de Portugal, a D. Luiz de Souza”⁴³⁷, na qual estaria

⁴³² KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC-Rio, 2006, p. 42.

⁴³³ BRAGA, Theodoro. Assunptos da História do Pará. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, RIHGP, Belém, 1932, p.78.

⁴³⁴ BRAGA, Theodoro. Assunptos da História do Pará. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, RIHGP, Belém, 1932, p.81.

⁴³⁵ Idem.

⁴³⁶ Idem.

⁴³⁷ Ibidem, p. 82.

esclarecida a data da fundação da cidade de Belém do Grão Pará pelo capitão-mór Francisco Caldeira de Castelo Branco, restando apenas localizar “o original da carta deste capitão, datada de 12 de abril de 1616, e onde o chefe da jornada dá conta de sua chegada ao rio Pará e da conseqüente fundação da fortaleza”.⁴³⁸

Havia, portanto, uma batalha entre os historiadores paraenses na busca de construir as raízes da história do Pará e nessa luta venceriam os historiadores que melhor apresentassem suas argumentações, baseadas em documentos e fruto de longas pesquisas em arquivos regionais, nacionais e internacionais. No caso de Theodoro Braga, esse menciona ter encontrado a citada documentação no Museu Paulista, com o auxílio de Affonso Taunay, filiação historiográfica que servia para legitimar suas argumentações. No que se refere à presença ou não de religiosos na expedição de Castello Branco, Theodoro Braga afirma que:

Não se concebe que uma expedição do valor e do alcance da que commandava Francisco Caldeira de Castello Branco, que vinha ao Pará afim de permanecer definitivamente na conservação e defesa da praça que vinha de se fundar, deixasse de trazer, como um dos elementos primordiaes, um religioso sequer com o dever de assistir aos expedicionários e logo depois de cuidar dos selvicolas com que iam tratar os novos colonizadores.⁴³⁹

Após a má recepção por parte de alguns historiadores paraenses do quadro histórico *A Fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará*, apresentada em 1908, em função de o artista revisar algumas teorias acerca da fundação da capital paraense, a exemplo da representação do forte em pedra, e não em madeira, como defendia Arthur Vianna: “Sem recursos para levantar uma bôa fortificação, limitou-se [Francisco Caldeira de Castelo Branco] a fazer de madeira o forte, que recebeu o nome de Presepio, em recordação do dia da sahida dos expedicionários para a sua honrosa empresa”⁴⁴⁰. Theodoro Braga buscava desenhar outra imagem para a Amazônia, e para esse projeto seria necessário, de acordo com Figueiredo (2001), “fazer ruir algumas correntes e opiniões sobre vários tópicos que se ligam à fundação da cidade de Belém”⁴⁴¹.

⁴³⁸ Ibidem, p. 85.

⁴³⁹ Idem.

⁴⁴⁰ VIANNA, Arthur. Os exploradores da Amazônia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, RIHGP, Belém, 1900, v. III, p. 289-291.

⁴⁴¹ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **Eternos Modernos**: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2001. p. 89.

Além disso, de acordo com Figueiredo (2001), a pintura da tela de Theodoro Braga, juntamente com a publicação do livreto explicativo da imagem, por parte desse artista⁴⁴², representou o esforço do pintor-historiador em solidificar uma identidade amazônica, pois, “como uma espécie de episódio embrionário, o retrato da fundação de Belém era, por si só e por isso mesmo, um mito fundador da identidade nacional na Amazônia”⁴⁴³. Figueiredo considera que Theodoro Braga reescrevia a história pela pintura, pois revisava os escritos antigos e rerepresentava uma narrativa em imagem pictórica, visto que a narrativa de fundação do Brasil passava pela história do nascimento da capital do Pará.⁴⁴⁴

O fato de haver colocado dois religiosos na cena de fundação, em virtude dos pares de Theodoro Braga defenderem a tese de que o primeiro religioso teria chegado a Belém em outubro de 1618, sendo ele o padre Manuel Figueirôa de Mendonça. O historiador apresenta um longo dumento em seu artigo, pespectivando legitimar sua narrativa sobre a fundação. Tratava-se de uma “folha de pagamento annual, feita no Brasil, dos respectivos honorários, congruas e soldos aos funcionarios da justiça, fazenda, dos religiosos e militares em todo o Brasil, por capitania”⁴⁴⁵. Para Theodoro Braga, a “clareza transparente dos documentos citados”⁴⁴⁶, confirma que tudo se passou antes da chegada do mencionado padre, em outubro de 1618, não sendo ele, portanto, o primeiro religioso chegado a Belém do Grão Pará. Apresentados os documentos, “não valem commentarios”⁴⁴⁷, ou seja, para Theodoro Braga, no que se refere à fundação de Belém, vale a máxima positivista “os documentos falam por si”, isto é, a História “existe em si, objetivamente, e se oferece através dos documentos”⁴⁴⁸. A partir das reflexões realizadas acima, observa-se que a história construída pelos historiadores do IHGP na primeira metade do século XX, a exemplo de Palma Muniz, Arthur Vianna e Theodoro Braga, consistia em uma narrativa dos acontecimentos, que privilegiava a história dos eventos políticos e militares presentes na documentação, uma narrativa considerada imparcial e objetiva. Ao historiador caberia resgatar o fato histórico, de maneira passiva, “como o espelho reflete a imagem de um objeto, ou um aparelho fotográfico fixa a cena de uma paisagem,

⁴⁴² BRAGA, Theodoro. **A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará**: estudos e documentos para a execução da grande tela histórica pintada pelo autor e encomendada pelo benemérito intendente municipal de Belém. Belém: Secção de Obras d’A Província do Pará, 1908. 94p.

⁴⁴³ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Op. Cit. p. 87.

⁴⁴⁴ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. A tela e o fato: a invenção moderna e a fundação doo Brasil na Amazônia. In: FORLINE, Louis Carlos; MURRIETA, Rui Sérgio Sereni; VIEIRA, Ima Célia Guimarães (orgs.). **Amazônia além dos 500 anos**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 2006.

⁴⁴⁵ BRAGA, Theodoro. Assunptos da História do Pará. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, RIHGP, Belém, 1932, p. 86.

⁴⁴⁶ Ibidem, p. 89.

⁴⁴⁷ Idem.

⁴⁴⁸ REIS, José Carlos. **A História**: entre a Filosofia e a Ciência. São Paulo: Ática, 1996. p. 13.

reunindo um número suficiente de dados, presente em documentos seguros, e a partir daí, o registro histórico organiza-se e deixa-se interpretar”.⁴⁴⁹

No âmbito do IGHA, os historiadores manauaras também buscavam as raízes históricas da região, destacando os principais acontecimentos enaltecenedores de seus precursores. No artigo intitulado *Ajuricaba*, por exemplo, publicado pela revista do instituto em 1932, ano II, de autoria do sócio Manoel de Miranda Leão e dedicado a Arthur Cesar Ferreira Reis, observa-se um misto de narrativa fundacional, com a heroificação da figura indígena como marca da nacionalidade e a busca do passado histórico transmitida em linguagem positivista:

Ajuricaba é o expoente máximo da glória amazonense. Tudo o revela como um homem varonil: a sua energia máscula, a sua heroica temeridade, o seu caráter altivo e independente. Tudo nelle exalça o patriota: o amor á sua raça, o afeto ao seu torrão natal, o seu civismo a unificá-lo á sua nação. Elle é um modelo, é um exemplo. Na phraseologia de um talentoso escritor – foi elle o Ajuricaba – o unico amazonense das eras coloniais, que, coberto de gloria, ultrapassou os humbraes da lenda; nós, porém, certificamos que foi o único chefe indígena – que com altivez e denodo, melhor soube honrar a sua raça e glorificar a sua terra natal – o rio Negro.⁴⁵⁰

A narrativa do sócio Manoel de Miranda Leão busca responder uma disputa histórica de memória construída acerca do “lendário herói” da colonização amazônica, o guerreiro indígena Ajuricaba, e rememora o episódio das guerras portuguesas contra os índios Manao durante a primeira metade do século XVIII. De acordo com Décio Alencar Guzmán este “episódio dos conflitos entre os índios Manao e os portugueses ficou cristalizado na historiografia do início do século”, e destaca-se nas narrativas oficiais dos intelectuais do IGHA como um “episódio fundador da ocupação colonial do rio negro no século XVIII”⁴⁵¹. A *História do Amazonas*, de Arthur Cesar Ferreira Reis, publicada em 1931, um ano antes do texto de Manoel de Miranda Leão, traz em um de seus capítulos esta defesa pelo “herói indígena amazônico”, e tornou-se uma das obras representativas dos princípios do IGHA neste momento, escrita com base em alguns pressupostos metodológicos do IHGB, especialmente ao que confere ao patriotismo e civismo.

No capítulo *Ajuricaba*, publicado inicialmente na *Revista Redenção*, em Manaus, em

⁴⁴⁹ BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Lisboa: Publicações Europa/ América, 1983. p. 114.

⁴⁵⁰ LEÃO, Manoel de Miranda. *Ajuricaba*. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. 1932, ano II, volume II. p. 5.

⁴⁵¹ GUZMÁN, Décio Marco Antônio de Alencar. **História de brancos: memória, história e etno-história dos índios Manao do Rio Negro (Sécs. XVIII-XIX)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 1997. p. 123

27 de junho de 1931⁴⁵², Arthur Reis, dialogando a partir de fontes primárias e secundárias, a exemplo de cartas régias, diários de viagens, ofícios ao Governo Central, aos Annaes da Biblioteca e ao Archivo Público do Pará, e o documento elaborado pelo abolicionista Joaquin Nabuco acerca dos limites entre Brasil e Guiana, publicado em 1903, *Question des limites du Brésil et de la Guyane anglaise. Soumise à l'arbitrage de Sa Majesté le Roi d'Italie*, reafirma a construção heroica de Ajuricaba, defendendo-o da acusação de traidor, aliado dos holandeses. Segundo o historiador amazonense:

Ajuricaba, que chefiava os Manaus, contra os quais se tomavam em Surinã tamanhas medidas de hostilidade, foi aliado dos holandeses? A acusação, percebe-se, foi arranjada para que em Portugal houvesse fácil aprovação à guerra, pretendida, quase que exigida pelos sertanistas e comerciantes, impedidos de lucros avultados enquanto os Manaus estivessem em armas. “Ajuricaba, escreveu Joaquim Nabuco, é um nome inteiramente desconhecido dos holandeses, seus pretensos aliados. [...] A acusação era a melhor que os sequiosos traficantes podiam empregar para obeterem a autorização régia para as suas guerras de escravização; por isso a levantaram”. [...] Ajuricaba [...] [era] “um herói entre os índios”, esperando, segundo a lenda, ainda hoje, entre os seus Manaus, para redenção da raça, foi, assim, um guerreiro ilustre, dos primeiros a batalhar pela liberdade na América. Este o título a que tem direito.⁴⁵³

Assim, Arthur Reis (re)inventa a imagem do guerreiro indígena Manao, reelaborando a versão acerca do conflito entre indígenas e portugueses. Segundo Décio Guzmán (1997), essa releitura elaborada pelos intelectuais do IGHA no início do século, e em especial por Arthur Reis, está associada a uma “influência do indianismo romântico brasileiro” na historiografia amazônica dos anos 1930, por meio da qual será solidificada as “origens do homem amazonense”⁴⁵⁴. Com esse movimento, os sócios do IGHA, estariam realizando uma dupla missão na historiografia regional: “realçam a vitória portuguesa”, além do resgate das “origens” civicamente elogiosas do homem amazônico”, nesse caso representada por Ajuricaba como homem nativo da região.

A intenção de Reis não era apenas elevar a imagem heroica de Ajuricaba, mas por meio dessa narrativa heroica enfatizar a “conquista portuguesa no rio Negro”, valorizando os esforços dos europeus conquistadores, numa clara alusão ao elogio da colonização portuguesa

⁴⁵² REIS, Arthur César F., “Ajuricaba” (capítulo do livro História do Amazonas, no prelo). **Revista Redenção**, Manaus, 27 de junho de 1931, n. 26, p. 6-7.

⁴⁵³ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**. Manaus: Tipografia Reis, 1931. p. 102.

⁴⁵⁴ GUZMÁN, Décio Marco Antônio de Alencar. **História de brancos: memória, história e etno-história dos índios Manao do Rio Negro (Sécs. XVIII-XIX)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 1997. p. 123.

na região. O historiador amazonense, portanto, interpreta os acontecimentos da primeira metade do século XVIII influenciado por uma historiografia positivista, romântica em termos indianistas e nacionalistas, matrizes ainda presentes nos quadros do IGHA, do IHGP e do IHGB da primeira metade do século XX.

Paulo Eleutério também se destacou na historiografia da região por tratar dos temas pertinentes a esse espaço. Tanto nas revistas do IGHA e IHGP, quanto nas reuniões e eventos dessas instituições, buscou solidificar o lugar dos institutos históricos enquanto instituições oficiais de fala acerca da História da Amazônia. Na edição de 1935-1936, o número V da revista do IGHA, o historiador buscou em seu texto *Portugal na Amazônia* as raízes históricas da Amazônia, realizando um balanço do processo histórico da colonização lusitana, destacando, por meio de uma linguagem luso-tropicalista, os feitos e acontecimentos dos portugueses no cenário amazônico⁴⁵⁵. Ao citar, ao longo do texto, as obras de seus pares, a exemplo de Theodoro Braga, Alfredo Lamartine e Arthur Reis, Paulo Eleutério consolida o círculo intelectual amazônico, reafirmando as próprias revistas dos institutos e obras deste círculo intelectual como essenciais para a compreensão da história amazônica.

As narrativas colonizadoras tornaram-se ainda mais presentes nas revistas do IGHA, por ocasião das comemorações do centenário da antiga vila de Manaus à categoria de cidade, com o nome de cidade da Barra do Rio Negro (1848-1948). Nessa empreitada, historiadores manauaras, a exemplo de Anísio Jobim e Agnello Bittencourt, empenharam-se na escrita da história da fundação de Manaus, buscando as origens da cidade, na tentativa de reafirmar a importância do lugar para História da Amazônia e do Brasil. A exemplo dos historiadores do IHGP, Jobim e Bittencourt, a partir de Manaus, buscaram construir narrativas épicas e engrandecedoras do processo de colonização, descrevendo os eventos de fundação de Manaus como verdadeiras odisséias realizadas por seus colonizadores.

O descobrimento do rio Negro deve-se a Francisco de Orelana, um dos grandes capitães da expedição de Gonçalo Pizarro, que partiu de Quito, no Perú, no Natal de 1539, à procura do País da canela e do Dourado. Orelana, a certa altura da entrada foi mandado seguir na frente com o objetivo de conseguir provisões de boca para socorrer aquela grande “cidade em marcha”, cujos caminhoneiros, já exaustos de fadiga, e esfomeados, apelaram para este recurso de emergência[...]. Adiante defrontaram um rio de estranha largura e grande profundidade – o Marañon, cuja a corrente turbilhonante desceram curiosos e admirados. A 3 de Junho de 1542 passaram pela boca do rio Negro, sendo por consequência Orelana o seu descobridor [...]. Um século depois esteve na baía do rio Negro o grande capitão Pedro Teixeira. Adiante, na foz

⁴⁵⁵ ELEUTHERIO, Paulo. Portugal na Amazônia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Manaus, Typographia Phenix, 1935-1936.

do Nhamundá, o destino reservou-lhes uma surpresa. Mulheres varonis crivaram os bergantins de flexas em combate cerrado. Tal o assombro de Orelana que o rio que recebera de início seu nome, - rio de Orelana, passava agora a denominar-se, nome dado por ele mesmo, evocando as mulheres guerreiras da Asia, Rio das Amazonas.⁴⁵⁶

Encena-se, nesse caso, um mito fundador, em que os historiadores paraenses e amazonenses fixam os sentidos da colonização amazônica, monumentalizando-a na História da nação. De acordo com Marilena Chauí (2000), a fundação, diferentemente da formação, se refere a um momento passado imaginário, concebido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, buscando instaurá-lo além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca, já “um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”.⁴⁵⁷

Os historiadores do IGHA e do IHGP reiteravam, sistematicamente, ao longo das revistas, suas narrativas de fundação na busca por torná-las verdadeiras pela prática da repetição, reafirmando as origens de uma região que almejava ser grande na história do Brasil, e por este motivo necessitava de uma origem lendária e imortal. Assim, ao fundarem a História da Amazônia, fundavam também os historiadores desta região, instituindo os círculos intelectuais que seria responsáveis por elevar o Pará e o Amazonas para além das fronteiras regionais e nacionais. Ou seja, esses historiadores buscaram construir e legitimar suas narrativas como oficiais, demarcando o campo historiográfico regional e a identidade intelectual amazônica, consolidando os círculos intelectuais da região e a integração desses à historiografia nacional.

Dessa forma, a escrita da história elaborada por esses historiadores, ao mesmo tempo que instituíam um marco zero para a História da região, fundando as datas, os fatos e as personagens principais da história amazônica, também instituíam sua própria história, como escritores oficiais das narrativas locais, estabelecendo o IGHA e o IHGP como espaços autorizados de fala sobre a fundação da região. A história da Amazônia elaborada por eles, contudo, era realizada segundo os métodos historicistas, privilegiando fontes e narrativas tradicionais, frutos de um passado “glorioso”, repleto de grandes homens e feitos, fabricando os heróis da história local, na busca por instituir os personagens exemplares da história regional.

⁴⁵⁶ JOBIM, Anísio. A data do centenário: esboço histórico. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Manaus, Imprensa oficial, 1948. p. 7-8.

⁴⁵⁷ CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 9-10.

CAPÍTULO 4

HISTORIADORES AMAZÔNICOS NOS CONGRESSOS DE HISTÓRIA NACIONAL: SOCIABILIDADE INTELLECTUAL E INTEGRAÇÃO DA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA À HISTÓRIA DO BRASIL

Introdução

O IHGB realizou na primeira metade do século XX quatro congressos de História Nacional (1914, 1931, 1938 e 1949), um Congresso Internacional de História da América (7 a 15 de setembro de 1922), além de conferências, palestras, comemorações do centenário da independência (1922) e de nascimento de D. Pedro II (1925), dentre outros eventos. Esses momentos congregavam participantes de várias partes do país e alguns do exterior, como foi o caso do Congresso Internacional de História da América. Era comum o IHGB encaminhar convites aos institutos estaduais para que enviassem um representante de cada estado para participação.

Desde o século XIX, o IHGB buscou solidificar seu projeto de integração nacional, espalhando ideais civilizatórios para as várias partes do Brasil. Tal projeto ficou implícito no incentivo às viagens exploratórias e de reconhecimento de regiões distantes do Centro-Sul do país e na Amazônia, a exemplo da histórica expedição científica realizada às Províncias do Norte, entre 1859 e 1861, quando estudiosos da astronomia, botânica, etnografia e outras áreas trabalharam, conforme o IHGB, para produzir um conhecimento nacional em detrimento do conhecimento produzido por viajantes estrangeiros. Ainda com vistas à organização de uma exposição no Museu Nacional: “daí o espaço que a Revista mantida pela instituição concedia aos trabalhos voltados para a divulgação de conhecimentos de caráter histórico, geográfico e etnográfico sobre a região [amazônica]”⁴⁵⁸ ou o estudo de materiais coletados nessas regiões, a partir das diretrizes civilizatórias do IHGB, pois como afirmou Guimarães:

Revelar o Brasil, chegar até às suas regiões-limite, identificar os seus recursos naturais, estudar o índio como possível força-de-trabalho a civilizar e integrar

⁴⁵⁸ GUIMARÃES, Manoel L. S. A revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua historiografia (1839-1857). Fazendo a história nacional. In: WEHLING, Arno (Coord.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – ideias filosóficas e sociais e estruturas de poder no 2º Reinado**. Rio de Janeiro, IHGB, 1989. p. 21-41.

à sociedade brasileira, conhecer necessariamente os grandes homens do país, eram desafios a que o Instituto se lançou tão logo foi fundado. Centralizar essas formas de saber no Rio de Janeiro, para a futura da História nacional, era a contrapartida intelectual do processo de centralização política que presidia à ação do Império na construção da ordem monárquica.⁴⁵⁹

Todo o esforço intelectual para revelação do Brasil, sob a coordenação central do IHGB, não era apenas uma iniciativa singular do IHGB, mas reflexo de um movimento intelectual, científico, econômico e até político bem maior em termos internacionais, visto que desde meados do século XIX até os anos iniciais do século XX as exposições científicas e congressos passaram a acontecer com frequência, não só no mundo, mas, também, no Brasil. Conforme Kuhlmann Jr., “os congressos podem ser vistos como uma das formas de circulação de ideias, que ocorrem nos planos internacional e nacional, ao lado de outras modalidades, como a criação de associações de cunho científico [...]”⁴⁶⁰. Segundo o autor, há ainda que se notar uma forte relação entre os congressos científicos e as exposições universais, pois, desde 1851, por ocasião das exposições, foram criadas as bases da cooperação internacional, sobretudo, a partir do momento em que ocorreu a realização dos congressos concomitantemente às exposições, a exemplo das reuniões científicas sediadas em Paris, em 1878.

Os congressos e exposições eram espaços também de competições, não só entre as nações, mas entre diferentes saberes, influências e ideias, a ponto de terem se constituído em reuniões de grande concorrência, demonstração de unidade e de representação de fortalecimento de determinadas nações, seguimentos e associações. Na América, os primeiros congressos ocorreram na década de 1880, com a realização do Congresso Pedagógico Internacional de 1882, em Buenos Aires. No Brasil, em 1883, foi realizada a Exposição Pedagógica no Rio de Janeiro e em 1900 foi realizado o Congresso de Medicina e Cirurgia, o Congresso de Engenharia e Indústria e o Congresso Jurídico Americano. Em 1909 ocorreu o I Congresso de Geografia, no Rio de Janeiro, sendo um dos primeiros congressos de áreas de estudos ligadas às Ciências Humanas. O referido congresso foi derivado de um movimento maior, como explicou Nunes (2010), pois, para esse autor, “na geografia, a exemplo de outras áreas, as redes mundiais de comunicação científica assumiram a forma de congressos internacionais e do intercâmbio editorial entre sociedades geográficas”⁴⁶¹. Ainda conforme o

⁴⁵⁹ Idem.

⁴⁶⁰ KUHLMANN JR. Moysés. Congressos Profissionais no final do século XIX e início do século XX: ciência e política. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). **Ciência, civilização e República nos trópicos**. Rio de Janeiro, Mauad/ Faperj, 2010. p. 179.

⁴⁶¹ NUNES, Sérgio. I Congresso Brasileiro de Geografia (1909): um “festival científico” no início do século XX. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). **Ciência, civilização e República nos trópicos**. Rio de Janeiro, Mauad/ Faperj, 2010, p. 161.

autor, um dos resultados do I Congresso Brasileiro de Geografia foi a tendência ao nacionalismo científico, ou seja, uma versão da geografia brasileira composta por brasileiros e não mais por estrangeiros, ocasião em que o fazer científico seria voltado aos interesses da nação.

O exemplo acima citado da geografia pode ser também visto no campo da história, oportunidade em que o Primeiro Congresso de História Nacional, ocorrido em 1914, no IHGB, Rio de Janeiro, pode ser tido como mais um evento semelhante aos demais congressos, pois foi pensado a partir dos exemplos de outros eventos internacionais; buscou erigir uma plataforma nacionalista; intencionou uma finalidade prática no âmbito político: fundar uma “federação intelectual” no âmbito da historiografia brasileira e estabelecer a permanente demanda pelo ensino do sentimento nacional, sobretudo, aplicado à educação primária, cuja formação viria da “alta escola” da história nacional, notadamente o IHGB, como lembrou o conde de Afonso Celso no encerramento do citado Congresso⁴⁶². Logo, fica patente as missões que os congressos nacionais de história seguiriam, com vasto lastro patriótico, a ideia central era a unidade da História do Brasil a partir da reunião das contribuições dos historiadores representantes de todos os estados da federação, bem como a difusão dessa história nacional.

O sentimento patriótico transparece ter sido a tônica dos congressos de história nacional e as palavras do secretário perpétuo do IHGB e secretário geral do Primeiro Congresso História Nacional, Max Fleiuss, durante o encerramento do mencionado congresso, também, assim como as palavras de Afonso Celso, demonstram uma imensa carga de nacionalismo e a busca por construir um panteão da história nacional, cujo “altar da Pátria”, naquele momento, era o IHGB, espaço de “culto” nacional, sendo que Fleiuss agradecia pelas inúmeras adesões feitas ao “chamado patriótico” lançado pela instituição aos estados. Fleiuss, ainda em sua fala, trouxe uma metáfora que diz muito sobre a presença dos historiadores amazônicos nos congressos de história nacional, pois, ao mencionar que após o primeiro congresso viriam outros que contribuiriam para a descoberta de novas teses e documentos, como podemos observar a seguir:

Como os rios afluentes e tributários avolumam a caudal corrente do nosso gigantesco Amazonas, todas essas contribuições futuras iluminarão o campo da nossa história; da mesma sorte que não esquece a nascente do rio mar, também será sempre lembrada com honra esta tentativa inicial, em que todos labutamos por honrar e servir ao Brasil.⁴⁶³

⁴⁶² Congresso de História Nacional. In: **O Paiz**. Rio de Janeiro. 17 de setembro de 1914, p. 02.

⁴⁶³ Congresso de História Nacional. In: **O Paiz**. Rio de Janeiro. 17 de setembro de 1914, p. 02.

Nas palavras de Max Fleiuss a grandeza da história nacional era comparável à grandiosidade do rio Amazonas, bem como a metáfora dos afluentes que irrigam o rio servia para demonstrar as contribuições advindas dos estados e regiões para a formação da grande história brasileira. A referência a uma das áreas mais distantes do centro do país também permite aventar que essa escolha não foi trivial, mas que continha algo para demonstrar a unidade nacional. Assim, não poderia faltar nos congressos de história nacional a presença de historiadores amazônicos, visto que suas presenças denotariam o princípio da integração nacional e republicana almejada pelo IHGB, e a integração da Amazônia na História do Brasil, almejada pelos círculos intelectuais desta região.

Nesse contexto, é relevante considerar a afirmativa de Nicodemo, Santos e Pereira (2018) que, ao debaterem a historiografia brasileira entre o final do século XIX e a década de 1970, consideram que existiam dois modelos de produção do conhecimento histórico no período que se contrastavam: primeiro, o modelo advindo do século XIX que elegia a identidade nacional como organizadora da narrativa histórica, cuja base advinha do modelo de produção do conhecimento histórico europeu; o segundo, o outro modelo de produção do conhecimento histórico era uma História propriamente profissional, praticada no âmbito universitário. Para os autores, o processo de disciplinarização e especialização da História no Brasil surgiu antes do surgimento das universidades, a partir de autores como Capistrano de Abreu, Alcides Bezerra, entre outros. Contudo, historiadores ligados ao IHGB estavam também preocupados com o desenvolvimento de critérios e padrões disciplinares, sobretudo aqueles à luz da historiografia europeia.⁴⁶⁴

Além disso, os congressos de história nacional já demonstravam tais perspectivas, bem como os historiadores amazônicos, por meio de suas participações nesses eventos. Por exemplo, tanto Henrique Santa Rosa quanto Theodoro Braga, respectivamente representantes do IHGP no Primeiro e no Segundo Congresso de História Nacional, podem ser situados nesse contexto, visto que a tese do primeiro autor apresentada já demonstrava alinhamento com perspectivas teóricas europeias do campo da geografia histórica aplicada à análise da história e geografia regionais; por outro lado, o segundo autor revelou uma escrita da história a partir da identidade nacional, mas também demonstrou-se preocupado com as tendências europeias, métodos e o processo de disciplinarização das artes no Brasil.

Portanto, esse capítulo objetiva analisar a presença dos historiadores provenientes dos institutos históricos da Amazônia nos congressos de história nacional, visando compreender o

⁴⁶⁴ NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Uma introdução à história da historiografia** brasileira (1870-1970). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

processo de integração dos historiadores amazônicos nos círculos intelectuais do Centro-Sul do país, e como eles, por meio das teses publicadas, entre outras formas de participação (elaboração de pareceres, etc.), se inseriram na rede de comunicação científica da historiografia brasileira da primeira metade do século XX. A hipótese é que mediante os congressos acima citados, os institutos históricos da Amazônia não só passaram a fazer parte da rede de comunicação historiográfica nacional, mas, também, inseriram e integraram a história da região amazônica na história brasileira, já que por muito tempo essa região não pertenceu oficialmente ao Brasil, a exemplo do Estado do Grão-Pará, bem como foi uma das últimas províncias a aderir à independência. Logo, realizar essa integração também fortaleceria o espírito regional, pois lançaria luz sobre a história desse território, colocando-o na condição de “região brasileira” e merecedora de importância e visibilidade na historiografia oficial da nação.

4.1 Primeiro Congresso de História Nacional: Henrique Santa Rosa e a construção de uma geografia-histórica

Em 1913, o membro do IHGB, Manoel de Oliveira Lima, escritor, crítico literário, diplomata e historiador, proferia conferência nas dependências do IHGB sob o título “O atual papel do Instituto Histórico”⁴⁶⁵. Oliveira Lima possuía vasta experiência de viagens ao exterior e era considerado pela imprensa brasileira como “embaixador da inteligência brasileira”, tendo participado de vários eventos internacionais na condição de historiador: conferência ministrada para a Sociedade de Geografia da Bélgica por ocasião da Exposição de Bruxelas, em 1910; na condição de membro e representante da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, participou do XVI Congresso Internacional de Americanistas, ocorrido em Londres no ano de 1908; participou do Congresso Internacional de Ciências Históricas, realizado em Londres, em abril de 1913. Nesse último evento Oliveira Lima foi convidado a desenvolver a discussão sobre a guarda, conservação e divulgação de arquivos brasileiros, o que permitiu a seu autor lançar a ideia de que o IHGB promovesse um congresso de história nacional, visto que em vários países do mundo os estudos do passado nacional englobavam uma gama de acervos, arquivos, centros de memória e a realização de reuniões científicas aos moldes de um congresso que efetivasse a criação de uma “federação intelectual e afetiva”.⁴⁶⁶

⁴⁶⁵ LIMA, Manuel de Oliveira. Actual Papel do Instituto Histórico. **Revista do IHGB**, Tomo LXXVI, parte II, 1913, p. 489.

⁴⁶⁶ Idem.

Oliveira Lima propunha uma “federação intelectual”, considerando que o sentimento nacional era maior do que os localismos e que as diferenças entre estados e regiões deveriam ser tomadas pela História como integrantes de uma única história, percebida assim como brasileira. O interesse no tema da unidade recaía sobre algo maior: a unidade política, visto que para Oliveira Lima o IHGB possuía o papel de zelar por ela, inclusive nos estados, embora devesse manter contato com as associações e agremiações internacionais. Diante dessas questões, a ideia do Primeiro Congresso de História Nacional era gestada sob a necessidade de o IHGB assumir papel efetivo junto ao Estado brasileiro nas missões de construir um passado comum da nação – algo que já fazia parte dos objetivos do Instituto desde sua fundação em 1838 – e colaborar para a unidade política do país por meio da história, especialmente reunindo os institutos históricos e historiadores estaduais para difundir um modelo de história nacional. Nesse sentido, Lucia Paschoal reforça que:

No período de 1910-1920, a intelectualidade brasileira vivenciava uma fase de efervescentes manifestações cívicas. À medida em que crescia este apostolado, reflexo da crise internacional que acabaria desaguando na primeira Grande Guerra, tomava corpo uma onda de interesse pelas questões nacionais.⁴⁶⁷

Após a conferência de Oliveira Lima, o IHGB encaminhou a proposição de um congresso de história. Aprovada pelos membros, a proposta foi levada a frente com data marcada para o período entre 7 e 16 de setembro de 1914. Segundo Lucia Paschoal, a estrutura do evento “[...] compreendia nove seções de trabalho, cada qual correspondendo a uma especialidade dos estudos históricos. Grosso modo, a divisão inspirava-se na tipologia definida por Langlois & Seignobos, no manual *Introduction aux études historiques*”.⁴⁶⁸ Não por acaso, a fala de Oliveira Lima pautou-se pela importância dos arquivos e documentos, premissas da pesquisa histórica promulgadas pelos trabalhos dos citados historiadores franceses, pois, o encaminhamento de Lima para o Primeiro Congresso de História Nacional foi justamente a importância de reunir contribuições à História do Brasil por meio de efetivas pesquisas em arquivos.

Essas eram as influências historiográficas do Primeiro Congresso e foi nesse universo que os historiadores amazônicos se inseriram, visto que o Primeiro Congresso demandou teses a serem apresentadas dentro do escopo já evidenciado acima, qual seja: dentro uma postura

⁴⁶⁷ PASCHOAL, Guimarães, Lucia Maria. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. **Tempo** [online]. 2005, v. 9, n. 18. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-77042005000100007>> Acesso em: 13 jan. 2023, p. 150.

⁴⁶⁸ *Ibidem*, p. 152.

historiográfica da história tomada como verdade, pautada em uma rigorosa pesquisa nos documentos, sobretudo localizados em arquivos clássicos. Foram apresentadas 102 teses, sendo que o evento reuniu algo em torno de 200 participantes. O Congresso contou com nove seções: 1.^a História Geral do Brasil; 2.^a História das Explorações Geográficas; 3.^a História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas; 4.^a História Constitucional e Administrativa; 5.^a História Parlamentar; 6.^a História Econômica; 7.^a História Militar; 8.^a História Diplomática; 9.^a História Literária e das Artes.

Em junho de 1913, a comissão organizadora do Primeiro Congresso de História Nacional enviou ofício a todos os governadores dos estados brasileiros, informando sobre a decisão de realizar o evento, detalhes da programação e normas para as teses, bem como solicitando ampla divulgação e o envio de representantes de cada estado para o citado congresso. Ainda entre as informações relevantes do ofício estava o recorte cronológico a ser abordado no evento, sendo o período entre 1500 a 1871⁴⁶⁹. Logo, esse recorte evidencia não só o distanciamento do passado que se acreditava necessário para a realização de qualquer abordagem histórica, mas, também, indicava que o IHGB, apesar dos tempos republicanos, abria espaço para o estudo de boa parte do período imperial, concernente ao regime monárquico brasileiro, a quem o IHGB por muito tempo serviu como instrumento essencial do aparelho estatal.

Em 29 de setembro de 1913, era noticiado na imprensa paraense a escolha feita pelo Governo do Estado em relação aos delegados que representariam o Pará no Primeiro Congresso de História Nacional, sendo eles: Manuel de Mello Cardoso Barata e Pio de Andrade Ramos. O primeiro representante, vale destacar, era um político paraense de revelada tradição e composição do Partido Republicano, ocupou altos cargos, como o de Senador da República, bem como era membro do próprio IHGB. Em 1914, ocorreram mudanças nas representações do Estado do Pará para o referido congresso. Dessa feita, foram escolhidos os paraenses José Veríssimo Dias de Mattos e Henrique Américo Santa Rosa, o primeiro, à época, era um dos nomes mais conhecidos da Amazônia no centro do país e o segundo um nome de destaque na intelectualidade local e futuro refundador do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em 1917.⁴⁷⁰

Com relação à efetiva participação dos historiadores amazônicos no Primeiro Congresso de História Nacional, registraram-se as presenças de Manuel de Mello Cardoso Barata, José

⁴⁶⁹ Primeiro Congresso de História Nacional. **O Paíz**. Rio de Janeiro. 07 de junho de 1913.

⁴⁷⁰ Com relação a José Veríssimo Dias de Mattos, a notícia de sua participação no Congresso foi publicada pelo jornal **O Imparcial**. Ver: 1º Congresso Brasileiro de História. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1914.

Veríssimo Dias de Mattos, Henrique Santa Rosa, sendo que os dois primeiros já viviam nos círculos intelectuais do Rio de Janeiro, e o terceiro aquele que de fato viajou em nome do Estado do Pará e unicamente apresentou uma tese no congresso, visto que os outros dois apenas acompanharam os trabalhos. O representante do Amazonas foi Bertino de Miranda que apenas acompanhou os trabalhos da secção de História Geral. Já José Veríssimo manteve presença assídua na secção de História Literária e das Artes.

Assim, quem de fato apresentou uma tese no Primeiro Congresso de História Nacional foi Henrique Américo Santa Rosa (1860-1933), com o título “A depressão amazônica e seus exploradores”, apresentada e avaliada na seção de “História e explorações geográficas”, coordenada por Gastão Ruch, com a presença de vários outros intelectuais, como Norival Soares, Clóvis Bevilaqua, Basílio de Magalhães, Gentil de Moura, Alfredo Russel, Justo Jansen Ferreira, Jardim Derby, entre outros. No que diz respeito a Santa Rosa, representante paraense, deve-se lembrar que além da sua influência no círculo intelectual de Belém à época, visto sua trajetória advinda de família com tradição política republicana, ele foi um dos intelectuais com destacado papel na refundação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, instituto esse que teve decisivo papel na construção de uma história da Amazônia inclinada à produção de um regionalismo histórico em diálogo com o nacionalismo vivido à época.

Com formação em engenharia, Henrique Santa Rosa compunha um círculo de intelectuais paraenses que buscava produzir interpretações da Amazônia a partir do diálogo entre a história e a geografia, destacando nesse círculo, como mencionado nos capítulos anteriores, outros dois engenheiros: João de Palma Muniz e Ignácio Baptista de Moura. Esses homens de letras estavam próximos ao Estado, com funções públicas, o que explica o Governo do Pará enviar Santa Rosa ao Congresso de História, como muitos chamavam o evento. Por esse motivo, contempla-se nesse capítulo a participação da Amazônia no Primeiro Congresso de História Nacional, pois, embora o recorte temporal se inicie a partir da instalação dos dois institutos históricos da Amazônia, em 1917, decidiu-se por abordar essa participação no congresso de 1914 para situar o leitor no que diz respeito ao conhecimento da produção historiográfica que esteve na base da refundação do Instituto do Pará, até porque Henrique Santa Rosa, por exemplo, foi também um dos fundadores do IHGP, em 1900.

Além disso, vale destacar, considerando as informações advindas da leitura dos Anais do Primeiro Congresso, conforme Guimarães⁴⁷¹, três assuntos que mereceram uma atenção especial dos estudiosos, a saber, o “Domínio Holandês”, a “Revolução de 1817” e a “Guerra do

⁴⁷¹ PASCHOAL, Guimarães, Lucia Maria. Op. Cit., 2005.

Paraguai” – episódios da história pátria e com destaque para o fato de que as discussões sobre os holandeses e a Revolução de 1817 acabaram contemplando Pernambuco. Não se pode esquecer as prementes influências da participação de paraenses no Congresso e o processo de refundação do IHGP, justamente no ano de 1917, do centenário da Revolução Pernambucana de 1817. Se o Primeiro Congresso de História Nacional, tido como um dos maiores eventos da historiografia brasileira à época, valorizou a Revolução 1817, como um dos pontos fortes do evento, a intelectualidade paraense buscou alinhar a refundação do IHGP com o que estava na ordem do dia nacionalmente, já que a Revolução de 1817 servia ao ideário patriótico. Deve-se lembrar, nesse ponto, que também contribuiu para a refundação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará as comemorações do Tricentenário de Belém, iniciadas em 1915, visto o volume de material produzido no campo da memória e comemorações ditas históricas no Pará.

Henrique Santa Rosa, com a tese intitulada “A depressão amazônica e seus exploradores”, foi o único historiador da região a apresentar uma tese no Primeiro Congresso – no caso a sexta tese oficial e a décima primeira da segunda seção – e, como o próprio título da tese demonstra, esse intelectual apresentava um texto em que realizava um diálogo da história com a geografia. Conforme Tarcísio Moraes:

Nessa obra, Santa Rosa desenvolve a mesma abordagem metodológica no campo da geografia histórica, que, anos mais tarde, em 1926, dará origem a sua grande obra *A História do Rio Amazonas*; como já vimos, esse é um trabalho cuja abordagem, em última análise, demonstra a sintonia do engenheiro-geógrafo-historiador com as principais tendências historiográficas dos primeiros anos do século XX, período no qual as pesquisas em geografia histórica vinham se consolidando como uma nova área de estudos nos principais centros universitários europeus.⁴⁷²

A maior inspiração teórica de Santa Rosa foi o francês Élisée Reclus (1830-1905), geógrafo com uma vasta biografia, cujos apontamentos são apenas alguns elementos de influência de sua trajetória sobre a intelectualidade brasileira mediante a circulação de ideias. Um dos pontos centrais de seu pensamento era a abordagem do espaço a partir da história e no que se refere à relação desse geógrafo com o Brasil, registra-se que Reclus inclinou-se para a América visando a elaboração de um projeto sobre a Nova Geografia Universal. Nesse processo viajou para o Brasil, Uruguai e Argentina, 1893 e conforme Federico Ferretti (2016) esteve bastante interessado em conhecer o projeto de República no Brasil, além de considerar, naquele

⁴⁷² MORAES, Tarcísio Cardoso. **A engenharia da história: natureza, geografia e historiografia na Amazônia**. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2009. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, p.48.

momento, que o país se constituía uma espécie de núcleo experimental da possível miscigenação universal, vista por Reclus como antídoto contra o racismo, uma vez que possuía posição ideológica contrária às formas de dominação e autoritarismo.⁴⁷³ Ainda de acordo com Ferretti, o geógrafo foi recebido pela intelectualidade brasileira representada pela Sociedade de Geografia, pelo Instituto Brasileiro de História e Geografia e pela Academia Brasileira de Letras.

A relação com o Brasil ganhava novos contornos quando os estudos de Reclus foram utilizados pelo Conselho Federal Suíço para arbitrar o contestado fronteiro franco-brasileiro, em 1900. Dessa feita, “o capítulo da Nova Geografia Universal sobre o Brasil é publicado e traduzido para português, pelos barões Rio Branco e Ramiz Galvão, sob o título Estados Unidos do Brasil”⁴⁷⁴. A partir dessa obra é possível aventar sua recepção na Amazônia, pois um dos maiores capítulos é justamente sobre a região. Inclusive, é nessa produção que Reclus trabalha com a ideia de “depressão amazônica”, apresentando um mapa da região. O movimento de cheias e recuos das águas do rio Amazonas foi pensado por esse geógrafo como fatores centrais para a constituição da “depressão amazônica”, tema da tese de Henrique Santa Rosa no Primeiro Congresso. Na obra citada, Reclus elaborou uma divisão regional do Brasil, que, de acordo com Miyahiro, é “[...] a partir da proposta de divisão regional do Brasil de Reclus em que o conceito de região natural se evidencia, com o uso das bacias hidrográficas norteando sua descrição e análise”.⁴⁷⁵ A divisão proposta era seguinte: a Amazonia; o Araguaia e o Tocantins; a Costa equatorial; o São Francisco; o Parahyba; o Matto Grosso; Urugay e o Paraná.

Essa configuração acabou influenciando o campo geográfico brasileiro. Na Amazônia, os estudos de Henrique Santa Rosa demonstrados na tese escrita para o Primeiro Congresso evidenciam que o engenheiro e intelectual paraense adotou a perspectiva de que a bacia do rio Amazonas era o centro da análise regional. A influência teórica europeia comprova que esse autor paraense já fazia parte da chamada nova geração de historiadores brasileiros, influenciados pelo ambiente republicano e pelas novas tendências historiográficas europeias. Segundo Nicodemo, Santos e Pereira, os historiadores dessa geração possuíam uma diferença em relação aos anteriores em termos de discurso, especialmente por se mostrarem atualizados

⁴⁷³ FERRETTI, Federico. Breve cronologia da vida de Élisée Reclus (1830-1905), **Terra Brasilis** [Online], 7/2016. Acesso em 18 janeiro 2023. URL: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/1764>; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.1764>

⁴⁷⁴ *Ibidem*, p. 05.

⁴⁷⁵ MIYAHIRO, Marcelo Augusto. **O Brasil de Élisée Reclus: território e sociedade em fins de século XIX**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 52. doi:10.11606/D.8.2011.tde-25062012-135823. Acesso em: 21 jan. 2023.

nas discussões científicas da época da *belle époque*, com diálogos com outras ciências, cujos métodos visavam a erudição e a busca por métodos ligados à pesquisa documental.⁴⁷⁶

Santa Rosa realizou um instigante exercício não só de geografia histórica, mas, também, trabalhou em uma linha que ele mesmo chamou de história geológica, já que buscou analisar a formação geológica da bacia do rio Amazonas, especialmente a partir dos estudiosos exploradores dessa região ao longo do tempo. O debate trazido por ele acionava o campo de produção científica acerca da formação do que chamou de “depressão amazônica ou amazonense”, citando viajantes, cientistas e escritores que estiveram na Amazônia e pesquisaram acerca da formação do relevo amazônico, como Jean Louis Rodolphe Agassiz, Alfred Wallace, Charles Fred Hatt, Euclides da Cunha, Jacques Huber, dentre outros. No que se refere aos trabalhos de Jacques Huber, Henrique Santa Rosa menciona a obra *Contribuição à geographia pysics dos furos de Breves: e a parte occidental de Marajó*, publicado pelo Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, em 1902. Nessa obra Santa Rosa destaca os aspectos geográficos (vegetação, hidrografia, relevo, fauna) amazônicos, afirmando a importância das pesquisas do botânico suíço para a região à época de sua passagem pelo Museu Goeldi, colaborando, em especial, para conhecer “as phases diversas por que tem passado a depressão amazônica nos períodos que hão contribuído para sua formação geológica”.⁴⁷⁷

Santa Rosa, dialoga, ainda, sobre os rios da região, e em especial o Amazonas, tratando de sua história, recuando aos tempos coloniais de Vicente Pinzon para relatar sobre a descoberta do rio, uma espécie de história dos exploradores do rio Amazonas, dos espanhóis aos portugueses, dividindo o texto a partir dos temas dos primeiros exploradores, os exploradores para a catequese, e os exploradores científicos. Todo o movimento textual acaba por revelar uma prática comum entre os historiadores amazônicos na primeira metade do século XX: a ênfase sobre as origens da região amazônica. No caso, o estudo das origens recaía sobre a depressão amazônica e a exploração do rio Amazonas.

Henrique Santa Rosa encerra sua tese ressaltando vários nomes da intelectualidade amazônica, descrevendo-os positivamente como dedicados pesquisadores de dados científicos sobre as terras amazônicas e propagadores da superioridade “da raça de nossos aborígenes”⁴⁷⁸. Mas, o que chama a atenção, também, é a demonstração do alinhamento do autor com a política

⁴⁷⁶ NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Op. Cit., 2018.

⁴⁷⁷ SANTA ROSA, Henrique. A depressão amazônica e os seus exploradores. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (tomo especial consagrado ao 1º congresso de História Nacional)**, t. II. 1914, p. 287.

⁴⁷⁸ SANTA ROSA, Henrique. A depressão amazônica e os seus exploradores. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (tomo especial consagrado ao 1º congresso de História Nacional)**, t. II. 1914.

governamental amazônica, pois declara que a menção aos intelectuais do passado deveria servir de exemplo às gerações do presente para que “o desenvolvimento da Amazônia se faça em marcha acelerada, aproveitando a utilidade de tantas riquezas que contém”⁴⁷⁹. Ou seja, o discurso do desenvolvimento da Amazônia aparece claramente, além da ideia de que a região seria núcleo de riquezas inexploradas. A evidência para a região se fazia por meio da história exemplar do passado aplicado ao presente da época.

A tese de Henrique Santa Rosa para o Primeiro Congresso de História Nacional passou pelo crivo de seus pares historiadores do IHGB e obteve aprovação da comissão avaliadora:

A mencionada produção, além de revelar a capacidade do seu autor, claramente evidencia o cuidado por elle posto em apoiar-se na lição dos melhores tratadistas nacionais e alienígenas, e acha-se versada em forma escoreita.

Digna é, portanto, de figurar na obra com o 1º Congresso de História Nacional vae agora erigir, a prol da cultura brasileira [...].⁴⁸⁰

A comissão avaliadora – formada por Gastão Ruch, Basílio de Magalhães, Alfredo Russel, Domingos Monteiro, Geraldino Campista e Moraes Jardim – demonstrava reconhecimento pelos vários autores citados por Santa Rosa, além de reforçar o caráter de produção nacional da tese. Por outro lado, o engenheiro e historiador paraense cumpria seu papel em representar e inserir a Amazônia na história nacional, com os antigos objetivos da região relacionados ao desenvolvimento regional, além da busca por visibilidade a partir do aproveitamento das riquezas disponíveis.

4.2 Segundo Congresso de História Nacional: Theodoro Braga e a educação artística e patriótica do povo brasileiro

O Segundo Congresso de História Nacional, proposto em 1926 e realizado pelo IHGB entre os dias 07 e 14 de abril de 1931, ficou marcado, conforme Lúcia Paschoal Guimarães, pela celebração do centenário do 7 de abril de 1831. Teve, portanto, como temática o centenário da abdicação de D. Pedro I, e concentrou-se, segundo a autora, na “nacionalização da independência, espelhando os valores e as ideias comuns de uma época que se caracterizou pela preocupação do cultivo dos sentimentos patrióticos e do enaltecimento de figuras

⁴⁷⁹ Ibidem, p. 322.

⁴⁸⁰ O ESTADO DO PARÁ. Ano IV, N.º 1.302. Belém – PA, 5 de nov. de 1914.

exemplares”⁴⁸¹. Ainda para Lúcia Paschoal, as atividades acadêmicas se organizaram em três seções, que privilegiavam os campos do conhecimento histórico a saber: 1- História política; 2- História administrativa, econômica e diplomática; e 3- História científica, literária e artística, e bio-bibliográficas. O recorte temporal do Segundo Congresso definiu-se entre 1822 e 1840, isto é, desde a independência à maioria de D. Pedro II. É importante perceber que o Segundo Congresso foi planejado para contemplar a questão do nacionalismo, mas com foco ainda no Primeiro Reinado, ou seja, o IHGB continuava a obra dos fundadores do Instituto naquilo que importava em relação ao período imperial.

O Segundo Congresso de História Nacional foi realizado nas dependências do IHGB no Rio de Janeiro e teve destacada importância na imprensa. À época significava uma importante contribuição da “corporação dos sábios, eruditos e philanthropos” – como era também chamado o IHGB – para o Brasil, visto ser uma época sintomática do nacionalismo no país. O Segundo Congresso ficou sob a responsabilidade de Ramiz Galvão e possuía como missão “[...] a matéria da história pátria, nas suas diversas modalidades: política, administrativa, econômica, diplomacia, científica, literária artística e bio-biographica”⁴⁸². Para a imprensa carioca, o Segundo Congresso seria mais um esplêndido triunfo para o IHGB, tido como “[...] douto e glorioso cenáculo nacional”.

A realização do Segundo Congresso estava permeada pelo contexto histórico e político da época, a exemplo das próprias demandas de um mundo entre guerras e do posicionamento do Brasil perante a situação política e bélica. Trata-se de compreender que na América, com a recente experiência da Primeira Guerra Mundial, ocorria um movimento dos Estados Unidos rumo a alargar seu poder sobre a região; por outro lado, existia um movimento de fortalecimento dos laços entre as repúblicas americanas. Entre 1929 e 1934, período que inclui o ano de realização do Segundo Congresso (1931), alguns acontecimentos interferiam no contexto político, a exemplo da quebra da Bolsa de Nova York e a crise econômica, bem como a “Revolução de 30” no Brasil. Segundo Minella, com esse último evento envolvendo o Governo Provisório de Getúlio Vargas, a resposta para a crise econômica advinda de 1929, por meio do Ministério Relações Exteriores, foi tomar:

Medidas de amenização da crise através da diplomacia econômica, procurando diversificar os mercados e associando a política externa aos interesses econômicos. Em 1931, por exemplo, foi realizada em São Paulo a

⁴⁸¹ GUIMARÃES, Lúcia M. P. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. p. 146.

⁴⁸² O 2º Congresso de História Nacional. **O Paiz**. 28 de fevereiro de 1930, p. 5.

Conferência Internacional do Café, para tratar do comércio mundial do produto, prejudicado pela crise.⁴⁸³

A americanização da crise era uma medida adotada a partir de uma experiência de cooperação internacional entre repúblicas americanas que criaram desde o final do século XIX, nos Estados Unidos, a “União Internacional das Repúblicas Americanas”, posteriormente chamada de União Pan-Americana. A realização de reuniões para cooperação internacional ganhou notoriedade, com a realização de diversos encontros, a exemplo da Conferência Internacional do Café. Dado os interesses estadunidenses no processo pós-Primeira Guerra e certa percepção do conflito, por parte dos países americanos, além de conflitos por fronteiras na América, recaiu sobre o ensino de História e Geografia a preocupação do papel das disciplinas no que diz respeito às interpretações e lições sobre conflitos. Assim, o Segundo Congresso de História Nacional fez parte de um circuito de congressos da área de História na América que serviram para selar um acordo internacional para a “[...] organização política e jurídica da paz com o desarmamento moral dos povos mediante a revisão dos textos de ensino que se utilizam em vários países”.⁴⁸⁴

Segundo Leite:

A guerra na Europa fora precedida de inflamado debate intelectual a respeito do uso moral da História ensinada. O ensino de História tornara-se tema da agenda das relações internacionais à medida que as nações se preocupavam com a forma em que estavam sendo representadas pela História escolar. Inserido nos debates internacionais, o Brasil também se articulava na promoção de um ensino de História condizente com as discussões de então. Foi nesse contexto que nasceu o “Convênio entre o Brasil e a República Argentina para a Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia”.⁴⁸⁵

Nesse contexto, o Brasil e a Argentina assinaram vários tratados de cooperação e ajuda, visando o intercâmbio intelectual, artístico e educacional, a exemplo do Convênio entre o Brasil e a República Argentina para a Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia, que fazia parte de uma questão mais ampla, ligada à promoção da paz nas Américas, e envolvia os

⁴⁸³ MINELLA, Jorge Lucas Simões. **Pan-americanismo no Brasil**: uma abordagem conceitual a partir do Estado Novo. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2013, p.112. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123061>>. Acesso em: 15/05/2023.

⁴⁸⁴ BRASIL. **Relatórios do Ministério das Relações Exteriores** (RJ). Rio de Janeiro, 1933, p. 139.

⁴⁸⁵ LEITE, Juçara Luzia. Professores e políticos em nome da paz: interesses internacionais por uma história ensinada. **Sæculum** – Revista de História, [S. l.], n. 22, 2010. Disponível em: <https://periodicos.bbn.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11492>. Acesso em: 26 jan. 2023, p. 103

institutos históricos e geográficos da região. Inclusive, o acordo surgiu em decorrência das discussões ocorridas, em 1928, durante o X Congresso de História Nacional realizado em Montevideu, com a presença de representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.⁴⁸⁶

Os congressos de história ganhavam influência nas relações internacionais entre os países e passaram a ser significativos para pensar os usos públicos da História. Uma série de congressos de História na América foram espaços para tal finalidade: Congresso Científico Panamericano de Lima (1924), Congresso de História de Montevideo (1928), Congresso de História de Buenos Aires (1929), Congresso de História de Bogotá (1930), Segundo Congresso de História Nacional do Rio de Janeiro (1931), Congresso Universitário Americano de Montevideu (1931). É possível notar uma sequência, inclusive cronológica, demonstrando certa organização de eventos relacionados à historiografia latino-americana. Vale lembrar que as “Repúblicas Americanas” criaram em 1928 o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (1928), sediado na Cidade do México, logo as diretrizes e demandas relacionadas à História e a Geografia passavam por tal instituição na escala americana.⁴⁸⁷

O tema do Convênio entre o Brasil e a República Argentina para a Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia esteve na pauta do IHGB, na sessão plena de 10 de abril de 1931, no momento da aprovação das teses do congresso para publicação. Uma das teses sobre o tema Tratado de Paz com as Províncias Unidas do Prata era apreciada pela relatoria de Otávio Tarquínio de Souza, que ressaltou a pertinência do tema para o Segundo Congresso, visto que representava as intenções de Brasil, Argentina e Uruguai, debatidas no Congresso de História de Montevideu, acerca da revisão dos textos de História para pregar a paz e ampliar a amizade entre as três nações, que inclusive formaram, à época da Guerra contra o Paraguai, a Tríplice Aliança⁴⁸⁸. Em outra sessão plena, em 13 de abril de 1931, Max Fleiuss, secretário geral do congresso, leu um telegrama enviado pelo ministro plenipotenciário do Brasil no Uruguai para o Segundo Congresso, ocasião em que informava a impossibilidade de participação no evento de um representante uruguaio, o Dr. Henrique Balparda, mas que havia enviado uma proposição para o Segundo Congresso de História Nacional. Tratava-se de uma resolução já aprovada no Congresso de História de Montevideu acerca da recomendação a todas as autoridades

⁴⁸⁶ BRASIL. **Decreto nº 24.395, de 13 de junho de 1934**. Promulga o Convênio entre o Brasil e a República Argentina para a revisão dos textos de ensino de História e Geografia, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1933. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24395-13-junho-1934-550362-publicacaooriginal-66310-pe.html> Acesso em: 29/05/2023.

⁴⁸⁷ O referido Instituto esteve, entre dezembro de 1932 e janeiro de 1933, sob a direção do IHGB, com a presidência de Manoel Cícero, mediante indicação de Affonso Celso.

⁴⁸⁸ IHGB. **Anais do Segundo Congresso de História Nacional**. IHGB, Rio de Janeiro: IGHB; Imprensa Nacional, 1 V., 1934, p. 32.

americanas para a supressão de toda e qualquer expressão que pudesse revelar animosidades passadas entre qualquer país, tanto nos programas de ensino de História, quanto nas preleções de professores. A resolução foi aprovada pela plenária do IHGB.

Nesse processo, em 1933, o Brasil chancelou com a Argentina e com o México o acordo a respeito da revisão dos textos de ensino de História e Geografia⁴⁸⁹, que havia sido apresentado no Segundo Congresso, no Rio de Janeiro. A partir da decisão, vários países da América Latina constituíram comissões para efetuar a revisão dos textos, com base em uma série de recomendações, especialmente a partir das diretrizes que seriam coordenadas a partir da criação de um Instituto para o Ensino da História das Repúblicas Americanas, com sede em Buenos Aires.⁴⁹⁰

As diretrizes que embasariam a revisão dos textos, eram: fomentar em cada uma das “Repúblicas Americanas” o ensino da história das demais; dedicação maior à história de outros países não americanos nos pontos de maior relação com a história da América; cuidar para que os programas de ensino e nos textos de História não contivessem apreciações hostis para com outros países ou erros que tenham sido evidenciados pela crítica; se atenuar o espírito bélico nos manuais de História, e insista no estudo da cultura dos povos e o desenvolvimento universal da civilização; que se eliminasse dos textos os paralelos enfadonhos e os comentários e conceitos ofensivos e deprimentes para outros países; evitar que a narração de vitórias alcançadas sobre outras nações possa servir de motivo para rebaixar o conceito moral dos países vencidos; que não fosse narrado com ódio e alteração os feitos na narração de guerras ou batalhas; destacar tudo quanto pudesse contribuir construtivamente para a inteligência e cooperação dos países americanos.⁴⁹¹

A relação dos congressos e o ensino de História, sobretudo de viés patriótico, foram a tônica nas citadas reuniões dos historiadores. Na sessão de abertura do Segundo Congresso de História Nacional, o Conde de Affonso Celso, Presidente do IHGB, proferiu discurso de abertura e em determinado momento de sua fala afirmou que o Segundo Congresso demonstrava: “[...] admiráveis feições especiais, cuja a benemerência cívica, será assinalada, nos trabalhos do Congresso, para doutrinação da geração atual e das vindouras, incutindo-lhes veneração, desvanecimento e gratidão, relativamente aos nossos maiores”⁴⁹². Conforme o

⁴⁸⁹ Tratados assinados entre o México e o Brasil. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. 29 de dezembro de 1933.

⁴⁹⁰ Nesse cenário, o Instituto Pan-Americano de Geografia e História e o Instituto para o Ensino da História das Repúblicas Americanas atuavam juntos em regime de cooperação com os institutos históricos e geográficos das Américas e entidades afins.

⁴⁹¹ BRASIL. **Relatórios do Ministério das Relações Exteriores** (RJ). Rio de Janeiro, 1933, p. 142-143.

⁴⁹² IHGB. Op. Cit., 1 V., 1934, p. 17.

presidente do Congresso, Ramiz Galvão, o “trabalho preliminar, assim como as atas das sessões que se realizaram e as numerosas monografias evidenciadas no memorável certame de 1931 [...] que a todo tempo serão atestados do patriotismo e do talento dos ilustres Brasileiros da nossa geração”.⁴⁹³

No que diz respeito à participação dos institutos históricos e geográficos da Amazônia no Segundo Congresso, menciona-se que em uma ata de sessão ordinária do IHGP, de 7 de abril 1931, data de abertura do congresso, o presidente Luiz Barreiros informava que o IHGP recebeu “um telegrama do Dr. Lauro Sodré agradecendo a indicação feita por este instituto para seu representante perante o Congresso de História Nacional”⁴⁹⁴. No referido Congresso, três intelectuais dos institutos da Amazônia participaram do evento: o médico e político Vivaldo Palma Lima Filho, do Instituto Geográfico e Histórico do Estado do Amazonas (IGHA), o militar e político republicano Lauro Nina Sodré e Silva e o artista e historiador paraense Theodoro Braga, ambos do IHGP. Os dois primeiros assumiram a condição de delegados no Segundo Congresso, enquanto o terceiro participou apresentando uma tese no citado evento, com o título “O ensino das Artes”, recebida pela organização do congresso em dezembro de 1930.

No caso do IHGP, as escolhas do delegado e do representante apresentador de tese no Segundo Congresso não foram sem intenções, visto que Lauro Sodré (delegado do Pará) era um nome conhecido e respeitado no círculo político da capital do Brasil naquela época, pois além da atuação política republicana no Pará, Sodré assumira os cargos de secretário de Benjamin Constant no Ministério da Guerra (15/11/1889-12/3/1890) e, logo em seguida, na Secretaria de Estado da Instrução Pública, Correios e Telégrafos (19/4/1890-20/1/1891). Foi eleito deputado pelo Estado do Pará nas eleições para o Congresso Nacional Constituinte, realizadas em 15 de setembro de 1890. Além dos cargos de importância política no Pará, Sodré, em 1897, com o apoio dos republicanos e positivistas, chegou a ser escolhido candidato à presidência da República, tendo como adversário Campos Sales, que logrou êxito e foi eleito presidente da República (1898-1902) pelo Partido Republicano Paulista. Lauro Sodré ainda exerceu o cargo de Senador pelo Pará até 1929, no Senado Federal sediado no Rio de Janeiro.

A indicação de Sodré não era, portanto, qualquer indicação de representante que o IHGP enviava ao Segundo Congresso, inclusive sendo um tipo de reconhecimento do IHGP pela história de participação de Sodré na fundação e refundação daquele instituto no Pará e uma

⁴⁹³ Ibidem. s/p.

⁴⁹⁴ Ata de sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Sessão comemorativa ao primeiro centenário da abdicação de D. Pedro I, 1931, p. 1.

forma de conceder a ele um posto de importância intelectual e política, visto que o político paraense, apesar de ter sido eleito em 1930 novamente para o Senado foi, mediante o fechamento do Congresso Nacional em função da “Revolução de 30”, impedido de assumir mais um mandato senatorial. Assim, logo a sua participação no congresso lhe traria visibilidade junto à classe política dirigente do país – que havia sido convidada também para o Segundo Congresso. O político paraense foi forçado a deixar a vida política oficial e logo se revelava descontente com a situação e com o Governo Provisório de Getúlio Vargas, postura que se tornou mais expressiva na tese que apresentou no Terceiro Congresso de História Nacional, em 1938, na qual, em pleno contexto de centralização política no Brasil com o golpe de 1937, defendeu o regime republicano no Brasil e no mundo, desferindo fortes críticas aos governos autoritários.

Além disso, os congressos de história nacional não reuniam apenas historiadores, mas contavam com a presença de políticos, membros de várias instituições e departamentos, como é possível notar em relação ao Segundo Congresso, que teve como convidados de honra o Presidente da República e seus ministros do Governo Federal, o reitor e os representantes das escolas que formavam a Universidade do Rio de Janeiro, o diretor da escola de Bellas Artes, os diretores do Colégio Pedro II. Ainda foram convidadas instituições como a Academia Nacional de Medicina, Instituto da Ordem dos Advogados, Club de Engenharia, Sociedade de Geografia, Academia de Letras e Academia Brasileira de Ciências.⁴⁹⁵

Diante do contexto, possivelmente o amigo e correspondente no Pará, e então Presidente do Instituto Histórico e Geográfico paraense, em 1931, Luiz Barreiros, a par da situação, tenha percebido a importante oportunidade para Sodré, já que, conforme Santos: “Luiz Barreiros seria, nas palavras de Mecenas Rocha, o ‘discípulo dileto’ e, posteriormente, ‘o confidente discreto e o defensor acérrimo’, sempre afeito e solidário à Lauro Sodré”⁴⁹⁶. Santos ainda amplia esse ponto considerando que, mediante as fontes consultadas, Luiz Barreiros atuou junto a Sodré nos círculos intelectuais do Pará entre o Império e a República, e que no Rio de Janeiro, em 1897, face à criação, por iniciativa de Sodré, de uma associação chamada Grêmio Paraense que se destinava a realizar a propaganda do Pará no Distrito Federal, também teve participação ativa nessa associação⁴⁹⁷. Sodré foi tido como uma presença importante no Segundo Congresso, sendo agradecido em público, oportunidade em que lhe foi delegada a avaliação de duas teses

⁴⁹⁵ Instituto Histórico. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 22 de março de 1931, p. 8.

⁴⁹⁶ SANTOS, Alan Christian de Souza. **O senador militar: poder, sociabilidade e escrita de si na trajetória parlamentar de Lauro Sodré (1897-1930)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2020, p. 282.

⁴⁹⁷ Idem.

da seção de História Administrativa, de autoria de Clóvis Bevilacqua, sendo a primeira sobre o reconhecimento da independência do Brasil por parte dos estados platinos; a segunda tese foi um estudo do conjunto das reclamações estrangeiras, que originaram do bloqueio do Rio da Prata pelas forças brasileiras.⁴⁹⁸

O Instituto Histórico e Geográfico do Pará fez questão de marcar sua presença no Segundo Congresso não só com delegados, mas, enviando ofício à Presidência do Congresso com congratulações pela realização da reunião e pela comemoração do centenário da Abdição, conforme registrado na ata da segunda sessão plena do Segundo Congresso de História Nacional, em 13 de abril de 1931⁴⁹⁹. Assim, a busca pela afirmação de uma historiografia oficial a partir da Amazônia passava também pela participação dos institutos históricos e geográficos da Amazônia nos maiores eventos da área de História do país: os congressos de história nacional. O IHGP, por exemplo, sempre enviou representantes e delegados aos citados congressos e percebia os eventos como importantes, pois tomava as devidas medidas para assegurar participação.

O outro representante do IHGP, na modalidade apresentador de tese, foi, como já mencionado, Theodoro Braga (1872-1953), pintor e historiador paraense. Em 1899, durante os estudos de aperfeiçoamento na cidade de Paris, recebeu o Prêmio de Viagem à Europa, em 1905 regressou a sua terra natal, três anos depois, em 1908 apresentou uma pintura histórica que o projetou no cenário da arte brasileira e amazônica: a tela *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará*, uma encomenda do intendente de Belém à época Antonio Lemos (1843-1913).

Conforme Figueiredo:

Apadrinhado pelo intendente municipal Antônio Lemos, o artista transformou a pintura em assunto de governo e o tema da história pátria em matéria de interesse popular. Entre 1903 e 1905, Theodoro Braga se dedicou a costurar um novo momento nas artes plásticas do Pará, com iniciativas de aproximação entre artistas, literatos e autoridades do governo local em torno do debate do nacionalismo, da identidade regional e da história pátria.⁵⁰⁰

⁴⁹⁸ IHGB. **Anais do Segundo Congresso de História Nacional**. IHGB, Rio de Janeiro: IGHB; Imprensa Nacional, 1 V., 1934, p. 31-32.

⁴⁹⁹ IHGB. Ata da segunda sessão plena, em 13 de abril de 1931. **Anais do Segundo Congresso de História Nacional**. IHGB, Rio de Janeiro: IGHB; Imprensa Nacional, 1 V., 1934.

⁵⁰⁰ FIGUEIREDO, Aldrin de Moura. Quimera amazônica: arte, mecenato e colecionismo em Belém do Pará, 1890-1910. **Clio**. Revista de pesquisa histórica. v. 28, n. 1 (2010), p.11. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24241/19663> Acesso em 28/01/2023.

Theodoro, ainda conforme Figueiredo, “[...] desenhou um panorama com duas cenas: a chegada dos portugueses e a construção do forte. É fundamental perceber o esforço de Theodoro Braga em sua tentativa de construir uma nova versão desse acontecimento fundador”,⁵⁰¹ estabelecendo incisivo debate com outros diálogos historiográficos. A nova versão fundadora mencionada por Figueiredo diz respeito a um exercício de reescrita da história através da arte, no caso a fundação do Brasil a partir da Amazônia, com destaque para o estabelecimento português nessa área e o encontro com os indígenas, foco da obra de Braga, visto que cobria o evento de fundação da capital do Pará de uma narrativa sobre a formação social da nação.⁵⁰²

O pintor e historiador paraense fez parte do circuito das artes nacionais em sua época e a sua participação no Segundo Congresso de História Nacional demonstra os principais argumentos dessa tese: primeiro, sobre o papel dos institutos históricos da Amazônia na construção de uma historiografia oficial na região, ou seja, o processo de profissionalização e especialização do campo historiográfico amazônico, pois a presença de representantes dos institutos históricos e geográficos da Amazônia nos congressos nacionais os colocava em contato com os historiadores brasileiros, além de permitir a produção de textos normatizados, com prazos e dentro de um escopo próprio de um evento; segundo, a busca pelo diálogo com história nacional sem perder de vista a história regional.

Theodoro Braga era um nome forte para representar a integração da Amazônia à história do Brasil, pois já era bastante conhecido nos salões de arte e exposições do eixo Rio-São Paulo, bem como possuía experiência internacional. Braga já vinha demonstrando na sua trajetória artística um destaque no cenário nacional, basta lembrar que nas comemorações do centenário da independência brasileira apresentou uma produção com o hino nacional ilustrado, sendo elogiado no Rio de Janeiro por tal obra.⁵⁰³ Além do que, Braga era bem visto no âmbito do IHGB e tido como consócio deste Instituto, basta lembrar que era já na década de 1920 prestigiado pelos pares do IHGB, como durante os preparativos para o Congresso Nacional de História da América, ocasião em que a comissão central do congresso fez questão de prestigiar a exposição organizada por Braga na Biblioteca Nacional sobre o estado do Pará. Um dos pontos altos da exposição do artista paraense, destacados pelos membros do IHGB, foi a exposição de documentos acerca da estilização nacional de arte decorativa. Essa vertente

⁵⁰¹ FIGUEIREDO, Aldrin de Moura. O museu como patrimônio, a república como memória: arte e colecionismo em Belém do Pará (1890-1940). *Antíteses* [en línea]. 2014, 7(14), 20-42. ISSN: 1984-3356. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193332875003>

⁵⁰² FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos modernos*: uma história social da arte e da literatura na Amazonia, 1908-1929. 2001. 315 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1590961>. Acesso em: 29 jan. 2023.

⁵⁰³ O Hino Nacional ilustrado. *O Jornal*. Rio de Janeiro. 23 de outubro de 1921, p. 3.

nacionalista de Theodoro Braga era vista de perto aos olhos dos interesses do IHGB.⁵⁰⁴ Essa exposição do pintor paraense ganhou expressiva visibilidade que até o Presidente da República à época, Epitácio Pessoa, o visitou na Biblioteca Nacional, bem como o conterrâneo e senador naquele momento, Lauro Sodré.

A exposição do escritor e pintor paraense foi classificada na capital do país como obra de patriotismo, pois revelava a história, a arte e geografia de uma parte do Brasil: A Amazônia. O redator de um jornal carioca, Simoens Silva, classificou a exposição como sinônimo de “saber, pertinácia e patriotismo”, pois eram informações expostas que diziam respeito não só ao estado do Pará, mas ao Brasil, consideradas ainda como “valiosas e verídicas”, dadas as inúmeras pesquisas e vasta documentação consultada pelo expositor paraense.⁵⁰⁵ Nesse caso, mais uma vez Theodoro Braga buscava realçar e integrar a Amazônia ao Brasil. O centenário da independência foi um momento chave na carreira de Theodoro Braga, visto a projeção que o pintor alcançou.

Apesar do seu nacionalismo, Theodoro Braga esteve atento, em sua trajetória profissional, aos aspectos regionais, especialmente da Amazônia, como mencionado acima em relação ao quadro sobre a fundação da cidade de Belém. Em 1920, por exemplo, Braga chegou a propor ao IHGP para que sugerisse ao Comitê de comemoração da independência do Brasil no Rio de Janeiro que fosse criada uma galeria histórica composta por quadros representando a adesão à independência de cada província brasileira à época, inclusive com autores de cada Estado do país.⁵⁰⁶ Diante da organização do centenário da independência do Brasil concentrada no Sul do país, a ideia de Braga abria uma oportunidade para que as províncias/Estados tivessem alguma participação de forma mais efetiva.

Embora na tese elaborada para Segundo Congresso tenha se concentrado somente no ensino das artes em nível de Brasil, a trajetória intelectual e artística de Theodoro Braga demonstra ter sido ele um autor que buscou integrar a Amazônia à história e à arte nacional. A escrita de um texto essencialmente nacional seguia as normas do citado evento, por sua vez, devotado a um recorte temporal em que de fato as manifestações artísticas das elites amazônicas ainda não eram amplas. Em um texto sobre a “Estilização nacional de arte decorativa aplicada”, Braga defendia as linhas metras pelas quais deveria trilhar a arte nacional, e neste texto de 1921, ele demonstrava como a partir da Amazônia a arte nacional deveria buscar suas verdadeiras raízes em detrimento dos estilos estrangeiros, como podemos observar a seguir:

⁵⁰⁴ XX Congresso Internacional de Americanistas. **O Jornal**. Rio de Janeiro. 25 de outubro de 1921.

⁵⁰⁵ A propósito de uma exposição. **O Jornal**. Rio de Janeiro 17 de dezembro de 1921, p. 2.

⁵⁰⁶ Resolução do Instituto Histórico. **O Jornal**. Rio de Janeiro. 17 de janeiro de 1920.

Por que não buscar, na curiosa e pouco conhecida ainda cerâmica dos indígenas de Marajó, motivos delicados da ornamentação geométrica decoração sóbria mas típica, afim de decorarmos fundos, frisas e rosáceas dos nossos muros, painéis, tapetes, mosaicos, etc., etc. ? Para que, pois, escravizarmo-nos às gregas copiadas e recopiadas que o estrangeiro exportador nos impinge a preço de prejudicar duplamente a nossa arte nacional?⁵⁰⁷

A tese de Theodoro Braga para o Segundo Congresso contou a história do ensino das artes no Brasil e foi apresentada na seção de História Administrativa, Econômica e Diplomática, passando em revista pelas escolas e tendências de formação dos artistas nacionais. Neste texto, Braga adotou um forte tom de crítica à Coroa Portuguesa por ter, segundo ele, abafado as manifestações artísticas na colônia brasileira, contudo, para Braga, foram os jesuítas que lançaram as primeiras sementes da arte no Brasil:

[...] A arte, manifestação superior do espírito humano, não podia germinar, evoluir e espalhar seus efeitos salutareos de civilização e cultura num ambiente restrito como era o do Brasil, por força da prepotência utilitária e egoística da metrópole. Nenhum operário de arte exceto alguns jesuítas inteligentes e hábeis, era enviado para o Brasil, e o que poderia fortuitamente aqui aparecer era logo impedido de exercer a sua profissão liberal.⁵⁰⁸

Segundo Theodoro Braga, foi somente com a elevação do Brasil à condição de Reino de Portugal que foi iniciado o movimento para o ensino de artes no Brasil de forma mais concreta a partir da influência de artistas advindos da França, mediante interesse do monarca na criação de uma “Instituição Nacional das Belas Artes”, em 1816. Ainda segundo este autor, após a assinatura do decreto real de 12 de agosto de 1816, que autorizava o “ensino metodizado das artes no Brasi”, uma leva de artistas franceses a exemplo de Joachim Le Breton, secretário do Instituto de França, Augusto Henri Grandjean de Montigny, arquiteto, Nicolás Antoine Taunay, pintor de batalhas e paisagista, Jean Baptiste Debret, pintor de histórias e cenas de costumes locais, Felix Emile Taunay, pintor de história, dentre outros mestres franceses vieram para o Brasil em uma missão artística para a organização da Academia de Belas Artes, como podemos observar na descrição a seguir:

⁵⁰⁷ BRAGA, Theodoro. **Estilização nacional de arte decorativa aplicada**. 19&20, Rio de Janeiro, v. V, n. 1, jan. 2010. Originalmente publicado em *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, ano IX, dez. 1921. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/artigos_imprensa/ilustracao_brasileira/ib_1921_12_tb.pdf Acesso em: 29/01/2023.

⁵⁰⁸ BRAGA, Theodoro. O ensino das artes. In. *Anais do Segundo Congresso de História Nacional*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942. Vol. III, p. 161.

[...] Com a presença dos grandes mestres franceses novo horizonte se abria à atividade dos que, sem recursos, almejavam possuir elementos fortes e valiosos para o completo aprendizado da arte escolhida; já não se fazia mister a dispendiosa viagem á Lisboa, como até então se era forçado a fazer, raramente entre os que se dedicavam às artes e que podiam dispor de cabedais ou de protetores poderosos. Como vimos, o decreto de 12 de agosto, instituindo as primeiras Aulas de arte que faziam “parte integrante da Escola de Ciências e Artes e Offícios que se ia mandar estabelecer” impunha claramente como objetivo necessário “o estudo das belas artes e dependendo de seus conhecimentos teóricos e perfeição dos ofícios mecânicos e da indústria”, nomeava aqueles mestres professores da nova instituição oficial de ensino público.⁵⁰⁹

A narrativa de Theodoro Braga foi pautada pelos eventos e pela cronologia, pois a partir da independência do Brasil como marco da libertação nacional, inclusive para o autor, liberdade artística, Braga demarcou cada momento da narrativa dos acontecimentos a partir dedas datas e fatos mais importantes. O texto priorizou tratar das iniciativas para o estabelecimento do ensino de artes, sendo esse o principal argumento: a estabilização de espaços e exposições artísticas no território nacional, buscando evidenciar as formas de organização e uniformização do ensino das artes, utilizando o conceito de “educação artística, patriótica do povo brasileiro”. O texto de Braga estava em consonância com o Segundo Congresso, não só pelo recorte temático e temporal, mas pelo apego ao nacionalismo e o trato de uma temática relacionada ao ensino, visto que o evento também se prestava a tratar sobre a revisão do ensino de História e Geografia.

Para Theodoro Braga a criação da Escola de Ciências, Artes e Offícios representava a entrada do Brasil no círculo da Modernidade, inaugurando uma “era de luzes” na educação dos jovens aprendizes do país. Para a realização desse projeto, seria necessário rememorar os projetos nacionalistas já efetivados no país, a exemplo do romantismo, que elegera o indígena brasileiro como símbolo nacional. É válido lembrar, que foi nesse contexto que se assistiu à forte atuação de D. Pedro II na busca pelo registro e perpetuação da memória nacional, e que por meio da criação e manutenção de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas Artes e o Colégio Pedro II, realizou-se, de acordo com Lilia Schwarcz “a consolidação de um projeto romântico para a conformação de uma cultura genuinamente nacional”⁵¹⁰. A Academia Imperial, por exemplo, passava a conformar

⁵⁰⁹ BRAGA, Theodoro. O ensino das artes. In. Anais do Segundo Congresso de História Nacional. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942. Vol. III, p. 164.

⁵¹⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Um monarca nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas-Artes e o Colégio Pedro II. In. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 127.

as imagens oficiais do Império, transformando em pintura histórica os principais acontecimentos e heróis da nação, efetivando um projeto cultural que trazia os ares de modernidade e civilização almejados pelo projeto imperial:

É, pois, a partir de 1816 que o Brasil se liberta espiritualmente do obscurantismo em que viveu para olhos abertos e alma em extase, transportar-se para um mundo iluminado que até então não conhecera, diante das lições dos mestres que traziam da Europa civilizada os ensinamentos completos de tudo que se liga às grandes Artes.⁵¹¹

O pintor paraense buscava alinhar em sua carreira o trabalho com artes e a vertente histórico-pedagógica, pois acreditava no ensino das artes como um caminho para a educação nacional. Braga havia sido diretor do Instituto Profissional do Pará e professor interino do Instituto Profissional João Alfredo, no Rio de Janeiro, o qual possuía um curso de Artes. Essa trajetória entre as artes e a pedagogia o credenciou para proferir palestra, com o título “A nova orientação do desenho no sentido nacionalista”, na Liga Pedagógica do Ensino Secundário” de São Paulo, em 1923⁵¹², bem como sua participação no Segundo Congresso com uma tese sobre o ensino de artes no Brasil. Assim, a escolha do pintor paraense para representar o IHGP foi uma escolha que visava demonstrar a importância do Pará e da Amazônia no citado evento, sobretudo pelo peso do currículo de Braga e sua inserção nos círculos intelectuais e artísticos do centro do país. A integração da Amazônia à nação brasileira teria em Theodoro Braga sua expressão máxima, pois era um escritor, pintor e historiador que tão bem estabelecia o diálogo entre a região e a nação em suas produções.

4.3 Terceiro Congresso de História Nacional: uma história tripartite do Brasil a partir da Amazônia

O Terceiro Congresso de História Nacional, realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na semana de 21 a 28 de outubro de 1938, trouxe como marco o primeiro centenário do IHGB, o evento teve como “presidência de honra o Conde de Afonso Celso, o Ministro da Educação e Saúde Pública, o Cardeal Arcebispo, o prefeito do Distrito Federal e o

⁵¹¹ BRAGA, Theodoro. O ensino das artes. In. Anais do Segundo Congresso de História Nacional. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942. Vol. III, p. 165.

⁵¹² Uma federação de sociedades pedagógicas. **O Jornal**. Rio de Janeiro. 20 de janeiro de 1923, p. 12.

Presidente da República Getúlio Vargas”⁵¹³. Além dos integrantes dos quadros sociais, o IHGB convidou uma ampla relação de “personalidades formada por autoridades do governo, representantes dos institutos históricos estaduais e instituições congêneres”⁵¹⁴. No que se refere às regras do evento, decidiu-se aceitar “apenas a inscrição de obras inéditas, avaliadas previamente por comitês científicos”, tal como ocorreu no primeiro e segundo congressos, realizados em 1914 e 1931. Contudo, novos certames foram elaborados para a organização das seções, devendo essas ser organizadas da seguinte forma: “Bio-bibliografias; História Política e Parlamentar; História Econômica e Social; História Diplomática e Militar; Etnografia, Geografia e Arqueologia; Ciências, letras, artes e religião”.⁵¹⁵

A organização das seções demonstrava uma preocupação que já se apresentava na historiografia brasileira: “abordar os aspectos econômicos articulando-os aos quadros sociais”⁵¹⁶. No que se refere à organização temática, os congressistas poderiam [...] “contribuir com quaisquer memórias sobre história do Brasil, no período que vai de 1500 a 1900”⁵¹⁷, prevalecendo, ainda, uma orientação pela divisão cronológica da história do Brasil. De acordo com os regimes políticos, contudo, as principais fases da história pátria deveriam ser analisadas a partir de diversas abordagens, diferente da “sequência árida de episódios, regulamentos e leis, que prevaleceram nos quadros das seções do Primeiro Congresso de 1914”.⁵¹⁸

No conjunto das temáticas privilegiadas pelo evento destacou-se a preocupação em abordar a problemática das origens e da formação da cultura brasileira e a necessidade de enfatizar personalidades que servissem de exemplos às gerações futuras. Àquela altura, formava-se uma nova geração de historiadores no IHGB, a exemplo de José Honório Rodrigues, Américo Jacobina Lacombe e Artur Cezar Ferreira Reis, apresentando contribuições que, de acordo com o parecer feito pelos intelectuais do IHGB acerca da tese apresentada por Artur

⁵¹³Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro- IHGB. **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1.

⁵¹⁴ GUIMARÃES, Lúcia M. P. *Op. Cit.* p. 187.

⁵¹⁵ IHGB. **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 17-18. Em função da amplitude dos temas tratados a comissão organizadora inseriu mais uma seção intitulada História Geral do Brasil.

⁵¹⁶ RODRIGUES, J. H. Teoria da História do Brasil. Apud GUIMARÃES, Lúcia M. P. **Da Escola Palatina ao Silogeu**. *Op. Cit.* p.188.

⁵¹⁶ Idem, p. 187.

⁵¹⁷ IHGB. **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 17-18.

⁵¹⁸ GUIMARÃES, Lúcia M. P. *Op. Cit.* p.188.

Reis “Navegação fluvial, especialmente a do Amazonas”, eram “dignas de figurar entre as melhores dos Anais.”⁵¹⁹

Além da tese publicada por Artur Cezar Ferreira Reis, do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, foram apresentadas no Terceiro Congresso de História Nacional as teses dos representantes do Instituto Histórico e Geográfico do Pará “A proclamação da República”, de Lauro Sodré, e “Os selvagens do Brasil”, de Jorge Hurley. Assim, o presente tópico tem como objetivo analisar as três teses acima citadas de historiadores amazônicos destacadas no congresso, buscando refletir sobre o perfil da história e dos historiadores do Pará e Amazonas presentes ao evento. Arelada a esse objetivo, encontra-se a questão central de pesquisa: Como as teses apresentadas pelos historiadores da Amazônia representaram temas da história nacional e, ao mesmo tempo, de que forma essas teses possuíam aspectos históricos pertinentes à própria história da Amazônia?

Como fontes para o referido estudo foram analisadas as três teses apresentadas pelos historiadores amazônicos no Terceiro Congresso de História Nacional, além de alguns artigos das revistas dos institutos históricos do Pará e Amazonas. A interpretação desses documentos ancora-se em aporte bibliográfico voltado para a historiografia brasileira e do próprio IHGB, bem como de uma bibliografia amazônica, especialmente paraense.

Esse estudo contribui com a historiografia amazônica e brasileira no que diz respeito ao exame da história e dos historiadores regionais amazônicos em diálogo com a historiografia brasileira na década de 1930. Além disso, o debate se justifica em função de não se conhecerem estudos que analisem a participação de historiadores amazônicos nos congressos de História organizados pelo IHGB ao longo de sua história. Sendo assim, o texto supre uma lacuna na compreensão de um debate tão importante para a historiografia brasileira.

No primeiro tópico apresentamos a participação do historiador paraense Henrique Jorge Hurley e o seu debate acerca dos povos indígenas no Brasil; No segundo tópico dialogamos acerca da tese apresentada pelo historiador amazonense Artur Cezar Ferreira Reis no evento e o seu debate acerca da navegação fluvial no Segundo Reinado. No terceiro tópico destacamos a participação do republicanista Lauro Nina Sodré no evento e a sua defesa pela República Brasileira.

⁵¹⁹ Parecer sobre a tese Navegação fluvial, especialmente a do Amazonas de autoria de Artur Cezar Ferreira Reis. IHGB. **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1.

4.3.1 Jorge Hurley: a integração do indígena amazônico à nação

A primeira tese aqui analisada é de autoria do historiador Henrique Jorge Hurley, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. A tese intitulada “Os selvagens do Brasil” foi ofertada pelo autor paraense ao secretário perpétuo do IHGB Max Fleiuss: “Ao ilustre mestre de História Geral e do Brasil, Dr. Max Fleiuss, ofereço o meu trabalho ‘Os Selvagens do Brasil’, escrita para colaborar na obra da comemoração do Centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”⁵²⁰. A obra dividida em cinco capítulos disserta acerca dos indígenas brasileiros durante o processo de colonização em várias partes do Brasil. Chama a atenção no texto a linguagem e o olhar historiográfico apresentados por Hurley a respeito dos povos indígenas, narrados ao longo dos capítulos.

Hurley iniciou a carreira profissional com militar, logo formou-se em Direito, campo propício para seu trânsito junto aos letrados à época como os literatos modernistas paraenses. Daí sua participação em instituições clássicas do campo literário e de pesquisa histórica, como a Revista Belém Nova, a Academia Paraense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, atuando na fronteira de ser um antropólogo e um historiador. Esteve alinhado ao movimento político que a partir de 1930 governou o Brasil, de modo que alcançou os cargos de Corregedor das comarcas de Belém e durante a interventoria de Magalhães Barata no Pará ocupou o cargo de desembargador do Tribunal do Estado. Segundo Magda Ricci, Jorge Hurley:

[...] transitou pela política do governo varguista e do Estado Novo, debatendo uma série de conceitos comuns à época, como os de identidade nacional versus raça, educação e civilização no Brasil e o papel do homem no espaço amazônico.⁵²¹

Inicialmente, destaca-se o título da obra, *Os selvagens do Brasil*, que aponta para as representações clássicas elaboradas pelos membros do IHGB no que diz respeito aos povos indígenas. Para Manoel Luiz Salgado Guimarães, ao analisar as representações dos povos indígenas nas revistas do IHGB do século XIX, não se tratava apenas de buscar incluir os indígenas na História do Brasil, mas de uma tentativa de integrá-los socialmente na nação,

⁵²⁰ HURLEY, Jorge. Os selvagens do Brasil. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p.s/p.

⁵²¹ RICCI, Magda. Folclore, literatura e história: a trajetória de Henrique Jorge Hurley. In: FONTES, Edilza Joana de Oliveira; NETO, José Maia Bezerra. (Orgs). **Diálogos entre história, literatura e memória**. – Belém: Paka Tatu, 2007. p. 309-310.

possibilitando “o processo civilizador”⁵²², processo esse análogo ao que ocorria nas décadas de 1930 e 1940 no país, que se voltava para os debates em torno do povo brasileiro e a questão da mestiçagem, ou seja, a formação étnica e social da nação mediante as três raças formadoras. No Pará, desde 1935, conforme Ricci (2007), os intelectuais paraenses procuravam um sentimento de unidade com o Brasil, sobretudo, naquilo que diz respeito ao homem brasileiro, que visto a partir da Amazônia apresentava-se como o caboclo, investido de seu antepassado de luta: o cabano. Em 1938, Jorge Hurley buscava o tratamento por índios selvagens, indicando a pretensão de transformar esse índio em um brasileiro, obviamente tido como civilizado, o que explica a nomenclatura utilizada por ele para os povos indígenas em suas narrativas historiográficas.

Narrando inicialmente o processo de pacificação e conquista dos povos indígenas dos sertões da Bahia no início do século XVIII (1716), Jorge Hurley os descreve inúmeras vezes como “bárbaros selvagens”, “aborígenes”, “indomáveis” etc.:

Habitavam os sertões da Baía várias tribos que os jesuítas portugueses denominavam tapuias por serem inimigos figadais dos tupis e seus anãmas (parentes). Ocupavam os tapuias as selvas quase inacessíveis dos sertões [...]. Dentre esses bárbaros selvagens, destacavam-se, pela sua ferocidade, os Orizes e seus aliados Procazes, que mantinham um perpétuo estado de guerra com os Caiambés[...].⁵²³

Ao buscar descrever o perfil dos indígenas desta região, exibindo para o leitor os traços estéticos destes sujeitos, Jorge Hurley classifica-os negativamente, depreciando-os como bárbaros sanguinários, ferozes e violentos, assustadores em suas práticas:

De estatura alta e corpo reforçado, esses tapuias cultivavam mandioca, carás e batatas, e davam-se à antropofagia devorando, por vingança e gula, os inimigos que lhes caíam prisioneiros. Eram tristes, ferozes e odientos. A preocupação principal de sua política era o desforço sangrento, a vingança.⁵²⁴

Partindo das descrições ressaltadas pelo escritor português José Freire de Monterroio Mascarenhas, na obra avulsa *Os Orizes conquistados*⁵²⁵, publicada em Lisboa pelas Officinas

⁵²²GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p. 144.

⁵²³HURLEY, Jorge. Os selvagens do Brasil. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 71

⁵²⁴HURLEY, Jorge. Os selvagens do Brasil. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 72

⁵²⁵Os Orizes conquistados, ou noticia da conversam dos indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certaõ do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & á obediencia da Coroa Portugueza: com a qual

de Antonio Pedroso Galvão, em 1716, Jorge Hurley reafirma a importância do trabalho de catequização dos indígenas como via de integração social, ou seja, civilizar por meio da religião e da renúncia à violência, destacando o papel das ordens religiosas como primordiais na cristianização dos indígenas. Assim, lembrando o trabalho de sacerdotes jesuítas, como José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, que “entraram na historiografia como civilizadores do Brasil”⁵²⁶, o autor traz destaque para a figura do padre Eusébio Dias Laços Lima:

A descrição desses maravilhosos sucessos põe em realce o devotamento, a abnegação e a coragem do vigário da paróquia de nossa Senhora de Nazareth de Itapocurú de Cima padre Eusébio Dias Laços Lima, o herói pacífico dessa esplêndida vitória.⁵²⁷

Desse modo, na narrativa de Hurley, o padre Eusébio Dias Laços Lima era o protagonista da história de “pacificação dos bravos orizes e procazes”⁵²⁸ ocorrida, segundo esse autor, em junho de 1713.

No primeiro capítulo da obra, “Um milagre de N. S. de Nazareth”, Hurley narra o episódio do resgate de dezoito indígenas orizes das mãos de seus inimigos os índios caimbés, realizado pelo padre Eusébio Dias Laços Lima, levando-os para viverem em Itapocurú de Cima, onde os orizes passaram pelo processo de catequização, necessário para “modificar-lhes a educação livre das selvas”⁵²⁹. Na narrativa de Hurley, pode-se observar uma supervalorização do desempenho dos colonizadores, nesse caso do padre Eusébio, por meio de uma descrição épica, eurocêntrica, pois os portugueses teriam sido capazes de, além de negociar com os caimbés, dominar povos guerreiros, como os orizes e procazes, catequizá-los e discipliná-los, fazendo-os trabalhar e defender a terra como fiéis e submissos servidores do rei, exaltando, dessa forma, o processo de pacificação realizado pelos portugueses e apresentando a catequização do restante do grupo como moeda de troca pelo resgate dos rapazes da aldeia, dentre eles o filho do cacique:

se descreve também a aspereza do sítio da sua habitação, a cegueira da sua idolatria, & barbaridade dos seus ritos. Acesso em: 26 de março de 2021. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br>

⁵²⁶GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p. 151.

⁵²⁷HURLEY, Jorge. Os selvagens do Brasil. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 71.

⁵²⁸HURLEY, Jorge. Os selvagens do Brasil. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 73.

⁵²⁹ HURLEY, Jorge. Os selvagens do Brasil. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 75.

O cacique entra na trincheira e vendo o filho ao lado do padre são e salvo, “lançou-se por terra com os de sua companhia” [...] O padre Eusebio Dias o levantou nos braços, e o filho lhe contou quanto tinha passado, e pediu-lhe que aceitasse a paz e a religião dos brancos. Mostrou-lhe que a vida lá fora, com os brancos era melhor do que “naquelas incultas brenhas”.⁵³⁰

Não demorou muito o padre Eusebio levantou um altar do lado de fora da barricada, a partir do qual “deveria celebrar o santo sacrifício da missa em ação de graças por essa vitória da religião”⁵³¹. Na cerimônia foram batizadas três mil e setecentas pessoas, durante três dias, entre homens, mulheres, velhos e meninos, sendo destacado o padre Eusébio nesse cenário como “o virtuoso general dessa incomensurável conquista para a civilização brasileira, pois ele “vencera com a cruz, irradiando a piedade cristã, [...], e “as feras de ontem eram os cordeiros de hoje e o vigário de Nazareth do Itapocurú de Cima, o seu pastor, que com eles, suportando, pacientemente, a vida e os costumes selvagens, passou cinco meses instruindo-os de modo a que pudessem receber o batismo”.⁵³²

Na Amazônia das primeiras décadas do século XX, intelectuais a exemplo de Jorge Hurley demonstravam interesse por estudos de caráter folclórico e etnográfico, apresentando especial atenção para a identidade dos indígenas amazônicos. Desde a expedição ao rio Gurupi, em 1919, que esse historiador analisava em suas pesquisas as práticas e representações, bem como o destino dos povos da região. Assim, na década de 1930, acompanhando a política governamental do Estado Novo, de “civilizar” a nação brasileira, e os debates realizados no interior da política indigenista brasileira, Jorge Hurley reafirma as suas propostas, os quais pensava, conforme Figueiredo:

“civilizar” o mais rápido possível essas populações, procurando dar condições para que o índio se transformasse num “brasileiro”. A ideia era “matar” a figura do índio e construir sobre ela a do civilizado. Quanto às tradições, seriam registradas no momento da conquista, da pacificação e conservadas sob a forma de etnografia e folclore. Assim ninguém teria que enfrentar índios bravos e sanguinários, ao mesmo tempo em que se mataria o embrião das crenças pagãs, guardando apenas os registros do passado.⁵³³

⁵³⁰ HURLEY, Jorge. Os selvagens do Brasil. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 77.

⁵³¹ HURLEY, Jorge. Os selvagens do Brasil. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 78.

⁵³² HURLEY, Jorge. Os selvagens do Brasil. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 79.

⁵³³ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Flechas com pontas de aço: imagem, política e historiografia indigenista na Amazônia nas primeiras décadas do século XX. **Muiraquitã**, PPGLI-UFAC, v.2, n.1, Jul/Dez, 2013, p. 57

Para Hurley, o processo de pacificação e conquista era fundamental, contudo, por intermédio de um trabalho lento e gradual de integração pacífica desses povos à “civilização” brasileira e amazônica, dialogando com eles e estabelecendo laços de amizade e alianças de paz. Desse modo, no segundo capítulo do livro do autor, intitulado “O Heroísmo de Iauirauçu-Arraia Grande”, concede destaque para o personagem indígena Iauirauçu, conhecido como “arraia grande”, indígena cacique dos caetés. Em três páginas, narra um dos episódios da tentativa de colonização pelos franceses do Norte do Brasil, em especial o Pará na primeira metade do século XVII. O texto apresenta a aliança firmada pelo general protestante da Marinha francesa Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière e os índios tupinambás na região do rio Tocantins:

Ravardière esteve no rio Tocantins nas aldeias Pacaiá e Parisope(Parijós), onde o cacique Iuacauçu (ceu grande), aderindo a guerra aos camarupins, lhe ofereceu mais mil e duzentos caboclos cametaoaras[...] Depois desse encontro sangrento, em que foram mortos muitos camarupins, recuou Ravardière [...] pretendia prolongar sua excursão ao interior do Pará.⁵³⁴

Explicitando a aliança firmada entre o general francês e o cacique tupinambá, Hurley narra de forma enaltecida as ações do cacique Iuacauçu à frente de um naufrago em que esse estava presente, com destino ao Maranhão, vindo do Pará. Assim, descrito como o herói da narrativa, Iuacauçu foi quem salvou, com base nas abordagens de Hurley, a tripulação do navio francês:

Estavam nus numa ilha deserta, sem água doce e cercada de mangues, siriubeiras e tinteiras e de praias povoadas de aves marinhas, condenados a morrerem à fome e à sede. [...] E Arraiá-grande, como verdadeira Iamanta (Arraia fabulosa), “atirou-se às ondas, e a nado, atravessou grande espaço cheio de mangue, desembaraçando-se a muito custo das raízes destas árvores, e do tujuco, onde, às veses, se enterrava até o pescoço. Chegando à aldeia dos seus semelhantes, animou-os a virem com algumas canoas, vestidos e víveres, e depois que todos regressaram às aldeias defronte do lugar do naufrágio, ele lhes entregou tudo quanto haviam perdido, e que o mar tinha atirado às praias. Esse ato do bravo governador selvagem dos caetés consolidou a amizade entre franceses e tupinambás.⁵³⁵

Dito isso, observa-se um processo de heroicização da personagem indígena, quando essa aparece como protagonista dos episódios narrados. O protagonismo, no entanto, decorre da

⁵³⁴ HURLEY, Jorge. Os selvagens do Brasil. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 82.

⁵³⁵ HURLEY, Jorge. Os selvagens do Brasil. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 84.

amizade do índio com a figura dos colonizadores, pois, para ser grande, Iuacauçu precisou aderir ao general francês e suas gentes, “firmando com eles amizade e paz”⁵³⁶. De todo modo, na narrativa de Hurley a valorização do papel do índio foi algo a se notar, visto que a inclusão efetiva dos povos indígenas com suas ações, práticas e formas de existências na narrativa histórica ocorreu apenas na década de 1990 (Monteiro, 2001).

O terceiro capítulo do livro de Hurley, denominado “A pacificação dos selvagens dos rios Doce e Mucuri”, destaca, por sua vez, um personagem europeu, Guido Thomaz Marlière, tenente-coronel do Exército francês, e as suas incursões pelo interior do Sul do Brasil, especificamente os “vales férteis de São Mateus, Mucurí e Jequitinhonha, antigas províncias do Espírito Santo e Minas Gerais”. Para Hurley, Guido Thomaz foi um herói colonizador da região, parafraseando o sertanista Theóphilo Otoni, Thomaz foi o “pai e o amigo dos Botocudos, comparado a Anchieta, Antonio Vieira ou um Malagrida”.⁵³⁷

Utilizando como fonte um artigo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, “Apontamentos sobre a vida do índio Guido Pocrane”⁵³⁸, Hurley narra de forma harmônica e romântica a amizade estabelecida entre um índio botocudo da região e Guido Thomaz. Guido Pocrane, um rapagão de 24 anos, servira durante 13 anos como “ponto de ligação entre os selvagens e agente de Marlière”⁵³⁹, bem como “penetrava os sertões regionais em vista às aldeias”, conciliando as aldeias inimigas. Para Jorge Hurley, eram esses dois conhecidos como os “pacificadores dos Botocudos do Rio Doce”, e ficaram “perpetuados na memória dos sertanejos e dos aborígenes do Espírito Santo e Minas Gerais, os quais recordavam com saudade, os seus nomes”.⁵⁴⁰

Uma característica bastante presente nas narrativas de Jorge Hurley acerca dos povos indígenas é a recusa à violência, visto sua aproximação com a ideia de pacificação por meio da catequização. Assim, ao narrar a atuação do político e comerciante do império Teófilo Otoni, destaca as críticas enfatizadas por ele acerca da “selvajaria dos colonos contra os aborígenes”:

⁵³⁶ HURLEY, Jorge. Os selvagens do Brasil. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 83.

⁵³⁷ HURLEY, Jorge. Os selvagens do Brasil. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 85-86.

⁵³⁸ FERRAZ, L. P. do C. Apontamentos sobre a vida do índio Guido Pocrane e sobre o francez Guido Marlière, oferecido ao Instituto Histórico Geográfico do Brasil, pelo sócio Exmo. Snr. Conselheiro Luiz Pedreira de Couto Ferraz. **RIGHB XVIII**, 1855, p. 410-417.

⁵³⁹ HURLEY, Jorge. Os selvagens do Brasil. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 88.

⁵⁴⁰ HURLEY, Jorge. Os selvagens do Brasil. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 90.

No sítio do Mariano, duas léguas acima de São José, os cristãos tendo atraído os selvagens a uma emboscada, os atacaram a falsa fé, e fizeram larga carnificina. Dezesseis crânios foram então vendidos (triste mercadoria) a um francês, que disse fazer esta aquisição por conta do Museu de Paris. Foi isto em 1846. O francês tinha encomenda de crânios selvagens e o cristão sertanejo preparou-se, de emboscada e bateu dezesseis amerabas para satisfazer-lhe o pedido. Matar um homem do caá para lhe extrair o crânio era, naquele tempo, a mesma coisa que abater um jaguar para lhe tirar a pele, ou uma garça para lhe colher as plumas! Perseguidos e chacinados, assim, com tanta crueldade, os selvagens somem-se nas florestas onde as feras lhes seriam, talvez, mais amigas ou, paradoxalmente, mais humanas[...].⁵⁴¹

A partir dessa lógica, portanto, de narrar o processo de pacificação sem violência, destaca, no capítulo quatro de sua obra, “A 4ª Bandeira Goiana”, a investida do alferes José Pinto da Fonseca na região do rio Araguaia, realizada em junho de 1775 para a conquista e pacificação dos índios carajás e javaés. Assim, enfatizando com censura o processo de pacificação empreendido pelo Coronel Antônio Pires de Campos, Hurley ressalta uma “bandeira de trágica e bárbara memória, ocorrida em 1741”⁵⁴². Utiliza como fonte vários artigos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, inclusive o relatório do Alferes Fonseca. Hurley narra com satisfação o pacto de amizade estabelecido entre os bandeirantes e os indígenas carajás e javaés, episódio que ficou registrado na carta declarada pelo Cacique carajá e no juramento de vassalagem e fidelidade elaborada pelo chefe da bandeira José Pinto da Fonseca. Apesar de os bandeirantes terem ficado conhecidos pelos métodos violentos de apresamento de indígenas pelos sertões do Brasil, o que *a priori* os afastaria da ideia de conquista pacífica de Hurley, foram bem vistos pelo autor, em virtude do caráter cristão catequizador empreendido por eles, visto que a instalação da bandeira na aldeia era legitimada por meio da celebração de uma missa, como ficou registrado em vários episódios do processo de colonização no Brasil, inclusive, no vale do rio Araguaia:

No dia de Santana, de 1775, o padre Francisco da Vitória, diante de uma grande cruz e num altar improvisado e enfeitado de flores da mata, das quais se destacava lindas catleias e outras parasitas, celebrava a primeira missa, assistida dos bandeirantes e da massa Carajá, cujos selvagens, ajoelhando-se e levantando-se, seguiam os movimentos dos brancos durante a missa. Terminada a missa, houve lugar a festa da imposição do nome de “Santa Ana”

⁵⁴¹ HURLEY, Jorge. Os selvagens do Brasil. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 91.

⁵⁴² HURLEY, Jorge. Os selvagens do Brasil. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 95.

à ilha Bananal. Depois dessa cerimônia, o chefe Carajá declarou a Bandeira instalada na ilha, recebendo, nessa ocasião, mais algumas ferramentas.⁵⁴³

Essa perspectiva de Jorge Hurley acerca da pacificação indígena por meio da catequização foi defendida em vários de seus artigos, inclusive em um publicado na revista do IHGP de 1932, intitulado “Prol catechese do aborígene brasileiro: o serviço de proteção aos índios no Pará e talvez no Brasil, por sua ineficiência, é pura ficção”⁵⁴⁴, quando esse autor afirma que “a catechese dos selvagens, que ainda possuímos, como ‘bicho do mato’, não pode ser eficiente sem o auxílio protector da grande árvore frondosa do christianismo eterna cartilha de A, B, C da civilização entre os povos bárbaros”.⁵⁴⁵

Assim, no último capítulo do livro, “Estudos sobre o selvagem brasileiro”, o historiador paraense relata a vingança dos índios caiapós contra o coronel Antônio Pires de Campos, um “insigne assassino[...] que tinha o prazer de ensanguentar os sertões brasileiros com o sangue nobre dos nossos aborígenes”, que havia, conforme Hurley, tido o mesmo destino de suas vítimas na “bandeira da morte”, liderada por ele:

Após alguns dias de marcha, houve o encontro entre esses selvagens e a Bandeira sinistra do coronel (de milícias) Antonio Pires de Campos que, depois de uma luta encarniçada desbarata os Caiapós que, num instante feliz, conseguem encravar-lhe uma flecha no peito direito abaixo do hombro.⁵⁴⁶

Portanto, Jorge Hurley, no último capítulo de sua obra, reafirmava a tese de integração dos indígenas da Amazônia à nação, mediante processos de pacificação e cristianização. Todavia, tal idealização da política indigenista revelava um processo também violento, visto pressupor eliminar a “carga cultural” indígena a partir da transposição para uma condição dita, pelo autor, de “civilização”, o que se traduz como a cultura do “homem branco”. Essa posição de Hurley foi tensionada a partir de 1920 com a chegada ao Pará do etnólogo alemão Curt Nimuendajú, que assumia a Chefia da Seção Etnográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi

⁵⁴³ HURLEY, Jorge. Os selvagens do Brasil. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 103.

⁵⁴⁴ HURLEY, Jorge. Prol catechese do aborígene brasileiro. O serviço de proteção aos ‘índios’ do Pará e talvez no Brasil, por sua ineficiência, é pura ficção. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, VII, nº 7, p. 223-227, 1932.

⁵⁴⁵ HURLEY, Jorge. Prol catechese do aborígene brasileiro. O serviço de proteção aos ‘índios’ do Pará e talvez no Brasil, por sua ineficiência, é pura ficção. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, VII, nº 7, 1932, p. 227.

⁵⁴⁶ HURLEY, Jorge. Prol catechese do aborígene brasileiro. O serviço de proteção aos ‘índios’ do Pará e talvez no Brasil, por sua ineficiência, é pura ficção. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, VII, nº 7, p. 223-227, 1932.0

naquele ano. Conforme Figueiredo (2010), um momento de contestação de Hurley, por parte de Curt Nimuendajú, ocorreu justamente quando esse último demonstrou aversão em relação “a proposta de Jorge Hurley em trazer os índios Tembé do Gurupi para morar com os Tembé do Guamá, que viviam mais próximos do contato com a “civilização”⁵⁴⁷. Estas disputas demonstram os debates que estavam em alta naquele momento no que se referia a constituição da nação brasileira, especialmente no que se referia ao destino dos índios da região e a sua possível integração ao Brasil.

A participação dos historiadores amazônicos no Terceiro Congresso de História Nacional demonstra o diálogo estabelecido entre os historiadores da região e a historiografia brasileira nesse momento, destacando a participação nos principais debates realizados no evento, bem como evidenciando a existência de uma elite intelectual na região que escrevia a partir desse e sobre este espaço. Com a análise dos temas exibidos nas três teses, algumas questões afloram nas contribuições dos historiadores amazônicos participantes do Congresso: primeiro, a questão política, pois se observa as posturas monarquistas e republicanas dos representantes da Amazônia no terceiro congresso de história nacional, sobretudo considerando as relações dessas teses com os institutos amazônicos, ou seja, aventa-se que a tese solicitada ao instituto do Amazonas foi uma relacionada com a temática monárquica, fazendo jus à própria tradição monarquista do IHGB e do instituto do Amazonas. Por outro lado, a tese desenvolvida por Lauro Sodré, e possivelmente solicitada pelo IHGB ao IHGP, relaciona-se à tradição republicana, do próprio Sodré e do Instituto do Pará.

Outra questão é a discussão etnográfica referente à tese de Hurley, visto que diante de uma década de debates sobre a formação da sociedade brasileira, o tema possuía alta aceitação e estava em consonância com as diretrizes do evento. Ao apropriar-se de uma fonte do século XVIII (a obra de José Mascarenhas, em que o autor apresenta o trabalho de pacificação dos indígenas realizado pelos portugueses, por meio da religião católica), Hurley reafirma a necessidade de pacificação e integração dos povos indígenas à nação brasileira dos anos 1930, legitimando o projeto de identidade nacional dos anos Vargas, em especial o Estado Novo, que se baseava no modernismo regionalista, enfatizando os aspectos da cultura brasileira na busca de uma civilização nos trópicos. Assim, destacava-se a “necessidade de desvendar o sentido

⁵⁴⁷ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. (2010). “O índio como metáfora: política, modernismo e historiografia na Amazônia nas primeiras décadas do século XX”. **Projeto História** n° 41. São Paulo: USP, 2010, p. 322-323.

‘original’ do país e suas especificidades, analisando a constituição étnica e social da nação através das três raças formadoras”.⁵⁴⁸

A partir da análise das três teses apresentadas pelos historiadores amazônicos no Terceiro Congresso de História Nacional (1938), observa-se que foram privilegiadas temáticas nacionais que possuíam aspectos da própria história da região amazônica, como as discussões sobre a navegação e o panorama do Segundo Reinado (tese de Arthur Reis), ocasião em que uma das principais discussões sobre navegação foi o caso da abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira; a proclamação da República, a partir das reflexões sobre o fortalecimento dos ideais republicanos no Brasil e na Amazônia (tese de Lauro Sodré), até porque o autor esteve em ascensão política no Pará justamente no período republicano; e o debate sobre os índios do Brasil (tese de Jorge Hurley), que explorava um tema caro à história amazônica, notadamente a questão indígena, com a qual seu autor possuía afinidade, haja visto ter publicado vários trabalhos na interface da história e da etnografia na década de 1930.

No que se refere aos ideais de construção da nação por parte do IHGB, observa-se que nas três teses apresentadas pelos historiadores amazônicos tais ideais se fizeram presentes, a saber: primeiro, o tema tratado por Arthur Reis guarda aspectos relacionados à importância do Segundo Reinado, chefiado por D. Pedro II, para a navegação nacional à época, bem como a atuação do Governo imperial na Amazônia; segundo, Lauro Sodré, por sua vez, explanou um tema diretamente ligado à história nacional: a República; terceiro, Jorge Hurley enfatizou, em sua tese, o debate nacional sobre a formação da sociedade brasileira, considerando que os índios “selvagens” deveriam ser pacificados e integrados à nação, transformando-os em “brasileiros”.

4.3.2 Arthur César Ferreira Reis: o Segundo Reinado a partir da Amazônia

Tese escrita sob encomenda pelo IHGB, o texto produzido e apresentado por Arthur Reis, versava sobre o *“Panorama econômico-financeiro do 2º Reinado: Navegação fluvial, especialmente a do Amazonas”*, e caracterizava-se como uma valorização da história do Segundo Reinado, atrelada à discussão da navegação fluvial, especialmente a do rio Amazonas. Uma carta, localizada no acervo de correspondências de Arthur César Ferreira Reis, no Centro Cultural dos Povos da Amazônia, em Manaus, escrita em 15 de outubro de 1937 pelo IHGB, assim se reportava acerca do convite ao historiador Amazônida:

⁵⁴⁸FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. (2010). “O índio como metáfora: política, modernismo e historiografia na Amazônia nas primeiras décadas do século XX”. *Projeto História* n° 41. São Paulo: USP, 2010, p. 321.

Em nome da Comissão Organizadora do 3º Congresso de História Nacional, a realizar-se nesta Capital de 21 a 29 de outubro do anno vindouro, para comemorar o primeiro centenário da fundação do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, temos a honra de comunicar a V. Excia. Que a mesma comissão, prestando justa homenagem aos altos merecimentos e comprovada competência de V. Excia., resolveu elege-lo relator da these n. 37-(e) que assim se escreve: “Panorama economico-financeiro do 2º Reinado: Navegação fluvial, especialmente a do Amazonas”. Certos de que V. Excia. Não recusará o encargo que lhe foi espontaneamente conferido, antecipamos nossos agradecimentos, aproveitando o ensejo que se nos offerece para apresentar a V. Excia. Os protestos de nossa particular estima e distinctissima consideração.⁵⁴⁹

Com base nas normas do evento, cada tese apresentada deveria ter um parecerista, e no caso do texto exibido por Arthur Reis o parecer ficou a cargo do historiador carioca Marcos Carneiro de Mendonça, membro do IHGB. Para Mendonça, o texto de Reis “oferece-nos condensado panorama dos múltiplos aspectos por que tem sido tratado no Brasil, esse importante problema”⁵⁵⁰. O tema da navegação fluvial deve ser considerado como importante para o IHGB, visto que, seguindo sua tradição imperial, o Instituto possivelmente buscava exaltar o evento da abertura do rio Amazonas à navegação internacional, decretado por D. Pedro II, em 1867. Faz-se necessário também lembrar que a tese sobre o Segundo Reinado foi justamente solicitada ao representante do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e não ao representante do Instituto do Pará, muito em função de que o Instituto do Amazonas nitidamente assumiu postura monarquista ao longo de sua história, enquanto o Instituto paraense desde seus inícios teve caráter marcadamente republicano.

Na tese sustentada por Reis, evidencia-se uma epopeia da ocupação portuguesa na região a partir do processo de reafirmação da autoridade portuguesa nesse espaço. Pautado nos ideais civilizatórios do IHGB, o texto acaba discriminando índios e negros no processo de colonização e construção da nacionalidade, destacando as personagens lusitanas como condutores do processo histórico, como podemos observar na narrativa apresentada pelo autor:

A política portuguesa, relativamente à navegação de nossos cursos d’água, não fugiu ao sistema de reservas, de prudência, que a orientou noutros aspectos. Foi, significativamente, cautelosa. Dentro do espírito da época, Portugal aproveitou, em grande parte, para os seus nacionais, as vias magníficas que cortavam o hinterland. Aproveitou a seu modo, limpando as

⁵⁴⁹ Carta convite do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1937. Biblioteca Arthur Reis, Centro Cultural dos Povos da Amazônia, Manaus, AM.

⁵⁵⁰ Parecer sobre a tese Navegação fluvial, especialmente a do Amazonas de autoria de Artur Cezar Ferreira Reis. IHGB. **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v. 1. p. 144.

margens de indígenas, quando estes incomodavam os viajores, fazendo criar, para eles, pequenas colônias de pousadas e abastecimento [...]. Através dessas estradas líquidas, atingiu, com os bandeirantes, o coração do Brasil, ligou norte a sul, fez circular as riquezas com que o alto sertão contribuiu para o movimento da economia nacional [...].⁵⁵¹

No final do século XVIII e início do XIX, Reis heroifica os trabalhos desenvolvidos pelo português D. Francisco de Souza Coutinho na região, afirmando, que este teria governado a Amazônia:

[...] com preocupações civilizadoras, imaginando aumentá-la com a incorporação da Guiana Francesa, projetou uma série de providências para animá-la e elevá-la às altas condições de progresso. Um plano largo, que propunha os mais variados problemas da região e lhes dava a solução enérgica, sábia, momentosa. D. Francisco compreendia a realidade amazônica, nos seus aspectos físico-humanos.⁵⁵²

Ainda em relação aos índios e negros, a visão de Reis coaduna-se com a visão da intelectualidade da época, especialmente do IHGB, notadamente uma visão desses grupos étnicos dentro da ideia de raças bárbaras, incivilizadas, como se pode notar quando o autor aborda o período da Cabanagem, em que a “massa indígena cooperava sem ordem”. Sobre o negro afirmava que “[...] viera para a Amazônia em número reduzido. Não se criara ali, por isso, um foco de homo-fer”⁵⁵³, ou seja, a tradução desse último termo em dicionários revela que o autor tratava a população negra na condição de impassível e preguiçosa. Na esteira da formação social da região, Reis volta-se sobre a população à época da Cabanagem, evidenciando que em localidades de diretórios indígenas e ribeirinhas, “dessas malocas, desses núcleos, de um primitivismo rude, saiam às centenas os caboclos, empregados nas obras públicas de Belém e Manaus”⁵⁵⁴. Em contraposição, apontava que sob os vícios da civilização estavam domésticos o canoeiro, o buscador de drogas do sertão e trabalhadores de sítios e roças, obviamente descendentes de brancos.

Quando Arthur Reis analisa as demais partes do Império, no que se referia à questão da navegação fluvial, a exemplo do Parnaíba, do Paraíba do Sul, do São Francisco etc., afirma que

⁵⁵¹REIS, Artur Cezar Ferreira. E) Navegação fluvial, especialmente a do Amazonas. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1941, v.4. p.5

⁵⁵²REIS, Artur Cezar Ferreira. E) Navegação fluvial, especialmente a do Amazonas. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1941, v.4. p.7

⁵⁵³ REIS, Artur Cezar Ferreira. E) Navegação fluvial, especialmente a do Amazonas. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1941, v.4. p.32.

⁵⁵⁴ Idem.

a “a navegação continuava aquela que vinha da era colonial”⁵⁵⁵. Para ele, “o pensamento dominante era o de que sem a intervenção eficiente do poder público nada de útil seria possível”. Contudo, segundo Arthur Reis, este cenário iria mudar com a emergência do Segundo Reinado, pois:

Com Pedro II, até 1889, íamos viver a nossa grande experiência democrática. Em todos os setores do país, a força moralizadora e serena e construtiva se faria sentir. Os mais graves problemas do Estado iam agora ser examinados, para que o Império ascendesse no continental [...]⁵⁵⁶.

As interpretações sobre o processo histórico vivido na Amazônia, portanto, para Arthur Reis, vinculavam-se à percepção de um estado forte e centralizado, capaz de promover e gerir o desenvolvimento do país, estando representado naquele momento pelas ações do Segundo Reinado sobre o território amazônico. Reis, ao passo que se debruçou acerca da navegação fluvial no Vale do Amazonas, traçou um quadro econômico e financeiro da região, como sugere o título de sua comunicação. Logo, se após a independência o Extremo Norte estava envolvido em uma complexa crise econômica e social, após 1850 os debates sobre a navegação do rio Amazonas e a implementação do barco a vapor mobilizariam as elites políticas da região, quando narra a criação de companhias de navegação, a presença dos investimento do Barão de Mauá e seus enviados à região, como João Martins da Silva Coutinho, além de demonstrar que o Vale possuía uma produção econômica a partir de produtos agrícolas e da extração da seringa. O texto tratava ainda da liberação da navegação do Amazonas para nações estrangeiras e, por fim, dedicava uma pequena parte para tratar da navegação em outras partes do Império, citando as bacias do São Francisco, Paraguai, Paraíba do Sul, dentre outros.

Em pleno contexto de centralização política vivida no país com o golpe de Estado de 1937, Arthur Reis, enquanto intelectual vinculado ao Estado, foi crítico do liberalismo e apoiador da interferência estatal em diferentes contextos da história nacional e amazônica, a exemplo da “junta Revolucionária, em 1930, do Estado Novo, em 1937, e Militar, em 1964, defendendo a “intervenção do Estado na organização das relações sociais, nos seus diversos níveis”⁵⁵⁷.

⁵⁵⁵REIS, Artur Cezar Ferreira. E) Navegação fluvial, especialmente a do Amazonas. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1941, v.4. p.24-25.

⁵⁵⁶ REIS, Artur Cezar Ferreira. E) Navegação fluvial, especialmente a do Amazonas. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1941, v.4. p.25.

⁵⁵⁷ COELHO, Mauro Cezar; QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Fronteiras da História, Limites do Saber: A Amazônia e seus Intérpretes*. In: _____(Org.). **Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX)**. 1ª ed. Belém; Macapá: Núcleo de Altos Estudos da Amazônia/UFGA; Universidade Federal do Amapá, 2001, v., p. 159-190. p. 170.

Compreendendo a história como um instrumento pedagógico, o autor buscará nos investimentos do passado imperial na Amazônia, em especial do Segundo Reinado, os exemplos a serem seguidos pelo poder estatal da geração presente para com a região, característica que ficou expressa em várias de suas obras sobre a história da região.⁵⁵⁸ Era uma marca da Historiografia brasileira e amazônica o engajamento intelectual com as tendências políticas nacionais e regionais. De acordo com Mônica Pimenta Veloso, foi uma prática comum no Brasil “nos momentos de crise e mudanças históricas profundas – instauração do Império, Proclamação da República, Revolução de 30 e Estado Novo –, as elites intelectuais marcaram presença no cenário político, defendendo o direito de interferirem no processo de organização nacional.”⁵⁵⁹

No Estado do Amazonas, os intelectuais relacionados às tradicionais instituições de produção de saber, como o IGHA e a AAL, tinham preocupações políticas locais e regionais. Integravam esse grupo, por exemplo, “os intelectuais diretamente envolvidos no processo revolucionário de 1930”: Carlos Mesquita, professor, Waldemar Pedrosa, advogado, o próprio Arthur César Ferreira Reis, a essa época relator da Comissão de Delimitação de Limites dos Municípios do Estado do Amazonas, e o advogado Álvaro Botelho Maia, membro da AAL, nomeado Interventor Federal durante os anos 1930-1931 e, posteriormente, por meio das eleições de 1935 a 1945, dez anos.⁵⁶⁰

Assim, compreendendo o texto de Reis como fruto do contexto histórico e político vivido no país à época, naquilo que diz respeito ao auge do autoritarismo político dos anos Vargas, e a postura adotada pelo IHGB ao apoiar os acontecimentos revolucionários de 1930, nomeando como presidente de honra do Terceiro Congresso de História Nacional o Presidente da República, Getúlio Vargas, bem como a encomenda do IHGB para Arthur Reis na construção de uma tese sobre o Segundo Reinado e os investimentos referentes à navegação fluvial para a Região amazônica, percebe-se a relação passado-presente na narrativa histórica, como afirma Marc Bloch, pois foi exatamente nos anos Vargas que a região amazônica recebeu uma atenção “especial” do Governo Federal e recepcionava uma visão de história sobre a região produzida

⁵⁵⁸ REIS, Arthur César Ferreira. A ocupação portuguesa no vale amazônico. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1968, tomo I, volume I; REIS, Arthur César Ferreira. (1940) **A Política de Portugal no Vale Amazônico**. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1993.

⁵⁵⁹ VELLOSO, Monica Pimenta. “Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano** – vol. 2”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 8. ed., 2017.

⁵⁶⁰ GUZMÁN, Décio Marco Antônio de Alencar. **História de Brancos: memória, história e etno-história dos índios Manao do Rio Negro (Sécs. XVIII- XIX)** Campinas, SP: 1997. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP. p. 115-116.

pelo Governo, pautada na ideia de soerguimento da Amazônia, em razão da marcha para o Norte.

A Revista Mensal de Estudos Brasileiros “Cultura Política”, criada em 1941 pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Vargas, considerada, segundo Gomes, um “espelho do Brasil⁵⁶¹”, integrou um conjunto de realizações na área da política cultural do Estado Novo, trazendo em suas várias seções⁵⁶² o retrato das políticas e ideologias governamentais à frente da nação brasileira. No que confere à região amazônica, pode-se identificar inúmeras narrativas acerca dessa região nos artigos do periódico, sendo elaboradas nos anos 1940 várias representações para a região que, por vezes, tal como frisado por Andrade (2010), retomaram as representações clássicas construídas por “Euclides da Cunha em (Um Paraíso Perdido e À margem da História), Alberto Ragel (Inferno Verde) e Alfredo Ladislau (Terra Imatura) sobre clima, raça e civilização”⁵⁶³, ou tentavam superá-las, colaborando para construir um ideário oficial pelos intelectuais do Estado Novo (1937-1945) com o intuito de explicar a realidade social da Amazônia e as possíveis áreas de intervenção do governo central, culpado historicamente pela situação de “abandono” da região.

O programa Marcha para o Oeste e a viagem de Getúlio Vargas à região nos anos 1940, quando proferiu o “Discurso do rio Amazonas”, proporcionaram uma ampliação de publicações de artigos na revista durante os anos 1941 e 1942, que passou a trazer um conjunto de representações sobre a Amazônia, classificando-a, muitas vezes, como “um lugar a ser conquistado pelo poder central” e o debate sobre temas regionais, a exemplo da subseção “Quadros e costumes do Norte”, escrito por Raimundo Pinheiro, além da representação de elementos regionais, a exemplo da necessidade de povoamento, o saneamento, a redenção do caboclo e do nordestino, a superação do clima, do binômio homem *versus* natureza e a colonização da região, tornando-se constantes nas narrativas deste periódico.

Além disso, os temas acima evidenciados estiveram presentes no discurso do Presidente Vargas no Amazonas, em 1940, quando enfatizou em sua fala temas caros à história da região, como a questão do clima, a ideia de civilizar e povoar, além de pressupor uma visão técnica e moderna para o alavanque da região. O discurso varguista praticamente lastreou certa interpretação histórica da Amazônia a partir da década de 1940. Ao iniciar seu pronunciamento,

⁵⁶¹ GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 125

⁵⁶² Problemas políticos e sociais; O pensamento político do chefe do governo; A estrutura jurídico-política do Brasil; Atividade governamental; Textos e documentos históricos; Brasil social, intelectual e artístico.

⁵⁶³ ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, maio-ago. 2010.

Vargas afirmou que a história da região foi feita de heroísmo e luta contra o meio e a missão histórica dos homens públicos destinou-se a “conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”⁵⁶⁴. A função enunciativa do presidente naquele momento era transpor o discurso do lendário e contemplativo em relação à Amazônia para fomentar um estudo “objetivo da realidade” para o desenvolvimento regional articulado ao crescimento da Pátria.

Mais importante para o tema da história e da historiografia amazônica é compreender a construção de certa interpretação da História da região a partir da visão governamental varguista e, para isso, concorre observar a fala do próprio presidente: “o Amazonas sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra, e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização”⁵⁶⁵. Esse cenário acima descrito caracteriza o clima em torno dos debates que construíram um novo pensamento social acerca da Região Amazônica, (re)visando, em alguns aspectos, as narrativas e a produção literária da primeira República, trazendo novos olhares para a História da Região, representando, dessa forma, uma nova maneira de interesse do governo central na região historicamente invisibilizada.

4.3.3 Lauro Sodré e a defesa pelo sistema republicano

Além do texto de Henrique Jorge Hurley, e do representante amazonense (Arthur Reis), cabe analisar aqui também o texto de um dos representantes paraenses, o político e militar Lauro Nina Sodré⁵⁶⁶, por sua vez, de extrema relevância para a compreensão historiográfica do momento do evento que participava, visto a natureza da tese sustentada por ele, “uma defesa pela instituição republicana”, em um evento realizado por uma instituição marcadamente e historicamente imperial, que celebrava o primeiro centenário de sua existência dialogando com o Estado autoritário de Getúlio Vargas e sem esquecer as benfeitorias realizadas ao IHGB pelo patriarca da instituição: D. Pedro II.

Lauro Sodré inicia seu texto destacando os elogios realizados pelo escritor português Latino Coelho ao “patriarca” da independência brasileira, José Bonifácio, enfatizando o papel

⁵⁶⁴ Discurso do Presidente Getúlio Dornelles Vargas. In: A Visita do Presidente Vargas e as esperanças do ressurgimento do Amazonas: propaganda amazonense. Imprensa Pública: Manaus, 1940, p. 13.

⁵⁶⁵ Ibidem, p. 14.

⁵⁶⁶ Lauro Nina Sodré e Silva nasceu em Belém do Pará em 1858 e faleceu no Rio de Janeiro em 1944. Foi um político e militar republicano, governador do Pará e senador. Seguidor da doutrina positivista de Augusto Comte. Dentre as suas principais publicações destacam-se: A idéia republicana no Pará (1890), Palavras e atos (1896), Crenças e opiniões (1896), A evolução política do Brasil (1906) e pelo norte da República.

desempenhado por ele no processo de emancipação política nacional, reafirmando a importância da efeméride para o destino da nação brasileira:

[...] militava pela instituição republicana o ser a própria nação ainda nascente, desatada por completo dos usos europeus, formando parte importante de um sistema político propriamente americano, onde a monarquia era uma exceção, quase uma anomalia, como se disséramos um tipo orgânico em certa maneira dissonante da flora política do novo mundo. [...] desde os primórdios do século XVIII começamos a galgar, de degrau em degrau, a longa série de perigosas andadas, que nos subiram até às cumeadas, a que vitoriosos chegamos em 1889.⁵⁶⁷

Tomando como aparato teórico e metodológico a compreensão da história como uma ciência positiva para a sua análise histórica da Proclamação da República, Sodré buscou encontrar as “Leis gerais” ou os “padrões”⁵⁶⁸ das experiências históricas que levaram ao processo republicano de 1889. Assim, baseado no método histórico do filósofo francês Augusto Comte, desenvolveu uma equiparação entre as ciências naturais e sociais compreendendo os fatos históricos como objetos passíveis de observação e experimentação:

[...] a ciência da história é hoje como as ciências positivas. O seu método é como os das outras ciências, o método experimental; assim: “constatam-se os fatos pela observação e pela experimentação e desses fatos particulares tiram-se por indução os fatos gerais ou leis”. Era já a lição de Pascal no *Fragment d’un Traité du vide* a mostrar como um mesmo homem que subsiste sempre e que aprende continuamente. O que a história como ciência ensina, no dizer autorizado do grande mestre que foi um dia Littré, é como os estados sociais sucedem uns aos outros em uma ordem determinada.⁵⁶⁹

Observa-se uma perspectiva universalista na análise histórica, e a busca por leis gerais e constantes que estariam por trás do desenvolvimento das sociedades humanas. Ao citar intelectuais iluministas, como o matemático Condorcet e o filósofo Kant, que buscavam as leis para a determinação das ações humanas e um “fio condutor” que explicasse a história dos homens, esse intelectual observa o processo de Proclamação como algo inevitável e inerente ao cenário moderno de finais do século XIX, demonstrado empiricamente por fatos e experiências passadas:

⁵⁶⁷ SODRÉ, Lauro. A Proclamação da República. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 351.

⁵⁶⁸ BARROS, José D’ Assunção. **Teoria da História**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 73.

⁵⁶⁹ SODRÉ, Lauro. A Proclamação da República. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 351.

Era já com larga antecedência, a opinião emitida por Condorcet, ao ver como se manifesta a constância na variedade dos fenômenos sociais: “se o homem pode prever com uma segurança quase inteira os fenômenos, cujas leis lhes são conhecidas; se, mesmo quando elas lhes são desconhecidas é possível, segundo a experiência do passado, predizer, com uma grande probabilidade, os acontecimentos do futuro, porque olhar-se-ia como quimérica empresa a de traçar com alguma verossemelhança o quadro dos destinos futuros da espécie humana, segundo os resultados da sua história?”.⁵⁷⁰

Aberto o livro é bem de ver como nasceu e se avolumou em constante crescimento a ideia republicana, em tempos vários e em pontos diversos e distantes da pátria, sem esquecer que não cessaram de pagar o seu doloroso tributo os confessores da nova ideia salvadora, caindo condenados e mortos pelas autoridades violentas da coroa, os audaciosos pregadores das doutrinas liberais.⁵⁷¹

Assim, apropriando-se das leituras do filósofo Condorcet, Lauro Sodré relembra em sua tese a necessidade de libertar o Brasil de finais do século XIX dos grilhões do Antigo Regime. Condorcet, que viveu o clima da França revolucionária na busca da libertação das opressões políticas e sociais impostas pelo Antigo Regime naquele país, buscava em suas obras a superação do cenário que unia os interesses do Estado Absolutista, da Nobreza com seus privilégios e dos setores mais conservadores da Igreja, sustentando a monarquia absolutista e os privilégios de uma aristocracia encarada sob o prisma do “parasitismo social”, bem como as superstições teológicas e hierarquizações sociais difundidas pelo Alto Clero⁵⁷². Era, portanto, um cenário que se encaixava como “uma luva” para lembrar as pretensões políticas e sociais galgadas por Sodré em finais do oitocentos no Brasil e na Amazônia, ou seja, a construção de um governo democrático e republicano, tal qual sonhado pelos ideólogos do movimento republicano de 1870, e não o cenário de corrupção e centralização política vividos na Primeira República, ou de autoritarismo político vivido no Brasil dos anos Vargas.

Na busca das fundações do sentimento nacional e reafirmação do pensamento republicano, Lauro Sodré, contrariamente ao estado autoritário dos anos 1930, mergulha nos eventos do passado do Brasil colonial e imperial na busca das raízes do republicanismo no país. Assim, enfatizando acontecimentos como a Guerra dos Mascates, em especial o 10 de novembro de 1710, o conflito entre os senhores de engenho de Olinda e um grupo de comerciantes portugueses de Recife, afirmando ser esse o “primeiro e largo passo para que entre nós vingasse um regime político, que nos fizesse emparelhar com as nações, em que o povo por

⁵⁷⁰ SODRÉ, Lauro. A Proclamação da República. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 351.

⁵⁷¹ SODRÉ, Lauro. A Proclamação da República. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 351.

⁵⁷² BARROS, José D' Assunção. **Teoria da História**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

si se governa”⁵⁷³. Ainda nessa perspectiva, Sodré evoca outras revoltas nativistas como a Revolta de Vila Rica (ou de Felipe dos Santos), narrando o “conflito com tons claramente antilusitanos, o autor contrapõe brasileiros e portugueses [...], apontando para as deficiências da atuação dos portugueses no Brasil, destacando a má administração, a prática do improviso, o uso da violência e os abusos contra os colonos”, sendo a raiz da ruptura política.

Para Sodré era imprescindível “rebuscar as lições da história, cujas páginas registram os inesquecíveis feitos dos que abriram as veredas, por onde entraram vencedores e felizes, os revolucionários de 1889”⁵⁷⁴. Dentre os “revolucionários”, Sodré destaca com afinco o papel desempenhado por Joaquim José da Silva Xavier, o “Tiradentes”:

De todos os conspiradores, só Tiradentes não dissimulou com a Pátria, não mentiu a seu destino cívico, não faltou a seus compromissos de conjurado, não vergou no tremendo passo do horrendo suplício final. Só teve com os débeis companheiros as generosas equivocções que os inocentavam, sem jamais, nem de leve, os carregar de culpas fictícias. Foi nobre, generoso, foi da melhor estirpe cívica e teve a clarividência, que faltou aos mais ilustres.⁵⁷⁵

Lauro Sodré evoca uma imagem do Tiradentes tal qual desenhada pelos republicanos das primeiras décadas do século XX, como representação oficial, o herói da pátria, mártir da República, o evangelizador capaz de representar com altivez a causa da pátria futura, porque “ele soffreu a tyrania dos potentados pelo desejo de liberdade de seu próprio paiz”⁵⁷⁶. Com o mesmo tom patriótico e enaltecendor, Sodré narra a “derradeira tentativa de implantação da República em nosso país, completadas assim as lidas, a que se consagraram as gerações que precederam os derradeiros apóstolos do novo evangelho político”⁵⁷⁷, ou seja, a Revolução Pernambucana de 1817, relatando que em Pernambuco nascia a “ideia de completa libertação da Pátria”⁵⁷⁸. Essa data tornou-se célebre para os republicanos, apesar da derrota final dos “revolucionários”, pois conseguiram deflagrar, “de fato”, um movimento separatista, chegando

⁵⁷³ SODRÉ, Lauro. A Proclamação da República. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 354.

⁵⁷⁴ SODRÉ, Lauro. A Proclamação da República. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 356.

⁵⁷⁵ SODRÉ, Lauro. A Proclamação da República. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 357.

⁵⁷⁶ Ata de sessão extraordinária comemorativa do martirologio de Tiradentes e em homenagem à memória de João Pessoa. Instituto Histórico e Geográfico do Pará. 21 de abril de 1931, p. 1.

⁵⁷⁷ SODRÉ, Lauro. A Proclamação da República. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 358.

⁵⁷⁸ SODRÉ, Lauro. A Proclamação da República. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 358.

a tomar o poder de Pernambuco e instalar um governo provisório, tornando-se semente para os “destinos da nova República”.⁵⁷⁹

O ano de 1817 será evocado com amplitude não apenas por Lauro Sodré nas primeiras décadas do século XX, mas pelos intelectuais da Academia Paraense de Letras e do reinstalado Instituto Histórico e Geográfico do Pará, pois foi então que o IHGP ganhou sua refundação, tonando-se o referido marco fundador da instituição. Conforme Freitas (2007), além de estender as comemorações e rememorar o Tricentenário da Fundação de Belém (1916), a data era “capaz de reunir em torno da Associação, as representações coletivas de que precisava para se autoafirmar como instituição cívica”⁵⁸⁰. Governador do Estado do Pará à época, Sodré participou ativamente incentivando o ato de refundação do IHGP em 1917, tornando-se o “presidente de honra” da instituição.

Assim, o recém-reinstalado instituto trazia as marcas do pensamento e anseios republicanos, os mesmos apresentados por Sodré em sua tese publicada nos Anais do Terceiro Congresso de História Nacional, de 1938. Outra característica importante destacada na tese do autor é a sua crítica às formas de governos autoritários, pois, em inúmeros parágrafos do texto, Sodré citando fragmentos dos manifestos enfatizados por esse no final do século XIX, à época das campanhas republicanas, reafirma a necessidade de se construírem governos democráticos e republicanos no Brasil:

É este o ensinamento da história. É ao passado que pertencem as páginas do reinado do despotismo [...]. Com o andar dos tempos, as ideias houveram de padecer modificações, e cada vez se acrescentava e crescia a esfera da liberdade, à proporção que minguava a da tirania. Nem mais deuses ou semideuses, não mais descendentes de deuses, os reis passaram a ser considerados como meros delegados de um ser supremo... **Dessa doutrina vetusta se derivaram as formas de governo, que, como a nossa, se resumem na vontade absoluta de um só indivíduo** [grifos nossos], cujo poder não é uma delegação da Nação. É essa submissão de um povo a um homem é para ser considerada como um diagnóstico seguro de um padecimento moral. É ela, como reconhece J. Spencer, um atestado de baixaza de caráter, e, o que é mais, no chefe e no súdito: em um há um egoísmo frio, em outro uma abdicação vil e covarde dos direitos do homem[...].⁵⁸¹

Contrariamente à postura exibida por Arthur Reis em sua tese apresentada no mesmo evento, ao reafirmar o poder da monarquia, em especial do Segundo Reinado, representado em

⁵⁷⁹ Idem.

⁵⁸⁰ FREITAS, Iza Vanesa Pedroso de. **O Patronato das Letras: Cultura e Política no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1930 – 1937)**, PPGH/UFGA, Belém – Pará, 2007.

⁵⁸¹ SODRÉ, Lauro. A Proclamação da República. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 371.

um Estado forte e centralizado, realidade política também vivenciada no Brasil dos anos 1938 com o golpe de Estado perpetrado pelo governo Vargas em âmbito nacional e, por conseguinte, no Pará e no Amazonas, com as interventorias de Magalhães Barata e Álvaro Maia, respectivamente. Sodré reafirma as bases do republicanismo, enfatizando “que há de desaparecer do país o trono dos césores”, e “que há de vir de baixo a revolução destinada a quebrar as armas da tirania, consagrando os instrumentos da democracia”.⁵⁸²

Assim, observam-se duas posturas históricas e políticas contrárias no mesmo evento, demonstrando as distinções da historiografia amazônica, em que historiadores de uma mesma região se destacam como representação intelectual desse espaço a partir de compreensões diferentes da história e dos sistemas políticos. Ademais, a participação dos historiadores amazônicos no Terceiro Congresso de História Nacional demonstra o diálogo estabelecido entre os historiadores desta região e a historiografia brasileira neste momento, destacando a participação destes nos principais debates realizados no evento, bem como evidenciando a existência de uma elite intelectual na região que escrevia a partir deste e sobre este espaço. Os historiadores amazônicos, ao participarem do congresso, passaram a compor a rede de sociabilidade intelectual em torno do IHGB e, portanto, da historiografia nacional, dada a rede de intelectuais que gravitavam em torno do IHGB à época.

Com a análise dos temas apresentados nas três teses, algumas questões afloram nas contribuições dos historiadores amazônicos participantes do Congresso: primeiro, a questão política, pois se observa as posturas monarquistas e republicanas dos representantes da Amazônia no terceiro congresso de História Nacional, sobretudo considerando as relações dessas teses com os institutos amazônicos, ou seja, aventamos que a tese solicitada ao instituto do Amazonas, IGHA, foi uma tese relacionada com a temática monárquica, enquanto a tese desenvolvida por Lauro Sodré, e possivelmente solicitada pelo IHGB ao IHGP, relacionava-se à tradição republicana do próprio Lauro Sodré e do Instituto do Pará.

Além do que, outra questão é a discussão etnográfica referente à tese de Hurley, visto que diante de uma década de debates sobre a formação da sociedade brasileira, o tema possuía alta aceitação e estava em consonância com as diretrizes do evento. Ao apropriar-se de uma fonte do século XVIII (a obra de José Mascarenhas, obra em que o autor apresenta o trabalho de pacificação dos indígenas realizado pelos portugueses, através da religião católica), Jorge Hurley reafirma a necessidade de pacificação e integração dos povos indígenas à nação brasileira dos anos 30, legitimando o projeto de identidade nacional dos anos Vargas, em

⁵⁸² SODRÉ, Lauro. A Proclamação da República. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 372-373.

especial o Estado Novo, que se baseava neste momento no modernismo regionalista, enfatizando os aspectos da cultura brasileira na busca de uma civilização nos trópicos. Assim, destacava-se a “necessidade de desvendar o sentido ‘original’ do país e suas especificidades, analisando a constituição étnica e social da nação através das três raças formadoras”⁵⁸³.

A partir da análise das três teses apresentadas pelos historiadores amazônicos no Terceiro Congresso de História Nacional (1938), observamos que foram privilegiadas temáticas nacionais que possuíam aspectos da própria história da região amazônica, como as discussões sobre a navegação e o panorama do Segundo Reinado (tese de Arthur Rei), ocasião em que uma das principais discussões sobre navegação naquele momento foi o caso da abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira; a proclamação da República, a partir das reflexões sobre o fortalecimento dos ideais republicanos no Brasil e na Amazônia (tese de Lauro Sodré), até porque o autor da tese esteve em ascensão política no Pará justamente no período republicano; e o debate sobre os índios do Brasil (tese de Jorge Hurley), tese essa que explorava um tema caro à história amazônica, notadamente a questão indígena, a qual seu autor possuía afinidade, haja vista ter publicado vários trabalhos na interface da história e da etnografia na década de 1930.

No que se refere aos ideais de construção da nação por parte do IHGB, observamos que nas três teses apresentadas pelos historiadores amazônicos tais ideais se fizeram presentes, a saber: primeiro, o debate apresentado por Jorge Hurley, que enfatiza em sua tese, a questão nacional a partir da formação da sociedade brasileira, considerando que os índios “selvagens” deveriam ser pacificados e integrados à nação, transformando-os em brasileiros; Segundo, o tema tratado por Arthur Reis guarda aspectos relacionados a importância do Segundo Reinado, chefiado por D. Pedro II, para a navegação nacional à época, bem como a atuação do Governo imperial na Amazônia; terceiro, Lauro Sodré, por sua vez, explanou um tema diretamente ligado à história nacional: a Proclamação da República, e a valorização dos modelos democráticos de governo.

É importante notar que as três teses advindas da Amazônia para o citado congresso, vistas em conjunto, revelam os interesses do IHGB e dos institutos amazônicos na história tripartida da Amazônia e do Brasil, ou seja, marcada, em partes, por uma cronologia política, as teses apresentaram certa continuidade e regularidade de tempos convencionais da história do Brasil, como Colônia (Hurley), Império (Arthur Reis) e República (Sodré). A ênfase nessa periodização também diz respeito ao próprio momento vivido na década de 1930 no campo

⁵⁸³FIGUEIREDO, Aldrin Moura. (2010). “O índio como metáfora: política, modernismo e historiografia na Amazônia nas primeiras décadas do século XX”. **Projeto História** n° 41. São Paulo: USP, p. 321.

cultural e educacional do país, sobre este último Bittencourt, tomando como exemplo o caso da educação primária, considera que se vivia uma época de consolidação da memória histórica nacional e patriótica, observando que duas situações caracterizavam o ensino de História: primeiro, existia um culto aos heróis da Pátria, a exemplo de Tiradentes; segundo, a obrigatoriedade da História do Brasil para estudantes que ingressavam nos estudos secundários.⁵⁸⁴ Em resumo, o Terceiro Congresso de História Nacional aconteceu em uma década marcada pela história da Pátria.

4.4 IV Congresso de História Nacional: a revisão da história colonial brasileira a partir da Amazônia

O IV Congresso de História Nacional foi realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no Rio de Janeiro entre 21 e 28 de abril de 1949. Contudo, a ideia do IV Congresso de História Nacional fora lançada dois anos antes, em 13 de maio de 1947, em reunião do IHGB, pelo então sócio do Instituto, Pedro Calmon, que teve a proposta de realização do evento aprovada por aclamação. Calmon justificou a proposta com base na comemoração do 4.º centenário da fundação da “cidade da Bahia” (Salvador), em 1949, primeira cidade da América Portuguesa e centro inicial da nacionalidade, tema que foi ajustado com o seguinte título: “4.º centenário da fundação do governo geral do Brasil e da cidade da Bahia”. Calmon também informou as diretrizes temáticas do evento, a partir formação e da organização nacional, tratando da história luso-brasileira, com estudos voltados para o “Brasil dos primeiros tempos”, cujo convite para o evento foi feito também aos historiadores portugueses⁵⁸⁵. A abertura feita aos historiadores lusitanos não foi a única, visto que a proposição também era para que o evento contasse com a participação de intelectuais de outras áreas, como sociólogos e ensaístas que possuíssem interesse em participar.

Na oportunidade do lançamento da ideia do IV Congresso, foi organizada uma comissão composta pela presidência de Tavares de Lira, 1.º Vice-Presidente Alfredo Valadão, 2.º Vice-Presidente Pedro Calmon, 3.º Vice-Presidente José Wanderley, secretário geral Virgílio Corrêa Filho, dentre outros membros. A comissão elaborou o regimento do congresso e nele constam

⁵⁸⁴ BITTENCOURT; Circe Maria F. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo. Ed Cortez, 2011, p. 60.

⁵⁸⁵ IHGB. **Anais do Quarto Congresso de História Nacional**. IHGB, Rio de Janeiro: IGHB; Imprensa Nacional, 1 V., 1950.

as temáticas que as teses a serem apresentadas deveriam contemplar, no período entre 1500 e 1763. Logo, observa-se maior quantidade de temas ligados à área de História Geral do Brasil, com um total de 41, sobressaindo-se aqueles relacionados à Bahia, bem como as antigas províncias do Norte, hoje Nordeste, além dos temas mais gerais sobre o Brasil, como progresso das capitanias e síntese da história do Brasil.

Logo em seguida, chamou a atenção a quantidade de 7 temas acerca da história de São Paulo, o que pode revelar o peso dos historiadores paulistas na elaboração da proposta, pois o próprio Rio de Janeiro foi contemplado com menos temas, um total de 4 – essa situação pode apontar para as bases de certa projeção interessada de São Paulo como sinônimo de nação, ou seja, a hegemonia dos espaços dinâmicos da economia brasileira sobre as demais áreas manifestou-se também na imposição da narrativa histórica, identificando tais espaços dinâmicos com a própria história do Brasil.

Quanto à região amazônica, apareceram dois temas nessa grande área: “O Pará e a conquista amazônica: viagem de Pedro Texeira” e “O Estado do Maranhão: catequese do gentio, rebeliões, pacificação”, visto que por um determinado período do século XVII, embora assim denominado, o Estado abarcava administrativamente, também, o Pará. Na grande área de “Geografia histórica e cartografia”, foram eleitos 11 temas, destes apenas um contemplava a Amazônia: “Cartografia amazônica. Contribuição bandeirante. Mapas do sul e do oeste. Documento jesuíticos”. Salta aos olhos o fato de o tema relacionado à Amazônia estar conectado à discussão sobre os bandeirantes paulistas, o que demonstra mais uma vez o peso de São Paulo no temário do congresso.

Na grande área de “Etnografia” foram também 11 temas destacados que as futuras teses do congresso poderiam contemplar; desses nenhum diretamente fazia menção à Amazônia. Na grande área “História econômica e social”, dos 16 temas sugeridos também nenhum abrangia a Amazônia, tendo uma predominância de discussões ligadas às tradicionais concepções de ciclos econômicos coloniais, logo o pau-brasil, o açúcar, a criação de gado, o ouro e o fumo foram destaques. Registra-se apenas um tema de aproximação com a região: “Aspectos econômicos do norte, do centro e do sul o Brasil no século XVIII”. Essa situação pode indicar o total desconhecimento do centro de produção historiográfica brasileira, no caso o IHGB, em relação às dinâmicas e aos processos comerciais do antigo Grão-Pará. O historiador Rafael Chambouleyron, pertencente à atual historiografia amazônica de âmbito acadêmico, revela o quanto a historiografia brasileira ignorou a história econômica da região amazônica quando essa área ainda era o Estado do Maranhão e Grão-Pará, visto que:

A intensa utilização do trabalho indígena, o fato de se tratar de uma economia extrativa, a relativa pouca importância desses gêneros, quando comparados ao tabaco e ao açúcar e a sua desconexão dos circuitos do tráfico africano têm levado a historiografia a considerar a experiência colonial amazônica como isolada e marginal.⁵⁸⁶

Chambouleyron, ao utilizar o exemplo do “cravo” do Maranhão, um tipo de droga do sertão, como chamavam à época, argumenta contrariamente à historiografia brasileira naquilo que projetava na economia colonial do Grão-Pará o fator do isolamento e marginalidade, pois, para esse autor, “[...] a exploração do cravo do Maranhão só pode ser entendida se inserirmos a Amazônia portuguesa, de onde a planta era nativa, numa rede de conexões globais, transatlânticas e transamazônicas que lhe dão sentido”.⁵⁸⁷

Outra grande área do IV Congresso de História Nacional foi a História Militar e Diplomática, que também não apresentou temas diretamente denominados e/ou relacionados à Amazônia, apenas um tema próximo sobre fronteira norte do Brasil. Note-se que passou a aparecer neste momento temáticas ligadas ao recorte espacial norte, acreditando-se que muito em função da divisão regional brasileira, operada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no início da década de 1940, sendo uma das delimitações regionais justamente a “região Norte”. Por outro lado, deve-se observar, também, que as temáticas do evento possuíam forte conotação nacional, muito embora temas sobre a Bahia e São Paulo tenham aparecido em maior vulto.

O peso das tradições e forças regionais e estaduais acabavam pesando na configuração dos congressos de História, basta perceber que ao se dedicarem à Bahia, como recorte espacial contemplado pelo IV Congresso de História Nacional, os historiadores do IHGB foram surpreendidos com a solicitação de historiadores paulistas para que o próximo congresso de história nacional ocorresse na cidade de São Paulo, tendo em vista as comemorações do 4.º centenário da fundação da capital paulista, a ser comemorado em 1954. Todavia, na sessão do IHGB de 27 de abril de 1949, os delegados do Instituto Histórico de São Paulo se manifestavam e tudo indica que a proposta do V Congresso de História Nacional ser realizado em São Paulo não foi aprovada pelo IHGB. Assim, os paulistas solicitaram que constasse em ata que os

⁵⁸⁶ CHAMBOULEYRON, R. O «cravo do Maranhão» e a Amazônia global (séculos XVII-XVIII). **Revista de Índias**, [S. l.], v. 82, n. 285, p. 329–361, 2022, p. 330. DOI: 10.3989/revindias.2022.010. Disponível em: <https://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/1560>. Acesso em: 9 feb. 2023.

⁵⁸⁷ Idem.

historiadores de São Paulo realizariam, de todo modo, um evento para comemorar a efeméride ligada à fundação da cidade de Piratininga.⁵⁸⁸

Além dos temas das teses apresentadas no evento, a Amazônia acabou ganhando um espaço de visibilidade no IV Congresso por meio da tese do médico com formação em Portugal, Jaime Cortesão, um estudioso da história do Brasil que possuía renome à época pelos estudos universitários que desenvolvia. Como o evento visava aprofundar as relações com Portugal, a tese de Cortesão intitulada “O significado da expedição de Pedro Texeira à luz de novos documentos”, trazia à Amazônia as luzes do evento, visto que o tema da expedição citada tratava, em grande medida, da tomada de posse das terras da região que seria a futura Amazônia por parte dos portugueses.

Logo, na terceira sessão plenária do IV Congresso, em 27 de abril de 1949, após a divulgação da tese de Jaime Cortesão, historiadores amazônicos como Arthur César Ferreira Reis e Ernesto Cruz se pronunciaram. Arthur Reis chegou a citar na sessão mencionada que a tese de Cortesão havia sido escrita a partir dos seus insistentes pedidos – o que foi confirmado pelo próprio na mesma sessão – e Ernesto Cruz solicitou um voto de louvor para o mencionado trabalho, observando que na condição de Diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, confirmava a existência de documentos a respeito da discussão realizada pelo autor.

A revelação feita por Arthur Reis acerca da sua insistência para Cortesão escrever a tese demonstra os interesses dos historiadores amazônicos na construção de um lugar de importância para a história da Amazônia e desta na história e na historiografia brasileira, pois insistir para um dos principais nomes do evento escrever sobre essa área do Brasil era, no mínimo, a perspectiva de trazer destaque para a história do Brasil a partir da Amazônia, visto que nos estudos de formação brasileira apresentados no evento, estava presente um notório trabalho de Jaime Cortesão sobre a Amazônia, tema que se aproximava bastante dos interesses de Reis, entusiasta da colonização portuguesa.

Além do mais, com o título de “O significado da expedição de Pedro Texeira à luz de novos documentos”, a tese de Cortesão, nas palavras de Arthur Reis, trazia algo novo e muito importante sobre a incorporação do extremo-norte ao domínio português, ou seja, a ideia já levantada por Reis à época sobre o processo de incorporação ter sido de ordem estatal e não particular. Sustentava, ainda, que as novas documentações evidenciavam que a demarcação da fronteira entre terras espanholas e portuguesas, a partir do vale amazônico, não teria sido iniciativa apenas de Pedro Teixeira, mas de interesses oficiais portugueses provocados pela

⁵⁸⁸ IHGB. **Anais do Quarto Congresso de História Nacional**. IHGB, Rio de Janeiro: IGHB; Imprensa Nacional, 1 V., 1950, p. 75.

movimentação de ideais autonomistas dos portugueses na Amazônia. Conforme a narrativa da ata referente à sessão de 27 de abril de 1949 do IV Congresso:

Em seus estudos de história regional amazônica, ele Ferreira Reis, vinha sustentando que a incorporação do extermo-norte era empresa estatal e não iniciativa privada, como sucedia em outros trechos do Brasil.” A documentação trazida pelo Prof. Jaime Cortesão vinha reforçar as provas conhecidas de que realmente essa tarefa política resultava de um pensamento e de uma ação oficiais e não de um empreendimento ousado dos sertanistas e dos religiosos que operavam ali.⁵⁸⁹

A novidade da tese do professor Cortesão ligava-se ao fato de ter demonstrado o caráter oficial da expedição de Pedro Teixeira. Por outro lado, o interesse de Arthur Reis também revelava o interesse dos institutos históricos e geográficos da Amazônia, a saber: construir uma história oficial da Amazônia e integrá-la à história mundial a partir da economia global. Afinal, todo o debate da tese de Jaime Cortesão ligava-se à expansão da mesma nação e Coroa que colonizou o restante do Brasil e seus interesses na área amazônica. Assim, a grande intenção de Arthur Reis e, por extensão, da historiografia amazônica naquele momento era balizar o entendimento sobre a importância do vale amazônico como território de proeminência política e como rota no circuito comercial do império português no século XVII, ponto de vista confirmado pelo próprio Reis, ao comentar sobre a tese de Cortesão no livro *A Amazônia e a integridade do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1966. Informava o historiador manauara que as ordens do governador à época, Jácome de Noronha, visavam:

Ampliar pelo Amazonas acima a extensão da soberania portuguesa, contra os interesses da Coroa espanhola, para tal dando instruções especiais ao sertanista que a comandava e, ao mesmo tempo, abrir comércio com o Peru fazendo de Belém o porto de saída das mercadorias, nelas incluída a riqueza mineral, que o Peru vinha exportando, pelo Pacífico para a Espanha.⁵⁹⁰

Visando tirar a região Amazônica da condição de área de interesse secundário para a Coroa portuguesa, se comparada ao restante do Brasil, Arthur Reis buscava firmar a compreensão de que a expedição de Pedro Teixeira ao rio Amazonas foi em todos os sentidos

⁵⁸⁹ IHGB. **Anais do Quarto Congresso de História Nacional**. IHGB, Rio de Janeiro: IGHB; Imprensa Nacional, 1 V., 1950, p.127.

⁵⁹⁰ REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a integridade do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial; Data de publicação: 2001.

uma ação política planejada e demandada por Portugal. Também a referida expedição teria contribuído para uma melhor e segura definição das fronteiras amazônicas.

Acerca dos interesses dos institutos históricos e geográficos da Amazônia na integração da história da região à história do Brasil durante o IV Congresso de história Nacional, lembre-se aqui da proposição de Arthur César Ferreira Reis, na sessão de 27 de abril de 1949 do IV Congresso, para que o Congresso propusesse ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a comemoração, em 1950, do bicentenário da assinatura do Tratado de Madri. A proposição interessava diretamente não só Arthur Reis, como um lusitanista, mas a Amazônia, especialmente porque o referido tratado diz respeito ao acordo assinado entre Portugal e Espanha, em 1750, que permitiu ao primeiro expandir suas possessões na América, de modo que boa parte da área amazônica passou a fazer parte do domínio português. Reis acionava nos seus argumentos que o citado Tratado e atuação do diplomata Alexandre de Gusmão nesse processo teria sua importância também por terem lançado os fundamentos da solidariedade panamericana.

Deve-se ter em mente que a perspectiva panamericana estava em voga naquele momento, havia diversas discussões para a valorização da história da América e para as relações e fortalecimento dos países do continente. Nos debates do IV Congresso, ficou encaminhado que se daria continuidade a um projeto de escrita da “História Geral da América até o final do século XIX”.

Em relação às teses dos historiadores amazônicos apresentadas no IV Congresso, registram-se nos Anais do citado congresso três teses, embora uma quarta tese tenha sido referenciada na relação de teses, não foi encontrada publicada nos anais, justamente uma tese de autoria de Paulo Eleutério Senior, com o título “A Amazônia no século XVI”. As demais teses publicadas nos Anais do congresso, cujos autores e títulos seguem: Arthur César Ferreira Reis (O Estado do Maranhão: catequese do gentio, rebeliões, pacificação); Ernesto Cruz (O Pará nos séculos XVII e XVIII); Mario Ypiranga Monteiro (A Capitania de São José do Rio Negro: antecedentes históricos e fundação).

4.4.1 Ernesto Cruz: O Pará nos séculos XVII e XVIII

A tese de Ernesto Cruz, “O Pará nos séculos XVII e XVIII” foi aprovada para publicação nos Anais do Congresso e buscou apresentar a história da ocupação europeia, e particularmente portuguesa da área amazônica, desde a efetivação da posse do território até as formas de

produções econômicas e edificações na principal cidade da área, notadamente Belém do Pará. Assim, em grande medida, a história da presença europeia no vale amazônico inicia-se, na tese de Ernesto Cruz, a partir dos portugueses, pouco é referenciado sobre a presença dos ingleses, holandeses e franceses nesse vale, restando um lugar na história como presenças com pouca atenção e como povos invasores que foram expulsos pelos portugueses.

A narrativa histórica da tese de Cruz inicia-se pela reação portuguesa a presença francesa no Norte da América, no século XVII, quando portugueses vindos da área sob a influência pernambucana iniciaram a expulsão dos franceses do Maranhão e, em ato contínuo, passaram também a combater os franceses no vale amazônico. A história narrada por Cruz volta-se para o estabelecimento da capitania, para a fundação de Belém e o processo de povoamento e interiorização da vida nas terras paraenses, não seguindo assim uma escrita que contemplaria a série de viagens espanholas à América e as incursões nas proximidades da bacia amazônica, com suas lendas, mitos, expedições etc.

A história para Ernesto Cruz começa com os fundamentos da existência política, social e econômica da capitania do Pará, inicialmente citando a expedição de Francisco Caldeira Castelo Branco, de 1615, para a conquista do Amazonas, mas sua ênfase não foi para Castelo Branco, muitas vezes bastante destacado pela Historiografia colonial amazônica,⁵⁹¹ a intenção de Cruz foi conceder visibilidade a um dos capitães da expedição de Castelo Branco, Pedro Texeira, pois com a expulsão dos franceses e o estabelecimento da colônia portuguesa, coube a este capitão a “verdadeira conquista do Amazonas”, visto que “a 28 de outubro de 1637, partia das praias de Cametá, à margem esquerda do rio Tocantins, a bandeira de Pedro Texeira, para a conquista do Amazonas”⁵⁹². Ou seja, não interessava a Ernesto Cruz a expedição de Castelo Branco, mas sim a expedição de Pedro Texeira, dado que o segundo teria realizado o movimento inicial e oficial de entrada da interiorização e povoamento na capitania do Pará, o que interessava mais naquele momento ao historiador paraense destacar. Nestes termos, Cruz, justamente pela aproximação com as temáticas das entradas, bandeiras e sociedade colonial se distanciava da história colonial mais clássica produzida por outros historiadores paraenses,

⁵⁹¹ É importante considerar que para outros historiadores da Amazônia que se debruçaram sobre o período colonial, a expedição mais destacada teria sido a de Francisco Castelo Branco, que efetivamente teria demarcado a presença portuguesa em terras paraenses e criado as condições para a posse deste território. É o caso de exemplificarmos com a produção de 1940 de Jorge Hurley, que no livro *Belém do Pará sob o domínio português* (1616 a 1823), despendeu boa parte inicial da obra para a expedição de Francisco Caldeira Castelo Branco e não para Pedro Texeira. Na história colonial de Hurley, Pedro Texeira comandaria muito mais uma reação militar contra os holandeses na região.

⁵⁹² CRUZ, Ernesto. O Pará nos séculos XVII e XVIII. In: IHGB. **Anais do Quarto Congresso de História Nacional**. Vol. 3. IHGB, Rio de Janeiro: IGHB; Imprensa Nacional, 1 V., 1950, p.12.

como Domingos Antônio Raiol, o Barão de Guajará, tido como um dos principais nomes da Historiografia paraense do século XIX.⁵⁹³

Além disso, é importante mencionar que embora a partir de 1621 tenha sido criado o Estado do Maranhão, separado do Brasil, que além deste congregava o Piauí, Pará e o Rio Negro, futuro Amazonas, a narrativa de Ernesto Cruz, nesta tese, não concedeu importância a essa divisão e buscou tratar dos fundamentos do Pará, sua colonização e povoamento do interior, logo, aventa-se aqui que seu autor buscava traduzir uma imagem do Pará muito mais ligada à colonização portuguesa e, portanto, caminhando para a história do Brasil do que propriamente de uma região a parte da história nacional. Este capítulo da história do Norte do Brasil, notadamente o Estado do Maranhão e Grão-Pará não interessava tanto a Ernesto Cruz, tanto é que sua obra de peso sobre o Pará, publicada post mortem, *História do Pará* (Volumes 1 e 2), em 1963,⁵⁹⁴ praticamente também não concedeu espaço para tal tema, apenas uma página dedicada, no Volume 1, com o título “O Pará dependente do Governo do Maranhão: sua separação e transformação em Província”, cujo subtítulo já explica bastante coisa, ou seja, este capítulo da dependência paraense em relação ao Maranhão seria logo apressado pela sua separação e elevação à condição de província.

Nota-se uma busca, por parte de Ernesto Cruz, de referendar seu texto a partir de documentos que estavam sob a guarda do Arquivo Público do Pará, o principal centro de memória da Amazônia naquele momento de escrita, do arquivo da Prefeitura de Belém e do Consulado Pombalino. Os citados documentos eram, em sua maioria, administrativos em formato de correspondências, provenientes da administração portuguesa. Por muito tempo, os trabalhos do autor foram tidos como exemplares e originais pela consulta a citada documentação.

Arthur César Reis, autor do parecer sobre a tese de Ernesto Cruz, enfatizou que o trabalho de Cruz abarcava dois séculos de história referentes à “[...] evolução do extremo norte, assistindo à construção de uma extensa área política e econômica da nossa pátria [...]”,⁵⁹⁵ cuja obra, ainda segundo o autor, foi portuguesa e mameluca do Nordeste. Para Reis, importava naquele momento tratar de um tema da história do Extremo-Norte que ligasse o que ele denominou do início da história regional atrelada à pátria brasileira. O desenho histórico feito

⁵⁹³ Domingos Antônio Raiol teve uma série de textos intitulados “Capítulos de História Colonial” publicados na *Revista de Estudos Paraenses*, fundada em 1894 no Pará, produções que narravam toda epopeia da conquista do Amazonas inicialmente pelos espanhóis e depois pelos portugueses, logo a história colonial no Amazonas era a história das aventuras espanholas e das fases da implantação do domínio lusitano.

⁵⁹⁴ CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. 1 vol. Belém: Universidade do Pará, 1963.

⁵⁹⁵ REIS, Arthur César Ferreira. Parecer. In: IHGB. **Anais do Quarto Congresso de História Nacional**. Vol. 3. IHGB, Rio de Janeiro: IGHB; Imprensa Nacional, 1 V., 1950, p.3.

por Reis buscava justamente identificar o tema da tese com a relação entre a história regional da Amazônia e a história do Brasil.

Ernesto Cruz dividiu a sua tese em seis partes, iniciando na conquista da área amazônica, passando ainda por temas, tais como: o desbravamento, missões religiosas, Sesmeiros e colonos, a vida econômica da capitania e as construções do século XVII e XVIII. A principal preocupação de Cruz na tese que apresentava foi narrar a evolução da história do Pará e da Amazônia, conforme uma visão da importância dos portugueses no processo de soerguimento dessa parte da América e a formação do território e da sociedade paraense a partir da ocupação do interior e a formação da Amazônia a partir do Pará. Inicialmente, Cruz praticamente enalteceu o caráter de conquista dos portugueses sobre os povos indígenas nativos da Amazônia, evidenciando que:

Tupinambás e pacajás foram sucessivamente derrotados, onde que quer se apresentassem para combater os conquistadores. Foi um período agitado e difícil para estes. Serviu para revelar a coragem e o desamor dos capitães Gaspar de Macedo, Alvaro Neto, Pedro Texeira, Paulo da Rocha, sargento-mor Diogo Botelho de Vide e alferes e Francisco de Medina.⁵⁹⁶

Para Ernesto Cruz, a grande empresa de conquista portuguesa teve duas frentes de batalha para estabelecer os rumos do povoamento e desenvolvimento da região Amazônica: os indígenas e povos estrangeiros. Todavia, conforme esse historiador, os indígenas se juntariam aos portugueses para derrotar os “inimigos externos”, uma quase alusão a uma união em prol de um suposto projeto de ocupação e evolução da região, como se os povos indígenas estivessem imbuídos da missão portuguesa nas Américas de fundação da “Feliz Lusitânia”, nome dado às terras paraenses e adjacências antes da denominação de “Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará”. Toda a importância e engrandecimento conferida por Ernesto Cruz aos portugueses pode ser visto em suas próprias palavras na tese em análise:

Do forte do Presépio saiam os colonos para a grandiosa obra da consolidação do domínio português. Estavam limpos de invasores os caminhos fluviais. Ainda restava muito o que construir. Porém, a obra iniciada representava um justo galardão para os homens que a fizeram.⁵⁹⁷

Ernesto Cruz, nas palavras acima demonstrava todo seu apego à história da colonização portuguesa no vale amazônico, evidenciando seu alinhamento ao entendimento da história

⁵⁹⁶ CRUZ, Ernesto. O Pará nos séculos XVII e XVIII. In: IHGB. **Anais do Quarto Congresso de História Nacional**. Vol. 3. IHGB, Rio de Janeiro: IGHB; Imprensa Nacional, 1 V., 1950, p.11.

⁵⁹⁷ *Ibidem*, p. 12.

dessa região proposta por Arthur Reis, ou seja, que a região e sua evolução tiveram na sua base a presença portuguesa. Todavia, percebe-se na tese de Ernesto Cruz novos elementos da história colonial brasileira do século XX, não se atendo apenas aos portugueses, mas evidenciando a própria formação interna da sociedade e da cidade de Belém do Pará.

É importante considerar que a proposta do IV Congresso, no campo da história colonial, buscava se diferenciar da antiga história colonial brasileira fundamentada ainda na visão de Francisco Adolfo de Varnhagen, oportunidade em prezava por uma nova proposta historiográfica do período, inspirada pelo historiador cearense Capistrano de Abreu. Segundo Lúcia Paschoal Guimarães:

A expressiva incidência de itens direcionados para o estudo da ocupação e do povoamento do interior brasileiro, da expansão bandeirante e da heterogeneidade da formação da sociedade colonial, aponta para uma outra direção. Melhor dizendo, constitui forte indicativo de ascendência de matriz historiográfica nacional. Em particular, as contribuições de Capistrano de Abreu, tanto na coletânea Caminhos antigos e povoamento do Brasil, como nos Capítulos de história colonial.⁵⁹⁸

Para a autora, as temáticas do IV Congresso não foram inspiradas pela historiografia internacional, mas corresponderam a historiografia nacional, especialmente da história colonial influenciada por Capistrano de Abreu. De uma antiga história colonial centrada na colonização portuguesa, em seu caráter civilizador e espírito evangelizador, em que a história colonial brasileira teria sido a história da conquista territorial e da colonização portuguesa nos trópicos, passava-se a uma história colonial do povoamento do território, da ocupação do interior, da relação paisagem e a constituição dos grupos humanos, bem como a importância de sertanistas, fazendas e caminhos para a definitiva ocupação do Brasil.

A tese defendida por Ernesto Cruz no IV Congresso, apesar de enaltecer e postular o papel central dos portugueses na constituição das terras amazônicas, especialmente paraenses, também apresenta notável relação com esse novo modelo de história colonial que o IHGB buscava firmar no final da década de 1940. Cruz, além citar algumas vezes Capistrano de Abreu, passou a tratar a expedição de Pedro Texeira à bacia amazônica como uma bandeira de entrada de conquista do Amazonas. O rompimento do Tratado de Tordesilhas (1494) rumo ao estabelecimento das novas fronteiras portuguesas na América representava os novos caminhos para a conquista do Pará e do Amazonas e seus interiores.

⁵⁹⁸ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n° 48, p.145-170 - 2004 148-149

Para Cruz, teria sido Texeira que havia iniciado a abertura do caminho que ligaria o Pará ao Maranhão, trecho que citava Capistrano, por exemplo. Os feitos dos portugueses, segundo esse historiador paraense, “[...] Havia de permitir a outros bandeirantes uma penetração mais profunda, desvendando o Brasil e revelando ao mundo as riquezas consideráveis que desafiavam a cobiça do homem”⁵⁹⁹. Nesse trecho, Cruz deixa explícito não só as novas influências historiográficas acerca do período colonial, mas inseriu literalmente o vale amazônico na história do Brasil, pois não tratava dessa área da América Portuguesa como um território a parte, com uma conquista diferenciada do restante do Brasil, mas falava de um Pará e Amazonas como sinônimo de um Brasil mais profundo.

Ainda sobre a estrada que ligava o Pará ao Maranhão, o historiador paraense concedeu toda uma atenção, haja vista que interessava naquele momento destacar os caminhos da penetração do interior de toda uma área ainda por se conhecer e ocupar. Pedro Texeira, na visão de Cruz, foi o principal bandeirante do Amazonas, abrindo caminhos na floresta e criando as condições para o surgimento das primeiras comunidades para além de Belém. A história dos grandes homens continuava presente na percepção historiográfica do historiador paraense, pois considerava que: “o caminho ínvio e perigoso atravessado pelo destemido soldado português foi mais tarde aproveitado, para em melhores circunstâncias ser aberta nova estrada ligando o Pará ao Maranhão.”⁶⁰⁰

Ernesto Cruz também revelou em sua tese o desbravamento e constituição da cidade de Belém. A narrativa do autor buscava evidenciar as dificuldades para a ocupação da cidade, tratando dos caminhos que eram abertos até a área do rio Guamá e outros pontos. Segundo Cruz, a interiorização da cidade de Belém encontrava dificuldades nos fatores naturais que atrasavam a penetração dos colonizadores.

Na visão de Cruz, foi a ação das ordens religiosas que acelerou o processo de interiorização da capitania, visto que “as ordens iam fundando as aldeias, que seriam as origens dos municípios paraenses”. A cidade de Belém teria sido resultado do trabalho incansável de desbravadores e religiosos que teriam contribuído para o que chamou de “progressos de Belém”. Cruz procurou demonstrar a construção da cidade através de seus edifícios e obras públicas, retratando assim uma cidade em progresso em plena floresta amazônica no século XVIII.

⁵⁹⁹ CRUZ, Ernesto. O Pará nos séculos XVII e XVIII. In: IHGB. **Anais do Quarto Congresso de História Nacional**. Vol. 3. IHGB, Rio de Janeiro: IGHB; Imprensa Nacional, 1 V., 1950, p.13.

⁶⁰⁰ *Ibidem*, p. 14.

Há de considerar que a tese de Ernesto Cruz apresentou certa mescla entre a antiga história colonial e as novas perspectivas de estudo do período lançadas por Capistrano de Abreu, visto que concomitantemente ao fato de confundir a história do vale amazônico colonial com a história da colonização portuguesa e das ordens religiosas, Cruz, como já dito, incorporou as ideias de ocupação e povoamento do interior; a ideia de penetração territorial bandeirante através do estabelecimento dos caminhos; a constituição da sociedade colonial e a atenção à formação das cidades coloniais e sua população. Um exemplo dessa mescla historiográfica acerca da história colonial foi a ênfase concedida por Cruz às Ordens religiosas como propulsoras da colonização no Pará, especialmente na catequese dos indígenas, como já dito antes. Todavia, esse historiador também buscou apresentar a contribuição dessas ordens para o povoamento do interior do vale amazônico e para a expansão bandeirante do mesmo, além da constituição urbana de Belém. Em suas palavras, tratando dos frades de Santo Antônio, Cruz destacou:

Auxiliando os portugueses na obra da conquista, tornou-se notável o trabalho desses religiosos, os primeiros na evangelização dos nativos e na entrada através do sertão, onde encontraram e doutrinaram índios das nações caapumas, aracajus, arauns, tucujus e canhão [...].⁶⁰¹

Observa-se assim que Ernesto Cruz analisa, em sua narrativa, a colonização da área amazônica também a partir da ação das ordens religiosas, mas não perde de vista o papel destas ordens no povoamento e catequese dos sertões amazônicos. Ao falar dos Carmelitas e a sua presença em terras paraenses no século XVIII, o autor afirma que “enquanto desenvolviam uma intensa atividade religiosa em Belém, não se descuidavam de sua elevada missão no interior da Capitania. Fundaram um conventinho em Gurupá, no ano de 1645, e, em 1733, levantaram um templo na Vigia”.⁶⁰² O historiador paraense esclarecia que outra ordem religiosa, os jesuítas, também atuaram na interiorização do domínio branco do território e que “Marajó estabeleceram os jesuítas diversas fazendas de gado”.⁶⁰³

Além das ordens religiosas, Ernesto Cruz tratou de estabelecer em seu texto o papel de colonos e sesmeiros no processo de interiorização da colonização das terras do Pará e Maranhão. Para tal tarefa, Cruz recorreu, em grande medida, aos livros de registros e documentos constantes na Biblioteca e Arquivo Público do Pará, o que lhe permitiu perceber que:

⁶⁰¹ Ibidem, p.20.

⁶⁰² Ibidem, p.21.

⁶⁰³ Idem.

Através dos livros onde estão registrados os títulos de sesmarias e cartas de datas, concedidos aos moradores de Belém, é possível acompanhar a marcha desses bandeirantes, ao longo do caminho por transitavam os mensageiros que iam por terra do Pará ao Maranhão.⁶⁰⁴

Mediante os livros de registros e títulos de sesmarias, Ernesto Cruz tratou das entradas bandeirantes ao interior do Pará. A categoria bandeirante, importada da história colonial de Capistrano de Abreu, mais precisamente *Caminhos antigos e Povoamento do Brasil* (1930), aparece na tese de Ernesto Cruz como sinônimo de grupos ou sujeitos que operavam o povoamento e interiorização da capitania do Pará, pois em Capistrano, a primeira concepção de bandeirante esteve muito mais ligada a ideia de homens paulistas que não se fixavam em algum lugar e que assim como os grupos de conquistadores, eram tidos como “homens audaciosos, contratados pelos poderes públicos para pacificar certas regiões em que os naturais apresentavam rija resistência”.⁶⁰⁵ Nesta mesma obra de Capistrano, como ele se propôs a tratar dos caminhos antigos do povoamento brasileiro, aparecem outras narrativas de povoadores e de entradas, como a narrativa do caminho do Pará ao Maranhão aberto por Pedro Teixeira e de certo modo passaram a ser vistas como narrativas de bandeirantes. A respeito deste último ponto, foi em Capistrano que Ernesto Cruz foi buscar literalmente a narrativa do antigo caminho entre o Pará e o Maranhão:

Reflectindo no que diz Vieira sobre a navegação por fóra e em seu silêncio quanto a qualquer via terrestre que desviasse os obstáculos, parece razoável a opinião de Varnhagen, que apenas fala de ter sido a Pedro Teixeira “confiada a missão de abrir ou fazer mais praticável a comunicação terrestre-fluvial até Maranhão”. Esta existiu até o século XIX; descreve-a Oliveira Bastos, descreve-a Romualdo Antonio, que mais tarde devia realçar o nome paraense no solio da Bahia. Partia de Belém, subia o Guamá, passava por Ourem e Bragança, e sahia na costa junto ao Turi-Açú.⁶⁰⁶

Capistrano de Abreu tomava como chave de compreensão da formação nacional brasileira a história do povoamento e colonização do interior, logo foi essa uma das influências recepcionadas por Ernesto Cruz. Além do mais, assim como na citada obra de Capistrano, o historiador paraense concedeu ênfase não só ao povoamento, mas destacou as primeiras ocupações econômicas e produtivas advindas do povoamento, como o estabelecimento de fazendas e engenhos, bem como os primeiros proprietários. Enfatizou ainda os produtos

⁶⁰⁴ Ibidem, p. 31.

⁶⁰⁵ ABREU, José Capistrano. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu/ Senado Federal, 1930, p.65.

⁶⁰⁶ Ibidem, p.106.

extraídos e vendidos pela capitania. Conforme Lucia Paschoal Guimarães, “[...] com a obra de Capistrano inaugurou-se uma nova perspectiva historiográfica, que trouxe para o primeiro plano a sociedade colonial, “múltipla e diversificada, com seus senões e contrastes”⁶⁰⁷, logo apareceu na tese de Ernesto Cruz tais situações, como exemplo se pode citar a identificação do contraste do crescimento de Belém – enfatizado pelo autor em outras passagens da tese – com as práticas de apresamento de índios e negros, também uma perspectiva da história bandeirante na bacia amazônica, ocasião que os colonizadores deixam de lado o plantio e busca do cacau, cravo, salsa e pimenta, visto que:

O colono não perdia tempo com essas coisas. Queria fortuna rápida e fácil. O ouro e as pedras preciosas enchiam aquela gente de sonhos fantásticos. Também os religiosos deixavam-se empolgar pela ambição que caracterizava os homens da época. O jesuíta João do Souto Maior perdeu a vida na viagem do ouro ao Pacajá. Gonçalo Pais, outro aventureiro sequioso de fortuna, ficou estropiado e vencido nas cachoeiras do Tocantins, onde fôra à cata de metais e pedras preciosas.⁶⁰⁸

Ernesto Cruz trazia à tona os chamados “senões e contrastes” da colônia no vale amazônico, revelando ambição de colonos e religiosos no processo de exploração e povoamento dessa região. A busca pelo ouro e pedras preciosas é uma circunstância atrelada à história bandeirante no Brasil, bem como a história do apresamento de índios e negros em troca de recompensas, como também demonstrou Cruz:

Até que se desfizesse o sonho das minas fabulosas e dos tesouros lendários, Belém padeceu as consequências das aventuras e dos erros dos seus moradores. O cativo dos índios passou a abastecer o índice da abastança dos homens da colônia. Muitos daqueles não suportavam o tratamento que lhes davam os seus senhores. Fugiam. Era, então, pedido auxílio das escoltas, que se deslocavam para interior à procura dos fujões. De tal modo se generalizou o uso dessas expedições militares, que oficiais da Câmara representaram ao rei, contra o abuso, lembrando a cobrança de dez mil réis por negro ou índio capturados pelas escoltas, constituídas de grupos de mistos de soldados e índios livres, a quem caberia o produto arrecadado”.⁶⁰⁹

Cruz põe em relevo concomitantemente o caráter indisciplinado de índios e negros, bem como o problema da prisão desses e a exploração econômica pelo custo das prisões. O uso do termo “cativo” indica uma postura do autor em identificar o aspecto negativo das prisões;

⁶⁰⁷ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Op. Cit.**, 2004. p.150

⁶⁰⁸ CRUZ, Ernesto. **Op. Cit.**, 1950, p.39

⁶⁰⁹ Idem..

por outro lado, o termo “abuso” por parte das expedições também traduzia os “senões e contrastes” da sociedade colonial no vale amazônico.

A parte final da tese de Ernesto Cruz foi um tema caro a sua trajetória como historiador paraense e belenense: o tema das edificações ou construções da cidade de Belém do Pará. Até pouco tempo se debatia sobre o conjunto das histórias, análises e apresentações sobre as construções de Belém a partir deste autor, mas recentemente a tese de doutorado de Dinah Reiko Tutya, *Ernesto Cruz: um diálogo entre a história e a construção do patrimônio cultural no Pará (1940-1960)* demonstrou que Ernesto Cruz possuiu, ao longo de sua carreira, uma dimensão preservacionista, o que foi considerado como um aspecto não explorado no campo da Historiografia amazônica nem na Arquitetura. Nesse caso, esse historiador foi visto como um agente que contribuiu para a preservação patrimonial do Pará.⁶¹⁰

Ernesto Cruz iniciou sua narrativa evidenciando a construção do Forte do Presépio em Belém, a primeira construção símbolo da ocupação portuguesa no litoral, tendo nas cercanias uma capela. A partir daí, esse historiador passou a descrever uma série de construções que, em seu conjunto, demonstravam o processo de formação urbana de Belém e a ocupação portuguesa nessa área, como a Casa da Alfandega, os conventos, a Casa do Senado e da Câmara, a fortaleza de Nossa Senhora das Mérces da Barra, todas no século XVII. No século XVIII, o destaque foi para as seguintes construções: hospício de São Boa Ventura, o Arsenal da Marinha, o Largo da Pólvora, a Casa das Canoas, a Cadeia. Em 1748 foi iniciada a construção da Catedral de Nossa Senhora das Graças e em 1761 teve início a construção da Catedral de Nossa Senhora de Santana. Em 1762 também foram iniciadas as obras do Palácio do Governo.

A tese de Ernesto Cruz deve ser compreendido para além de um simples texto sobre história da Amazônia, mas um texto representativo da Historiografia amazônica deste momento, pois a sua participação no IV Congresso de História Nacional, e a sua tese reforçavam a institucionalização do conhecimento histórico na região Amazônia, contribuindo para a história colonial dessa área do Brasil a partir do seu lugar de fala pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará, visto que diferente das produções anteriores, ainda do século XIX, sua produção partia e era identificada como advinda do IHGP, compondo assim a Historiografia colonial amazônica a partir de uma instituição encarregada da produção do

⁶¹⁰ TUTYIA, Dinah Reiko. **Ernesto Cruz: um diálogo entre a história e a construção do patrimônio cultural no Pará (1940-1960)**. Orientador: Márcio Couto Henrique. 2023. 296 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/15668>. Acesso em: 16/03/2023.

conhecimento histórico oficial da região. Além disso, sua tese era apresentada em um dos principais congressos nacionais de história já realizado no Brasil.

4.4.2 Arthur Cézár Ferreira Reis: Estado do Maranhão e Grão-Pará no século XVII

A tese apresentada por Arthur Cézár Ferreira Reis intitulada “O Estado do Maranhão, catequese do gentio, rebeliões, pacificação”, dialoga intimamente com a proposta do IV Congresso de História Nacional, visto que a proposta do evento buscava revisar o conhecimento histórico acerca do período colonial e compreendia o período de 1500 e 1763, como já citado anteriormente. Assim, Reis elaborou uma revisão do processo de colonização e povoamento do Estado do Maranhão e Grão-Pará no século XVII, apresentando o processo de expulsão dos franceses do Maranhão, a retomada do poder pelos luso-brasileiros, a fundação do povoado de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, em 12 de janeiro de 1616, os primeiros tempos da capitania maranhense, sua organização política, administrativa e social. Esse último aspecto pode ser percebido a partir das próprias palavras do autor:

Para início de tarefa, ficavam, na Capitania, cerca de 500 pessoas, inclusive mulheres, operários qualificados, soldados, funcionários para os encargos da administração. O núcleo urbano, riscado pelo engenheiro Francisco de Frias, devidamente arruado, foi consagrado a Nossa Senhora da Vitória, mas, sob a invocação de São Luis, ficou conhecido por esse último. A fortaleza passou a chamar-se São Felipe. Foi toda restaurada, ampliada e aparelhada de acordo com a planta do mesmo engenheiro Francisco de Frias, Jerônimo de Albuquerque não devia morar nela senão em tempo de guerra. Essa residência seria no vilarejo em constituição. Pedreiros e carpinteiros, que haviam ficado, estavam encarregados de construir moradias para os povoadores, cobrindo-as de telha para evitar os perigos de incêndio se fossem cobertas de palha.⁶¹¹

Ancorando-se na documentação publicada pela Biblioteca Nacional e pela Coleção Studart, composta por um rico acervo organizado pelo Barão de Studart com as primeiras cópias dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino acessou a história da conquista e povoamento do litoral norte, realizando uma mescla de nova história e história tradicional do período colonial do Estado do Maranhão e Grão-Pará no século XVII. Trouxe para a narrativa histórica a presença de personagens e abordagens anteriormente desconsideradas pelas narrativas tradicionais, estabelecendo o diálogo com as novidades temáticas apresentadas pelo

⁶¹¹ REIS, Arthur Cézár Ferreira. O Estado do Maranhão, catequese do gentio, rebeliões, pacificação. **Anais do IV Congresso de História Nacional**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, Segundo Volume. p. 117

IV Congresso, ou seja, abordar o período colonial para além das clássicas abordagens que versavam, de acordo com Lúcia Paschoal Guimarães, sobre a história militar, diplomática, constitucional e administrativa⁶¹², além da inserção da História econômica e social, como já demonstrado no tópico anterior sobre a influência de Capistrano de Abreu. Pode-se observar na narrativa a seguir a descrição apresentada por Arthur Reis acerca dos primeiros tempos da capitania maranhense e a ênfase apresentada na formação social e a situação econômica da colônia:

Em 1619, contratada a empreitada com Jorge de Lemos de Bitencourt, chegava a São Luís os primeiros grupos de casais açorianos. Eram duzentos casais, a que se ligavam moças solteiras, donzelas casadoiras, necessárias à formação da família maranhense em bases sólidas e com elementos moralizados e capazes de realizar uma obra memorável na criação da nova sociedade que devia constituir. [...] A Capitania, então, experimentava grandes dificuldades. Aquela prosperidade que todos imaginavam rápida e segura estava tardando. Os relatórios dos capitães-mores, dos religiosos, dos funcionários civis e militares que já foram divulgados retratam o Maranhão dessa fase como uma colônia miserável, atormentada pela crise de meios e pelos problemas criados pela desinteligência entre os que deviam responder pela tranquilidade e pela ordem pública.⁶¹³

Ao narrar o processo de criação do Estado do Maranhão e a sua separação do Estado do Brasil, cita a carta régia de 13 de junho de 1621, que estabelecia a criação do Estado do Maranhão com sede em São Luís, compreendendo o Ceará, o Piauí e o Pará⁶¹⁴, cita também os Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, informando que a partir de 14 de abril de 1655 “passou a denominar-se Estado do Maranhão e Grão Pará, e compreendia a área situada entre o Ceará e os últimos distritos que, na Amazônia, haviam sido alcançados pelos sertanistas e pelos missionários”.⁶¹⁵

Em seu estudo, Reis menciona também o Arquivo Histórico Colonial de Lisboa, as cartas endereçadas ao Rei Felipe III, bem como o livro de Simão Estácio da Silveira *Relação Sumária das Coisas do Maranhão*, obra em que apresenta “o extremo norte como um novo El Dorado capaz de dar, aos desprovidos de bens terrenos, todos os elementos que levavam á

⁶¹² GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 48, p.145-170, 2004. p. 148.

⁶¹³ REIS, Arthur César Ferreira. O Estado do Maranhão, catequese do gentio, rebeliões, pacificação. **Anais do IV Congresso de História Nacional**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, Segundo Volume, 1949. pp. 118-119.

⁶¹⁴ Ibidem, p. 121.

⁶¹⁵ Ibidem, p. 124.

riqueza”⁶¹⁶. Observa-se, contudo, ao longo da narrativa a ausência de uma posição mais crítica na análise das fontes pesquisadas, demonstrando uma postura positiva diante dos textos do período, de modo que as fontes são tomadas ao longo dos parágrafos como um reflexo dos acontecimentos, e, apesar da ampla pesquisa realizada em diversos fundos documentais, deve-se considerar em sua escrita a busca pela verdade dos fatos.

A história narrada por Arthur Reis é a história da vitória da conquista portuguesa no Estado do Maranhão. A conquista lusitana resultava na expulsão dos franceses, bem como no afastamento de ingleses e holandeses da área. Essa posição de fala acerca dos portugueses, alcançada por Arthur Reis, no processo de formação do campo historiográfico regional, a partir dos institutos históricos, revela muito da funcionalidade dos agentes de um campo científico, ou seja, nesse universo “relativamente autônomo de relações específicas”⁶¹⁷, esse autor alcançava naquele momento entre as décadas de 1930 e 1950 uma posição de relevo no campo historiográfico, pois é possível notar a sua influência nos temas a serem abordados nas pesquisas históricas sobre a Amazônia, a exemplo das suas intenções representadas nas teses apresentadas ao IV Congresso pelos historiadores Ernesto Cruz e Jaime Cortesão, como já tratado nesse capítulo.

Além disso, Reis, nesse período, já construía um acúmulo de capital científico perante o campo historiográfico da Amazônia. Essa influência do autor, entre 1930 e 1950, ocorreu muito em função de sua inserção no campo científico de produção histórica no Brasil, a começar pela sua entrada como sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, a partir de 1935. Com o centralismo varguista, a perspectiva do governo foi criar mecanismos para articular uma visão governamental para além dos poderes locais e regionais. Foi nesse contexto que Arthur Reis se inseriu no debate nacional e ganhou reconhecimento regional na Amazônia, pois passava a advogar justamente a quebra das assimetrias regionais e a elevação da Amazônia à condição de região igualmente importante no cenário brasileiro. Segundo Lobato:

A vasta obra do historiador amazonense Arthur Reis, inserida neste movimento conjuntural, realiza um diagnóstico do desnível socioeconômico da região amazônica em relação às demais regiões do Brasil - situação que, segundo o mesmo historiador, não deveria persistir, pois constituía um sinal de imaturidade do país, uma vez que “um Brasil potencialmente forte, não podia ser considerado na base de regiões fortes e regiões fracas, regiões desenvolvidas e regiões subdesenvolvidas”.⁶¹⁸

⁶¹⁶ Ibidem, p. 119.

⁶¹⁷ BOURDIEU, Pierre. **O Poder. Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

⁶¹⁸ LOBATO, Sidney da Silva. Estado, nação e região na obra de Arthur César Ferreira Reis. **Diálogos** – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 13, n. 3, 2009, p. 625-642, p. 631.

Em relação à postura de Reis na década de 1940, o que mais importa em função do IV Congresso, de 1949, é a possibilidade de constatar a mesma posição em prol da integração da Amazônia ao Brasil, sob a alegação do risco da cobiça internacional. Esse autor, um ano antes do IV Congresso, havia publicado a obra *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*, constando de dois volumes: A fronteira colonial com a Guiana Francesa (primeiro volume) e A fronteira com as colônias espanholas (segundo volume). Nessa obra encontra-se um dos capítulos da história da formação nacional brasileira, já que, por exemplo, no primeiro volume dessa produção, Reis incursionou pela mesma narrativa da História Moderna, que demonstra o processo das grandes navegações e a participação de Portugal nesse processo, ocasião que após narrar a incorporação da costa Leste-Oeste do Brasil, passa em diante direto para a conquista e presença do Estado português na bacia Amazônica. A presença de outras nações no vale amazônico, para Reis, apenas representava aventura, cobiça e descompromisso, posturas contrastadas pelo Estado português, que segundo o autor:

A política ibérica de defesa, a todo transe, de seus espaços no mundo amazônico, era uma realidade, evidenciada nesse esforço militar despendido tão intensamente. A cobiça desenfreada de ingleses e holandeses, detida aqui, alí, acolá, destruídas as posições que a representavam dera margem a episódios heroicos que imortalizavam nomes de soldados, de missionários, de homens de Estado. Constituíra uma etapa gloriosa daquele grande episódio da formação brasileira [...].⁶¹⁹

Nessa obra é possível se notar a visível ideia da história colonial do Brasil para Reis, notadamente uma etapa da história do Brasil, que para o autor, contava com um dos seus capítulos mais importantes no vale amazônico e que pouco havia aparecido nas páginas da história nacional. A história colonial do Brasil na Amazônia teria sido uma efetiva e deliberada ação do Estado português, desmobilizando as pretensas ideias de que essa área não possuía importância para Portugal à época da colonização. A imagem de defesa a todo custo do território amazônico pela Coroa portuguesa exemplifica esse pensamento do autor, que enfatizava o quão a Coroa buscou garantir a posse do território a partir dos estabelecimentos militares e das fronteiras. Conforme Dantas, tomando por base a leitura da obra *A política de Portugal no Vale Amazônico* (1940), de Arthur Reis:

A Amazônia colonial de Arthur Reis, apresentada nas páginas desse “ensaio inaugural”, é uma região que, durante a colonização, obteve uma especial

⁶¹⁹ REIS, Arthur César Ferreira. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira: A Fronteira com a Guiana Francesa**. Belém: SECULT, 1993.

atenção da metrópole lusitana. A história da colonização da Amazônia não seria apenas uma página de aventura e exotismo, a ocupar um lugar menor na memória nacional, mas sim uma experiência política de êxito.⁶²⁰

As palavras de Dantas confirmam a ideia debatida acerca da percepção da história colonial para Reis. Toda a sintonia histórica da ocupação do vale amazônico estaria pautada pela intervenção do Estado português, o que convergia naquela década de 1940 para o discurso nacional desenvolvimentista que era ventilado no Brasil. Logo, para Reis, era preciso recolocar a Amazônia na História do Brasil e, por extensão, no debate nacional em busca de seu desenvolvimento e reconhecimento. Para Lobato (2009), Reis buscava demonstrar e conscientizar, por meio da História, que só o Estado poderia consolidar a nação, essa última deveria ter como pressuposto a incorporação simétrica das suas regiões. Lobato ainda adianta que Reis idealizava que “a integração econômica das regiões que compunham o país como imperativo da ação estatal se realizaria pela colocação das forças econômicas ativas sob a hegemonia do Estado”.⁶²¹ Esse tema do nacional-desenvolvimentismo em Arthur Reis será retomado mais a frente nesse estudo.

Cabe retomar a sua tese apresentada ao IV Congresso de História Nacional, lembrando que fazia parte dos quadros da historiografia colonial no Brasil naquele momento. Segundo Souza, foi a obra de Gilberto Freyre que mais marcou os estudos coloniais no período entre 1907 e 1936, com a análise da cultura brasileira por meio dos tempos da vida; da diferenciação entre raça e cultura – raça passaria a não ser mais categoria de explicação, mas, sim, a cultura –; da mestiçagem; religiosidade e outros temas.⁶²² Nesse ponto:

A percepção da mestiçagem como um valor positivo permitiria a Freyre exaltar a superioridade dos portugueses como colonizadores: muito mais tolerantes, plásticos e flexíveis que os demais povos, empreenderiam a colonização sob a égide da mobilidade, da miscibilidade e da aclimatabilidade. Teórico de luso-tropicalismo e, em última instância, justificador do imperialismo português, Freyre ganharia grande prestígio em Portugal durante o regime ditatorial de Salazar.⁶²³

É justamente essa percepção da história colonial freyriana que Arthur Reis trabalhou nos seus primeiros estudos de história da Amazônia, com a forte valorização do Estado

⁶²⁰ DANTAS, Hélio. **Arthur César Ferreira Reis: trajetória intelectual e escrita da história**. Jundiaí: Paco, 2014, p. 57-58.

⁶²¹ LOBATO, Sidney da Silva. Op. Cit. 2009, p.631

⁶²² SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial. In: Freitas, Marcos Cezar (org). **Historiografia brasileira em perspectiva**. Tradução. São Paulo: Contexto, 2018. p. 20

⁶²³ Ibidem, p. 21.

português como agente principal do desenvolvimento colonizador nessa parte da América Portuguesa. Arthur Reis postulava em sua tese que os colonizadores portugueses ao defenderem a Amazônia da cobiça internacional, expulsando os franceses, holandeses e ingleses, reafirmava a posse portuguesa na região, elevando o estado português como dono e senhor das terras do Norte da América Portuguesa e organizador da vida nesta área. Para o historiador amazônico, os portugueses investiram toda a sua habilidade de governança no Litoral Norte, organizando tecnicamente, civilizando os povos desta região, e dando forma política a esse espaço.

Arthur Reis, na tese mencionada, buscava contemporizar o sentido da exploração e da escravidão imposta pelos portugueses aos povos nativos e aos africanos, justificando que os enfrentamentos entre colonos portugueses e indígenas e o uso da escravidão negra nessa área era decorrente de um problema maior: a falta de mão de obra. Para esse autor, eram as necessidades de construção do Estado e da civilização nessa área que inevitavelmente faziam com que os colonos, tidos como poucos, necessitassem da mão obra indígena e escravizada dos africanos:

Porque, na realidade, e é preciso inicialmente, refletir nas condições e imperativos da época, que, hora autorizavam entendimentos amistosos, ora explicavam a supressão da liberdade, o que houve foi um grave problema de ordem econômica, o eterno problema de mão de obra, necessária a movimentação das lavouras, de manufaturas, da coleta de especiaria, das múltiplas outras atividades ligadas a uma conjuntura econômica.⁶²⁴

Para Reis, a questão da mão de obra falava mais alto em nome do desenvolvimento econômico da Colônia, logo justificando, de certo modo, as “supressões de liberdade”. Para ele, o constante problema de mão de obra que causava os embates na região, desencadearam movimentos de revoltas no Maranhão e no Pará, respectivamente a Balaiada e a Cabanagem. Para ele, realmente houve escravização do indígena, mas foi uma medida muito mais dos colonos, a partir de suas demandas, do que uma decisão da Coroa Portuguesa, que havia expedido instruções contra tal forma de escravização.

Cabe também notar que Arthur Reis apresentava em sua escrita traços da influência inicial para o século XX da obra de Capistrano de Abreu, que lançou os marcos das análises sobre a cultura material – a exemplo da época do couro que produzia quase tudo de utensílios para a sociedade colonial – e da interiorização do povoamento. A tese de Reis foi, em grande medida, também, uma história da sociedade colonial a partir do Maranhão, tendo a história

⁶²⁴ REIS, Arthur César Ferreira. Op. Cit. 1949, p. 136.

social como eixo decisivo, oportunidade em que concluía afirmando que buscou acompanhar: “[...] a evolução histórica do estado do Maranhão, sentido os anseios de seus habitantes, examinado os problemas que os atormentavam, assistindo ao esforço memorável que desenvolveram para criá-lo”.⁶²⁵ O autor amazonense, em vários trechos de sua tese, lançou luz sobre a vida dos colonos e sua relação com a administração portuguesa, embora esses colonos representassem, em grande medida, uma classe elitizada do lugar.

Arthur Reis considerava, em seu texto, que no Maranhão existiram duas formas de agrupamentos humanos, a exemplo dos gentios e da sociedade luso-brasileira. Reis marcou essa diferença por oportunidade do momento em que tratava sobre a “empresa religiosa” e sua conquista espiritual dessa região, buscando evidenciar a categoria de “gentios” para os indígenas – população indígena sob influência de postulações religiosas – e os colonos e descendentes de portugueses, chamados em seu conjunto de sociedade luso-brasileira. Esse autor também procurou elevar a condição dos luso-brasileiros dessa área maranhense, observando que o trabalho dos missionários na área não havia rendido a total obediência dos povos:

Não porque a sociedade maranhense nessa sua fase inicial se distinguisse das demais agrupações sociais brasileiras regionais, pela relaxação dos costumes, pela desenvoltura moral. É que no Maranhão, desde os primeiros momentos, em face das dificuldades e horas amargas que ela experimentou, se foi estruturando em bases particulares que lhe asseguraram uma base especial nos quadros sociais do ciclo colonial. Sem se deixar dominar pelos agentes da disciplina espiritual [...] soube manter-se na estancada, em atitudes varonis, defendendo o que entendia ser o seu direito ou constituir fundamento melhor de suas condições existenciais.⁶²⁶

Nesses termos, observa-se que Reis exalta a condição de sujeitos fortes e determinados da sociedade colonial maranhense, desconstruindo a ideia de que a sociedade dessa área seria diferente de outros grupos sociais de outras regiões do Brasil. A perspectiva de Reis nesse ponto foi demonstrar que o Maranhão em seus inícios já era “brasileiro”. A sociedade luso-brasileira no Maranhão aparecia, para Reis, como diferenciada pela sua bravura em defender causas próprias, com personalidade, sua distinção era essa. Todo esse elogio, essa atenção aos colonos do Maranhão também demonstra a preocupação do autor em associar tais questões ao Pará, já que em vários momentos de sua tese se refere ao Maranhão e ao Pará. Assim, lançando um olhar para o período colonial, a partir da compreensão da ideia de sociedade, Reis tratava da

⁶²⁵ REIS, Arthur César Ferreira. Op. Cit. 1949, p. 155.

⁶²⁶ Ibidem, p. 131.

formação da sociedade colonial do Maranhão e do Pará, demonstrando que nem os jesuítas cediam os “gentios” aos colonos, nem o Estado atendia aos mesmos em suas necessidades e logo os colonos:

Sentindo-se negados no que vinham pleiteando para o em estar coletivo, tendo pela frente o poderio incontestado dos jesuítas que cediam o fornecimento do gentio para o empreendimento agrário que levaria o Maranhão à prosperidade, os colonos, cansados de reclamar, de pleitear, de indicar suas necessidades eram as do próprio Estado, de si dominados pelas preocupações duras da realidade material, não encontraram outro remédio para seus padecimentos, se não aquele da rebelião.

Ao tratar da única saída encontrada pelos colonos para a situação no Maranhão, notadamente a revolta da sociedade colonial, Reis denota implicitamente a situação a qual ele estava devotado: o reconhecimento da região amazônica perante a nação brasileira. Naquele momento era um dos principais defensores da ação do Estado brasileiro no sentido de soerguer a economia amazônica, cujo histórico de reivindicações regionais junto à nação se acumulava há décadas, com um sentimento de não atendimento. Apenas em 1946, a Constituição instituída naquele ano criou o Plano de Valorização da Amazônia, cujas discussões somente foram retomadas em 1950 no Governo do Presidente Getúlio Vargas. Logo, Reis escrevia com o sentido também no espaço amazônico, ou seja, alertando o Estado sobre a espera da região em relação às reivindicações, inclusive a promessa da valorização econômica da Amazônia. Nesse caso, é importante lembrar que além do lugar institucional (Instituto Histórico) que se situa a escrita do autor, é preciso destacar, conforme Michel de Certeau que:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc.⁶²⁷

Reis, em 1949, já demonstrava suas fortes preocupações com a valorização da região natal, trazendo para o debate a condição necessária de investimento estatal no vale amazônico. Sua condição de chefe da Divisão de Expansão Econômica, desde 1946, lança luz sobre a sua escrita da história, interessada no reconhecimento e valorização da Amazônia.

Ainda em relação à participação da Igreja Católica no processo de colonização na capitania maranhense, Arthur Reis elaborou uma reflexão positiva sobre a ação dos

⁶²⁷ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**/Michel de Certeau; tradução de Maria de Lourdes Menezes ;*revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.66.

missionários franciscanos, jesuítas, carmelitas, mercedários, alegando a importância da catequese realizada por eles para a “conquista espiritual” dos indígenas e a “ordenação moral da sociedade que se estruturava em bases cristãs”⁶²⁸. Os missionários foram narrados como personagens essenciais do processo colonizador. Arthur Reis é autor de uma epopeia da ocupação portuguesa na Amazônia, elaborando uma narrativa épica e linear do processo de descobrimento: conquista, domínio e colonização do espaço, destacando o trabalho da empresa religiosa – assim como o fez Ernesto Cruz – para a continuidade da ação colonizadora na América:

[...] Podemos mesmo afirmar que essa presença da Igreja Católica representou qualquer coisa de fundamental na vida da Capitania. Porque, desde os dias das fundações francesas os religiosos compareceram, emprestando a sua cooperação eficiente e constante nos misteres da catequese e da organização social.⁶²⁹

De acordo Bezerra Neto, as missões religiosas na Amazônia tinham como principal atividade a preparação da mão-de-obra indígena para o trabalho no sistema colonial português, transformando os povos indígenas, por meio da catequização, em trabalhadores cristãos, por meio da destribalização e aldeamento dos povos indígenas⁶³⁰. A escravização de indígenas foi, conforme esses autores, “a forma mais comum de exploração dos trabalhadores indígenas a serviço da colonização portuguesa”, resultando no “extermínio das populações indígenas, e um verdadeiro mar de tormento e sofrimento para estes povos”⁶³¹, uma realidade muito distinta das narrativas apresentadas por Reis, que destaca com louvor os trabalhos dos missionários e as benfeitorias realizadas por eles para a sociedade colonial:

A Companhia, com aquele feitio belicoso que lhe dava tanta personalidade, mas lhe granjeava tantas desafeições, realizou uma tarefa verdadeiramente memorável. Seus agentes montaram estabelecimentos de catequese na ilha, no Mearim, no Itapecuru, no Monin, no Parnaíba, no Pindaré. Enfrentaram colonos e gentios com uma desenvoltura especial. Em São Luís, além de igreja, convento, erigiram casa de ler e escrever para os meninos indígenas e para os filhos dos moradores. Como nas outras várias regiões do Brasil onde operou, estudou usos e costumes dos primitivos com que manteve contato, estudou-lhes o linguajar, estudou a feição da terra em suas mais íntimas particularidades, realizando uma ampla sondagem de natureza geográfica, sociológica, etnológica.

⁶²⁸ REIS, Arthur César Ferreira. Op. Cit. 1949, p. 130.

⁶²⁹ Idem.

⁶³⁰ NETO, José Maia Bezerra. A conquista Portuguesa da Amazônia. In: ALVES FILHO, Armando Alves; SOUZA JÚNIOR, José Alves de; BEZERRA NETO, José Maia. **Pontos de História da Amazônia**, volume I. 3 ed. rev. ampl. Belém: Paka-Tatu, 2001.

⁶³¹

Em torno das missões religiosas encontra-se um dos temas centrais da tese apresentada por Reis ao IV Congresso, ou seja, a relação tensa entre religiosos e colonos sobre o tema da escravização indígena. Foi dessa relação conflituosa, bem como das insatisfações dos colonos com a administração colonial, em relação ao monopólio da Companhia de Comércio do Maranhão nas questões econômicas locais, que Reis fez uma extensa narrativa detalhada de tais acontecimentos que culminaram na chamada Revolta de Beckman, entre 1684 e 1685, em que os colonos portugueses no Maranhão protestaram contra a já citada administração e cujo desfecho foi a derrota dos revoltosos perante as forças da Coroa. A ideia final de Reis foi demonstrar que tais situações concorreram para a emergência do sentimento de “brasilidade”:

Os maranhenses com Beckman e seus companheiros de jornada revolucionária teriam sido, assim, verdadeiros precursores do Sete de Setembro, dando os primeiros passos para a fundamentação de um ideal de liberdade que não feneceria mais e, no decorrer do século XVIII, encontraria novos elementos capazes de lhe assegurarem a seiva necessária à formulação de um pensamento, de um desejo e de uma ação autonomista.⁶³²

Arthur Reis também ponderou que a revolta dos luso-brasileiros no Maranhão não era fruto de qualquer situação e de qualquer povo, pois “os homens que compunham a sociedade do Maranhão, como os que compunham a sociedade paraense daqueles dias, haviam realizado grandes tarefas políticas, defendendo a terra da ambição estrangeira [...]”,⁶³³ além do que, para o autor, esses homens haviam conquistado e ampliado o território de domínio português na América. Aliás, as manifestações da sociedade do Estado do Maranhão foram semelhantes às manifestações e revoltas de outros povos das Américas, com um sentido de chamar atenção e protestar “[...] contra medidas do governo que lhe feriam os interesses materiais”.⁶³⁴

A tese de Arthur Reis apresentada ao IV Congresso de História Nacional representou mais um passo historiográfico do autor no sentido de conferir visibilidade ao que ele denominou de Extremo-Norte do Brasil, Reis focou nas bases históricas do Estado do Maranhão para falar do nascimento do Extremo-Norte e/ ou Amazônia. Transparece que a sua ideia foi não só contar a história de lutas da sociedade colonial e o estabelecimento da administração portuguesa na área, mas demonstrar a integração dessa área ao Brasil, bem como apontar para a necessária atenção que o Estado brasileiro deveria ter com o espaço. Deve-se se considerar que a divisão regional brasileira operada pelo IBGE, em 1940, na qual uma das regiões brasileiras

⁶³² REIS, Arthur César Ferreira. Op. Cit. 1949, p. P.157.

⁶³³ Idem.

⁶³⁴ Ibidem, p. 156.

oficializadas foi a região Norte parece não ter sido suficiente para atender aos anseios da classe política amazônica, o que também se refletia na escrita de Reis, que continuou buscando demarcar e evidenciar essa região na geografia e na história do Brasil.

4.4.3 Mário Ypiranga Monteiro: um luso tropicalista na Amazônia

Mário Ypiranga Monteiro (1909-2004) foi um dos historiadores amazonenses que mais atuou na construção de obras de caráter histórico e literário regional, produzindo ao longo de sua vida mais de meia centena de livros sobre história e literatura do Amazonas. Mário Ypiranga nasceu em 23 de janeiro de 1909, quando Manaus ainda vivia o fausto da borracha⁶³⁵, pouco mais de uma década depois realizou sua formação intelectual em um contexto em que se constituía na Amazônia um forte campo historiográfico regional na perspectiva de encontrar soluções culturais e políticas para a crise econômica vivenciada na primeira metade do século XX. É em função dessa crise, que se observa, de acordo com Charles Maciel Falcão, uma estreita aproximação entre “os produtos simbólicos advindos da produção intelectual e as demandas políticas por um reequacionamento das representações sociais a dar corpo à idéia de região”.⁶³⁶

Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Amazonas, em 1946, com forte influência das instituições de saber oficial da região amazônica, à época, a exemplo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), a Academia Amazonense de Letras (AAL), e o Ginásio Amazonense Pedro II, Mário Ypiranga, ao lado dos demais historiadores amazônicos de sua geração, buscou pensar o Brasil a partir da Amazônia, destacando os elementos representativos da cultura local, como afirmou Marco Aurélio de Paiva:

O passado da cidade de Manaus é traçado pelo autor a partir do delineamento de uma série de atores sociais representativos das camadas populares, que ou desapareceram ao longo do tempo, ou estavam em vias de desaparecer. O “arruador”, as “lavadeiras”, o “aguadeiro”, os “carroceiros”, o “regatão”, as antigas formas de organização das festas de “boi-bumbá”, todos elementos e eventos elencados pelo autor enquanto emblemas “tradicionais” expressivos de uma dada regionalidade.⁶³⁷

⁶³⁵ Revista da Academia Amazonense de Letras. **Reportagem**: uma vida dedicada à cultura amazonense. Ano 87, Nº 26, Manaus, Editora Valer, 2006, p. 11.

⁶³⁶ FALCÃO, Charles Maciel. **Mário Ypiranga Monteiro e os estudos de Folclore**: 1940-1950. Dissertação de Mestrado em Sociologia- Universidade Federal do Amazonas. Instituto de Ciências Humanas e Letras, Coari, Amazonas, 2010, p. 54.

⁶³⁷ PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. **Identidade regional e folclore amazônico na obra de Mário Ypiranga Monteiro**. Manaus: Valer, 2002, p. 94.

Mário Ypiranga Monteiro valorizava, portanto, os elementos representativos da realidade regional, buscando o reestabelecimento do papel da Amazônia no cenário nacional e internacional. Esse soerguimento de caráter cultural e, também, político passa a ser executado por meio de um regionalismo que, conforme Charles Falcão, buscava proporcionar à região amazônica o “reencontro com a sua própria história, revelando as especificidades de uma região a partir da valorização do que pode ser entendido como um pensamento social regional”.⁶³⁸

Na tese apresentada ao IV Congresso de História Nacional intitulada “A Capitania de São José do Rio Negro: antecedentes históricos e fundação” realiza uma análise pormenorizada do processo de ocupação e conquista da região, então denominada de Capitania do Cabo Norte, mais tarde, a partir de 1621, transformada no Estado do Maranhão e Grão Pará, narrando de forma épica e engrandecedora as expedições realizadas por Pedro Teixeira no processo de conquista da Amazônia. Assim, esse autor busca no processo histórico de Manaus, os acontecimentos, personagens e narrativas engrandecedoras da região, buscando construir um passado glorioso para quem vivia um presente de decadência em face da crise da borracha.

Apesar das reorientações teórico-metodológicas apresentadas no IV Congresso, no que se refere ao conhecimento histórico, Mário Ypiranga desenvolveu uma narrativa voltada para a história político-administrativa da colônia, principalmente econômica, religiosa e militar, trazendo ênfase para o papel das tropas de resgate e o expansionismo colonial português na Amazônia. A novidade em sua obra centra-se, contudo, no diálogo estabelecido entre historiadores da primeira geração da historiografia brasileira, a exemplo de Francisco Varnhagem, e outras gerações, como as influências de Capistrano de Abreu e principalmente a terceira geração representada por Gilberto Freire. Sua história da conquista e ocupação da Amazônia orienta-se, tal qual as narrativas de Varnhagem e Freyre sobre a colonização do Brasil, pelo elogio da colonização portuguesa na Amazônia, enaltecendo o papel dos colonizadores e suas ações neste espaço. Mário Ypiranga Monteiro é em sua tese um “descobridor da Amazônia”, “herói-colonizador”, “bandeirante”, ou “sertanista”, justificando a conquista e ocupação portuguesa nesta parte do Brasil como um ato audacioso necessário para o desenvolvimento da colônia:

⁶³⁸ FALCÃO, Charles Maciel. **Mário Ypiranga Monteiro e os estudos de Folclore: 1940-1950**. Dissertação de Mestrado em Sociologia- Universidade Federal do Amazonas. Instituto de Ciências Humanas e Letras, Coari, Amazonas, 2010, p. 70

[...] Em todo o trabalho pertinaz levado a efeito pelo reinol no mundo inteiro, sobressai a conquista e ocupação da Amazônia como um dos mais característicos experimentos da empresa sustentada pelo espírito do soldado, do marinheiro ou do diplomata português. É desse audacioso espírito de conquista que sobrevém a luta persistente pela posse e domínio da região amazônica, luta sustentada com sacrifício, mas sem recuos.⁶³⁹

Ao dissertar acerca dos excessos cometidos pelos colonizadores, tenta explicar “o sentido da conquista”, alegando que a “história da Amazônia está repleta ao grau de interesse do colono pela conquista e povoamento da terra feito com o auxílio desses elementos”, e que “a fundação da raça devia ser a europeização do meio:

O colono nada mais fez que aplicar, na América, os mesmos processos persecutórios já desenvolvidos e com força legal nas Ordenações. Há, entretanto, uma diferença, nesses processos, que é mister ressaltar, sem o qual perde o nosso tentame de interpretação o seu valor histórico: o homem americano, pelas suas vinculações com a natureza, pelas suas raízes sólidas na terra, pela sua cultura estagiária ou de transição, não estava disposto a aceitar, sem reativos, as normas de progredimento desenvolvidas pelo colonizador. Daí a indissimulável protéria com que agiram ambos os povos, arruinando-se ao mesmo tempo as duas culturas, no início, amparadas mais tarde pelo gênio dos estadistas portugueses, quando viram que a função da raça devia ser a europeização do meio, antes que os dissolventes sociais da terra eliminassem os resíduos fundamentais do meridional, a língua, os costumes, os hábitos, a própria andadura política [...].⁶⁴⁰

De acordo com Beatriz Perrone Moisés “no Brasil Colonial a questão da liberdade dos índios ocupa um lugar central”⁶⁴¹, e para Mário Ypiranga Monteiro esse é um tema bastante presente na tese apresentada ao IV Congresso. Para este autor era necessário justificar a ação dos colonizadores no que se referia a violência aplicada aos povos indígenas, pois:

A verdade é que talvez tudo tivesse degenerado em ruína para a colônia nascente, não fosse o sacrifício de milhares de criaturas arrancadas do âmago das florestas. Justo é correr em auxílio dos colonos. Nem sempre era aplicado o mesmo processo bárbaro das carnificinas, e temos sob os olhos o farto documentário capaz de constituir prova física das injustas acusações.⁶⁴²

⁶³⁹MONTEIRO, Mário Ypiranga. A Capitania de São José do Rio Negro: antecedentes históricos e fundação. **Anais do IV Congresso de História Nacional**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nono volume, Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1951, s/p.

⁶⁴⁰MONTEIRO, Mário Ypiranga. A Capitania de São José do Rio Negro: antecedentes históricos e fundação. **Anais do IV Congresso de História Nacional**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nono volume, Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1951, p. 511.

⁶⁴¹PERRONE MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In. CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, s/p.

⁶⁴²MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Ibidem*, p. 513.

Mário Ypiranga narra com detalhes o processo de entradas e expansão ao sertão da região amazônica, com destaque para os sertanistas exploradores, a exemplo de Francisco Caldeira Castelo Branco. Essa perspectiva, como vimos preteritamente, esteve presente nos diálogos das teses de Ernesto Cruz e Arthur Reis, ou seja, a presença das ideias de Capistrano estava na atmosfera do IV Congresso e os historiadores amazônicos apresentaram ressonâncias dessa conjuntura.

Mário Ypiranga dialogou com a historiografia brasileira e principalmente amazônica deste contexto, na perspectiva de fundamentar sua leitura lusotropicalista da história da região. Assim, cita as obras como *Macha para Oeste* de Cassiano Ricardo; *Belém: aspectos geo-sociais do Município*, de Ernesto Cruz; *História do Amazonas*, de Arthur Reis; *As fortificações da Amazônia*, de Artur Viana; *História colonial do Pará*, do Barão de Guajará; *Estudos de História Paraense*, de João Lucio de Azevedo; *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, de Bernardo Pereira de Berredo; *Estadistas Portugueses na Amazônia*, de Arthur Reis; *Formação econômica do Amazonas*, de Moacir Paixão; *História do Brasil*, Frei Vicente de Salvador; *A política de Portugal no Vale Amazônico*, de Arthur Reis; *A Restauração e o Império Colonial Português*, de Pedro Calmon; *Os jesuítas no Grão Pará*, de João Lucio de Azevedo; *Quadro da vida paraense*, de João Lucio de Azevedo, História da Companhia de dentre outros.

A tese de Mário Ypiranga Monteiro buscava encontrar as raízes históricas do Amazonas, reafirmando seus mitos de fundação, personagens exemplares e importância histórica perante a nação, em face da gradativa perda de importância nacional e internacional que, não apenas o Estado, mas a região amazônica, vivia na medida que sua principal atividade econômica, a exportação do látex, entrara em decadência. Se a região Nordeste vivia a crise das antigas oligarquias rurais e a “decadência da sociedade patriarcal e a sua substituição pela sociedade urbano-industrial”⁶⁴³, encontrando nas obras de intelectuais regionalistas como José Lins do Rego, José Américo de Almeida, Rachel de Queiroz e Gilberto Freyre as suas formas de expressão, narrando esse Nordeste decadente e saudosista, Ypiranga Monteiro exercerá esse papel na região amazônica, buscando, conforme Falcão e Miller, no âmbito das representações simbólicas uma alternativa que fosse capaz de realinhar as forças político e econômicas e garantir a redenção da região.

Essa perspectiva, em valorizar elementos típicos da região amazônica e a sua diferenciação no quadro maior das regiões brasileiras, o aproximava das modernas tendências históricas e literárias empreendidas por Gilberto Freyre na região Nordeste. Já a tese

⁶⁴³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 127.

apresentada por Mário Ypiranga ao IV Congresso coadunava-se com as representações elaboradas por Freyre acerca do passado colonial brasileiro, especialmente o Nordeste, o lusotropicalismo, no caso da Amazônia, a Amazonotropicalologia. Gilberto Freyre, de acordo com Almir Diniz de Carvalho Junior (2020), tornou-se uma espécie de porta-voz de um grupo de intelectuais descontentes com o abandono da União, advindos do Norte e do Nordeste do País⁶⁴⁴. Havia, de acordo com esse autor, um sentimento de saudosismo, uma nostalgia e uma angústia provocadas pela decadência econômica que afetou o setor agroexportador das duas regiões. Assim, as elites desses dois espaços construíram o movimento regionalista, como “uma estratégia intelectual e política para repor o Nordeste e o Norte na agenda da política nacional”.⁶⁴⁵

Assim, o pensamento “glebarista” apresentado pelos intelectuais amazônicos, concretizado na releitura do passado regional, seria responsável pela elaboração de uma série de imagens e representações acerca do processo de ocupação e conquista da região amazônica, especialmente do Estado do Maranhão e Grão Pará. Autores como Arthur Reis, que em obras como *História do Amazonas* (1930), e *Política de Portugal no Vale Amazônico* (1939), defendem a postura da coroa portuguesa diante do processo colonizador, sendo atribuída principalmente aos sertanistas, comerciantes, colonos e missionários religiosos as condutas violentas e egoístas para com os indígenas, eram estes personagens, e não a coroa portuguesa, os responsáveis pelas maiores atrocidades.

Arthur Reis e Mário Ypiranga são responsáveis, portanto, pela elaboração de uma historiografia tradicional acerca dos povos indígenas na Amazônia. Em seus trabalhos, esses povos são descritos, muitas vezes, como empecilhos à conquista do vale amazônico, o que explicaria a ação truculenta dos colonizadores, representados como heróis nas narrativas de ambos. Suas leituras marcaram, segundo Davi Avelino Leal (2020), de forma hegemônica entre os historiadores, as abordagens sobre os povos indígenas e o processo colonial da Amazônia⁶⁴⁶, citando historiadores clássicos, a exemplo de João Lúcio de Azevedo e padre Serafim Leite, autores para quem a Amazônia é uma revelação portuguesa, um mistério domado pelo mundo luso, tomando as populações nativas como receptáculos da cultura civilizada, naturalizando a violência e as atitudes empreendidas pelos portugueses na região.

⁶⁴⁴ CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de. Mestiçagem e Tropicalismo no pensamento amazônico: Gilberto Freire, Leandro Tocantins, Ferreira Reis e Ypiranga Monteiro. In. QUEIRÓS, CÉSAR Augusto B. (Org.). **História amazônica em perspectiva**. Manaus: Editora Valer, 2020. p. 46.

⁶⁴⁵ SOUZA RIBEIRO, Odenei de. **Tradição e Modernidade no pensamento de Leandro Tocantins**. Manaus: Editora Valer/ Fapeam, 2015. p. 235.

⁶⁴⁶ LEAL, Davi Avelino. Historiografia e História indígena e do indigenismo na Amazônia. In. QUEIRÓS, CÉSAR Augusto B. (Org.). **História amazônica em perspectiva**. Manaus: Editora Valer, 2020. p. 339.

Cabe salientar que as três teses dos historiadores amazônicos no IV Congresso de História Nacional são documentos importantes para leitura da história da Amazônia e para a História do Brasil a partir de historiadores ligados aos Institutos históricos do Pará e do Amazonas. Em um momento de reescrita da História Colonial brasileira, os representantes amazônicos estiveram presentes, visto que ao escreverem sobre a Amazônia nesse recorte temporal inscreviam a região na fundação da nação brasileira. Em que pese a tese de Arthur Reis ter versado sobre o Estado do Maranhão, mesmo assim, a narrativa desencadeada pelo autor não caminhou para falar de um Estado separado do Brasil, mas para falar da colonização portuguesa, com a ideia de demonstrar mais um processo de ocupação e colonização do Brasil.

CAPÍTULO 5

A TERRA E O HOMEM NA HISTORIOGRAFIA AMAZÔNICA: A CONSTRUÇÃO DE UMA MATRIZ REGIONAL PARA A NACIONALIDADE BRASILEIRA

Introdução

Na primeira metade do século XX assiste-se no Brasil a emergência de uma série de movimentos regionalistas, que tiveram como marco as disputas políticas e intelectuais sobre qual seria a matriz regional básica da nacionalidade brasileira. Intelectuais, a exemplo de Cassiano Ricardo, com sua obra *Marcha para Oeste*, (1940) que apresentava o bandeirantismo paulista como ponto de partida para a formação social e política do Brasil; Gilberto Freire, com *Casa-Grande & Senzala* (1933), que analisava a partir do regionalismo nordestino a importância da sociedade patriarcal e a economia açucareira do Nordeste como pilares da identidade brasileira; no Paraná, o Movimento Paranista, em que intelectuais, a partir do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, buscavam a construção de uma identidade regional para o Estado, além da garantia física do seu território a partir de valores científicos, contando com o apoio de artistas, jornalistas, literatos, historiadores e intelectuais, a exemplo de Romário Martins e Pinheiro Machado.

No Rio Grande do Sul, os intelectuais em torno do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, da Livraria do Globo e do Arquivo Público do Estado publicaram entre as décadas de 1920 e 1930 uma série de trabalhos, a exemplo de monografias, teses, documentos, biografias, estudos históricos, conferências etc., que traziam visibilidade para os temas da história da região, a partir de intelectuais como Eduardo Duarte, Aurélio Porto, Souza Docca, Pe. Hafkemeyer, Walter Spalding, Otelo Rosa, João Borges Fortes. Assim, de acordo com Jefferson Teles Martins, o regionalismo “assumiria a função de eixo estruturante da agenda intelectual, como ‘campo do pensável’ ou ‘problemática legítima’ de longa duração, no meio intelectual rio-grandense”⁶⁴⁷. Em Minas Gerais, uma série de autores e obras ajudou a definir, de acordo com Walderez Simões Costa Ramalho (2015), “a figura imaginária do ‘mineiro’, esta

⁶⁴⁷ MARTINS, Jefferson Teles. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, 2015, p. 55.

figura, enquanto posição de sujeito, foi inventada e reproduzida por uma série de discursos e práticas políticas e culturais, entre as quais os ensaios de interpretação histórica”⁶⁴⁸. A mineiridade, segundo esse autor, seria fruto de um conjunto de discursos que ajudou a formular as características formadoras de sua suposta identidade. Assim, levando em consideração, a “historiografia da mineiridade”, autores como Diogo de Vasconcellos, Alceu Amoroso Lima e, posteriormente, durante os anos de ditadura militar, Sylvio de Vasconcelos construíram livros, artigos, corografias, discursos e conferências que ajudaram a definir as bases da identidade regional mineira ao longo do século XX.⁶⁴⁹

Diante do contexto apresentado, o presente capítulo tem como objetivo analisar a construção de uma matriz regional brasileira a partir da Amazônia, investigando nas obras de Henrique Jorge Hurley *Itaranã (pedra falsa). Assuntos mitológicos do Brasil, especialmente da Amazônia*⁶⁵⁰; Francisco de Araújo Lima (*Amazônia: A terra e o homem*)⁶⁵¹ e Arthur Cezar Ferreira Reis (*O seringal e o seringueiro*)⁶⁵² como esses autores construíram ou buscaram desconstruir visões e interpretações sobre a região amazônica, especialmente sobre a terra e o homem, ajudando a sedimentar um campo historiográfico regional a partir desses temas e trazendo visibilidade para a História da Amazônia na perspectiva de integrá-la à nação brasileira. Analisa-se como esses três historiadores, oriundos do IHGP e do IGHA, buscaram desconstruir visões negativas e deterministas sobre a Amazônia nas décadas de 1930 e 50, a exemplo de Francisco de Araújo Lima e Henrique Jorge Hurley, dissertando sobre o clima, a terra e os povos amazônicos, contrariando as ideias pré-estabelecidas pelas gerações anteriores, apresentando os aspectos econômicos, sociais e culturais, os tipos sociais, rituais, festas, religiosidades e o folclore como partes de uma cultura tipicamente amazônica representativas da região amazônica neste contexto, como pode-se verificar nos discursos de Jorge Hurley e Arthur Reis.

⁶⁴⁸ RAMALHO, Walderez Simões Costa. **A historiografia da mineiridade:** trajetórias e significados na história republicana do Brasil. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015, p. 15.

⁶⁴⁹ *Ibidem*, p. 10

⁶⁵⁰ HURLEY, Jorge. **Itarãna (pedra falsa):** lendas, mythos, itarãnas e “folk-lore” amazônicos. Belém: Off.Graphics do Instituto D. Macedo Costa, 1934. Separata do vol IX da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

⁶⁵¹ LIMA, Araújo. **Amazônia,** a terra e o homem. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

⁶⁵² REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro.** Serviço de informação agrícola, Rio de Janeiro, 1953.

5.1 Henrique Jorge Hurley: a defesa do homem e da cultura amazônica

Presidente do IHGP durante os anos de 1933 a 1939, Henrique Jorge Hurley foi o intelectual com o maior número de trabalhos publicados na RIHGP. De acordo com Ricci (2007), Jorge Hurley destacou-se na historiografia amazônica como “um misto de antropólogo interessado em expedições sertanistas e como historiador, sagrou-se como presidente do IHGP, onde dedicou atenção especial ao estudo do movimento cabano, ocorrido no Pará em 1835”⁶⁵³, tendo publicado, em 1936, acerca desta temática a obra *A Cabanagem, Traços Cabanos*⁶⁵⁴. Uma de suas obras representativas do seu interesse pelos costumes e tradições do homem amazônico é a obra *Itaranã (pedra falsa). Assuntos mitológicos do Brasil, especialmente da Amazônia. Nessa obra*, o autor, de acordo com Magda Ricci, busca “reler o passado Amazônico, associando-o ao brasileiro ou à identidade brasileira dos anos 1930”⁶⁵⁵. Obra publicada na íntegra pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará traz uma ênfase para os estudos do folclore amazônico, tratando das lendas ou mitos amazônicos ou de algum problema de ordem histórico-mitológico.

Ao se analisarmos as revistas do IHGP, observa-se a reprodução de inúmeros trabalhos relacionados ao vocabulário, mitos, lendas, histórias e demais e características da cultura indígena na Amazônia, em especial do Pará. A presença de artigos acerca do destino dos indígenas na Amazônia reporta a um debate muito comum na Historiografia brasileira naquele momento: “a necessidade de desvendar o sentido ‘original’ do país, suas especificidades, e a formação étnica e social da nação através das três raças formadoras”.⁶⁵⁶

A vertente modernista da intelectualidade amazônica trazia para o debate os símbolos étnicos e culturais da região, “tematizando as tradições e os costumes amazônicos, em especial dos índios e negros deste espaço”⁶⁵⁷. Para intelectuais como Jorge Hurley, por exemplo, seria necessária uma nova missão catequizadora na região amazônica, para que “os aborígenes

⁶⁵³ RICCI, Magda. Folclore, literatura e história: a trajetória de Henrique Jorge Hurley. FONTES, Edilza Joana de Oliveira; NETO, José Maia Bezerra (Org.) **Diálogos entre história, literatura & memória**. Belém: Paka-Tatu, 2007. p. 310.

⁶⁵⁴ Dentre o conjunto das obras deste autor podemos citar: *A Amazônia cyclopica*, 1931; *Belém do Pará sob o domínio português : 1616 a1823*, 1940; *A Cabanagem*, 1936; *Noções de historia do Brasil e do Pará : do acordo com o programma de ensino primário do Estado do Pará*, 1938; *Traços cabanos : 13 de maio (1836-19236)*, 1936; *Sobre a Graphia de Oyapoc o Pagé*, 1931; *Vocabulario Tupy -portuguez falado pelos Tembes dos rios Gurupy e Guamá*, 1931.

⁶⁵⁵ RICCI, Magda. Folclore, literatura e história: a trajetória de Henrique Jorge Hurley. Op. Cit, 2007. p. 315.

⁶⁵⁶ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. O índio como metáfora: política, modernismo e historiografia na Amazônia nas primeiras décadas do século XX. **Projeto História**, São Paulo, n. 41, dez. 2010.

⁶⁵⁷ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Flechas com pontas de aço: imagem, política e historiografia indigenista na Amazônia nas primeiras décadas do século XX. **Muiraquitã**, PPGLI-UFAC, v.2, n.1, Jul/Dez, 2013

fossem civilizados”:

Deus foi a chave milagrosa com que os missionários jesuítas abriram o coração dos aborígenes para o christianismo e consequentemente desvendavam seus olhos para o fulgor olympico da luz da civilização [...] A catechese dos selvícolas, que ainda possuímos, como < bicho do matto >, não pode ser efficiente sem o auxílio protector da grande árvore frondosa do christianismo - externa cartilha de A, B, C, da civilização entre os povos bárbaros [...] S. Exc. o sr. presidente Getúlio Vargas, chefe do governo Revolucionário da República, prestaria um grande serviço ao Brasil transferindo o serviço de catechese dos últimos selvagens brasileiros a ordens religiosas, que penetram, desassombadamente, as selvas mais remotas e ingratas ao serviço de Deus e da civilização.⁶⁵⁸

Conforme aponta Figueiredo (2010), Hurley desferia uma forte crítica ao trabalho prestado pelo Serviço de Proteção aos índios no Pará, afirmando ser um serviço ineficiente. Após as expedições aos rios Pindaré e Gurupi, em 1919, nas quais teve contato com os índios Tembé, Timbira, Guajajara e Urubu, Hurley passou a defender a ideia de que era necessário “civilizar” as populações indígenas, oferecendo-lhes condições para que se tornassem cidadãos brasileiros. De acordo com Figueiredo: “a ideia era “matar” a figura do índio e construir sobre ela a do civilizado. Quanto às tradições, seriam registradas no momento da conquista, da pacificação e conservadas sob a forma de etnografia e folclore, enterrando o passado indígena sob a lápide do folclore.”⁶⁵⁹

Para Albuquerque Júnior (2013) uma das principais características das primeiras décadas do século XX no Brasil é a tomada do “povo e sua cultura como tema, como problema e preocupação de estudos eruditos e acadêmicos”, onde “folcloristas e etnógrafos são acompanhados por médicos, juristas, funcionários do Estado e policiais no interesse pela vida do povo, pela vida das classes ínfimas, do povo rude:

De uma atitude de desprezo, de distanciamento, marcado por um olhar de superioridade, de evitação preconceituosa ou amedrontada, de participação despreziosa e despreocupada, as elites intelectuais e políticas passam a olhar de outra maneira para as manifestações culturais populares, no começo desse século. Há um deslocamento na visibilidade destas práticas, que passam

⁶⁵⁸ HURLEY, Jorge. Prol catechese do aborígene brasileiro. O serviço de proteção aos “índios” no Pará e talvez no Brasil, por sua ineficiência, é pura ficção. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará- RIHGP**. Ano VII, vol. VIII, 1932, p. 224-227.

⁶⁵⁹ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. O índio como metáfora: política, modernismo e historiografia na Amazônia nas primeiras décadas do século XX. **Projeto História**, São Paulo, nº 41, dez. de 2010, p. 57.

a ser objeto de curiosidade, de inventário, de registro, de interesse, de classificação, de controle e policiamento.⁶⁶⁰

No caso da Amazônia, o povo da região é tomado como fonte e arquivo para diversas análises e classificações. Um dos debates que chama particular atenção são as reflexões realizadas por Henrique Jorge Hurley em sua obra *Itarãna (pedra falsa): lendas, mythos, itarãnas e “folk-lore” amazônicos*⁶⁶¹, publicada pela revista do IHGP de 1934, volume IX, oportunidade em que o autor realiza uma série de análises acerca do livro do escritor cearense José Carvalho *O matuto cearense e o caboclo no Pará: contribuição ao folk-lore nacional*⁶⁶², publicado pelas Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré em Belém em 1930. Livro bastante conhecido pela crítica historiográfica e folclórica amazônica, *O matuto cearense e o caboclo no Pará...*, segundo Hurley, busca estabelecer as “diferenças dos homens e das coisas do Pará e do Ceará”⁶⁶³, contribuindo, contudo, para a construção de um imaginário negativo e estereotipado sobre ambos os espaços. De acordo com Hurley *O matuto cearense e o caboclo no Pará* trata-se de um: “livro hodierno e de indiscutível valor, proclamado pela crítica de Basílio de Magalhães e Oliveira Vianna, não deveria trazer, portanto, *o matuto cearense e o caboclo no Pará* mais essas fantasias prejudiciais aos créditos da civilização do valle do Amazonas”.⁶⁶⁴

Em sua obra, José de Carvalho busca estabelecer as diferenças entre os cearenses e os caboclos da Amazônia, descrevendo esses últimos como “primitivos”, “incivilizados” e “atrasados”:

No Ceará, o matuto ou sertanejo está, no tempo e na evolução da raça, mais longe da maloca ancestral do que o cabloco do Pará, ou da Amazônia. Allí, como em todo o meio-norte, a caldeação foi mais intensa; facto devido ás facilidades do povoamento e comunicação com as antigas capitães e centros populosos. Da linguagem e dos costumes indígenas nada resta hoje. Na Amazônia, no entanto, entre a população originária, o caso é diferente: há muito ainda da língua, dos costumes e da alma primitiva. É este um fenómeno de fácil verificação. A raça tapuya (ou tupy), qui, estacionou, não evoluiu. A grande extensão do território, quase despovoado; as dificuldades de comunicação entre os centros populosos, comunicação feita a remos e á vela, na grande vastidão dos rios; sem estradas por terra; a incúria dos governos em

⁶⁶⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste 1920 – 1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

⁶⁶¹ HURLEY, Jorge. *Itarãna (pedra falsa): lendas, mythos, itarãnas e “folk-lore” amazônicos*. Belém: Off.Graphics do Instituto D. Macedo Costa, 1934. Separata do vol IX da Revista do Instituto Histórico e Geographico do Pará.

⁶⁶² CARVALHO, José. *O Matuto Cearense e o Caboclo do Pará: contribuição ao folk-lore nacional*. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, Jornal de Belém, 1930.

⁶⁶³ HURLEY, Jorge. *Itarãna (pedra falsa): lendas, mythos, itarãnas e “folk-lore” amazônicos*. Belém: Off.Graphics do Instituto D. Macedo Costa, 1934. Separata do vol IX da Revista do Instituto Histórico e Geographico do Pará. p. 15.

⁶⁶⁴ HURLEY, Jorge. *Itarãna (pedra falsa): lendas, mythos, itarãnas e “folk-lore” amazônicos*. p. 17.

chamar as malocas para o convívio social, além de outras causas, são os factores principais do estacionamento aludido.⁶⁶⁵

A luta de Jorge Hurley, portanto, é contra esse tipo de narrativa tradicional sobre a região amazônica, baseada em premissas do determinismo biológico e geográfico vigentes no século XIX, e atualizadas em visões como a de José Carvalho, que continuam a colonizar os povos e a região amazônica com seus olhares e discursos estereotipados. Interlocutor de intelectuais conhecidos da região, como era o caso de Raimundo Morais, Hurley buscou estabelecer “novos” olhares e representações para a região, sendo característico dos anos 1930 e 40 um processo de releitura e reescrita da História da Amazônia. Muitos intelectuais regionais, ao escreverem para revistas regionais e nacionais como a Revista Mensal de Estudos Brasileiros, conhecida como “Cultura Política”, traziam destaque para “os problemas da região e a redenção da Amazônia e do caboclo”, bem como uma “reação a literatura da época, a qual chamava mais atenção à natureza que ao homem”.⁶⁶⁶

A exemplo das pesquisas realizadas por Nísia Trindade Lima acerca do país de Jeca Tatu⁶⁶⁷, intelectuais amazônidas, como Francisco Galvão, acreditavam que “o caboclo em conjunto com o índio e o nordestino venceriam a natureza”⁶⁶⁸, bastaria o Estado ajudá-lo que, assim, ele conseguiria cumprir seu destino redentor⁶⁶⁹, ou seja, o “homem caboclo não era mais o culpado do subdesenvolvimento do local, mas sim as elites ausentes que durante vários séculos não deram a devida atenção à região”⁶⁷⁰. Dessa forma, tanto Francisco Galvão quanto Hurley enfatizavam a necessidade de se conhecer mais de perto a realidade amazônica, pois, de acordo com Jorge Hurley, “a época dos que falavam mal da planície amazônica já passou, com os *Inferno verde*, *Desherdados*, *Terrma Imamatura*, encerrando o ciclo o *De Bubuia* que é a transição do mal para o bem: da fantasia para a verdade”.⁶⁷¹

Hurley discordava prontamente da visão apresentada por José Carvalho acerca das representações do homem amazônico, exaltando as virtudes do caráter regional, contrapondo as afirmações de Carvalho acerca dos dois tipos nativos da região: o caboclo e o cearense. Ao

⁶⁶⁵ CARVALHO, José. **O Matuto Cearense e o Caboclo do Pará**: contribuição ao folk-lore nacional. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, Jornal de Belém, 1930, p. 1.

⁶⁶⁶ ANDRADE, Rômulo de Paula. **A Amazônia vai ressurgir! Saúde e saneamento na Amazônia no Primeiro Governo Vargas (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2007. Rio de Janeiro: [s.n.], 2007. 180f. p. 57.

⁶⁶⁷ LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão Chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999. p. 132-154.

⁶⁶⁸ ANDRADE, Rômulo de Paula. **A Amazônia vai ressurgir! Saúde e saneamento na Amazônia no Primeiro Governo Vargas (1930-1945)**, p. 60-61.

⁶⁶⁹ Idem.

⁶⁷⁰ Ibidem. p. 58.

⁶⁷¹ HURLEY, Jorge. **Itarãna (pedra falsa)**: lendas, myths, itarãnas e “folk-lore” amazônicos. p. 17.

analisar as representações positivas construídas por Carvalho acerca dos nordestinos e, por conseguinte, negativas acerca dos caboclos, Hurley afirma sobre ambos:

No nordeste brasileiro, o homem luta desesperadamente para viver e é, por isso mesmo, um revoltado contra a Terra e precavido contra tudo que o cerca e, no Ceará, na Terra da Luz, essa revolta o predispõe a uma filosofia *sui generis*, em que remove cantando todas as mágoas que se lhe deparam no mucuripe estéril da vida.⁶⁷²

Na Amazônia, o homem está na fartura, nada lhe falta: tudo lhe está ao alcançado remo e da mão: mulheres, frutos, aves, peixes, caças, flores, água e mel ahi estão do melhor e em abundancia: um perfeito Paraíso... Não lhe é preciso lutar para viver: vive a vida tranquila das águas, que andam placidamente para o mar.⁶⁷³

Em sua pejeja na construção de um caboclo bom e respeitável “cita numerosos exemplos de personalidades paraenses que contribuíram, ao longo do século XIX para a grandeza nacional. Assim, menciona José Veríssimo, Enéas Martins, General Gurjão, Veiga Cabral e outros. Destaca, ainda, a poesia popular na Amazônia nos versos de escritores e poetas locais, afirmando “Quantos versos lindos não vivem subindo e descendo os rios da depressão amazônica, como as canarãnas e os mururés floridos, na boca dos barqueiros simples e bons”. Identifica-se, desse modo, na narrativa de Hurley, uma construção positiva da região amazônica, onde o homem se sobrepõe à natureza, que se torna, inclusive, fonte de seu gênio e de sua competência. Como afirma Véronique Boyer “Ao naturalismo do século XIX e ao pessimismo do início do século XX, sucede nas décadas de 20 e 30 uma visão otimista com autores preferindo “encontrar o paraíso que o inferno na Amazônia”.⁶⁷⁴

Outra característica importante da historiografia amazônica, também presente na historiografia brasileira, é a busca pelo passado regional e nacional, bem como a preocupação com as fontes/ documentos para a construção da narrativa histórica acerca desses espaços. É importante considerar que entre as décadas de 1930 e 40 existiu no Brasil um movimento de revisão intelectual sobre o país, intitulado Estudos Brasileiros, voltando-se para “redescobrir” o Brasil. Advindo de anseios modernistas, esse movimento também visava a delimitação de uma nova historiografia a partir da “redescoberta” dos clássicos da escrita da história nacional, coletâneas documentais, enfatizando o que havia por pesquisar. Faziam parte do grupo de

⁶⁷² Ibidem. p.18

⁶⁷³ Idem.

⁶⁷⁴ PRETO-RODAS, Richard. 1974. "Amazonia in Literature: Themes and Changing Perspectives". In: C. Wagley (ed.), *Man in the Amazon*. Gainesville: The University Press of Florida. pp. 181-198 Apud BOYER, Véronique. O pajé e o caboclo: de homem a entidade. *Mana* vol.5 n.1 Rio de Janeiro Apr. 1999.

intelectuais dos Estudos Brasileiros Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, José Honório Rodrigues, dentre outros.⁶⁷⁵

Síntese dos Estudos Brasileiros, o *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, organizado por Rubens Borba de Moraes e William Berrien, foi publicado em 1949, contando com a participação de vários nomes da historiografia, dos estudos sociais, da literatura e outras áreas: Geografia, Pierre Monbeig; Etnologia, Herbert Baldus; Período Colonial, Sérgio Buarque de Holanda; Independência, Otávio Tarquínio de Sousa; Segundo Reinado, Caio Prado Júnior; República, Gilberto Freyre; e Poesia, Manuel Bandeira; Folclore, Mário de Andrade. Todos esses nomes da intelectualidade brasileira contribuíram com o objetivo principal da obra, que era apresentar temas brasileiros. No capítulo sobre o folclore, Mário de Andrade narra a constituição do campo de estudos folclóricos no Brasil, desde os estudos de Sílvio Romero, no século XIX, até o início dos cursos de folclore e estudos mais técnicos sobre o tema nos espaços acadêmicos, a partir, em grande medida, das cátedras na área de Sociologia destinadas à discussão do assunto. Andrade explicava que:

O folclore no Brasil, ainda não é verdadeiramente concebido como um processo de conhecimento. Na maioria das suas manifestações, é antes uma forma burguesa de prazer (leituras agradáveis, audições de passatempo) que consiste em aproveitar exclusivamente as "artes" folclóricas, no que elas podem apresentar de bonito para as classes superiores. Na verdade este "folclore" que conta em livros e revistas ou canta no rádio e no disco, as anedotas, os costumes curiosos, as superstições pueris, as músicas e os poemas tradicionais do povo, mais se assemelha a um processo de superiorização social das classes burguesas. Ainda não é a procura do conhecimento, a utilidade de uma interpretação legítima e um anseio de simpatia humana.⁶⁷⁶

No que se refere ao folclore, aventa-se que Jorge Hurley, uma década antes da escrita de Mário de Andrade para os Estudos Brasileiros, oscilava entre o produtor de um estudo folclórico de conotações que se encaixam na crítica de Andrade, ou seja, que escrevia a partir da condição de um membro das elites burguesas que reunia em sua obra costumes, poesias, mitos e lendas, vistas de cima por um intelectual. Por outro lado, em 1934, já apresenta em *Itarãna (pedra falsa): lendas, myths, itarãnas e "folk-lore" amazônicos* certo debate intelectual, apresentando leituras e autores do campo folclórico brasileiro, além de travar

⁶⁷⁵ FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. "estudos Fluminenses": a Faculdade Fluminense de Filosofia e a identidade regional. In NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Estudos de historiografia brasileira** / organizadores Lucia Maria Bastos Pereira das Neves ... [et al.]. Rio de Janeiro : FGV, 2011.

⁶⁷⁶ ANDRADE, Mário. Folclore. In: Rubens Borba de Moraes e William Berrien. **Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros**. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 423.

discussões com outros intelectuais de sua época acerca de temas amazônicos, como as polêmicas sobre o caboclo do Pará com o escritor cearense José Carvalho e sobre a etimologia de um termo ligado à linguagem e lenda indígena com o escritor paraense Ernesto Cruz.

Nessa percepção do trabalho de Hurley, observa-se que produziu um estudo que se voltava para um debate acadêmico, visto os embates citados acima, bem como a produção de um pensamento histórico acerca do folclore, quando buscava pensar a sociedade mestiça amazônica formada localmente a partir do contato com “raças estranhas”. O tema da mestiçagem na Amazônia é antigo e teve em José Veríssimo Dias Mattos o seu grande arauto, ainda no século XIX. Hurley apresentava em sua escrita traços de um pensador ainda perpassado com a ideia de selvageria dos indígenas. Ao passo que defendia o homem amazônico ou caboclo do Pará, se referia inferiormente ao homem que antecedia ao caboclo paraense, notadamente o indígena, pois finalizava seu artigo no livro *Itarãna*, intitulado de “Folclore”, com um relato sobre a viagem aos sertões do Gurupi, descrevendo a festa do mel da etnia Tembés, dedicando-se a escrever alguns versos intitulado “Musa selvagem”.

Jorge Hurley no texto que polemiza com José Carvalho sobre o caboclo do Pará e o matuto cearense, apresenta um traço marcante do campo intelectual à época, notadamente a busca pela memória e a identidade do Estado e da região, além de “redescobrir” a região amazônica na Nação, visto que a Amazônia havia passado pela forte crise econômica das décadas de 1910 e 1920 em relação ao declínio da economia da borracha, deixando um sentimento de decadência e pouca representatividade no cenário nacional. Não era só o Pará a se ocupar de tal missão, caso semelhante pode ser visto no Estado do Rio de Janeiro, a partir do grupo de intelectuais em torno da Faculdade Fluminense de Filosofia, criada em 1846. Esses intelectuais trabalhavam por “redescobrir” o Estado, visando propor soluções para problemas vividos, além da formação de um novo homem fluminense, constituído entre a graduação humanística e técnica capaz de formular projetos de recuperação para uma região que também havia passado por grave crise financeira.⁶⁷⁷

Além disso, nos casos paraense e amazônico, trava-se de soerguer o homem da região, como assim o fez Hurley ao responder a José Carvalho, quando esse último apontou a brandura e a esquiva do homem amazônico em detrimento do nordestino/ cearense, que encarava ativamente os perigos. Hurley acionou a bravura e a coragem do caboclo do Pará a partir da própria história da região, mediante o evento da Cabanagem, pois afirmou que esse homem:

⁶⁷⁷ FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Op. Cit., 2011.

Na luta, uma vez desatada, é inexorável, inimitável e inexcedível. Aí estão, palpitando, as páginas dos Motins Políticos do Barão do Guajará, que ali narrou a história da Cabanagem, na qual a lances estoicos, do mais puro civismo e da mais alta bravura, praticados pelos caboclos do Pará.⁶⁷⁸

A História para Hurley é o ponto de resposta às menções de José Carvalho, o historiador paraense, mediante a própria indicação de Carvalho de que as mulheres e crianças cearenses ao chegar às margens dos rios da Amazônia corriam com medo para a mata, expressou que as mulheres e filhos dos caboclos do Pará não corriam “espavoridos” com medo da natureza da região, lembrando que desde as Amazonas, sociedade de mulheres guerreiras, não se corria diante dos espanhóis famintos, o que revelaria a bravura da mulher amazônica. Hurley não respondia apenas a seu interlocutor, visto que trazia para o debate uma questão histórica da intelectualidade amazônica: o enfrentamento das visões negativas e preconceituosas acerca da Amazônia, nesse caso, produzidas pelo Sul do país e pela Europa. Por isso, argumentou que “encontro ainda asserções pejadas de inveracidades, que serão no Sul do país e no estrangeiro, um injusto atestado falso do atraso da civilização amazônica”.

Levantar a região, “redescobrimo” suas tradições, fazia parte não somente do instrumental de Hurley, mas do próprio Instituto Histórico. Hurley, ainda em *Itarãna* busca mostrar que a região possuía artes e tradições regionais, por isso, citou a existência de cantadores de ritmo livre e sereno; de uma poesia democrática a partir de Eneida de Moraes; de festejos populares, como o de São João da Ponta de Chaves; citou poesias constituídas “puramente de versos regionais”; mencionou o desconhecimento, por parte de José Carvalho, de Raul Bopp, projetado por Hurley como “bólide das letras poéticas nacionais”. Apresentou uma série de trovas e manifestações poéticas para exemplificar o quanto a Amazônia possuía uma cultura letrada e poética, o que atestaria sua grandeza e merecida presença no folclore brasileiro, pois argumentava a relação da poesia popular amazônica com outras partes do país, especialmente os sertões, a exemplo do Mato Grosso e do Nordeste, onde os seringueiros levavam versos àquela região.

Apesar da polêmica com o cearense José Carvalho, Hurley, como apontado acima, possuía desconfiança e reclamação em relação ao Sul do país e ao estrangeiro, resguardando o Nordeste, espaço que acreditava na comunhão com o norte amazônico, visto que o homem amazônico e o “nordestense” estavam ligados pela disparidade de costumes e pelos obstáculos

⁶⁷⁸ HURLEY, Jorge. **Itarãna (pedra falsa)**: lendas, myths, itarãnas e “folk-lore” amazônicos, p. 4; Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP, Vol. IX. Pará: Oficinas Gráficas do Instituto Dom Macedo Costa, 1934, p. 16

que ambos enfrentavam em suas regiões, o que provavelmente o autor esteja chamando atenção para o meio amazônico de densas e vastas florestas e para o meio nordestino marcado por secas periódicas. Ao que tudo indica, Hurley, na condição de um natural do Rio Grande do Norte, não perdeu de vista a ideia cara à intelectualidade brasileira do final do século XIX e da primeira metade do século XX que via nos “sertões” o lugar de uma cultura autêntica e tradicional, garantia do verdadeiro espírito nacional e até regional, como foi o caso do Nordeste. Logo, enxergava a importância da relação da Amazônia com o sertanejo nordestino, pois esse último era “cultor espontâneo da poesia popular” e projetava o folclore amazônico na confluência dos sertões do Nordeste, do Brasil central e até de Minas Gerais.

A forma como Hurley desenvolveu suas reflexões dá a entender que a experiência histórica embasaria uma nova concepção de homem amazônico e que esse deveria adotar uma nova postura frente ao vivido naquele momento. Transparece em sua obra uma vontade de soerguimento do homem e da região pela sua cultura, pelas suas tradições, algo muito próximo do que pensou Gilberto Freyre em relação à região Nordeste, quando diante do declínio da economia açucareira e a consequente perda de espaço político das elites nordestinas no cenário político nacional, a cultura foi traduzida enquanto diferença e motivo de engrandecimento dos regionalistas e tradicionalistas nordestinos. A Amazônia também passou por uma decadência econômica e suas elites se viram sem a força econômica que minimamente lhes concedia certo *status*. Logo, processos que implicam perda de espaço geram tentativas de rever o que se perdeu, de retomar patamares alcançados.

Sobre o cenário acima, deve-se perceber que a revista do IHGP, na qual Hurley publicou sua obra, representa uma postura de soerguimento do espaço amazônico, um tom de altivez, discursos publicados que caminharam na linha do engrandecimento paraense, como foi o caso da publicação de um discurso do Sr. Eutachio de Azevedo, realizado por ocasião de uma palestra ministrada no Teatro da Paz, em abril de 1918. Azevedo se prestou a demonstrar a galeria dos nobres vultos do Pará, considerado como terra gigantesca e de belezas e que possuía uma vasta lista de grandes homens nas artes, nas ciências e na literatura. O reeditar a palestra ministrada no Teatro da Paz demonstra, por parte da revista do IHGP, o percorrer do mesmo caminho dos Estudos Brasileiros, ou seja, o “redescobrir” o país, no caso regional, o Pará e a Amazônia.

5.2 A Amazônia, a terra e o Homem: Araújo Lima reinterpretando o sertão amazônico

Nascido em Muaná, Ilha do Marajó, José Francisco de Araújo Lima (1884-1945), filho de José Francisco de Araújo Lima e de Maria Amélia de Mendonça Lima, fez seus primeiros estudos em Manaus, logo após matriculando-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Contudo, realizou os estudos superiores em Medicina na Bahia. Em 1905 retornou a Manaus realizando trabalhos clínicos e ingressando no ensino secundário amazonense. Por volta de 1911, Araújo Lima matriculou-se no curso de Medicina tropical da Universidade de Paris, alcançando a diplomação no ano seguinte. Primando pelos estudos médicos, chegou a se doutorar em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1912.

Como apresentado no primeiro capítulo da tese, Araújo Lima ocupou cargos administrativos e políticos ao longo da vida, como diretor da Instrução Pública do Amazonas, prefeito de Manaus e deputado federal em 1930, mas exerceu o mandato por cerca de cinco meses, devido à interrupção do mandato face à vitória do movimento revolucionário que levou Getúlio Vargas ao poder e anulou os poderes legislativos constituídos até aquele momento. Araújo Lima possuía formação acadêmica, circulação entre as elites amazônicas e experiência administrativa em cargos, como a Instrução Pública, fatores que confluíam para alavancar o prestígio desse autor no contexto social da Amazônia, inclusive mediante a formação como médico sanitário.

É importante também se analisar o lugar intelectual e o posicionamento de Araújo Lima frente ao campo historiográfico em formação na Amazônia, visto que uma das bandeiras ou plataformas desse campo, a partir da matriz dos institutos históricos da região, foi a integração da Amazônia ao Brasil. Assim, Araújo Lima esteve afinado com esse contexto. Luís Francisco Munaro, ao estudar a esfera pública e a construção de um conceito de Amazônia (1930-1937), mapeou um grupo de intelectuais de Manaus que contribuiu diretamente para a questão da visibilidade da construção do conceito de Amazônia em negociação com o nacional. Esse autor identificou que Aurélio Pinheiro, Anísio Jobim, Araújo Lima, Carlos Mesquita, Ramayana Chevalier e Arthur Reis, compuseram esse grupo letrado, cujo objetivo maior era o “[...] debate público sobre os rumos da política regional, ou da significação da Amazônia no seio da nação brasileira”.⁶⁷⁹

⁶⁷⁹ MUNARO, Luís Francisco. NEM INFERNO, NEM PARAÍSO: esfera pública e a construção de um conceito de Amazônia (1930-1937). **Revista Observatório**, [S. l.], v. 5, n. 4, p. 412–437, 2019. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2017v5n4p412. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/6956>. Acesso em: 16 out. 2023., p.5

Araújo Lima, com uma formação médica e científica na década de 1930, com trânsito em várias áreas do conhecimento e com um nome conhecido entre as elites amazônicas, buscou reinterpretar as representações sobre a Amazônia e, portanto, a própria história da Amazônia, visto que ao longo de séculos essa região foi motivo para a elaboração de várias ideias, representações e narrativas que a projetaram como espaço mítico, marginalizado, vazio e selvagem. Mesmo que os cientistas e naturalistas tenham intensificado as viagens e expedições para essa área da América no século XIX e tenham se debruçado sobre a região, tal fato não gerou a construção de um conjunto de ideias e narrativas que positivassem esse espaço, visto a permanência e a continuidade de visões sobre o mito das Amazonas; a negatividade do clima amazônico frente ao homem europeu; a ideia de vazio demográfico e a concepção de população a ser ainda civilizada, como ocorreu na década de 1940, com o Programa Marcha para o Oeste, que, de acordo com Rômulo Andrade “definiu a Amazônia como um lugar a ser conquistado pelo poder central, e a viagem de Getúlio Vargas à região em 1940, quando proferiu o “Discurso do rio Amazonas”, amplamente divulgado pela propaganda governamental como a nova ‘descoberta’ da região”.⁶⁸⁰

É imperativo considerar o lugar que Araújo Lima ocupava no quadro das elites intelectuais amazônicas, bem como sua contribuição ao campo historiográfico regional, visto que fez parte de uma nova geração de intelectuais regionais devotados à causa amazônica, ligada ao desenvolvimento regional. Uma nova geração que não deixava esquecer as raízes familiares e os interesses de classe de seus antecedentes. Segundo Ribeiro, se referindo à geração de Araújo Lima:

Jovens intelectuais que foram estudar no Rio de Janeiro, São Paulo ou até mesmo na Europa, sem romper as ligações sentimentais, culturais e históricas com a própria terra retornam à região com a missão de despertar a consciência do povo para o desenvolvimento e o progresso difundido pelo ideário positivista e romântico. Ideais que se ajustavam às suas aspirações privadas (torna-se escritor reconhecido socialmente) e a sua missão pública de repor a região na agenda política nacional.⁶⁸¹

Araújo Lima se enquadra nesse contexto das elites e da intelectualidade amazônica e sua maior aspiração em *Amazônia, a Terra e o Homem* foi justamente reverter as antigas ideias preconcebidas sobre a região, o que a impedia de compor os quadros da formação nacional. Sua

⁶⁸⁰ ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi.** Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, maio-ago. 2010, p. 454.

⁶⁸¹ RIBEIRO, Odenei de Souza. **Tradição e modernidade no pensamento de Leandro Tocantins/**. Odenei de Souza Ribeiro. - Manaus: UFAM, 2012, p. 62.

bandeira também era ligada à integração da região à nação brasileira, tendo em vista a falada marginalização da Amazônia em relação ao restante do país, tema tão caro, por exemplo, a outro autor destacado: Arthur Cézár Ferreira Reis. O grande debate de Lima foi justamente o combate às visões preconceituosas sobre a Amazônia e a sua reinterpretação.

É importante salientar que toda essa construção de visões acerca da região em torno do rio Amazonas tem relação com a própria concepção do território, ou seja, a ideia de sertão impregnada nos relatos oficiais portugueses e de viajantes europeus pode explicar diretamente tais visões, pois a ideia de sertão ganhou amplitude em Portugal no tempo da colonização das Américas, surgindo inicialmente para denominar áreas afastadas de Lisboa e áreas interiores e vastas das possessões recém-conquistadas no além-mar. Além do que, deve-se observar, conforme raciocina Amado, que:

De forma simplificada, pode-se afirmar, portanto, que, às vésperas da independência, "sertão" ou "certão", usado tanto no singular quanto no plural, constituía no Brasil noção difundida, carregada de significados. De modo geral, denominava "terras sem fé, lei ou rei", áreas extensas afastadas do litoral, de natureza ainda indomada, habitadas por índios "selvagens" e animais bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas, leigas ou religiosas, detinham pouca informação e controle insuficiente.⁶⁸²

As reflexões de Amado possibilitam aventar nesse ponto da tese que muito da imagem negativa produzida sobre a Amazônia tem relação com a noção espacial de "sertão", utilizada pela administração colonial, que enfatizava as áreas interioranas como outros espaços que não aqueles espaços centrais já conhecidos do mundo europeu. Bonato (2010), ao analisar a construção do sertão nordestino a partir dos relatos de viajantes, notou que "o sertão, afinal, é construído nos relatos de viagem sobre alguns eixos principais e estruturantes: o clima, em especial a seca; as criações de gado; as doenças; as matérias primas estratégicas e a escassez e a rusticidade populacional"⁶⁸³. Ainda segundo o mesmo autor, no que tange ao clima, na área nordestina "Seco ou com muita chuva, o clima é descrito repetidamente como insalubre"⁶⁸⁴. Ou seja, além da vastidão do território, a ideia de "sertão" recaía sobre uma área com clima difícil e outras características que demonstravam a ideia de área insalubre, selvagem e de pouco controle, como se pode observar no discurso do médico e botânico Carl von Martius, que

⁶⁸² AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul. 1995.

⁶⁸³ BONATO, Tiago. **O olhar, a descrição**: A construção do sertão do Nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783 - 1822). Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná, 2010.

⁶⁸⁴ *Ibidem*, p. 102.

relaciona o perfil dos sujeitos ao ambiente onde vivem, descrevendo a floresta amazônica como um lugar:

Escuro como o inferno, emaranhado como o caos, aqui se estende uma floresta impenetrável de troncos gigantes, desde a foz do Amazonas até muito além do território português em direção a Oeste. [...] A natureza pudibunda do reino vegetal parece, de repente, sentir prazer em produzir formações grotescas, numa ânsia inquieta. Arbustos com espinhos irritantes e malignos, palmeiras com terríveis agulhões, cipós laticíferos emaranhados perturbam os sentidos do peregrino... Não admira que a alma do índio, errando em tal ambiente, torne-se sombria e de tal maneira, que perseguido pelas sombras da solidão, possa ver em toda parte criações fantasmagóricas da sua rude imaginação.⁶⁸⁵

Assim, observa-se uma vasta construção retórica sobre as características do território amazônico, onde as características apresentadas denotam a ideia de “sertão” ou “sertões” amazônicos, marcados por aspectos de territórios desertos ou muito vastos; clima inóspito, população rarefeita e “selvagem”; espaço insalubre e com pouco controle administrativo. Além do que, as particularidades desse “sertão” amazônico estavam no fato de situarem-se às margens dos rios e pelo perfil econômico da economia regional, ligada à extração das “drogas do sertão”. Mourão, ao relatar sobre as narrativas, as imagens e as representações elaboradoras das ideias de “sertão” ou “sertões” amazônicos, ao longo do tempo, informa que tais aspectos:

Informam os sertões como categoria: ambiental, espacial, cultural, social, socioeconômica e política: sertões da selva, da floresta, dos rios, dos bárbaros, do cacau, da madeira, da castanha, do látex, sertão dos quilombos, sertão de dentro e de fora (em relação às fronteiras) etc., para a instituição de lugares distantes, pouco conhecidos, incultos, selvagens... para fazer “resgate de gente e de recursos naturais”, ou para degredo, desterro ou desbravamento, exploração e ações civilizacionais⁶⁸⁶.

Nesses termos acima descritos por Mourão, o “sertão” ou os “sertões” amazônicos foram sendo representados e instituídos ao longo do tempo. É diante desse repertório de visões sobre o território amazônico que Araújo Lima também se debruça, visto que em *Amazônia, a terra e o homem* debate justamente os preconceitos e visões negativas ou mal elaboradas sobre a área e a população amazônica. Araújo Lima, inclusive, interpreta a Amazônia interiorana, das gentes do interior e, portanto, acaba tratando do sertão amazônico, mas caminha por outros

⁶⁸⁵ MARTIUS, 1823-53, vol. II, p.246 Apud KURY, Lorelai. **Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem.** Hist. cienc. saúde, Rio de Janeiro, 2013. p. 868

⁶⁸⁶ MOURÃO, Leila. Sertão e sertões na história da Amazônia. In: ANDRADE, Juciene Batista Félix (org.). **História dos Sertões: Ciência e Natureza** / Organizadora: Juciene Batista Félix Andrade. – 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora; Caicó, RN: Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN), 2023, p.243

rumos desse sertão que não aqueles ligados às visões de cronistas e viajantes, bem como difere dos caminhos percorridos pela matriz interpretativa delineada a partir de Euclides da Cunha, centrada no determinismo geográfico, ou seja, o meio determinava o homem. Para ele, era necessário ler a Amazônia a partir dos novos parâmetros científicos, de modo que era preciso compreender as coisas a partir da agência do homem sobre o meio e não o contrário. Para esse autor, o homem era um agente dominador da natureza e se em determinado espaço assim não ocorria, algo precisava ser analisado no campo da ciência humana para descobrir o porquê da não ação humana frente ao meio.

Nestes termos, o “sertão” brasileiro, que entre o final do século XIX e início do século XX, foi um dos espaços mais debatidos pela intelectualidade acerca da autenticidade ou dos problemas da identidade nacional, em Araújo Lima ganhou espaço o “sertão” amazônico, momento em que o autor trata da terra e do homem da Amazônia, pois em sua obra fica implícito que está se referindo, em grande parte, ao “sertão” amazônico, as áreas mais interioranas que por muito tempo foram vistas como lugares inóspitos ao homem, como espaços que impunham derrota contínua ao humano. Lima não se propõe, nessa obra, a tratar das capitais ou as maiores cidades ou ainda dos aspectos urbanos dessa área. Sua argumentação direciona-se à terra e ao homem amazônicos, especialmente aos indígenas e caboclos que estavam espalhados pelos “sertões”.

O sertão amazônico de Araújo Lima ganhou uma nova interpretação, sendo que toda a negatividade imputada a essa área passou a ser vista pelo autor por outros vieses interpretativos. No início da obra aqui em análise, Lima adverte:

A opinião crítica – precipitada, tulmutuosa, claudicante pela deficiência de analyse e observação – tem oscillado sempre, a definir a região amazônica, entre os arroubos de exaltação optimista e os libellos de um pessimismo fulminador.⁶⁸⁷

A ideia posta é a de que a região foi e era vista de forma errônea, sem a devida precisão para enxergar a real situação local. O maior problema de visão dos observadores apressados, segundo Lima, foi aquele que diz respeito à ideia de que existe uma magnitude da natureza contraposta a pequenez humana, essa última entendida como incapaz de dominar a primeira. Para o autor, costumavam atribuir à natureza a capacidade dúbia de ao mesmo tempo ser dadivosa, mas bruta, teatro da vida, mas febril e selvagem. Lima considerava que o problema

⁶⁸⁷ LIMA, Araújo. **Amazônia**, a terra e o homem. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 91.

do homem frente à natureza amazônica era cultural, ou seja, de que faltava experiência histórica civilizatória para vencer o desafio do meio, bem como, também, poderia ser psicológico, posto que era necessária uma preparação mental para o enfrentamento com a terra. Não era, pois, o meio algo intransponível ao domínio humano, apenas faltava a devida compreensão e experiência para dominá-lo.

Araújo Lima proclamava o homem como capaz de domar toda a natureza, apenas lhe faltava a consciência de sua bravura e, no caso da Amazônia, considerava que essa terra não era domada face a baixa densidade humana nessa área. A grande questão no quesito humano e físico, para o autor, era que nessa área a ação humana de estrangeiros teria se pautado por ações predatórias com um tipo de colonização doentia e exploratória. Assim, o homem do Amazonas, por falta de contato com a civilização correta, se via carente de cultura e psicologicamente despreparado para se sobrepôr à natureza. Faltava-lhe o contato e o espelhamento cultural certo para adquirir a capacidade dominadora que lhe carecia.

O “sertão”, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, foi o *locus* da produção da nacionalidade brasileira, seja para debater sobre os aspectos autênticos da nação, seja para pensar os supostos desafios à construção da nacionalidade. Araújo Lima não passou incólume a esse debate, especialmente sobre a condição do homem da Amazônia, notadamente o indígena. Assim, visando defender o índio amazônico das percepções que o consideravam atrasado e incivilizado perante a construção da identidade brasileira, Lima refutou a ideia de um dos pensadores mais conhecidos do debate sobre a formação nacional, Oliveira Viana.

Viana (1883-1951), um carioca com formação em Direito, tornou-se um dos autores mais destacados do pensamento social brasileiro na primeira metade do século XX. Com base nas influências de Sílvio Romero e Euclides da Cunha, estabeleceu como discussão principal a formação e desenvolvimento da nacionalidade brasileira, tendo como mote os tipos raciais, a adaptação ao meio, a mestiçagem, a ideia de avanço nacional. A preocupação com a formação da nação brasileira o levou a lançar interpretações sobre o processo de miscigenação da população nacional, bem como da participação estrangeira nesse processo. Sua principal obra foi *Populações Meridionais do Brasil* (1920). Importa perceber para esse texto que Vianna possuía uma visão estritamente depreciativa da participação do negro e do índio na constituição da sociedade nacional:

Mesmo que Vianna expresse o desejo de ser objetivo e neutro em suas proposições, o autor expressa, implicitamente em suas afirmações, o desejo

de branqueamento da sociedade brasileira. Isso é visível, pois, conduz toda sua argumentação para se pensar a absorção e aclimatação da “raça ariana” – “superior”, “civilizada”, “bela” etc. –, enquanto negros e indígenas – “bárbaros”, “inferiores”, “selvagens” etc. – são visivelmente apresentados como um rejeito, senão para ser esquecido, que deveria ser eliminado no processo de absorção e assimilação. A mestiçagem só teria sentido para o autor se pudesse formar “mestiços superiores”, em outros termos, “arianos” adaptados ao meio tropical.⁶⁸⁸

Ciente de que tratar sobre o homem amazônico era se reportar, em grande medida, à população indígena, Araújo Lima entrou em discordância com o pensamento de Oliveira Vianna justamente no que tange à visão obliteradora em relação a importância do indígena na formação da nação brasileira. Para Vianna, o indígena da Amazônia era absolutamente incivilizável, avesso à educação e com notável inclinação a refugiar-se nas florestas, frente às tentativas de processos de contato. Para Araújo Lima não se deveria aceitar a tese de Vianna em relação à negatividade da participação das populações nativas amazônicas (indígenas) na obra da formação social e política do Brasil. Lima contestava as ideias de Vianna apresentando o argumento de que os indígenas da Amazônia ainda haviam sido expostos a grandes processos coletivos ligados à civilização. Para esse autor, era necessário “civilizar a tribu, civilizar a sociedade indiana é, pois, a chave do problema; o que equivale a transformar o ambiente, o clima social, a cuja influência os homens jamais poderão escapar”.⁶⁸⁹ Araújo Lima considerava que não adiantava tentar civilizar indivíduos, mas a sociedade que esses indivíduos estavam inseridos.

Após tratar do indígena, buscou a reabilitação do caboclo da Amazônia frente a toda produção negativa que foi projetada sobre ele, pois dizia Lima que “resta o labéio sobre o erro anthropologico, sociológico e histórico”⁶⁹⁰. Para esse autor existia um preconceito hereditário e clássico que difamava o caboclo da Amazônia, sendo uma visão já consolidada entre antropólogos e sociólogos que pensavam os conceitos de nacionalidade e de raça. Para Lima, há muito que fora atribuído ao homem amazônico uma sentença de sua inadaptabilidade ao progresso e à civilização.

Para Araújo Lima não existia um determinismo racial, ou seja, não existia a pressuposição de uma origem de raças inferiores e raças superiores. O que diferenciava as raças era a cultura, na medida em que era responsável pelo nivelamento racial e social. Segundo Lima,

⁶⁸⁸ CIRQUEIRA, Diogo Marçal. Raízes nefastas do pensamento geográfico no Brasil: meio, raça e nação em Oliveira Vianna (1920-1933). *Geosaberes*, Fortaleza, v. 9, n. 19, p. 1-21, set./dez. 2018.p. 7.

⁶⁸⁹ LIMA, Araújo. *Amazônia*, a terra e o homem. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 141.

⁶⁹⁰ *Ibidem*, p. 142.

“a civilização, sumaria e prática expressão da cultura moderna no domínio mental e industrial, resolveu o secular problema das raças”⁶⁹¹. O autor via no contato entre os povos e nos demais intercâmbios humanos a efetiva possibilidade de participação na civilização de todos os povos da Terra.

Araújo Lima acreditava que os estudiosos que pensaram o homem amazônico fora da civilização pouco tinham observado os aspectos relacionados aos hábitos e às patologias que acometiam o homem amazônico. Para ele havia uma incógnita a ser decifrada: a tão falada condição “anormal” do indígena amazonense, visto que para ele tal situação, se realmente existia, não teria ligação com fatores climáticos e étnicos, como queria a doutrina científica que pregava tal inferioridade aos homens da Amazônia. O autor paraense considerava que a possível inferioridade do homem amazônico era causada por fatores culturais, por doenças ou falta de alimentação, e que nada tinha a ver com outros fatores. Assim, ele dizia que:

São os agentes pathologicos que as edemias reinantes – palustres e uncinariotica – eternizam e alastram, em ação impune e persistentemente malfazeja; é a intoxicação alcoolica insanável – fragello de todas as regiões e de todos os povos – que não pode escapar à condenação como um dos elementos responsáveis por essa derrota, são, afinal, fundamentalmente, a irregularidade e a deficiência alimentares, a obstarem o rythmo com que se deve processar o chimismo metabólico.⁶⁹²

Com tal afirmativa, desconstruía toda uma cadeia de pensamento que acusava a inferioridade do homem amazônico a partir de fatores biológicos e climáticos. Araújo Lima reinterpretava a história da Amazônia e dos “sertões” também a partir da sua formação médica, acreditando que havia um estado de certa decadência da cultura física e intelectual e não inferioridade e incapacidade, situação causada por fatores como incultura mental, ou seja, que historicamente o homem amazônico viveu segregado do restante da sociedade e essa condição impossibilitou a imitação dos hábitos da civilização; por outro lado, também faltava para esse homem, segundo Lima, instrução e higiene, tidos pelo autor como recursos transformadores de uma raça. Assim, Lima lançava seu maior argumento: não havia na Amazônia fatalidade étnica e nem geográfica.

O que mais interessa desse momento da discussão é analisar como Araújo Lima posicionou o homem amazônico na história da Amazônia e na história do Brasil. A década de 1930 foi uma época em que a historiografia amazônica a partir dos institutos históricos passou

⁶⁹¹ Ibidem, p. 143.

⁶⁹² LIMA, Araújo. Op Cit., 1937, p. 146.

a positivar o homem amazônico, como se pode notar sobre sua revalorização, alçado a detentor de aspirações libertárias. Sobre esse último ponto, Araújo Lima, ao tratar a adesão do Pará à causa constitucionalista portuguesa em 1820, argumentou que: “A história da Amazônia sagrase com a repercussão no Pará, antes que em qualquer outra parte da colônia, do movimento de reação operado em 1820, contra o regimen absolutista que lavrava em Portugal desde 1687”⁶⁹³. Lima proclamava o liberalismo amazônico como condição diferenciada, tratando do reconhecimento do movimento constitucionalista em Portugal que enfrentava chamado despotismo dinástico. Ao passo que assim procedia, evidenciava o lugar ativo do caboclo amazônico dizendo que eram seus traços políticos: a agitação guerreira, o espírito de regionalismo e do ultranacionalismo.

A partir da ideia de povo com ideais libertários, Lima projetou os portugueses como inimigos do espírito da liberdade e caboclo da Amazônia como um ser adiantado em termos políticos, com conotações autonomistas. Acerca do episódio da adesão à independência do Brasil por parte do Pará, mais especificamente a situação em que John Grenfill, comandante de uma fragata inglesa que foi enviado ao Pará pelo Império brasileiro para forçar a citada adesão, Lima busca reescrever tal fato. Se portando contra a antiga historiografia que atribuía a Grenfill a adesão paraense, buscou demonstrar que tal fato foi resultado dos esforços de paraenses comandados por um cônego e político, Batista Campos, com nítidas vinculações políticas ao campo liberal. Segundo Lima: “atribuem os historiadores à argucia de Grenfill a adesão do Pará, muito mais eficaz e decisiva foi certamente a ação dos patriotas libertadores conduzidos pelo influente caudilho Batista Campos”⁶⁹⁴. Antes da menção a Batista Campos, Lima também elegeu como político destacado paraense a figura de Felipe Patroni (1794-1866), “[...] sujeito que pretendia fazer sua terra aderir ao movimento do Porto, “esboçando a gênese da revolução” no Grão-Pará”⁶⁹⁵.

Araújo Lima, ao discutir os anseios libertários da Amazônia e as contribuições dos políticos locais à adesão à Independência do Brasil, transparece seguir os passos inaugurados pela historiografia amazônica da década anterior, ou seja, de 1920, pois foi justamente nesse período que o Instituto Históricos e Geográfico do Pará encampou uma verdadeira missão, diante da comemoração do centenário da Independência brasileira, visando rever as

⁶⁹³ Ibidem, p. 263

⁶⁹⁴ Ibidem, p. 268 – 269.

⁶⁹⁵ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Memórias cartaginesas: modernismo, Antiguidade clássica e a historiografia da Independência do Brasil na Amazônia, 1823-1923. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 22, n. 43, p. 176–195, jan. 2009, p.182.

interpretações dos fatos ligados a essa efeméride no Pará. Segundo Figueiredo, tomando por base a atuação engenheiro João de Palma Muniz nesse processo:

A principal tarefa desempenhada por esse historiador foi a de reescrever e acomodar a ação dos personagens envolvidos nas tramas da Independência, de tal modo que a história das lutas contrárias à formação da nacionalidade brasileira se transformasse exatamente no oposto. A nação seria representada por lutas pela adesão à Corte do Rio de Janeiro e ao Império do Brasil.⁶⁹⁶

Araújo Lima tenta justificar a tendência dos homens da Amazônia rumo à Independência do Brasil, na medida em que refutavam os portugueses no âmbito local. A forma de agradecimento a Batista Campos, em sua escrita, parece demonstrar a luta dos paraenses a favor da citada adesão.

Todo o cenário narrativo sobre o processo de adesão à Independência do Brasil foi sequenciado por uma narrativa dos fatos conturbados em relação às contendas políticas no Grão-Pará, sendo esse o caminho que levou até a eclosão da Cabanagem, pois segundo Lima:

Desse laboratório de ideias revolucionárias, em que a fermentação de ressentimentos e paixões cada vez mais acidulava a consciência coletiva, desencadeou-se a Cabanagem, última consequência da impregnação de ódios e de anciãs de vingança na alma nativa amazônica, que os excessos e desmandos de Machado de Oliveira e Lobo de Souza souberam exaltar contra os portugueses e levar à extrema saturação.⁶⁹⁷

É notória, nessa visão que a Cabanagem foi gestada muito mais por personagens que não diziam respeito aos paraenses, mas, sim, teria sido fruto das agitações causadas, em grande medida, por presidentes de província estrangeiros ao Pará, além dos portugueses. Os cabanos, os paraenses, passam a ser acionados na condição de revolucionários e guerreiros, seus líderes foram ovacionados como representações guerreiras a exemplo do chefe Angelim, tido como “[...] uma das mais sugestivas figuras de guerreiro amazônico”. A ideia de guerreiros atribuída aos homens da Amazônia diz muito sobre o interesse de Araújo Lima em rever toda a carga depreciativa que pesava sobre os dessa região, pois de meros selvagens ou incivilizados passavam a ser tratados como guerreiros, mesmo que a narrativa ainda os aponte como pertencentes a um movimento que destoou da ordem. Por outro lado, Lima realizou uma clara separação entre os rebeldes cabanos e as populações ribeirinhas da Amazônia, essas últimas “pacatas e ordeiras”.

⁶⁹⁶ 181.

⁶⁹⁷ LIMA, Araújo. **Amazônia**, a terra e o homem. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 274-275.

5.3 Arthur Cézár Ferreira Reis: a terra e o homem dos seringais da Amazônia

A obra *o Seringal e o Seringueiro* de Arthur Cézár Ferreira Reis dialoga diretamente com os trabalhos de Henrique Jorge Hurley, *Itarãna (pedra falsa): lendas, mythos, itarãnas e “folk-lore” amazônicos*, 1934, e José Francisco de Araújo Lima, *Amazônia: A terra e o homem*, 1937, pois tem como objetivo desenhar um quadro dos principais elementos constituintes da vida rural na região amazônica, permitindo “a penetração no conhecimento dos homens e das coisas rurais em nosso país”⁶⁹⁸. A obra fazia parte do Plano de Documentação da Vida Rural, em execução pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Cultura, destacando-se como uma obra fundamental para a compreensão “da história, das condições sociais, da economia, da etnografia do seringal no extremo-norte, e dos homens que nele trabalham: os seringueiros”.⁶⁹⁹

O Plano de Documentação da Vida Rural, segundo Arthur Reis, destinava-se ao estudo dos “aspectos de atividades econômicas” do mundo rural na região, a partir dos seguintes objetivos:

Elaboração de amplo documentário da vida rural brasileira, no que ela tenha de expressivo e fundamental, abrangendo não somente aspectos gerais de estabelecimentos agropecuários, engenhos, fazendas, garimpos, estâncias, sítios etc., como também, aspectos peculiares de atividades do meio rural, feiras, meios de transporte, habitações, trabalho etc. destacando-se, ainda, as manifestações folclóricas ligadas aos respectivos ambientes, tais como danças, festas, cantos de trabalho etc.

Esse projeto de explanação dos tipos sociais brasileiros e seus modos de vida no interior da vida rural no Brasil foi uma realidade bastante comum no país nas primeiras décadas republicanas e tinha como objetivo a caracterização do “verdadeiro” homem do interior, fosse ele, conforme Nísia Trindade de Lima:

O vaqueiro do Nordeste semi-árido ou o caipira dos sertões de Minas Gerais, de São Paulo, ou de outros estados, idealizados a partir de traços como força e virilidade ou retratados de forma pouco entusiasta, canhestra, ou mesmo como um ser mutante, de Quasímodo a Hércules.⁷⁰⁰

⁶⁹⁸ REIS, Arthur Cézár Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Serviço de informação agrícola, Rio de Janeiro, 1953, p.7.

⁶⁹⁹ Idem.

⁷⁰⁰ LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999, p. 133.

Assim, a obra de Arthur Reis, no interior do Plano de Documentação da Vida Rural, buscava o “conhecimento do seringal e do seringueiro, em suas particularidades, em seu sentido passado e atual, na personalidade inconfundível porque se inscrevem no panorama brasileiro, tanto no social como no econômico”⁷⁰¹. À época em que a obra foi lançada, Arthur Reis foi nomeado para a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVIA) e, desse modo, buscou em sua obra trazer visibilidade para o maior número possível de elementos que descrevessem a vida rural no interior dos seringais na Amazônia, construindo-os positivamente, para superar, ou pelo menos diminuir, a ideia há muito conhecida de dois “brasis” por meio da qual compreendia-se a “existência de [duas] potencialidades de país” atribuídas, de acordo com Nísia Trindade de Lima a autores como Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Gilberto Freire e Gilberto Amado.

Nessa diferenciação regional, sertão e litoral “representam os contrastes de uma sociedade vista como o principal problema a ser investigado, e que foi objeto de diferentes tentativas de interpretação”⁷⁰². O contraste sertão *versus* litoral dissemina-se na ideia de um país moderno no litoral, em contraposição a um país refratário à modernização no interior, ou seja, o “sertão” seria o espaço da barbárie, do atraso, da resistência à mudança, enquanto o litoral seria o seu perfeito oposto. Desse modo, as regiões mais distantes do Centro-Sul do país, como era o caso da Amazônia, seriam identificadas como “sertão”, um espaço distante, ainda a ser colonizado, civilizado e integrado ao restante do país.

Desse modo, a obra de Reis tinha uma caráter de demonstração e desmistificação da região, apresentando o meio geográfico: os rios, as florestas, os campos, o clima, o solo, a flora, a fauna; O comportamento do homem: a conquista do espaço amazônico, a população amazônica e seus elementos constitutivos, a descrição do seringal como uma expressão socioeconômica da Amazônia Brasileira; As primeiras exportações gomíferas na Amazônia, a batalha e crise da borracha; A estrutura econômica das empresas gomíferas, as condições de vida dos seringueiros, as técnicas de trabalho nos seringais, o cotidiano nos seringais; Os tipos sociais que habitavam os seringais, a exemplo do patrão, o gerente, o caboclo, o nordestino, as mulheres, a constituição das famílias, os indígenas e estrangeiros, as condições sanitárias, os curandeiros etc. Por fim, Reis apresenta a estrutura cultural presente no ambiente dos seringais, como a linguagem dos indígenas e portugueses, o folclore amazônico e nordestino, as festas religiosas e profanas, os sentimentos cívicos etc.

⁷⁰¹ Idem.

⁷⁰² Ibidem, p. 17.

Ao descrever o meio geográfico da Amazônia, Arthur Reis destaca a imensidão do volume fluvial e a densidade da floresta, lembrando as narrativas de Euclides da Cunha no que se refere a comparação da Amazônia com a última parte do Gênesis. Para Reis, a densidade florestal, o volume fluvial, o clima quente e úmido, dentre outras características, dificultavam a predominância do homem nesse espaço, reafirmando a constante dualidade homem *versus* natureza:

O primitivismo das condições existenciais, a rarefação populacional e a economia predatória, compondo já particularidades decorrentes da ação que o homem vem procurando exercer ali, são, no entanto, igualmente uma consequência daquelas características anteriores que vêm condicionando essa mesma ação. Vivendo num ambiente agressivo pela natureza bravia, indisciplinada, que o singulariza, o homem não pôde triunfar, dominando aquelas forças telúricas, antes vivendo a ceder aos imperativos desconcertantes e a realizar a existência em função delas.⁷⁰³

No transcorrer de sua narrativa, contudo, observa-se uma atitude de engrandecimento dessa natureza, na perspectiva de apresentar ao leitor, apesar das dificuldades ambientais e climáticas, as riquezas e potencialidades que existem no espaço. Assim, ao apresentar os elementos da fauna e da flora amazônicas, afirma que são de “uma riqueza particular”, “as plantas são “úteis tanto as das terras firmes como as das várzeas”, principalmente a árvore de que se extrai o látex: “a *hévea brasiliensis* é a de maior importância econômica pela riqueza do látex que produz e conseqüentemente pela superioridade do produto na sua utilização comercial e industrial”⁷⁰⁴. No que se refere à fauna amazônica, Arthur Reis afirma que “as espécies são variadas e somam muitas centenas, concorrendo para a manutenção alimentar da região”⁷⁰⁵, e “é essa fauna ictiológica que garante a presença do homem amazônico pela subsistência que lhe vem assegurando através dos tempos”.⁷⁰⁶

Como uma obra de caráter histórico-sociológico, Arthur Reis busca apresentar nos três capítulos seguintes o processo de formação populacional da região amazônica em pleno auge do ciclo econômico mais importante da região, o da borracha, e os obstáculos enfrentados para o povoamento da Amazônia no final século XIX e início do século XX, construindo sempre em sua narrativa um esforço por demonstrar por meio da narrativa histórica a integração da região amazônica ao Brasil. Assim, a partir de uma perspectiva lusotropicalista apresenta os heróis do

⁷⁰³ REIS, Arthur César Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Serviço de informação agrícola, Rio de Janeiro, 1953, p.12.

⁷⁰⁴ Ibidem, p. 17.

⁷⁰⁵ Ibidem, p. 18

⁷⁰⁶ Idem.

processo colonizador da região, ou seja, os “portugueses, os espanhóis e os mamelucos nordestinos, que formavam as companhias de guerra [...] cristãos católicos”, contra os hereges: “ingleses, holandeses e irlandeses, os emissários da reforma”⁷⁰⁷. Para ele: “começou ali, então, o episódio memorável do esforço lusitano para fazer da Amazônia uma parte integrante do ultramar português na Sulamérica e, posteriormente, parte integrante do Brasil soberano”.⁷⁰⁸

Arthur Reis expõe acerca das dificuldades de povoamento da região a partir dos obstáculos apresentados pelo meio ambiente, ressaltando a constante dualidade homem *versus* natureza na Amazônia:

[...] O segundo período liga-se à exploração das héveas, a partir da quinta década do século XIX. Grossos contingentes de nordestinos, cearenses em maioria ponderável, alcançaram os altos rios, empurrando a fronteira legada pelos portugueses e empreendendo o cometimento sensacional do que podemos chamar de ciclo da borracha ou do ouro negro. Ainda desta vez, é certo, não foi possível ao homem vencer de vez a floresta, afeiçoando-a aos seus interesses e as exigências de uma nova civilização.⁷⁰⁹

No que se refere ao processo de constituição populacional da região, afirma que três grupos foram fundamentais: o gentio, o negro africano e o colono português e descendentes que o acompanharam nas jornadas de conquistas da terra. No período posterior, pela presença predominante dos mestiços locais ou chegados do Nordeste [...] ⁷¹⁰. Assim, constrói uma narrativa heroica e desbravadora para os migrantes nordestinos que fugindo das secas na região, adentraram na floresta amazônica “para nela fundar os núcleos urbanos ou delas extrair recursos” [...], realizando “uma tarefa de Hércules”⁷¹¹.

Arthur Reis narra a história da Amazônia a partir do olhar do colonizador português, atribuindo uma supervalorização à ação dos portugueses no processo de conquista da região, afirmando que a unidade nacional seria alcançada pela união de portugueses e indígenas contra a cobiça internacional, representada pelos “invasores” franceses, ingleses e holandeses. Assim a nação brasileira seria constituída a partir da adesão dos povos indígenas aos objetivos dos agentes do Estado português, servindo-os como mão de obra escrava, como aliados de guerra, ou direcionando os modos de sobrevivência na floresta, descrevendo-os muitas vezes de forma pejorativa ou contraditória na perspectiva de justificar a ação colonizadora na região:

⁷⁰⁷ REIS, Arthur César Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Serviço de informação agrícola, Rio de Janeiro, 1953, p. 23.

⁷⁰⁸ Idem.

⁷⁰⁹ Ibidem. p. 21.

⁷¹⁰ Ibidem, p. 36.

⁷¹¹ Idem.

De índole singular, pesou sobre o gentio a acusação de constituir raça vadia, madraça, incapaz, de uma docilidade irritante e aviltante, que recusava terminantemente atender aos serviços de lavoura, a quem queriam escravizar, para preferir a caça e a pesca, atividades tradicionais que lhes asseguravam a subsistência e através das quais exibia seus dotes de inteligência e sua capacidade técnica. De seu grau de cultura, primário para uns, já apreciável para outros, oferece preciosos índices nas peças de olaria do Marajó, do Baixo Amazonas, do Alto Amazonas, nos trabalhos a pena de pássaro, a cores, no aproveitamento do leite da seringueira, em dezenas de pequenos outros artefatos que lhe revelam a habilidade pragmática. Vivendo ao contacto permanente com a gigantesca rede hídrica, foi canoeiro exímio, pescador sem rival. Dos Cambeba, no alto Solimões, se disse que eram os Fenícios da América. Vivendo em ambiente botânico assombrosamente rico, conheceu-lhe os segredos, aproveitando-o na alimentação, na farmacopeia, nos artefatos de sua indústria rudimentar. Ora agressivo, como o Mundurucu, como o Mura, ora esperto, velhaco como o Maué, ora aventureiro como o Camutá, cheio de bravura como o Manau e o Nheengañba, revelou-se sob traços psicológicos impressionadamente de grupo a grupo.⁷¹²

Com relação aos portugueses, “eram tidos como colonos capazes para a empresa de conquista mansa da Amazônia”⁷¹³, formados em sua maioria por militares, autoridades, soldados, degredados e colonos que buscavam investir em empresas mercantis na região. Os negros, por sua vez, representaram, para esse autor, uma “contribuição insignificante”, em função da pouca importância da lavoura na região e da “pobreza dos colonos que não dispunham de capitais para o negócio”.⁷¹⁴ O grosso dos moradores que formaram a população amazonense, segundo Reis, era constituído pelos caboclos resultantes da mestiçagem dos portugueses com indígenas:

O caboclo formou a grande massa humana que ocupou as vilas, os povoados, as beiras dos rios e lagos e exerceu suas atividades na agricultura, na pesca, nos trabalhos domésticos, na indústria, inclusive a da borracha das héveas, de que foi o primeiro extrator.

Como representante da região, Arthur Reis busca trazer visibilidade e valorização para a Amazônia justificando historicamente o porquê do “deserto” nesse espaço. Desse modo, informa que muitos obstáculos foram preponderantes para o despovoamento da região, como as epidemias, a malária, a Cabanagem, a violência empregada nas expedições de conquista no

⁷¹² Ibidem, p. 37.

⁷¹³ Ibidem, p. 38.

⁷¹⁴ Ibidem, p. 39.

período colonial, as precárias condições de vida na floresta etc., sempre demonstrando o processo de superação do homem frente os obstáculos, principalmente o meio:

Toda uma série de forças negativas, como estamos vendo, teve de vencer o homem da Amazônia para poder atingir os algarismos que o definem na atualidade. Enfrentando esses obstáculos, vem procurando adaptar-se ao meio. Suas condições presentes, resultantes do processo histórico a que se viu submetido, expressam claramente os êxitos que já obteve.⁷¹⁵

É importante notar que o homem amazônico na produção de Arthur Reis vai ser apresentado muito mais como constituindo um tipo de organização social e econômica: o seringal. É possível aventar que a obra *O Seringal e o Seringueiro* concorreu para representar, naquele momento, década de 1950, uma das produções destinadas a compor o quadro de obras no Brasil que pretendiam expressar a matriz regional da nacionalidade brasileira, haja vista que se propunha justamente a apresentar a formação social e cultural de uma dada área do país mediante uma organização econômica de destaque, o que no caso da Amazônia foi a economia da borracha.

Assim, o seringal seria a expressão socioeconômica da Amazônia brasileira para Reis, pois basta lembrar como exemplo que, no Nordeste, Gilberto Freyre havia falado da sociedade patriarcal a partir da expressão socioeconômica dos engenhos de açúcar. Para esses escritores regionais e, portanto, também nacionais, conforme o momento de valorização da construção da identidade nacional pelo Estado Novo varguista, cabia construir modelos de interpretação da autêntica vida socioeconômica nacional a partir de suas matrizes regionais. Assim, o livro *O Seringal e o Seringueiro* transparece ter sido voltado para apresentar à nação a sociedade e o seu modo de vida na e a partir da Amazônia, possivelmente como exemplo de formação nacional.

Arthur Reis transparece demonstrar ao Brasil e ao Governo Vargas que na Amazônia havia uma experiência social, étnica, econômica e cultural possível de ser pensada como modelo da formação da sociedade brasileira. Note-se, por exemplo, que a preocupação de Reis na obras, em vários momentos, foi garantir o caráter nacional do complexo amazônico do seringal, a exemplo do que ele chamou de formação do quadro social do seringal, à época, formado essencialmente por “elementos nacionais”, o que equivalia a falar do homem amazônico ou caboclo, do maranhense e dos nordestinos. Para ele:

Esses vários grupos nacionais possuíam, como é natural uma origem em comum. Eram a resultante do processo de mestiçagem por que se vinha

⁷¹⁵ Ibidem, p. 43.

constituindo a sociedade do norte do Brasil, graças à política que os portugueses haviam inaugurado com tanto sucesso e tanta constância”.⁷¹⁶

A tese da miscigenação está bastante presente na obra de Reis, visto que os três principais grupos sociais na Amazônia derivavam efetivamente desse processo, pois segundo o autor, os nordestinos possuíam duas vertentes de miscigenação, sendo a primeira a mistura entre povos no litoral nordestino, basicamente do nordestino com africanos e a segunda se deu na zona criatória de gado entre “gentios” e reinóis, que para Reis constituía os grandes contingentes de migrantes para a Amazônia. No que diz respeito ao caboclo da Amazônia, este era tido por Reis como resultado do cruzamento entre os indígenas e os reinóis, sendo que o indígena que havia se misturado com o branco português era aquele que teria deixado a vida nas comunidades e mantido contato desde cedo com o mundo branco.

Nesse caso, é notória a forma como Reis apaga toda a carga de violência e exploração branca e portuguesa no contato entre esses povos, como se todos os cruzamentos tivessem ocorrido espontaneamente. Ainda é importante notar, que tanto no caso dos nordestinos quanto no caso dos caboclos amazônicos, a mensagem que Reis queria passar implicitamente era a de que teria havido pouca miscigenação com o africano, logo a constituição étnica da Amazônia teria tido pouca influência e participação negra, visto que apenas considerava os maranhenses miscigenados a partir dos três “elementos étnicos”, o que incluía os negros africanos.

Para Arthur Reis, a matriz étnica da Amazônia era praticamente única, as diferenças entre caboclos amazônicos, nordestinos (cearenses) e maranhenses⁷¹⁷ estavam situadas na cultura, ou seja, nos hábitos de vida. Reforçando a unicidade étnica e cultural da Amazônia a partir da organização dos seringais, reforçava que “Caboclos amazônicos e nordestinos, apesar das distâncias temperamentais, não se desentenderam. Ao contrário, vivem em perfeita comunhão, complementando-se nas atividades criadas pela exploração dos seringais”⁷¹⁸. Nesse caso, o seringal é o espaço por excelência que permite o contato entre caboclos, nordestinos e maranhenses e a relação amistosa entre esses grupos, na visão do autor, que inclusive enfatiza que no seringal ocorria uma complementaridade de atividades entre os grupos, a exemplo do fato de quando os caboclos não estavam na extração da borracha, estavam ocupados com atividades auxiliares ao seringal onde se encontravam os nordestinos e maranhenses.

⁷¹⁶ REIS, Arthur César Ferreira. Op. Cit., 1953, p.117.

⁷¹⁷ É importante destacar que provavelmente Arthur Reis diferenciava nordestinos e maranhenses em função da divisão regional que estava em vigor desde 1945, na qual dividia o Nordeste em duas áreas, sendo o Nordeste Ocidental constituído pelo Maranhão e o Piauí e o Nordeste Oriental composto pelos estados do Pernambuco Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e o território de Fernando de Noronha.

⁷¹⁸ REIS, Arthur César Ferreira. Op. Cit., 1953, p.120.

Essa situação acima evidenciada demonstra a aproximação do trabalho de Arthur Cezar Ferreira Reis das teorias sociológicas do escritor pernambucano Gilberto Freyre, pois além de enfatizar o fator positivo da miscigenação entre brancos, negros e índios, também defendia a ideia de que havia na base da formação social brasileira uma miscigenação cultural, ou seja, a integração cultural entre as três matrizes étnicas. É imperioso lembrar que, apesar de Arthur Reis não aparecer na maioria das coletâneas e referências da historiografia brasileira entre 1930 e 1960, ele fez parte do conjunto de autores brasileiros que marcaram essa época a partir de suas interpretações do Brasil, autores que ficaram conhecidos como intérpretes do Brasil, como Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, entre outros. Segundo Lademe Correia de Souza, houve uma aproximação entre esses três autores, visto que:

Fazendo uma breve incursão pelo caminho intelectual dos três, podemos encontrar discursos elogiosos de Freyre e Holanda referentes a Reis e vice-versa. Para exemplificar o que temos afirmado, basta citar os convites feitos por Freyre a Reis, para que este participasse de conferências na Fundação Joaquim Nabuco (BRAGA, s.d., p. 20) e o convite de Holanda para que Reis escrevesse para a História Geral da Civilização Brasileira, da qual Holanda foi organizador.⁷¹⁹

Embora Correa aponte que no início da década de 1930 Arthur Reis não seguia o mesmo padrão de produção historiográfica de Freyre e Holanda, há de se perceber que na década de 1950, especialmente em *O Seringal e o Seringueiro*, há uma nítida aproximação de Reis com as principais teses de Freyre, particularmente nesse momento Reis escrevia para, assim como Freyre, compreender a identidade nacional a partir da contribuição da história regional, no caso dele, mediante a história da Amazônia.

Nesse exercício de pensar a matriz regional da identidade nacional a partir da Amazônia, especialmente a partir do seu interior ou dos seus sertões, Arthur Reis, assim como o sociólogo pernambucano Freyre, buscou o discurso da harmonização entre as raças e as culturas, embora se distancie de Freyre, não valorizando a participação negra no processo de formação e ocupação da Amazônia, visto que esse último concedeu participação ao negro nesse processo em termos de Nordeste e de Brasil, pois para ele: “[...] o berço da civilização brasileira era a sociedade açucareira nordestina, e toda ela foi assentada sobre o trabalho do negro, este teria

⁷¹⁹ SOUSA, Lademe C.. Arthur Reis e a “história do amazonas” nos quadros da historiografia brasileira: um possível diálogo com Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda?. In: X Encontro Estadual de História - ANPUH-RS, 2010, Santa Maria - RS. O Brasil no Sul: Cruzando Fronteira entre o Regional e o Nacional, 2010, p.4.

sido um dos pilares de nossa nacionalidade e aquele espaço, um espaço negro por excelência”.⁷²⁰

Arthur Reis, como já mencionado, não concedeu visibilidade ao negro no processo de formação da base da sociedade amazônica, pois preferiu focar no indígena e no mestiço. Especialmente sobre os indígenas, se preocupava em demonstrar o papel ativo deles na constituição da vida amazônica, haja vista que a maior população dessa área era indígena e conceder espaço ao indígena na história da Amazônia seria viabilizar o indígena amazônico na história do Brasil. O autor citou o processo de exploração do branco contra o índio, mas voltou-se para mostrar o quanto o indígena foi integrante da vida nos seringais. Com isso, Reis – assim como os outros escritores e historiadores, a exemplo de Jorge Hurley e Araújo Lima – retirava o homem amazônico de um suposto lugar de inércia que lhe era atribuído por um histórico de discursos e imagens, evidenciando que:

A participação do tapuia não se circunscreveu, porém, às atividades que lhe exigiram na base do regime escravo a que ficou submetido. Ainda hoje, para exemplificar, à margem do Solimões, grupos grandes de gentio manso cooperam no desenvolvimento de tarefas, econômicas ou não. São fornecedores de lenha para a família dos gaiolas. São guias e trabalhadores das expedições que procuram descobrir o mistério das águas e da floresta amazônica. São auxiliares das comissões de limites. São fornecedores de mil gêneros selvagens bizarros, que fazem o enlevo de colecionadores, ou servem ao comércio da matéria prima exótica.⁷²¹

Observa-se nas palavras de Reis certa atribuição de dócil e servil ao indígena amazônico, com reconhecida integração ao trabalho e a vida amazônica. Reis considerava que o indígena realmente era um incivilizado, mas por culpa das autoridades e poderes constituídos que não haviam cumprido o dever de civilizá-los, muito embora essa situação não anulasse a participação efetiva do indígena na vida econômica, social e cultural da Amazônia. O autor não deixou de citar os conflitos entre indígenas e seringueiros, tratando de certo campo de animosidades entre os mesmos.

Para Arthur Reis, o possível berço da civilização brasileira poderia ser pensando a partir dos seringais amazônicos, e nesse caso uma Amazônia com pouca presença negra e ampla base étnica mestiça a partir do contato entre indígenas e os reinóis ou entre o caboclo e os portugueses e, ainda, entre o caboclo e o nordestino (cearense), além do maranhense. Assim como em Freyre, Reis considerava o papel dos portugueses nos trópicos como uma obra civilizatória,

⁷²⁰ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

⁷²¹ REIS, Arthur César Ferreira. Op. Cit., 1953, p.128.

inclusive aparece como o grupo étnico que baseia a constituição étnica da Amazônia e do Brasil. A organização da sociedade na Amazônia e no Brasil também possuía, para Reis, a contribuição portuguesa, se organizando a partir de um modelo rural e hierarquizado. No caso dos seringais tal organização aparecia harmonizada sob o rótulo de “tipos sociais”; logo apareciam em um sistema hierárquico o patrão, o gerente, o guarda-livros, o caxeiro, o comboeiro, o mateiro, o toqueiro, o caçador, o canoeiro, o “brabo”, o seringueiro.

Outro ponto importante do trabalho de Arthur Reis que remete às ideias de Gilberto Freyre foi o tema da família, visto que para o escritor pernambucano:

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América.⁷²²

A partir das reflexões de Freyre, percebe-se que a família para ele foi o elemento agregador e de união do traço nacional. A família foi pensada pelo autor como a base indiscutível da colonização no Brasil. Nesse ponto, lembra-se aqui que em *O Seringal e o Seringueiro*, Arthur Reis também voltou suas atenções para a constituição da família e para mulher na Amazônia:

Naqueles seringais por onde teve início o “rush” da borracha, a mulher existiu. A família era a família do caboclo que ali havia nascido e ali a havia constituído e permanecido. Família simples, singularizava-se pelo crescimento constante. Nela, a mulher desempenhou um grande papel não só pelas atividades domésticas diárias, mas, igualmente, pelas atividades do fundo econômico, como lavradora das espécies alimentícias ou destinadas ao comércio.⁷²³

Para Reis, a família do caboclo amazônico era o núcleo central do momento inicial dos seringais na Amazônia, foi ela que possibilitou a vivência do homem na extração inicial da seringa, especialmente nas áreas mais tradicionais da extração, nas proximidades das ilhas em torno de Belém. Já no processo de penetração dos sertões e das margens dos rios mais distantes em busca do látex, a família não teve papel decisivo inicialmente, haja vista que essas entradas

⁷²² Freyre, Gilberto, 1900-1987. **Casa-grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. — 481 ed. rev. — São Paulo: Global, 2003. — (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 1), p.40.

⁷²³ REIS, Arthur César Ferreira. Op. Cit., 1953, p.121.

foram, na sua maioria, realizadas por nordestinos sem família. É nesse ponto que argumenta que nos seringais mais distantes, a mulher virou objeto de cobiça e demanda por parte da sociedade dos seringais. Nesse caso, com a progressiva entrada das mulheres na vida desses seringais interiores “[...] a base moral da sociedade dos seringais começou a mais dignificar-se elevando-se e melhor estruturando-se”.⁷²⁴

Outros pontos foram ressaltados na escrita de Arthur Reis como constituidores dessa sociedade dos seringais como modelo de formação da Amazônia e do Brasil. A principal chave pela qual se pode compreender o restante de sua obra é a vida cotidiana dos seringais, a começar pela dinâmica econômica com a presença de comerciantes itinerantes chamados de “regatões”, tidos como possíveis desorganizadores do comércio das vilas e outros locais. Também o autor os considerou como importantes para a ligação entre as diversas comunidades da “alta hinterlândia ao litoral”, com exímio conhecimento comercial por serem sírios, libaneses e judeus.

A vida cotidiana e a cultura dos seringais foram objetos de observação de Arthur Reis, ocasião em que buscou enfatizar as situações regionais tidas como exemplos da formação nacional, pois, segundo ele, “a paisagem social dos seringais, a certos aspectos, lembra os mesmos aspectos do começo da vida brasileira no século XVI [...]”, completava o autor de que tratava do exemplo da sociedade brasileira que conquistou a terra nova e venceu a natureza. A ideia de conquista e domínio das terras amazônicas aparecia com frequência na escrita de Reis, sobretudo espelhada no próprio processo de ocupação ocorrido no Brasil.

Tratando sobre a paisagem social instituída na Amazônia, tratou da situação das mulheres, como já mencionado acima, dessa feita, explicando que ainda no século XVII a mulher indígena foi a companheira dos sertanistas, colaborando na penetração dos “sertões” amazônicos. No caso do tema das mulheres, cabe perceber a ideia de assemelhar o processo histórico e social dos seringais com o processo de ocupação do Brasil, por sinal uma constante na obra de Arthur Reis. Tal atitude não era por acaso, mas uma estratégia de demonstrar, a todo momento, que a formação socioeconômica e cultural da Amazônia era brasileira desde o início, bem como esses processos na Amazônia poderiam servir como matriz regional à identidade nacional. Como visto, a integração da Amazônia à nação brasileira foi uma das grandes balizas do campo historiográfico formado em torno dos institutos históricos e geográficos do Pará e do Amazonas. Logo, ainda sobre o tema das mulheres, Reis adiantava que no caso dos seringais, por uma demanda dos seringueiros, a mulher foi sendo demandada quase como uma

⁷²⁴ Ibidem, p. 123.

mercadoria, solicitada aos patrões e casas aviadoras, geralmente recrutadas nos grandes centros da região como Belém e Manaus. Nesse ponto advertia que:

Repetia-se o episódio comum a todas as épocas e a todos os cantos da terra, em que homens que se lançaram sós à conquista de espaços, de riqueza, para satisfazer o apetite insofrido das sociedades requintadas dos centros industrializados, aceitaram todas as mulheres que lhes apareceram, com ele unindo para satisfazer as leis naturais e compor uma sociedade que posa ter estabilidade e melhor estrutura.⁷²⁵

A cultura era um grande eixo de toda e qualquer matriz regional naquele momento que coincide com o Governo Vargas, logo tratou de vários pontos tidos como aspectos culturais da Amazônia por meio dos seringais. O autor concedeu atenção à recepção da língua portuguesa na Amazônia, destacando a lentidão desse processo em função da variedade linguística dos indígenas. O caminho para o estabelecimento da língua portuguesa foi paulatino e teria contado com a circunstância histórica das junções linguísticas de nordestinos e mestiços amazônicos que teriam ajudado a criar na região as condições de entendimento e fala do português. Nesse ponto, aproveitou-se para discutir o folclore amazônico e nordestino, enfatizando que entre ambos os povos ocorreu intensa troca cultural relativa às lendas, tradições e dialetos. Nesse processo, teriam sido os seringais os responsáveis pelo hibridismo cultural na Amazônia:

O folclore dos seringais, como era natural, não se limitou, nem podia mesmo limitar-se a aceitar o que já era corrente ou lhe chegou de fora. Expressão viva da psicologia das coletividades, de sua capacidade criadora, enriqueceu-se coma matéria prima da vida local, nas operações econômicas, nas atividades sociais, nas singularidades do meio.⁷²⁶

Além do folclore, Reis elencou que caboclos amazônicos e nordestinos possuíam uma religião em comum: o catolicismo, obviamente que bem vista pelo autor por ter sido a religião trazida aos trópicos pelos portugueses, de quem era admirador. Com isso, criticou o que chamou “abusões” e “crendices” que eram mesclados à religião cristã tanto por nordestinos, quanto caboclos amazônicos, que eram derivados de contribuições indígenas e africanas. Ou seja, as chamadas deturpações da fé católica eram tidas como fruto da relação com povos que não tiveram a religião cristã como a sua matriz inicialmente:

Assim, entre os caboclos amazônicos, os resíduos indígenas estavam e estão ainda bem presentes, a expressar vitalidade. E o resultado é a realização de

⁷²⁵ Ibidem, p. 123.

⁷²⁶ Ibidem, p. 139.

certos atos, tidos na conta de boa cepa católica, mas que no fim de contas não passam de deturpações da religião, verdadeira mestiçagem de crença, como é o caso do sairé.⁷²⁷

É interessante perceber que nesse ponto a mestiçagem (religiosa) não era bem-vista pelo autor, já que retirava a autenticidade do catolicismo. Os nordestinos não haviam tido influências indígenas, mas sofriam a influência de beatos e certas exaltações coletivas.

O autor buscou evidenciar que nos seringais, apesar das dificuldades do culto pela falta de sacerdotes, ocorriam festejos e celebrações católicas em datas especiais, como Natal, São João, Santo Antônio e São Pedro, onde geralmente o barracão central do seringal era o lugar de reunião.

Toda a discussão sobre o seringal em Arthur Reis, na década de 1950, está centrada na ideia de que a borracha e a sua organização econômica, social e cultural, o seringal, passou a ser o centro e o motor da economia amazônica. Propondo-se a escrever um documento sobre a vida rural do sertão amazônico, o que transparece é que Reis concedeu decisiva exclusividade à borracha como produto agrícola. A borracha, aparece em Reis como já havia aparecido nos relatos e histórias de gerações anteriores ao autor, ou seja, a ideia de que a borracha teria suplantado todos os outros sistemas produtivos da região, tornando-se exclusiva como produto econômico. Ao buscar a matriz regional harmônica a partir dos seringais, Reis concedeu pouca importância aos debates sobre interesses das elites regionais e o negócio da borracha, visto que preferiu seguir a linha de estudos históricos e sociológicos promovida por Gilberto Freyre.

Outras visões e interpretações já vêm sendo trabalhadas por outras gerações de historiadores que se dedicaram ao tema da borracha na Amazônia. Nas décadas de 1970 e 1980, Barbara Weinstein, uma historiadora estadunidense, especialista em questões sobre a história da América Latina e do Caribe, estudou o ciclo da borracha, concedendo atenção para as relações de produção estabelecidas entre seringueiros, aviadores e os chamados “barões da borracha”. Dois pontos centrais da pesquisa da autora foram interessantes, como a resistência dos seringueiros no que diz respeito à exploração de seu trabalho e à existência de discursos contraditórios no seio da elite da borracha, inclusive flagrando uma corrente de opinião de políticos da região que criticavam a economia da borracha, muito em função de considerarem que a dispersão dos seringais não contribuía para a civilização e por temerem uma nova revolta

⁷²⁷ Ibidem, p. 140.

regional, a exemplo da Cabanagem, pois a população não tinha métodos de controle vivendo nos seringais⁷²⁸. Estes últimos dois pontos não foram enfatizados por Reis.

Outra autora que trouxe uma contribuição considerável para os estudos históricos sobre a borracha na Amazônia foi Luciana Marinho Batista, que no livro *Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, 1850 – 1870* (2014), fruto de sua dissertação de mestrado em História, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2004, apresentou uma instigante problemática de pesquisa. A autora ao iniciar a pesquisa observou que as explicações tradicionais sobre a sociedade paraense sob a égide da borracha não estavam dissonantes em relação a outras áreas do Brasil imperial, visto que a explicação corrente era que existia uma mesma lógica econômica para explicar as diversas áreas do Brasil nesse contexto, sendo que no Sudeste e Nordeste teria existido uma monocultura pautada nas formas de trabalho baseadas na mão de obra escravizada, destinada ao mercado externo. Logo, na Amazônia, a borracha era o sistema (econômico único), pois havia suplantado a produção de alimentos e era voltada para o mercado externo e baseada no trabalho escravo e nordestino.⁷²⁹

A grande questão do texto de Luciana Marinho foi demonstrar que não houve uma desarticulação da produção de alimentos e outros gêneros na Amazônia em função da borracha. A autora considera que a borracha não foi o único produto econômico da Amazônia e a produção dos mesmos apresentou taxas consideráveis. Ou seja, a Amazônia não se resumiu apenas à borracha, como transparece no texto de Reis. Marinho aponta que produtos como o cacau, por exemplo, mesmo após o crescimento vertiginoso da produção da goma elástica continuaram sendo exportados pelo Pará. Assim, a organização econômica, social e cultural da Amazônia não girou apenas em torno da economia da borracha, sendo necessário pensar que existiam outros sistemas econômicos e até de exportação, mesmo diante da potencialidade da borracha.

⁷²⁸ WEINSTEIN, B.. Experiência de pesquisa em uma região periférica: a Amazônia. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 9, n. 2, p. 261–272, maio 2002.

⁷²⁹ BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará (1850-1870)**. Belém: Editora Açaí, 2014.

CONCLUSÃO

Distanciando-se das percepções que visualizaram a Amazônia como uma “terra sem história”, essa tese demonstra que a Amazônia, entre 1917 e 1953, possuiu uma intensa produção historiográfica, especialmente a partir das principais capitais amazônicas com a fundação de instituições voltadas para a produção do conhecimento histórico, que possuíram participação efetiva na historiografia brasileira. Os institutos históricos e geográficos estaduais, a partir da experiência amazônica, foram espaços de produção historiográfica que funcionaram com muito vigor, mesmo após a criação das primeiras universidades brasileiras, na década de 1930. Nesse último ponto deve-se atentar que, na Amazônia, os institutos históricos do Pará e do Amazonas possuíram flagrante atuação até os anos 60 do século XX.

Os institutos históricos e geográficos estaduais, a partir da formação de campos historiográficos estaduais e/ ou regionais, não apenas praticavam e escreviam histórias locais e regionais, visto que as produções de seus historiadores convergiam, também, para a própria História do Brasil. Mas, o fato é que não era apenas uma escrita local, conjugada com a história nacional, e, sim, em muitos casos, a história do Brasil à luz da história da Amazônia. Aventa-se que esse procedimento foi uma operação historiográfica consciente, que necessita ser analisado no campo da História, visto a partir dos contextos e agentes históricos em processo de interação, negociação e disputa, como assim foi feito nessa tese.

A histórica ideia de uma Amazônia “distante” do Brasil esteve no pensamento da intelectualidade e dos historiadores nativos. Duas questões exemplificam a preocupação com o sentimento de distância: primeiro, o fato de que os Estados do Maranhão e Grão-Pará e depois o Estado do Grão-Pará e Maranhão, entre os séculos XVII e início do XIX, estiveram separados oficialmente do restante do Brasil, inclusive o Pará foi praticamente a última província a aderir à Independência; segundo, por muito tempo circulou no Pará e no Amazonas certa ideia de que a nação tratava a região amazônica com certo desprezo.

A partir das situações acima elencadas, observa-se que uma das estratégias adotadas pelas elites intelectuais e, mais especificamente pertencentes ao mundo dos historiadores amazônicos, foi justamente mitigar o sentimento de “distância” do Brasil operando uma escrita da história amazônica em diálogo com a história do Brasil. Se outros grupos amazônicos desencadearam estratégias de elevar a importância regional frente à nação, os historiadores também atuaram nesse processo.

Os historiadores, como membros da comunidade amazônica e agentes que circulavam em vários campos do saber e lugares sociais e culturais, eram sabedores da intrincada relação com a nação. Ao invés de um enfrentamento direto, se voltaram para estabelecer o campo de luta pela relevância e integração da Amazônia à história do Brasil a partir do campo historiográfico, espaço formado a partir de uma lógica própria de produção dos institutos e terreno no qual esses historiadores teriam a possibilidade de firmar de vez a Amazônia no Brasil.

Um exemplo da preocupação dos historiadores amazônicos com a história do Brasil, a partir da Amazônia, pode ser visto na obra de autoria de um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Arthur Vianna (1873 – 1911). Com o título *Pontos de história do Brasil e do Pará: de acordo com o programma official para exames de certificados, e formulados pelos melhores autores* (1900), Vianna elaborou uma obra para a comemoração da efeméride do IV centenário do “Descobrimento do Brasil”, e que apresentava uma série de pontos históricos que contemplavam o “descobrimento” e o estabelecimento europeu na América, no Brasil e no Pará. Na citada obra, praticamente todos os pontos se referem a algum tema da história do Brasil, mas é abordada, também, a história do Pará no contexto dos acontecimentos brasileiros, a exemplo do ponto sobre a divisão do Brasil em capitâncias hereditárias, em que a fundação de Belém ganhou destaque. Cita-se o ponto sobre a divisão do Brasil em dois Governos Gerais, ocasião em que o tema da expedição de Pedro Teixeira foi discutido.

Outra obra publicada no mesmo contexto de comemoração do IV Centenário do Descobrimento do Brasil foi *Vultos e descobrimentos do Brasil e da Amazônia* (1900), de autoria de Ignácio Batista de Moura, intelectual paraense fundador do IHGP, em parceria com Estephano Silva. Essa obra é reveladora da gestação dos procedimentos de uma escrita da história do Brasil a partir da Amazônia, visto que seus autores buscaram apresentar um material para as citadas comemorações do “descobrimento”, patrocinadas pelo governo republicano no Pará. A obra foi dividida em capítulos e o primeiro deles versou justamente sobre o “descobrimento do Brasil”, momento em que os autores optaram por iniciar a discussão sobre a chegada dos europeus às Américas a partir das terras amazônicas. Com isso, visavam anunciar que o “descobrimento do Brasil” foi a partir das terras do Norte, especialmente das terras amazônicas, com a chegada de um dos companheiros de Cristóvão Colombo, o espanhol Vicente Pinzón, que teria em 28 de janeiro de 1500 avistado terras que seriam posteriormente o Brasil, denominando-as de Cabo de Santa Maria de la Consolación, o atual Ceará. Logo em seguida, Pinzón teria seguido viagem, chegando ao Pará, cujo nome ele teria denominado de Santa Maria do Mar Doce, entre o final de março e o início de abril de 1500.

Ademais, nessa empreitada ao Pará, narram os autores que Pinzón enfrentou no rio Amazonas tipos de ondas gigantes e fortes que puseram em risco as embarcações, tratando assim das chamadas “pororocas” do rio Amazonas. Ilustraram essa parte da narrativa com uma gravura da medalha comemorativa do IV Centenário que representava a esquadra de Pinzón enfrentando a pororoca, o que se traduz na produção imagética do “descobrimento do Brasil” a partir da Amazônia. A obra de Ignácio Moura e Estephano Silva buscou balizar a compreensão de que o “descobrimento do Brasil” teria ocorrido em terras nortistas e consolidada no Pará e não na Bahia através da presença do português Pedro Álvares Cabral.

Essa temática foi alvo de muita disputa no cenário das comemorações da efeméride em tela no Pará, inclusive Moura e Silva, diante de uma polêmica estabelecida pelos intelectuais Arthur Vianna e Cândido Costa, em que o primeiro defendia o descobrimento do Brasil por Pinzón e o segundo a prevalência de Cabral, revelaram textualmente a preferência pela tese de Arthur Vianna, embora considerassem que o processo de colonização e “civilização” em terras brasileiras teria começado com a movimentação iniciada por Pedro Álvares Cabral e os portugueses.

A temática das obras de Arthur Vianna e de Ignácio Moura e Estephano Silva revelam algo maior, que estava ligado ao centenário da “descoberta do Brasil”: o interesse da classe política republicana e dos intelectuais que estavam na órbita desse novo momento político no Pará de aproveitarem o ensejo das citadas comemorações sobre as “origens” brasileiras para inserir o Pará e a Amazônia nesse processo. Foi a partir desse grupo que foi gestada a ideia da criação, em 03 de maio de 1900, do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Pará (posteriormente Instituto Histórico e Geográficos Pará – IHGP).

Desse ponto em diante, cabe dizer que a tese de doutorado buscou analisar a atuação dos Institutos Históricos e Geográficos do Pará e do Amazonas e de seus membros na construção do campo historiográfico da Amazônia e sua integração à História do Brasil no contexto de 1917 a 1953, com vistas a compreender como esse campo funcionou em relação à região e à nação. Nesse caso, é importante considerar que a região amazônica passou a ser delimitada e representada a partir dos interesses dos historiadores nativos, especialmente vinculados aos Institutos do Pará e do Amazonas, construindo visões próprias e interpretações regionais a partir do campo historiográfico, já outras áreas do saber e outros segmentos também concorriam para a produção da região, visto que a região, conforme Bourdieu, em seu clássico livro *O Poder Simbólico*, é o objeto de lutas entre os cientistas, inclusive historiadores. Nesse caso, a região é uma construção disputada pelos vários ramos do saber, bem como por outros grupos e setores sociais.

Considerando-se que na Amazônia o campo historiográfico regional gestou certo regionalismo histórico à luz da história do Brasil, ou seja, a definição e a atribuição de conteúdo à Amazônia pelos historiadores amazônicos não significou a simples ideia de um regionalismo fechado em si mesmo, esse regionalismo buscou construir uma nova definição da região para conectá-la ao Brasil, uma forma de defesa da região sem separatismo e confronto aberto, um regionalismo que buscava conhecer e fazer reconhecer a região.

É importante evidenciar que a construção dos regionalismos amazônicos partiu de várias matrizes, desde a matriz política, a literária, entre outras, inclusive a matriz historiográfica. No caso da historiografia, o regionalismo amazônico foi sendo projetado para sua inserção na nação e não para se afastar dela. Analisar a constituição de um campo historiográfico na Amazônia a partir dos institutos históricos e seus historiadores permite pensar nesse campo como campo de saber e de poder. É possível vislumbrar que os historiadores ligados aos institutos históricos da Amazônia, no recorte dessa pesquisa, incorporaram um determinado *habitus* da estrutura social, que se refletiu em seus modos de pensar e agir, ou seja, um processo de interiorização de disposições sociais que foram estruturadas e se tornaram estruturantes e que influenciaram na produção das práticas e representações desses historiadores/ intelectuais. Logo, a partir do *habitus*, como evidenciou Bourdieu, no livro *A economia das trocas simbólicas*, um sistema estruturado e estruturante advindo do mundo social, os historiadores amazônicos encontraram as condições para ocupar posições no campo intelectual a qual pertenciam.

Toda a construção cultural e política intercambiada entre agentes internos e agentes externos à Amazônia no que diz respeito às ideias preconcebidas sobre essa área e as percepções de que essa região se constituía em uma periferia, marginalizada e distante do Brasil, gestaram sentimentos e visões que acionaram a ação de segmentos nativos para a reação a esse estado de coisas, sendo possível aventar que existia na sociedade amazônica, especialmente em seus segmentos políticos e intelectuais, um *habitus* de reação e de contraposição às ideias de região esquecida, distante e periférica.

Tal *habitus* possibilitou a determinados intelectuais (historiadores) ocuparem posições no campo intelectual (historiográfico) – campo é um espaço social e simbólico que possui funcionamento próprio e recebe as estruturas sociais em suas práticas e representações –, bem como a tomada de posições nesse campo. Ou seja, no âmbito da construção do campo historiográfico da Amazônia, determinados escritores como Arthur Reis, Araújo Lima e Jorge Hurley, por exemplo, galgaram lugares de destaque, sobretudo por terem representado mais de perto as demandas do *habitus* socialmente estruturado e recepcionado da sociedade, notadamente as demandas regionais, como as necessidades de desenvolvimento e incorporação

da Amazônia ao Brasil (Arthur Reis), a desconstrução dos preconceitos geográficos e humanos contra a região (Araújo Lima) e uma valorização do homem amazônico (Jorge Hurley).

Esse estudo aponta que na transição entre o Império e a República, ocorreu a institucionalização do conhecimento histórico na Amazônia a partir da fundação dos Institutos Históricos e Geográficos do Pará e do Amazonas. Nota-se nesse contexto a formação de um campo historiográfico na Amazônia, pois, apesar das prementes relações entre os historiadores que passaram a formar esse grupo e outros setores sociais, como as elites, observa-se que esse “mundo dos historiadores amazônicos” foi ganhando formatação própria naquilo que diz respeito à constituição e ao funcionamento, como foi possível na análise da trajetória de formação desse campo, bem como pelas práticas do historiador Paulo Eleutério Alvares da Silva, a partir de sua busca pela definição de um método historiográfico na Amazônia na década de 1920.

No campo de estudos sobre a história e a historiografia da Amazônia e do Brasil, a tese demonstra, por meio dos registros e diálogos de uma historiografia oficial, as relações estabelecidas entre os historiadores amazônicos e os círculos intelectuais nacionais vivenciados neste contexto. Incursionou-se nos arquivos dos institutos históricos e geográficos da Amazônia para evidenciar a formação de um campo profissional da História na Amazônia e como esse campo oficializou-se/legitimou-se, estabeleceu conexões e constituiu um arquivo próprio.

Também é importante salientar que uma estratégia fundamental para a composição do campo historiográfico amazônico era a legitimação do discurso historiográfico por meio de suas publicações principais: as revistas dos institutos históricos, que possibilitaram perceber o perfil dos historiadores e das narrativas históricas que circularam na região amazônica na primeira metade do século XX, a partir dos principais temas e abordagens historiográficas apresentados.

As principais categorias temáticas publicadas na Revista do instituto paraense foram: História, conferências e discursos, reprodução de documentos e Etnografia. A categoria reprodução de documentos, por exemplo, revela, a partir dos documentos reproduzidos nos números da Revista do IHGP, a preocupação com publicação de fontes primárias, consideradas fundamentais para a História do Brasil e da Amazônia. Já a Revista do instituto do Amazonas trazia como principais categorias temáticas: a História, a reprodução de documentos, a Geografia e conferência e discursos.

As redes de sociabilidade intelectual, bem como a integração entre a historiografia brasileira e amazônica foi evidenciada por meio da análise das teses apresentadas pelos historiadores paraenses e amazonenses nos Congressos de História Nacional realizados pelo IHGB entre 1914 e 1949. Assim, mediante estes congressos, historiadores amazônicos como

Henrique Américo Santa Rosa, Theodoro Braga, Henrique Jorge Hurley, Arthur César Ferreira Reis, Lauro Sodré, Mário Ypiranga Monteiro e Ernesto Cruz se inseriram na rede de comunicação científica da historiografia brasileira, trazendo destaque para os círculos intelectuais amazônicos e integrando a historiografia da Amazônia a História oficial da nação elaborada pelo IHGB neste momento.

Em estreito diálogo com o perfil da história tradicional *événementielle*, ainda presente no IHGB e nos seus congêneres estaduais, fazia-se História a partir das narrativas tradicionais dos acontecimentos, da busca pela verdade, a objetividade e a forte preocupação com os documentos, a valorização da história política e administrativa, das biografias dos grandes homens, e dos grandes eventos da história regional e nacional. Por outro lado, observa-se uma busca pela reinterpretação da História da região, a partir da produção e difusão de inúmeros discursos de cunho sociológico ou histórico, ao modelo dos trabalhos de Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, Cassiano Ricardo e Sérgio Buarque de Holanda na pretensão de elaborar novas interpretações sobre a Amazônia, construindo uma história oficial para a região e legitimando o círculo intelectual de historiadores desse espaço.

Ademais, na complexa teia das relações entre região e nação, a partir do ângulo amazônico, historiadores que galgaram posições destacadas no campo historiográfico regional, como Henrique Jorge Hurley, Francisco de Araújo Lima e Arthur Cezar Ferreira Reis, por meio de suas obras buscaram reinterpretar e construir novas visões sobre a região, seja valorizando o caboclo da Amazônia frente a outros tipos humanos brasileiros, seja revendo as antigas ideias do “sertão” amazônico ou demonstrando o modelo da economia da borracha como um processo econômico que merecia ser destacado entre as interpretações econômicas nacionais. Essas obras, de um modo geral, buscaram evidenciar uma possível matriz regional amazônica para a nacionalidade brasileira. Ao se analisar o perfil da história escrita pelos intelectuais amazônicos no contexto de 1917 a 1953, concluiu-se que a historiografia amazônica se localizava nas fronteiras entre os dois principais polos de produção histórica no Brasil daquele momento.

FONTES

ATAS E CORRESPONDÊNCIAS

Ata da sessão da assembléia geral do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, sediado em 06 de março de 1918 para comemorar o 1.º aniversário desse instituto. IHGP, Livro de atas, Assembléia Geral (06 de março de 1917 a 06 de março de 1931). p. 10-11, Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém.

Ata da reunião ordinária do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA, Manaus, 18 de agosto de 1918. Livro de Atas nº 3 (1917-1935), estante única. Arquivo do IGHA.

Ata da 2ª sessão ordinária de 14 de maio de 1930 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 1930.

Ata da sessão preparatória para a fundação da Sociedade de Estudos Paraenses. **Revista da Sociedade de Estudos Paraenses**. Belém, 1894.

Ata da sessão solene de instalação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA. Manaus, 13 de maio de 1917, Livro de Atas nº 3 (1917-1935), estante única. Arquivo do IGHA.

Ata da sessão solene do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA. Manaus, 19 de novembro de 1917, Livro de Atas nº 3 (1917-1935), estante única. Arquivo do IGHA.

Ata da sessão solenne comemorativa do 3.º aniversário do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém, 06 de março de 1920. IHGP, Livro de atas, Assembléia Geral (06 de março de 1917 a 06 de março de 1931), Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém.

Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP, Belém, 14 de julho de 1933. Livro de Atas nº 4, Arquivo do IHGP. p. 36-37.

Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP, Belém, 1.º de março de 1933. Livro de Atas nº 4, Arquivo do IHGP. p. 30-32.

Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP, Belém, 20 de fevereiro de 1939. Livro de Atas nº 4, Arquivo do IHGP, p. 57-58.

Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP, Belém, 1.º de dezembro de 1932. Livro de Atas nº 4, Arquivo do IHGP. p. 29.

Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP, Belém, 11 de outubro de 1932. Livro de Atas nº 4, Arquivo do IHGP. p. 24-26.

Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP, Belém, 16 de novembro de 1932. Livro de Atas nº 4, Arquivo do IHGP. p. 26-28.

Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP, Belém, 26 de novembro de 1931. Livro de Atas nº 4, Arquivo do IHGP. p. 12-15.

Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP, Belém, 15 de janeiro de 1932. Livro de Atas nº 4, Arquivo do IHGP. p. 16-18.

Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP, Belém, 20 de janeiro de 1932. Livro de Atas nº 4, Arquivo do IHGP. p. 19-20.

Ata de reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP, Belém, 21 de abril de 1931. Livro de Atas nº 4, Arquivo do IHGP. p. 8-9.

Ata de sessão extraordinária comemorativa do martirologio de Tiradentes e em homenagem à memória de João Pessoa. Livro de Atas nº 4, Arquivo do IHGP. 21 de abril de 1931, p. 1.

Ata de sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Sessão comemorativa ao primeiro centenário da abdicação de D. Pedro I, Livro de Atas nº 4, Arquivo do IHGP. 1931, p. 1.

Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA, Manaus, 1.º de setembro de 1935. Livro de Atas nº 2 (1917-1958), estante única. Arquivo do IGHA.

Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA, Manaus, 15 de setembro de 1935. Livro de Atas nº 3 (1917-1935), estante única. Arquivo do IGHA. p. 10-11.

Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA, Manaus, 14 de junho de 1936. Livro de Atas nº 2 (1917-1958), estante única. Arquivo do IGHA. p. 22.

Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA, Manaus, 02 de maio de 1937. Livro de Atas nº 2 (1917-1958), estante única. Arquivo do IGHA.

Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA, Manaus, 22 de agosto de 1937. Livro de Atas nº 2 (1917-1958), estante única. Arquivo do IGHA.

Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA, Manaus, 21 de novembro de 1937. Livro de Atas nº 2 (1917-1958), estante única. Arquivo do IGHA.

Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA, Manaus, 17 de março de 1935. Livro de Atas nº 2 (1917-1958), estante única. Arquivo do IGHA.

Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA, Manaus, 7 de março de 1937. Livro de Atas nº 2 (1917-1958), estante única. Arquivo do IGHA.

Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA, Manaus, 19 de outubro de 1919. Livro de Atas nº 3 (1917-1935), estante única. Arquivo do IGHA.

Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA, Manaus, 18 de agosto de 1918. Livro de Atas nº 3 (1917-1935), estante única. Arquivo do IGHA.

Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA, Manaus, 6 de abril de 1919. Livro de Atas nº 3 (1917-1935), estante única. Arquivo do IGHA.

Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas- IGHA, Manaus, 04 de abril de 1937. Livro de Atas nº 2 (1917-1958), estante única. Arquivo do IGHA.

Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, sessão de 8 de abril de 1917. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**, 1917.

Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. IGHA, Manaus, 02 de maio de 1937. Livro de Atas nº 2 (1917-1958), estante única. Arquivo do IGHA.

Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. IGHA, Manaus, 06 de outubro de 1935. Livro de Atas nº 2 (1917-1958), estante única. Arquivo do IGHA.

Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. IGHA, Manaus, 03 de fevereiro de 1935. Livro de Atas nº 2 (1917-1958), estante única. Arquivo do IGHA.

Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. IGHA, Manaus, 19 de abril de 1936. Livro de Atas nº 2 (1917-1958), estante única. Arquivo do IGHA.

Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. IGHA, Manaus, 07 de junho de 1936. Livro de Atas nº 2 (1917-1958), estante única. Arquivo do IGHA.

Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. IGHA, Manaus, 04 de outubro de 1936. Livro de Atas nº 2 (1917-1958), estante única. Arquivo do IGHA.

Ata do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. IGHA, Manaus, 18 de abril de 1937. Livro de Atas nº 2 (1917-1958), estante única. Arquivo do IGHA.

Ata do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 06 de março de 1939. Livro de Atas nº 4, Arquivo do IHGP.

Ata do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 06 de março de 1940. Livro de Atas nº 4, Arquivo do IHGP.

Ata do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 07 de junho de 1939. Livro de Atas nº 4, Arquivo do IHGP.

Ata do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 21 de novembro de 1917. Livro de Atas Assembleia Geral, 6 de março de 1917 a 06 de março de 1931. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém, p. 3.

Ata do Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP, 21 de junho de 1939. Livro de Atas nº 4, Arquivo do IHGP.

Carta convite do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1937. Biblioteca Arthur Reis, Centro Cultural dos Povos da Amazônia, Manaus, AM.

Carta da Embaixada do Perú sobre concurso de história sobre os descobridores do Amazonas e sobre a Amazônia Peruana, governo do Perú, 14 de setembro de 1941. Centro Cultural dos Povos da Amazônia, Manaus, AM.

Carta da Embaixada do Perú sobre concurso de história sobre os descobridores do Amazonas e sobre a Amazônia Peruana, governo do Perú, 14 de setembro de 1941. Centro Cultural dos Povos da Amazônia, Manaus, AM.

Correspondência enviada ao IGHA em 22 de abril de 1932. Manaus, Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

D'ESCRAGNOLLE TAUNAY, Afonso. Carta enviada a Arthur Reis. Universidade de São Paulo, Museu Paulista. 05 de agosto de 1937. Biblioteca Arthur Reis, Centro Cultural dos Povos da Amazônia, Manaus.

IHGB. Ata da segunda sessão plena, em 13 de abril de 1931. **Anais do Segundo Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB; Imprensa Nacional, v. 1, 1934.

OFFÍCIO do Presidente da Província do Pará dirigido ao autor da presente obra acerca da impressão dela. In: BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Local: Typographia de Santos & Menor, 1839, [s. p.].

OFÍCIO da Secretaria Geral do Estado do Amazonas, Manaus, 27 de fevereiro de 1919. Manaus, Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

OFÍCIO do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, PE, 20 de fevereiro de 1932. Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. IGHA, Manaus. X p.

OFÍCIO. Secretaria Geral. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1939, p. 1.

ARTIGOS DE JORNAIS

CORREIO DA MANHÃ. **Tratados assinados entre o México e o Brasil**. Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1933.

JORNAL A CAPITAL. **A Geographia nacional**. 30 de junho de 1918, Manaus, Ano II, Número 343.

JORNAL DO COMMERCIO. **Instituto Histórico**. Rio de Janeiro, 22 de março de 1931, p. 8.

JORNAL FOLHA DO NORTE. **Acadêmicos vão receber diplomas**. Local, 02 de agosto de 1973.

JORNAL ESTADO DO PARÁ: Propriedade de uma Associação Anonyma (PA), 24 de fevereiro de 1917.

JORNAL ESTADO DO PARÁ: Propriedade de uma Associação Anonyma (PA), 08 de março de 1917.

JORNAL ESTADO DO PARÁ. **Jubileu da paz com o Paraguai**. Belém, 26 de novembro de 1920.

O ESTADO DO PARÁ. **Honroso**. Ano IV, n.º 1.302. Belém, 5 de novembro de 1914.

O IMPARCIAL. **1º Congresso Brasileiro de História**. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1914.

O JORNAL. **A propósito de uma exposição**. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1921, p. 2.

O JORNAL. **O Hino Nacional ilustrado**. Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1921, p. 3.

O LIBERAL. **A posse do novo diretor da Biblioteca e Arquivo Público**. N.º 98. Ano I, Belém, 13 de março de 1947, p. 1.

O LIBERAL. **Ernesto Cruz na Academia**. N.º 2. Ano I, Belém, 16 de novembro de 1946.

O LIBERAL. **Movimentam-se os intelectuais Paraenses em Torno da Valorização da Amazônia**. N.º 2. Ano I, Belém, 23 de novembro de 1946. p.

O LIBERAL. **O novo Diretor da Biblioteca e Arquivo Público**. N.º 97. Ano I, Belém, 12 de março de 1947.

O LIBERAL. **Os azulejos da Igreja de Santo Antônio**. N.º 301. Ano II, Belém, 18 de novembro de 1947.

O PAIZ. **Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1914. p. 2.

O PAIZ. **O 2.º Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1930.

O PAÍZ. **Primeiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro, 07 de junho de 1913.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Panoramas Amazonicos**. JORNAL DO COMMÉRCIO, Manaus, domingo, 8 de setembro de 1940.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Valiosas ofertas para o museu do Instituto Histórico do Amazonas**. JORNAL DO COMMÉRCIO, Manaus, quarta-feira, 15 de janeiro de 1930.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Política de Portugal no Vale Amazônico**. Belém, 1940. JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, domingo, 22 de setembro de 1940.

ALOCUÇÕES, DISCURSOS E PALESTRAS

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Resposta ao Illmo. e Exmo. Senhor Herculano Ferreira Penna, presidente da Província e a de Goiaz. Typ. De Santos & Filhos. Rua de São João, canto da estrada de S. José. Pará. 1848. I vol. In. 8.º, 33 p.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Discurso ou memória sobre a intrusão dos francezes de Cayena no cabo do Norte em 1836. Escripto para ser apresentado ao Instituto Histórico e Geográfico do Brazil. Typ. Temperança. Impresso por Manoel Pereira Ramos. Rua Formosa, n. 2. Maranhão. 1846. I vol. In 8.º, 121 p.

DISCURSO do Rio Amazonas pronunciado pelo Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dornelles Vargas, digno Presidente da República, em 10 de outubro de 1940. Pará, Belém, Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, Escola Profissional do estado, 1943.

MOURA, Ignácio. Alocução pronunciada na inauguração do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em 06 de março de 1917 no Theatro da Paz. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. Belém, Ano I, Fasc. I, p. 4-5, 1917.

REIS, Arthur. Unidade Histórica. Conferência realizada no II Congresso de Brasilidade. Belém: [s. e.], [s. d.], p. 4.

RIBEIRO, Manuel Braga. Pedro Teixeira: esboço biográfico, 1920. Discurso lido em sessão solene do IHGP em 04 de junho de 1919 e publicado na revista do IHGP em 1920.

Trecho do discurso de Hamilton Mourão na sessão solene de instalação do IGHA em 13 de maio de 1917. Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. 1917, p. 58.

LIVROS E CAPÍTULOS

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das eras da província do Pará**. Belém: UFPA, 1969.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Provincia do Pará**. Pará: Typographia de Santos & Menor, 1839.

BRAGA, Theodoro. **A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará**: estudos e documentos para a execução da grande tela histórica pintada pelo autor e encomendada pelo benemérito intendente municipal de Belém. Belém: Secção de Obras d'A Província do Pará, 1908. 94 p.

CARVALHO, José. **O Matuto Cearense e o Caboclo do Pará**: contribuição ao folk-lore nacional. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré/ Jornal de Belém, 1930.

Estatutos do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas aprovados pelo Decreto n.º 1.190 de 17 de abril de 1917. Manaus, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Pará aprovados em sessão de 25 de novembro de 1939. Belém, Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

HURLEY, Jorge. Itarãna (pedra falsa): lendas, mythos, itarãnas e “folk-lore” amazônicos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP**, Vol. IX. Pará: Oficinas Gráficas do Instituto Dom Macedo Costa, 1934. p. 13-212.

IMPRESA PÚBLICA. **A Visita do Presidente Vargas e as esperanças do ressurgimento do Amazonas**: propaganda amazonense. Manaus, 1940. 244 p.

LIMA, Araújo. **Amazônia**, a terra e o homem. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. Vol. 2. Belém: Coleção Amazônica/ Série José Veríssimo/ Universidade Federal do Pará, 1970.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Política de Portugal no Vale Amazônico**. Belém, 1940. Jornal do Commercio, domingo, 22 de setembro de 1940.

REIS, Arthur César Ferreira. **Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**. Manaus: Tipografia Reis, 1931.

REIS, Arthur César Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Serviço de informação agrícola, Rio de Janeiro, 1953.

REIS, Arthur César Ferreira. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira: A Fronteira com a Guiana Francesa.** Belém: SECULT, 1993.

SILVA, Paulo Eleutério Alvares da. **Fontes da história.** Sessão de obras da imprensa pública de Manaus. Manaus, 1920.

LEIS E DECRETOS E RESOLUÇÕES

Decreto n.º 1.191, de 18 de abril de 1917. Governo do Estado, Manaus, 1917.

Lei n.º 980 de 14 de setembro de 1917. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará,** RIHGP, Belém, 1917.

BELÉM, Câmara Municipal. Resolução N.º 30/57, de 19 de setembro de 1957.

ARTIGOS E REVISTAS

AMORIM, Ricardo. Limites inter-estaduaes: Amazonas, Pará e Matto Grosso. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas,** 1932.p. 11-34.

BRAGA, Robério. Quase posfácio. In: Edição Comemorativa da Primeira Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Anno I, Volume I, Num. I, 1917. Manaus: IGHA, 2017, p. 227.

BRAGA, Theodoro. Assunptos da História do Pará. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará,** Belém, RIHGP, p. 78-92, 1932.

BRAGA, Theodoro. O ensino das ates. In. Anais do Segundo Congresso de História Nacional. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vol. III, 1942.

Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil.* Tomo I – 1º Trimestre de 1839 – n .1. p.6.

CRUZ, Ernesto. O Pará nos séculos XVII e XVIII. In: IHGB. **Anais do Quarto Congresso de História Nacional.** Vol. 3. IHGB, Rio de Janeiro: IGHB; Imprensa Nacional, 1 V., 1950. p. 7-51.

ELEUTHERIO, Paulo. Portugal na Amazônia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Manaus, Typographia Phenix, 1935-1936.

Estatutos do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas*. 1917.

FERRAZ, L. P. do C. Apontamentos sobre a vida do índio Guido Pokrane e sobre o francez Guido Marlière, offerecido ao Instituto Histórico Geográfico do Brasil, pelo sócio Exmo. Snr. Conselheiro Luiz Pedreira de Couto Ferraz. *RIGHB XVIII*, 1855, p. 410-417.

HURLEY, Jorge. Itarãna (pedra falsa): lendas, mythos, itarãnas e “folk-lore” amazônicos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP**, Vol. IX. Pará: Oficinas Gráficas do Instituto Dom Macedo Costa, 1934.

HURLEY, Jorge. Os selvagens do Brasil. *IHGB, Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 71-122.

HURLEY, Jorge. Prol catechese do aborígene brasileiro. O serviço de proteção aos “índios” no Pará e talvez no Brasil, por sua ineficiência, é pura ficção. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará – RIHGP**. Ano VII, vol. VIII, 1932.

IHGB. **Anais do Quarto Congresso de História Nacional**. IHGB, Rio de Janeiro: IGHB; Imprensa Nacional, 1 V., 1950.

IHGB. **Anais do Segundo Congresso de História Nacional**. IHGB, Rio de Janeiro: IGHB; Imprensa Nacional, 1 V., 1934.

IHGB. **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1.

JOBIM, Anisio. A data do centenário: escorço histórico. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Manaus, Imprensa oficial, 1948. p. 7-8.

LEÃO, Manoel de Miranda. Ajuricaba. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. 1932, ano II, volume II.

LIMA, Manuel de Oliveira. Actual Papel do Instituto Histórico. **Revista do IHGB**, Tomo LXXVI, parte II, 1913, p. 489.

MOERBECK, Ignácio. A questão de Limites com o Estado de Matto-Grosso. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**, 1917. p. 79-91.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. A Capitania de São José do Rio Negro: antecedentes históricos e fundação. **Anais do IV Congresso de História Nacional. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Nono volume, Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1951. p. 502-590.

Nota da Comissão Mixta Brasileira-Colombiana Demarcadora de Limites. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**, p. 203-208, 1935-1936.

Parecer sobre a tese Navegação fluvial, especialmente a do Amazonas de autoria de Artur Cezar Ferreira Reis. IHGB. **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1.

RAIOL, Domingos Antônio. Catechese de indios no Pará. **Annaes da Bibliotheca e archivo publico do Pará**, Belém, Tomo II, Imprensa Official, p. 117-183, 1902.

RAIOL, Domingos Antônio. Juízo Crítico sôbre as obras literárias de Felipe Patroni. **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará**, Belém, vol.1, 3º fasc., Imprensa Oficial, 1900.

RAIOL, Domingos Antônio. Um Capítulo de História Colonial do Pará. **Revista de Estudos Paraenses**, Belém: Tip. do Diário Oficial, 1894.

RAIOL, Domingos Antônio. Visões do Crepúsculo. **A Revista – Magazine ilustrado**, Belém: Alfredo Silva & Cia. 1898.

REIS, Arthur César F., “Ajuricaba” (capítulo do livro História do Amazonas, no prelo). **Revista Redenção**, Manaus, 27 de junho de 1931, n. 26, p. 6-7.

REIS, Arthur César Ferreira. Parecer. In: IHGB. **Anais do Quarto Congresso de História Nacional**. Vol. 3. IHGB, Rio de Janeiro: IGHB; Imprensa Nacional, 1 V., 1950, p. 3.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. A questão do Acre. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**, 1935-1936, p. 219-240.

REIS, Arthur César Ferreira. O Estado do Maranhão, catequese do gentio, rebeliões, pacificação. **Anais do IV Congresso de História Nacional. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, Segundo Volume, 1949.

REIS, Artur Cezar Ferreira. Navegação fluvial, especialmente a do Amazonas. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1941, v. 4. p. 4-49.

UMA VIDA DEDICADA À CULTURA AMAZONENSE. **Revista da Academia Amazonense de Letras**, Ano 87, n. 26, Manaus: Valer, 2006.

Revista do Instituto do Ceará, Anno XXVII, 1913.

Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, 1917.

Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, 1932.

Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, 1934.

Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, 1935-1936.

Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, 1937-1938.

Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, 1948.

Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Manaus, Imprensa Pública do Amazonas, ano I, v. I, 1917.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará – RIHGP, 1931.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1939-1951. Vol. XII.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, RIHGP, Belém, 1917.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, RIHGP, Belém, 1926.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, RIHGP, Belém, 1931.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, RIHGP, Belém, 1918.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, RIHGP, Belém, 1932.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Vol. X. Belém: Gráficas do Instituto Lauro Sodré. 1936.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Ano VI. n. IV. Belém, 1922.

SANTA ROSA, Henrique. A depressão amazônica e os seus exploradores. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** (tomo especial consagrado ao 1º congresso de História Nacional), t. II. 1914. p. 273-322.

SODRÉ, Lauro. A Proclamação da República. IHGB, **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v. 1, p. 349-416.

VIANNA, Arthur. Biografia. Extraído dos anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Tomo II, Belém, 1902.

VIANNA, Arthur. Monographias Paraenses: os exploradores da Amazônia. **Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Pará**, Tipografia: Imprensa Official, Belém, v. III, 1900. p. 282-306.

VIANNA, Arthur. Os exploradores da Amazônia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, RIHGP, Belém, 1900, v. 1. p. 45-58.

DOCUMENTOS AVULSOS

Folhas Bio-bibliographicas do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Anos 1930-1940. Fundo do IHGP: ofícios entre 1930 – 1950 – Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

Livro de Correspondências nº 19 do IGHA – Circular S/N do Corpo Administrativo do IGHA às Diversas Autoridades e Pessoas Gradadas da Capital e do Interior em 1917. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

Rádio dirigido, J. Dias Paes. Agente da Panair do Brasil S.A. Manaus, 25 de outubro de 1933. Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

REFERÊNCIAS

ABREU, José Capistrano. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu/ Senado Federal, 1930.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920 – 1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. A história tem juízo: o juiz e o inquérito como modelos de autoria e procedimento analítico na escrita historiográfica. **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto, v. 13, n. 34, p. 17-40, set./ dez. 2000.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Da história detalhe à história problema: o erudito e o intelectual na elaboração e no ensino do saber histórico. **Lócus: Revista de História, UFJF**, v. 10, n. 2, p. 54-72, 2004.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História**. São Paulo: Intermeios, 2019.

ALMEIDA, Roberto Schmidt; KNAUSS, Paulo. Clio em terras cariocas e fluminenses: o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e sua Revista. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 43, p. 21-44, 2013.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./ jul. 1995.

ANDRADE, Mário. Folclore. In: MORAIS, Rubens Borba de; BERRIEN, William (orgs.). **Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros**. Brasília: Senado Federal, 1998.

ANDRADE, Rômulo de Paula. **A Amazônia vai ressurgir! Saúde e saneamento na Amazônia no Primeiro Governo Vargas (1930-1945)**. 2007. 180f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007.

ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, maio/ ago. 2010.

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. Brasília: UnB, 1963.

BARBOSA, Mário Médice. **Entre a filha enjeitada e o paraensismo**: as narrativas das identidades regionais na Amazônia paraense. 2010. 477 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2010.

BARROS, José D' Assunção. **Teoria da História**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BATISTA, Djalma. Letras da Amazônia. In. BATISTA, Djalma. **Amazônia** – cultura e sociedade. Manaus: Valer, 2002, p. 11-66.

BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais**: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará (1850-1870). Belém: Editora Açáí, 2014.

BEZERRA NETO, José Maia. A conquista Portuguesa da Amazônia. In: ALVES FILHO, Armando Alves; SOUZA JÚNIOR, José Alves de; BEZERRA NETO, José Maia (orgs.). **Pontos de História da Amazônia**, volume I. 3 ed. rev. ampl. Belém: Paka-Tatu, 2001.

BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANNA. Catálogo de Obras Raras ou Valiosas da Biblioteca Pública Arthur Vianna. Belém: Fundação Cultural do Pará, 2020.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**. Vultos do passado, Rio de Janeiro: Conquista/ Gov. do Est./ Acad. Amaz. de Letras, 1973.

BONATO, Tiago. **O olhar, a descrição**: a construção do sertão do Nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783 - 1822). 2010. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Tradução de Ana Rabaça. Lisboa: Publicações Europa/ América, 1983.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Qué significa hablar? Economía de los intercâmbios lingüísticos**. Madri: Akal, 2001.

BRAGA, Robério (org.). **Símbolos do Amazonas**. Manaus: Valer/ Edições Governo do Estado do Amazonas, 2001.

BRAGA, Theodoro. **Estilização nacional de arte decorativa aplicada**. 19&20, Rio de Janeiro, v. V, n. 1, jan. 2010. Originalmente publicado em *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, ano IX, dez. 1921. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/artigos_imprensa/ilustracao_brasileira/ib_1921_12_tb.pdf >. Acesso em: 29 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 24.395, de 13 de junho de 1934**. Promulga o Convênio entre o Brasil e a República Argentina para a revisão dos textos de ensino de História e Geografia, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1933. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24395-13-junho-1934-550362-publicacaooriginal-66310-pe.html> Acesso em: 29 maio 2023.

BRASIL. **Relatórios do Ministério das Relações Exteriores (RJ)**. Rio de Janeiro, 1933.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. 2. ed. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Edunesp, 2010.

CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de. Mestiçagem e tropicalismo no pensamento amazônico: Gilberto Freire, Leandro Tocantins, Ferreira Reis e Ypiranga Monteiro. In: QUEIRÓS, César Augusto B. (org.). **Historiografia amazonense em perspectiva**. Manaus: Valer, 2020. p. 29-71.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 65-119.

CHAMBOULEYRON, R. O «cravo do Maranhão» e a Amazônia global (séculos XVII-XVIII). **Revista de Índias**, v. 82, n. 285, p. 329–361, 2022. DOI: 10.3989/revindias.2022.010. Disponível em:

<<https://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/1560>>. Acesso em: 9 fev. 2023.

CHAUI, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./ dez. 2004.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. Raízes nefastas do pensamento geográfico no Brasil: meio, raça e nação em Oliveira Vianna (1920-1933). **Geosaberes**, Fortaleza, v. 9, n. 19, p. 1-21, set./ dez. 2018.

COELHO, Geraldo Mártires. Apresentação. In: CRUZ, Ernesto. **Procissão dos séculos**: vultos e episódios da História do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado. 1999.

COELHO, Geraldo Mártires. **História e Identidade Cultural na Amazônia**. In: D'ÍNCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel (orgs). Amazônia e a crise da modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, p. 183.

COELHO, Geraldo Mártires. **O espelho da natureza**. Belém: Paka-Tatu, 2009.

COELHO, Mauro Cezar; QUEIROZ, Jonas Marçal de. Fronteiras da História, Limites do Saber: A Amazônia e seus Intérpretes. In: COELHO, Mauro Cezar; QUEIROZ, Jonas Marçal de (orgs.). **Amazônia**: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX). Belém/ Macapá: Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (UFPA)/ Universidade Federal do Amapá, 2001. p. 159-190.

COSTA, Selda Vale. Movimento Teatral em Manaus e identidade regional. **Somanlu**: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Manaus, ano 5, n. 2, jul./ dez. 2005.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**: edição comemorativa do sesquicentenário da adesão a independência política do Brasil. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. 1 vol. Belém: Universidade do Pará, 1963.

CRUZ, Ernesto. **Procissão dos séculos**: vultos e episódios da História do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1999.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Lello Brasileira, 1967.

CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido**: reunião de ensaios amazônicos. Seleção e coordenação Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal, 2000.

CUNHA, Euclides da. Preâmbulo. In: RANGEL, A. **Inferno Verde**. 6. ed. Manaus: Valer, 2008.

DaMATTA, Roberto. Nação e região: em torno do significado cultural de uma permanente dualidade brasileira. In: SCHÜLER, Fernando Luís; BORDINI, Maria da Glória (orgs.). **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 19-41.

DANTAS, Hélio. **Arthur César Ferreira Reis**: trajetória intelectual e escrita da história. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**: Manaus 1890-1920. 3. ed. Manaus: Valer, 2019.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira**: década de 1930 aos anos 1970. Passo Fundo: UPF, 1999.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira**: do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Edusp, 2009.

FALCÃO, Charles Maciel. **Mário Ypiranga Monteiro e os estudos de Folclore, 1940/1950**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Manaus, 2010.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. “Estudos Fluminenses”: a Faculdade Fluminense de Filosofia e a identidade regional. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das *et al.* (orgs.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 207-220.

FERREIRA, Antônio Celso. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Edunesp, 2002.

FERREIRA, Antônio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente. (Orgs). **Os Institutos Históricos e Geográficos: nação e região na historiografia brasileira**, Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

FERRETTI, Federico. Breve cronologia da vida de Élisée Reclus (1830-1905), **Terra Brasilis** [Online], 7/2016. Acesso em: 18 jan. 2023. URL: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/1764>; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.1764>

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 1).

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. A tela e o fato: a invenção moderna e a fundação do Brasil na Amazônia. In: FORLINE, Louis; MURRIETA, Rui; VIEIRA, Ima (orgs.). **Amazônia além dos 500 Anos**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. De pinceis e letras: os manifestos literários e visuais no modernismo amazônico na década de 20. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 9, n. 2, p. 130-155, jul./ dez. 2016.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929**. 2001. 315 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2001.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Flami-n'-assú: manifesto e perspectivismo amazônico no Modernismo brasileiro na década de 1920. **Revista de História**, n. 181, p. 1-22, 2022.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Flechas com pontas de aço: imagem, política e historiografia indigenista na Amazônia nas primeiras décadas do século XX. **Muiraquitã**, PPGLI-UFAC, v. 2, n. 1, p. 47-71. jul./ dez. 2013.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Memórias cartaginesas: modernismo, Antiguidade clássica e a historiografia da Independência do Brasil na Amazônia, 1823-1923. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 22, n. 43, p. 176–195, jan. 2009.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “O índio como metáfora: política, modernismo e historiografia na Amazônia nas primeiras décadas do século XX”. **Projeto História**, São Paulo n. 41, p. 315-336., dez. 2010.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. O museu como patrimônio, a república como memória: arte e colecionismo em Belém do Pará (1890-1940). **Antíteses**, 7 (14), p. 20-42, 2014.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Os novos e o centenário: arte, literatura e efeméride no Pará dos anos 20. **Revista de Estudos Amazônicos**, v. 3, 2008.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **Os vândalos do Apocalipse e outras histórias: arte e literatura no Pará dos anos 20**. Belém: IAP, 2012.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Panteão da História, Oratório da Nação: o simbolismo religioso na construção dos vultos pátrios amazônicos. In: NEVES, Fernando A. de F.; LIMA, Maria Roseane Pinto (orgs.). **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Quimera amazônica: arte, mecenato e colecionismo em Belém do Pará, 1890-1910. **Clio – Revista de pesquisa histórica**, v. 28, n. 1, p. 1-22, 2010.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Teias de memória: A companhia de Jesus e a historiografia da Amazônia no século XIX. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 23, p. 77-96, jun. 2000.

FLEIUSS, Max. **O Instituto Histórico através de sua Revista**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. “Ver para compreender”: arte, livro didático e história da nação. In: SIMAN, Lana Mara Castro; FONSECA, Thaís Nívia de Lima (orgs.) **Inaugurando a História e Construindo a Nação: discursos e imagens no ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FREITAS, Iza Vanesa Pedrosa de. **O Patronato das Letras: Cultura e Política no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1930-1937)**. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, UFPA, Belém, 2007.

FREYRE, Gilberto, 1900-1987. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. ed. rev. São Paulo: Global, 2003. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 1).

GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A República, a História e o IHGH**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1997.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. **Tempo** [online]. 2005, v. 9, n. 18. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-77042005000100007>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 48, p.145-170 – 2004.

GUIMARÃES, Manoel L. S. A revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua historiografia (1839-1857) fazendo a história nacional. In: WELHING, A (org.). **Origens: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – ideias filosóficas e sociais e estrutura de poder no 2º Reinado**. Rio de Janeiro, Erca, 1989.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Revista Estudos Históricas**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

GUZMÁN, Décio Marco Antônio de Alencar. **História de brancos: memória, história e etno-história dos índios Manao do Rio Negro (Sécs. XVIII-XIX)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 1997.

JOBIM, Anísio. **A intelectualidade do extremo norte: contribuição para a história da literatura no Amazonas**. Manaus: Livraria Classica, 1934.

KNAUSS, Paulo. A força da tradição: a história Fluminense e suas variações historiográficas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro**, a. 27, n. 27, p. 15-42, 2020.

KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC-Rio, 2006.

KUHLMANN JR. Moysés. Congressos Profissionais no final do século XIX e início do século XX: ciência e política. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). **Ciência, civilização e República nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad/ Faperj, 2010. p. 179-195.

LADISLAU, Alfredo. **Terra imatura**. Manaus: Valer, 2008.

LEAL, Davi Avelino. Historiografia e história indígena e do indigenismo na Amazônia. In: QUEIRÓS, César Augusto B. (org.). **Historiografia amazonense em perspectiva**. Manaus: Valer, 2020.

LEITE, Juçara Luzia. Professores e políticos em nome da paz: interesses internacionais por uma história ensinada. **Sæculum** – Revista de História, João Pessoa, n. 22, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.bbn.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11492>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

LEONI, María Silvia. **Las relaciones historia regional/ historia nacional en la historiografía del Nordeste argentino del siglo XX**. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/99754521/Leoni-pdf>>. Acesso em: 20 out. 2023.

LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão Chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

LOBATO, Sidney da Silva. Estado, nação e região na obra de Arthur Cézár Ferreira Reis. **Diálogos** – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 13, n. 3, p. 625-642, 2009.

MALATIAN, Teresa. Cartas. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, Jefferson Teles. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais**: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956). 2015. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2015.

MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MINELLA, Jorge Lucas Simões. **Pan-americanismo no Brasil: uma abordagem conceitual a partir do Estado Novo**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2013.

MIYAHIRO, Marcelo Augusto. **O Brasil de Élisée Reclus: território e sociedade em fins de século XIX**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. A Capitania de São José do Rio Negro: antecedentes históricos e fundação. **Anais do IV Congresso de História Nacional**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nono volume, Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1951. [s. p.].

MORAES, Péricles. **Os intérpretes da Amazônia**. Manaus: Valer, 2001.

MORAES, Tarcisio Cardoso. **A engenharia da história: natureza, geografia e historiografia na Amazônia**. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2009.

MOURA, Ignácio & Silva, Estephanio. **Vultos e descobrimentos do Brazil e da Amazonia**. Obra ilustrada e enriquecida de documentos. Pará: Tavares Cardoso, 1900.

MOURÃO, Leila. Sertão e sertões na história da Amazônia. In: ANDRADE, Juciene Batista Félix (org.). **História dos Sertões: Ciência e Natureza**. Aracaju/ Caicó: Criação Editora/ Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN), 2023.

MUNARO, Luís Francisco. NEM INFERNO, NEM PARAÍSO: esfera pública e a construção de um conceito de Amazônia (1930-1937). **Revista Observatório**, [S. l.], v. 5, n. 4, p. 412–437, 2019. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2017v5n4p412. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/6956>>. Acesso em: 16 out. 2023.

NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Uma introdução à história da Historiografia brasileira (1870-1970)**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NUNES, Sérgio. I Congresso Brasileiro de Geografia (1909): um “festival científico” no início do século XX. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). **Ciência, civilização e República nos trópicos**. Rio de Janeiro, Mauad; Faperj, 2010. p. 157-177.

PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. **A conquista intelectual do Amazonas (1900-1930)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo (USP), 2000.

PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. **Identidade regional e folclore amazônico na obra de Mário Ypiranga Monteiro**. Manaus: Valer, 2002.

PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando a nação**: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo. Rio de Janeiro: PUC-Rio/ Apicuri, 2009.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. **Ensaio de Amazônia**: representações espaciais da região no ensaísmo brasileiro. Niterói: Eduff, 2016.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo**: cultura e imaginário no Paraná da I República. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

PERRONE MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 115-132.

PRETO-RODAS, Richard. 1974. "Amazonia in Literature: Themes and Changing Perspectives". In: C. Wagley (ed.), *Man in the Amazon*. Gainesville: The University Press of Florida. pp. 181-198 Apud BOYER, Véronique. O pajé e o caboclo: de homem a entidade. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, abr. 1999.

RAMALHO, Walderez Simões Costa. **A historiografia da mineiridade**: trajetórias e significados na história republicana do Brasil. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2015.

RANGEL, Alberto. **Inferno Verde**: cenas e cenários do Amazonas. 5. ed. Manaus: Valer/ Governo do Estado do Amazonas, 2001.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a integridade do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2001.

REIS, Arthur César Ferreira. A ocupação portuguesa no vale amazônico. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1968, tomo I, volume I.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Política de Portugal no Vale Amazônico**. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1993.

REIS, Arthur César Ferreira. **Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

REIS, Arthur César Ferreira. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira: A Fronteira com a Guiana Francesa**. Belém: SECULT, 1993.

REIS, Arthur. **Unidade Histórica**. Conferência realizada no II Congresso de Brasilidade. Belém: [s. e.], [s. d.].

REIS, José Carlos. **A História: entre a Filosofia e a Ciência**. São Paulo: Ática, 1996.

REIS, José Carlos. **Nouvelle Histoire e tempo histórico**. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994.

RIBEIRO, Odenei de Souza. **Tradição e modernidade no pensamento de Leandro Tocantins**. Manaus: UFAM, 2012.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. Folclore, literatura e história: a trajetória de Henrique Jorge Hurley. FONTES, Edilza Joana de Oliveira; NETO, José Maia Bezerra (orgs.) **Diálogos entre história, literatura & memória**. Belém: PakaTatu, 2007. p. 309-328.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo Império. In: GOMES, Flávio Santos (org.). **Os Senhores dos Rios**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. O Império lê a Colônia: Um barão e a história da civilização na Amazônia. In: BEZERRA NETO, José Maria; GUZMÁN, Décio de Alencar (orgs.). **Terra Madura: historiografia e história social na Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. Os primeiros livros didáticos republicanos de história do Pará: o patriotismo e a construção da memória. In: Marcio Couto Henrique (orgs.), **Diálogos entre História e Educação**, Belém: Editora Açaí, 2014. p. 13-33.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX**. 2. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2014.

SANTOS, Alan Christian de Souza. **O senador militar**: poder, sociabilidade e escrita de si na trajetória parlamentar de Lauro Sodré (1897-1930). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SANTOS, Roberg Januário dos. **Do Grão-Pará à Amazônia**: a invenção da região amazônica frente à centralização do império brasileiro. 2023. 395 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **O espetáculo das raças, cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia K. M. **Os Guardiões da Nossa História Oficial**: os institutos históricos e geográficos brasileiros. São Paulo, Idesp, 1989.

SILVA, João Manuel Pereira da. **Quadros da História Colonial do Brasil**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1895.

SILVA, Norma Lucia da; FERREIRA, Marieta de Moraes. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História. **História & Ensino**, Londrina, v. 2, n. 17, p. 283-306, jul./ dez. 2011.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino**: existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996. p. 231-269.

SOUSA, Lademe Correia de. **A Amazônia de Arthur Reis**: entre as experiências do tempo e as intenções do agir. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em História, 2020.

SOUSA, Lademe C. Arthur Reis e a “história do Amazonas” nos quadros da historiografia brasileira: um possível diálogo com Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda? X Encontro Estadual de História – ANPUH-RS, **Anais...**, Santa Maria, 2010.

SOUZA RIBEIRO, Odenei de. **Tradição e Modernidade no pensamento de Leandro Tocantins**. Manaus: Valer/ Fapeam, 2015.

SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial. In: Freitas, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 17-38.

TOCANTINS, Leandro. Apresentação. In: REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. p. 15-22.

TUTYIA, Dinah Reiko. **Ernesto Cruz: um diálogo entre a história e a construção do patrimônio cultural no Pará (1940-1960)**. 2023. 296 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/15668>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

VELLOSO, Monica. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, J; NEVES, Lucila de Almeida (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 146-179.

VIANNA, Arthur (org). **Pontos de História do Brasil e do Pará**. Belém: Editores Pinto e Barbosa, 1900.

VIANNA, Arthur. **Pontos de história do Pará**. Belém: Empreza Graphica Amazônia, 1919. 76 p.

VIANNA, Arthur. **A Santa Casa da Misericórdia Paraense: notícia histórica 1650-1902**. Pará: Typographia de A. A. Silva, 1902. ii, 338 p. il.. retr.

VIANNA, Arthur. **Estudos sobre o Pará: limites do estado**. Belém: Imprensa do Diário Oficial, 1899-1901. Pt. 1 e 3, il. 2 mapas.

VIANNA, Arthur. **O Instituto Gentil Bittencourt: esboço histórico**. Pará: Typ. E Encadernação da Instituição Lauro Sodré, 1906. 115 p. il. 4 plantas.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. São Paulo: Hucitec/ Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

WILLIAMS, Raymond. A Fração Bloomsbury. **Plural**, Sociologia, USP, São Paulo, 6: 139-168. 1. Sem, 1999.